



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ANA MARIA ALVES PEREIRA DOS SANTOS

**ESTUDO DO ENUNCIADO BNCC SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
NO ENSINO MÉDIO: DIÁLOGOS COM ENUNCIADOS DAS ESFERAS
ECONÔMICA E POLÍTICA**

CATALÃO (GO)

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA)

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCAT), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCAT é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Tese

2. Nome completo do autor:

Ana Maria Alves Pereira dos Santos

3. Título do trabalho

ESTUDO DO ENUNCIADO BNCC SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO: DIÁLOGOS COM ENUNCIADOS DAS ESFERAS ECONÔMICA E POLÍTICA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento: [X] SIM [] NÃO¹

[¹] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs.: Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor



Documento assinado eletronicamente por **GRENISSA BONVINO STAFUZZA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/07/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Alves Pereira dos Santos registrado(a) civilmente como ANA MARIA ALVES PEREIRA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0084013** e o código CRC **928DC158**.

ANA MARIA ALVES PEREIRA DOS SANTOS

**ESTUDO DO ENUNCIADO BNCC SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
NO ENSINO MÉDIO: DIÁLOGOS COM ENUNCIADOS DAS ESFERAS
ECONÔMICA E POLÍTICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, do Instituto de Linguagem, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) para obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Discurso, Sujeito e Sociedade
Orientador/a: Grenissa Bonvino Stafuzza

CATALÃO (GO)

2024

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(RESPONSÁVEL: ANNA KAROLLINA SANTOS – CRB 1/3545)**

S237e

Santos, Ana Maria Alves Pereira dos.

Estudo do enunciado BNCC sobre o ensino de língua portuguesa no ensino médio : diálogos com enunciados das esferas econômica e política / Ana Maria Alves Pereira dos Santos. – 2024.

131 f.

Orientador: Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de Estudos da Linguagem, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2024.

Inclui lista de figuras.

1. Enunciado. 2. Diálogo. 3. Esferas econômica e política. 4. Ensino de língua portuguesa. 5. BNCC. I. Borges, Grenissa Bonvino Stafuzza, orient. II. Título.

CDU 8

ATA DE DEFESA DE TESE

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 23/2024 da sessão de Defesa de Tese de Doutorado, que confere o título de Doutora em Estudos da Linguagem, na área de concentração Linguagem, Cultura e Identidade.

Aos vinte e oito dias de junho de dois mil e vinte e quatro, a partir das treze e trinta horas, via Videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "**ESTUDO DO ENUNCIADO BNCC SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO: DIÁLOGOS COM ENUNCIADOS DAS ESFERAS ECONÔMICA E POLÍTICA**" de autoria da doutoranda **Ana Maria Alves Pereira dos Santos**, matrícula **2020100275**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, **Professora Doutora Grenissa Bonvino Stafuzza (PPGEL/UFCAT)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Professora Doutora Gabriella Cristina Vaz Camargo (PPGEL/UFCAT)**, membro titular interno; **Professor Doutor Guilherme Figueira Borges (PPGEL/UFCAT)**, membro titular interno; **Professora Doutora Renata Maria Facuri Coelho Marchezan (FCLAR/UNESP)**, membro titular externo; **Professora Doutora Marina Célia Mendonça (FCLAR/UNESP)**, membro titular externo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata (X) Aprovada () Reprovada por seus membros. Proclamados os resultados pela Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro.

Observações:

Banca Examinadora de Qualificação/Defesa Pública de Dissertação/Tese realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo:

Art. 2º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA:



Documento assinado eletronicamente por **GRENISSA BONVINO STAFUZZA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/06/2024, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Figueira Borges, Usuário Externo**, em 28/06/2024, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriella Cristina Vaz Camargo, Usuário Externo**, em 28/06/2024, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Maria Facuri Coelho Marchezan, Usuário Externo**, em 02/07/2024, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARINA CÉLIA MENDONÇA, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0083419** e o código CRC **B5CAD18C**.

Dedico este trabalho ao meu avô, José Matias Pereira (*in memoriam*), por tudo o que ele representa para mim.

AGRADECIMENTOS

À eventicidade da vida, pelos momentos únicos, singulares e irrepetíveis.

A conclusão desta tese é o resultado dos inúmeros atravessamentos que me constituem enquanto sujeito social, dos enunciados nas diversas esferas de que participo e do diálogo constante com diferentes sujeitos. Muitos desses sujeitos foram fundamentais para a finalização deste enunciado e, por isso, eu gostaria neste momento de agradecer.

A Deus, por ser sustento nos momentos de angústia e dúvida.

Aos meus amores desta vida, minha mãe Ivanete de Fátima e a minha avó Divina Maria, obrigada por serem minha razão, meu lar, meu conforto, por compreenderem as minhas ausências e decisões, e por rezarem e pedirem a todos os santos que me protejam e guiem os meus caminhos.

À minha família, pelo apoio e suporte durante toda a minha vida.

Aos meus afilhados e pequenos Gabriella Matias, Carlos Daniel, José Neto, Joaquim, Henry e Dante, obrigada por me ajudarem a continuar lutando por uma educação de qualidade para vocês e tantas outras crianças deste Brasil.

À minha orientadora Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza, obrigada pela parceria e por não desistir de mim.

Às professoras Dra. Cristiane C. de Paula Brito e Dra. Marina Célia Mendonça, obrigada pelas contribuições na qualificação. Os apontamentos do diálogo com vocês foram fundamentais para a conclusão desta tese.

Aos professores Dra. Gabriella Cristina Vaz Camargo, Dr. Guilherme Figueira Borges, Dra. Marina Célia Mendonça e Dra. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan, por prontamente aceitarem compor a banca de defesa, meu muito obrigada.

Ao professor Ken Hirschkop, por ter sido meu coorientador na Universidade de Waterloo, obrigada por toda contribuição e diálogos no período em que estive no Canadá. Foram essenciais para minha formação acadêmica e humana.

Ao grupo GEDIS, obrigada pelas discussões teóricas que foram fundamentais para meu amadurecimento enquanto pesquisadora.

Ao PPGEL, pela disponibilidade em sempre atender às minhas solicitações.

Ao Joscemar Teixeira, obrigada pela gentileza nas correções deste texto.

Aos meus amigos de longa data Dalma Helena, Mateus Tavares, Mirianny Urzeda e Sabryna Rezende, obrigada por me amarem e por todo incentivo.

À minha prima Natalya Rodrigues, obrigada por ter se tornado mais que laço sanguíneo, obrigada por ser minha amiga, advogada, sensatez e lucidez, por sempre ouvir cuidadosamente meus dilemas e apontar soluções, e por fim, obrigada pela docilidade e compreensão sobre a vida.

Aos colegas de profissão que se tornaram amigos Ronaldo Elias e Taynara Maria, obrigada pelo apoio, incentivo, constante diálogo e chamadas de vídeo que me proporcionaram leveza em momentos de tensão.

À minha amiga acadêmica Maria Dolores Martins, obrigada por ser minha referência de pessoa e pesquisadora, pelos diálogos desde o mestrado, pela disponibilidade em que sempre me socorrer, pelas viagens, parcerias e amizade.

Aos amigos que fiz pelos lugares que passei: Marcela Ayala, Ali Karim, Nadine Campos, Simone Almeida, Fernando Martins, Pericarlos Santos, Ruggery Alves e Bruna Flores, obrigada pelo encontro nesta jornada, pelas conversas, pelos risos, pelos choros, e por me escutarem sobre teorias, dramas e angústias existenciais.

Ao meu amigo Adelino Roldão, obrigada pela grata surpresa do nosso encontro e por se fazer tão presente em minha vida.

Ao Instituto Federal Goiano, pelo apoio e pela concessão da licença capacitação para que eu pudesse me dedicar ao doutorado de forma integral.

E, por fim, meu muito obrigada a todos os professores e professoras que ao longo da minha jornada acadêmica me inspiraram a seguir pelos caminhos de uma educação libertária.

E aos professores e professoras que seguem lutando diariamente por uma educação pública, gratuita e de qualidade, que considere os sujeitos em suas realidades e singularidades e que seja capaz de transformar nosso Brasil em um país para todos, todas e todes.

“Gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, a nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente. Sublinhar esta responsabilidade igualmente àquelas e àqueles que se acham em formação para exercê-la. Este pequeno livro se encontra cortado ou permeado em sua totalidade pelo sentido da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora”. (Freire, 1996, p. 10).

“Um pensamento participativo é precisamente a compreensão emotivo-volitiva do existir como evento na sua singularidade concreta, sob a base do não-álibi no existir. Isto é, é um pensamento que age e se refere a si mesmo como único ator responsável”. (Bakhtin, 1920-24/2010, p. 102).

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo geral de investigar a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a qual é um documento normativo recente que regulamenta as práticas sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Aqui, a BNCC é tratada como um enunciado completo que se inscreve numa complexidade discursiva e apresenta discursos sobre o ensino de Língua Portuguesa, discursos esses que podem mobilizar enunciados tanto da esfera educacional quanto de outras esferas, como a econômica e a política. Desse modo, o intuito é também observar de que maneira os enunciados sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio, oriundos da esfera educacional, estabelecem relações dialógicas com enunciados provenientes das esferas econômica e política, de maneira a analisar como tais enunciados de distintas esferas se relacionam discursivamente e constroem uma concepção sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Inicialmente, a hipótese era de que há concepções ideológicas conflitantes nos discursos acerca desse ensino, uma vez que os enunciados da esfera educacional apresentam reverberações discursivas das esferas econômica e política, o que provoca uma estabilização da organização da sociedade em classes e impede que suas contradições sejam problematizadas. Dessa forma, este trabalho buscou, a partir dos pressupostos teóricos da análise dialógica bakhtiniana e do Círculo, estudar o enunciado BNCC com foco nos discursos que se instauram sobre o ensino de Língua Portuguesa no referido ciclo, considerando sua relação dialógica com outros enunciados advindos das esferas econômica e política. Portanto, esta pesquisa evidenciou que os discursos da esfera econômica, em particular o discurso neoliberal, encontram ressonâncias significativas na BNCC, influenciando a concepção de ensino de Língua Portuguesa proposta pelo documento para o Ensino Médio.

Palavras-chave: Enunciado; Diálogo; Esferas econômica e política; Ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio; Base Nacional Comum Curricular.

ABSTRACT

This research aims to investigate the National Common Curricular Base (BNCC), a recent normative document that regulates practices related to the teaching of Portuguese Language in High School. The BNCC is treated here as a comprehensive utterance inscribed within a discursive complexity, presenting discourses on the teaching of Portuguese Language. These discourses can mobilize utterances from both the educational sphere and other spheres, such as the economic and political. Thus, the intent is also to observe how utterances about the teaching of Portuguese Language in High School, originating from the educational sphere, establish dialogical relations with utterances from the economic and political spheres. This analysis aims to examine how these utterances from different spheres are discursively related and construct a conception of Portuguese Language teaching in High School. Initially, the hypothesis was that there are conflicting ideological conceptions in the discourses about this teaching, as the utterances from the educational sphere exhibit discursive reverberations from the economic and political spheres, which leads to the stabilization of the organization of society into classes and prevents its contradictions from being problematized. Thus, this work sought, based on the theoretical assumptions of Bakhtinian dialogic analysis and the Circle, to study the BNCC utterance with a focus on the discourses that emerge regarding the teaching of Portuguese Language in this educational stage, considering its dialogical relationship with other utterances from the economic and political spheres. Therefore, this research revealed that discourses from the economic sphere, particularly neoliberal discourse, find significant echoes in the BNCC, influencing the conception of Portuguese Language teaching proposed by the document for High School.

Keywords: Utterance; Dialogue; Economic and political spheres; Teaching of Portuguese Language in High School; National Common Curricular Base.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Notícia: 7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC	37
Figura 2 - Portaria que instituiu a Comissão para a elaboração da proposta da BNCC	47
Figura 3 - Reportagem da Revista Veja sobre a alfabetização na BNCC	48
Figura 4 - Reportagem de 2021 sobre a implementação da BNCC	49
Figura 5 - Sobre a Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD	53
Figura 6 - Mapa do PISA 2018 em relação à leitura, matemática e ciência nos países da OECD	54
Figura 7 - Gráfico comparativo entre os países da OECD em relação à leitura.....	56
Figura 8 - Série histórica dos resultados brasileiros na avaliação de leitura	58
Figura 9 - Notícias do G1 sobre a BNCC	60
Figura 10 - Notícias do G1 sobre a BNCC	61
Figura 11 - Site da empresa Gerdau	68
Figura 12 - OCDE	71
Figura 13 - Manchete Itaú Social	79
Figura 14 - Itaú Cultural	88
Figura 15 - Pilar Social: melhoria da aprendizagem	89
Figura 16 - Itaú Educação e Trabalho	90
Figura 17 - Educação e Trabalho: Quem Somos.....	92
Figura 18 - Campos de Atuação	102
Figura 19 - Movimento pela Base	106
Figura 20 - Grupos Sociais do Movimento pela Base.....	107
Figura 21 - Página de Abertura do Site Escola Sem Partido.....	108
Figura 22 - Tela do Site Escola Sem Partido.....	112
Figura 23 - Movimento Todos pela Educação	117

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional pela Educação
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
FNE	Fórum Nacional de Educação
LP	Língua Portuguesa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCN+	Parâmetros Curriculares Nacionais Mais
PISA	Programa de Avaliação Internacional de Estudantes
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE I.....	24
A ORGANIZAÇÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA DIALÓGICA DA LINGUAGEM....	24
A relação entre a Linguagem e as Esferas/Campos Sociais	32
Ideologia e Linguagem na constituição dos sujeitos sociais inseridos na esfera educacional .	34
O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva dialógica	36
PARTE II	43
ENUNCIADO NORMATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC	43
Por que a BNCC é um enunciado concreto?	43
A cadeia discursiva de enunciados que desencadearam o enunciado BNCC.....	50
PARTE III.....	59
DISCURSOS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO NA BNCC E DISCURSOS DAS ESFERAS ECONÔMICA E POLÍTICA	59
Análise dialógica do enunciado BNCC e de enunciados das esferas econômica e política	59
O discurso em torno de componentes curriculares, competências e habilidades	63
O discurso da competência – as 10 competências gerais da educação básica e as relações discursivas com o campo econômico	65
As competências sob o enfoque dialógico da linguagem	73
A etapa do Ensino Médio	76
Discursos sobre as juventudes, diversidade, os itinerários formativos e o mundo do trabalho	79
Apontamentos dialógicos discursivos do enunciado BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio.....	96
Discursos e Perspectivas contemporâneas para o Ensino de Linguagens no Ensino Médio	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

Inevitavelmente é no mundo vivido como singularidade, no mundo da *vivência* única, que cada um se encontra quando conhece, pensa, atua e decide; é daqui que participa do mundo em que a vida é transformada em objeto e situa a identidade sexual, étnica, nacional, profissional, de status social, em um setor determinado do trabalho, da cultura, da geografia política, etc. Por isso, o que unifica os dois mundos é o evento único do ato singular, participativo, não indiferente (Bakhtin, 2010, p. 21).

Esta pesquisa irrompe, assim como outras, do devir da existência, da observância, da inserção em uma sociedade que nos sujeita a inúmeras práticas sociais em que a linguagem organiza, estrutura e regula nossas relações. Ela surge a partir da observação de aspectos da linguagem que ocorrem dentro do contexto educacional no qual a linguagem, ao mesmo tempo em que é a base das relações, também é apresentada como componente de uma disciplina que intenta demonstrar como os sujeitos discursivos podem se apropriar das diferentes facetas e nuances da linguagem para se expressarem em variados contextos comunicativos. Desse modo, a linguagem é compreendida como fator fundamental capaz de estabilizar as diversas práticas sociais nas quais os sujeitos estão inseridos a partir dos mais variados contextos cotidianos, numa relação dialética e dinâmica que facilita as relações discursivas entre os sujeitos e estabiliza a organização social tal qual a concebemos e participamos.

É justamente a observância da essencialidade da linguagem dentro de qualquer esfera interacional somada ao contato com as teorias, que compreendem a centralidade da linguagem nas relações sociais, que suscitaram reflexões como: de que maneira a linguagem estrutura as práticas sociais? De que maneira os sujeitos sociais objetivam e subjetivam a linguagem? Como a linguagem provoca interpelações nos sujeitos inseridos no contexto de educação formal de Língua Portuguesa (doravante LP)?

Dessa maneira, essas reflexões conduziram ao percurso investigativo deste trabalho, de como as práticas que organizam e estabilizam o ensino de Língua Portuguesa, especificamente no Ensino Médio, apresentam a linguagem como instrumento de aprendizagem e conteúdo na forma da disciplina de LP e, simultaneamente, como fator primordial que organiza essa e tantas outras práticas nas quais os sujeitos se inserem em sociedade ao longo de suas vivências.

Destarte, por estar inserida como sujeito docente dentro do ensino de LP no Ensino Médio e como sujeito pesquisador em formação, observo que existe uma conjuntura discursiva que determina o trabalho em sala de aula, de modo a possibilitar questionamentos sobre a relação entre a linguagem e as práticas sociais, o que levanta questões possíveis de serem investigadas. Nesse sentido, a linguagem é considerada intrínseca às práticas da sala de aula, inclusive ao ensino de LP e, ao mesmo tempo, é ferramenta de atividades linguísticas¹ dessa disciplina que instrumentaliza e fundamenta os conteúdos dentro de uma prática social e discursiva escolar.

Então, há discursos referentes às práticas do ensino de LP que são responsáveis por estabilizá-las no ensino básico brasileiro, incluindo o ensino médio, além dos muitos discursos que surgem do interior da esfera educacional como os documentos normativos que regulamentam as práticas. Há, ainda, enunciados de outras esferas sociais como a política e a econômica, os quais revelam discursos avaliativos em relação às práticas educacionais e um interesse expressivo na formação básica dos sujeitos brasileiros. E é essa relação entre diferentes discursos de diferentes esferas sobre um mesmo objeto que conduz o fio discursivo desta pesquisa.

Dentre essa conjuntura discursiva do interior da esfera educacional, o enunciado mais recente de organização do ensino é a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a qual é um documento de caráter normativo que estabelece as diretrizes para o ensino básico nacional e traz ecos e ressonâncias dos documentos normativos anteriores a ela (os PCNs, por exemplo). Além disso, há também enunciados de outras esferas sociais sobre o ensino de LP que apresentam discursos conflitantes sobre os resultados do ensino básico na etapa final (Ensino Médio), os quais, geralmente, apontam que os sujeitos inseridos nesse contexto não adquirem a instrumentalização julgada necessária dentro dos parâmetros avaliativos (especialmente os internacionais) que se espera para essa etapa de ensino, tendendo a produzir enunciados com discursos que buscam apontar culpados ou discursos que visam demonstrar a necessidade de mudanças urgentes na educação.

A observação dos discursos sobre o ensino de LP no Ensino Médio, a partir do interior da esfera educacional em relação às esferas econômicas e políticas, é importante para compreender o impacto que essas relações discursivas podem produzir efetivamente no ensino de LP, especificamente no ensino médio. Ademais, ao perseguir o fio discursivo que

¹ Geraldí (1991) define atividades linguísticas como aquelas que são praticadas nos processos interacionais, e se referem ao assunto e pauta, “vão de si”, permitindo a progressão do assunto.

emaranha discursos de diferentes esferas sociais sobre um mesmo objeto buscamos compreender se há alguma relação entre a forma como o ensino de LP no ensino médio é previsto no discurso normatizador e a forma como a sociedade se organiza socioeconomicamente, e se o ensino promove a emancipação dos sujeitos como cidadãos ou se ela contribui para a manutenção da desigualdade social existente no Brasil.

Ou seja, procuramos analisar quais os sentidos reverberam dos discursos produzidos dentro da esfera política e econômica que estabelecem alguma relação com os discursos da esfera educacional. A partir do fio discursivo que culminou no enunciado BNCC, conforme será apresentado na parte II deste trabalho, os setores privados da educação se empenharam na discussão sobre a base e na rápida aprovação de um documento que regulamentasse a forma como a educação deve acontecer no país.

Conforme já mencionado, a BNCC é um documento de caráter normativo, foi apresentada em uma primeira versão em 2015 e teve participação colaborativa² da sociedade já a partir de um texto elaborado e apresentado naquele mesmo ano. A versão final foi homologada em dezembro de 2017; em 2018, a Base começou a ser implementada nas escolas brasileiras. É interessante observar que a colaboração se deu a partir de um texto já pronto, para o qual foram propostas melhorias. Quanto a isso, Souza (2019, p. 32) argumenta sobre o pouco tempo de discussão dado, vista a complexidade da proposta, e a rápida aprovação e homologação da versão final, bem como os diversos atores sociais, com seus respectivos interesses envolvidos, e os embates e ruptura do processo democrático³ pelo qual passava o país concomitante às discussões que ocorriam sobre a Base a fim de melhorar e adequar o currículo para que ele se apresentasse como o mais universal possível. Ainda assim, o enunciado BNCC apresenta ecos e ressonâncias do enunciado normativo que o antecedeu; no caso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Ambos os enunciados foram ancorados

² A BNCC resulta da 2ª Conferência Nacional pela Educação (CONAE) organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), em 2014, em que se discutiu propostas para a Educação Brasileira e a importância de base nacional curricular, além da mobilização sobre a necessidade dessa base. De modo que uma primeira versão, com texto já pronto, foi publicada no site para ampla participação e contribuição dos setores da sociedade. Dessa maneira, o documento final só foi homologado em sua terceira versão, constituindo, assim, um documento colaborativo conforme pode ser compreendido em linha temporal pelo site <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

³ Durante as discussões sobre a implementação da BNCC, ocorridas entre 2015 e 2017, a então presidente da República, Dilma Rousseff, foi afastada do cargo por um processo de impeachment. Com sua saída, o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência, o que resultou em mudanças significativas no governo, incluindo a substituição do Ministro da Educação. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>. Acessado em 08 de julho de 2024.

em outros de caráter legislativo da Lei nº9.394/96 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

Portanto, depois de mais de 25 anos do primeiro documento normativo sobre a educação básica brasileira, a BNCC, em menos de 4 anos de discussão, normatizou e trouxe outros discursos sobre a educação, sobre todas as etapas do ensino básico, sobre os componentes curriculares por áreas de aprendizagem⁴ e sobre o ensino desses componentes, especificamente sobre o ensino de LP no Ensino Médio, o qual é parâmetro para o recorte desta pesquisa.

Embora a BNCC seja um enunciado relativamente novo, a partir do nosso levantamento realizado em periódicos científicos⁵, já há uma expressiva quantidade de trabalhos que a trazem como objeto de estudo por diferentes perspectivas, com diferentes enfoques de áreas e revelando, na maioria deles, vozes que entram num embate discursivo entre a proposta oficial preconizada e um posicionamento valorativo oposto a essa preconização. Portanto, o ponto de partida desta pesquisa surge a partir desse levantamento, que identificou trabalhos que apresentam a BNCC como objeto de estudo e estabelecem relação com o ensino de Língua Portuguesa. Destacamos que, apesar da relativa quantidade de artigos, dissertações e teses já publicadas sobre a BNCC, ainda não há um estudo aprofundado ou específico sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Assim, utilizamos os trabalhos encontrados como parte do *corpus* desta pesquisa, selecionando-os com base em um cotejamento detalhado, que será exposto mais adiante, focando especificamente nos estudos que estabeleciam uma análise direta do ensino de Língua Portuguesa.

Devido a isso, o cotejamento realizado a partir dos estudos elencados respaldam as discussões aqui arroladas, uma vez que muito do que foi encontrado ratifica posicionamentos concordantes com a nossa hipótese sobre o Enunciado Normativo da Educação Brasileira⁶. Esses estudos já observaram os discursos que o enunciado BNCC apresenta e com quais

⁴ A Base Nacional Comum Curricular – BNCC – apresenta os conhecimentos que devem ser adquiridos durante a educação básica por áreas de aprendizagem. Essas áreas estão divididas em: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e, ainda, Formação técnica e profissional.

⁵ Esse levantamento foi realizado entre 2021 e 2023, utilizando principalmente as bibliotecas eletrônicas on-line, especificamente a Scientific Electronic Library Online – Scielo (<https://www.scielo.org/>) e o Google Acadêmico (<https://scholar.google.com/>). Como a quantidade de trabalhos que versam sobre a BNCC já é bastante extensa, utilizamos como critério de seleção apenas os trabalhos que estabeleciam relação entre o referido documento e o ensino de LP e/ou o Ensino Linguístico, independente de qual ciclo partiam as análises.

⁶ Para Bakhtin (2016), o enunciado é a unidade de comunicação real e concreta, que pode ser uma palavra, uma frase, um parágrafo, um discurso inteiro ou uma obra literária. O enunciado é sempre situado em um contexto específico de comunicação, envolvendo um locutor (quem enuncia) e um interlocutor (quem está em interação com o locutor), e está inserido em uma cadeia de enunciados anteriores e posteriores. É nessa acepção que entendemos que tanto a BNCC como o cotejamento se constituem enquanto enunciados.

discursos de outras esferas se relaciona, tal feito possibilita compreender de que forma esse enunciado normativo impactará as práticas dentro da esfera educacional e consequentemente as outras esferas nas quais os sujeitos se inserem.

Desse modo, a proposta desta pesquisa é investigar como o enunciado BNCC materializa discursos relativos ao ensino de LP no Ensino Médio. Com isso, intenta-se, ainda, analisar como a proposta de ensino de LP para a etapa final é preconizada no documento, quais são os discursos que apresentam mudanças para o efetivo trabalho linguístico da disciplina que diferem dos enunciados normativos que o antecedem. Por isso, o objeto que será investigado parte da materialidade discursiva inscrita sob o gênero documento oficial, o qual determina efetivamente práticas e acaba por produzir outros enunciados responsivos. Logo, primeiramente é preciso descobrir a natureza desse enunciado e suas particularidades (Bakhtin, 2016) que só são possíveis a partir de uma análise minuciosa desse enunciado concreto que emerge de um determinado campo⁷ da atividade humana.

Bakhtin (2016) postulou que o enunciado se difere da língua por ser uma unidade real da comunicação discursiva. Isso significa que o enunciado materializado discursivamente suscita resposta de modo que outros enunciados possam concordar, discordar, retificar, ratificar, negar, acrescentar e/ou problematizar o enunciado, se tornando uma cadeia discursiva em determinada esfera social. Desse modo, poderíamos observar os enunciados responsivos dentro da esfera educacional ao enunciado BNCC, com o qual estabelecem concordância ou discordância quanto ao ensino de LP no Ensino Médio. No entanto, a investigação dos enunciados materializados nos gêneros discursivos da esfera educacional, tais como projeto político pedagógico, regulamentos, planos de ensino, planos de aula, dentre outros, não contribuiriam de forma efetiva para a investigação, por serem demasiados técnicos, da relação entre os discursos sobre a prática do ensino de LP no Ensino Médio e o impacto desses discursos na dimensão social, econômica e política, considerando que os sujeitos se inserem nas mais variadas práticas cotidianamente.

Por isso, esta pesquisa empreendeu uma investigação para compreender o enunciado BNCC sobre o ensino de LP no Ensino Médio dentro da esfera constitutiva educacional, a partir do enunciado inscrito sob o gênero discursivo documento oficial, e a relação desse enunciado com enunciados das esferas econômica e política, buscando, no cotejamento, os

⁷ Na tradução de Gêneros do Discurso de Bakhtin, 2016, a palavra “campo” aparece em substituição da palavra “esfera”, encontrada em traduções anteriores. Desse modo, a palavra “campo” deve ser compreendida como sinônimo de “esfera”. Dependendo da tradução, pode-se usar tanto “esfera” quanto “campo”. Neste trabalho, optamos pela utilização da palavra “esfera” por acreditarmos que ela se adequa melhor à compreensão das análises.

discursos conflitantes em relação aos discursos que emanam do enunciado BNCC, dada a hipótese de que os discursos conflitantes acerca do ensino de LP exercem um papel fundamental de manutenção na estruturação das classes sociais na sociedade brasileira.

Dessa forma, analisamos a BNCC como um enunciado pleno, investigando suas particularidades e os discursos que emergem sobre o ensino de LP no Ensino Médio, observamos os enunciados em que a BNCC responde ativamente, bem como os ecos e ressonâncias que esse enunciado traz em relação aos enunciados circunscritos como documentos normativos que fazem parte dessa esfera discursiva e que o antecedem: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+ que auxiliava a prática diária do planejamento de aulas para o Ensino Médio) que normatizam as práticas de organização, definição e estruturação das aulas, do conteúdo à avaliação, de LP, no Ensino Médio.

Esses documentos normativos que fazem parte da esfera discursiva educacional não serão objetos de estudo e análise desta pesquisa. No entanto, conforme propõem Bakhtin e Volochinov em *Gêneros do Discurso* (2016) e *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018), um enunciado jamais surge aleatoriamente e sim sempre atrelado a um elo discursivo que possibilitou o surgimento de determinado novo enunciado, mencionaremos, quando necessário, os documentos normativos que antecederam a BNCC por se tratar da cadeia discursiva⁸ que a culmina.

Desse modo, os enunciados analisados nesta pesquisa foram selecionados a partir do cotejamento, considerado, segundo Stafuzza & Pereira (2021), um recurso metodológico bakhtiniano fundamental para examinar como o diálogo entre enunciados se concretiza na e pela linguagem. Esse método é particularmente eficaz para revelar a característica da responsividade dos enunciados e os sentidos que eles produzem, ou seja, a capacidade inerente a todo enunciado de ser uma resposta e de se inserir como um elo em uma cadeia complexa de outros enunciados (Bakhtin, 2016). Com base nessa compreensão, cotejamos enunciados da BNCC com aqueles encontrados no levantamento do estado da arte, focando em discursos que demonstram uma relação direta ou indireta entre as esferas educacional, econômica e política. Ou seja, enunciados que funcionam como contrapalavras responsivas

⁸ Para o Círculo de Bakhtin a cadeia discursiva se refere a sequência de enunciados que se conectam e se influenciam mutuamente dentro de um discurso ou de um contexto comunicativo. Cada enunciado na cadeia não é uma entidade isolada, mas sim parte de uma rede mais ampla de comunicação, onde a produção de sentido depende da relação com enunciados anteriores e futuros. Ou seja, há uma interdependência entre os enunciados. De modo que, “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados.” (Bakhtin, 2011, p. 292)

ativas (Bakhtin, 2010), que contribuem ou entram em conflito com os discursos relacionados à proposta de ensino preconizada pela BNCC. Um exemplo disso é o Projeto de Lei n.º 867/15, que propõe a "escola sem partido" e, caso aprovado, transitará para a esfera jurídica, impactando e entrando em conflito com a esfera educacional; ou, ainda, o Projeto de Lei n.º 2434/21, que dispõe sobre a proibição de publicidade que se refira à orientação sexual ou movimentos de diversidade sexual, sendo um enunciado da esfera política que, se aprovado, impactará a esfera midiática e conflitará com o discurso da esfera educacional que, conforme será melhor apresentado na parte III deste trabalho, objetiva um ensino voltado à diversidade sociocultural.

Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, tomamos o enunciado da BNCC no que se refere à área de Linguagem, especificamente do ensino de LP para o Ensino Médio, como princípio discursivo norteador para procedermos a essa investigação de contrapalavras responsivas ativas que colaboram com a materialização da proposta apresentada no documento e/ou a dificultam.

Dessa forma, os questionamentos que orientam esta pesquisa são: Quais os discursos e diálogos constituem o enunciado BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio? De que forma o confronto entre discursos ideológicos das esferas econômica e política e os discursos do enunciado BNCC dialogam? O diálogo desses diferentes discursos de distintas esferas coaduna para uma manutenção de determinada organização social? Quais os sentidos que a BNCC produz sobre as práticas do ensino de LP no Ensino Médio?

Então, ao considerar que as relações sociais são mediadas pela linguagem e que ela constitui todas as práticas sociais dentro das mais variadas esferas, a pesquisa se fundamenta teoricamente nos postulados de Bakhtin e do Círculo, uma vez que acreditamos que os conceitos de enunciado, contrapalavra responsiva ativa e dialogia são elementares para se compreender o desenvolvimento desta pesquisa, cujo objetivo geral é investigar o enunciado BNCC, observando os discursos sobre o ensino de LP no Ensino Médio analisando a relação dialógica com enunciados advindos das esferas econômica e política que apresentem discursos que, de alguma forma, estabeleçam relação com o ensino de LP no respectivo ciclo.

Esta investigação também permitirá o alcance dos objetivos específicos como:

- Identificar no enunciado BNCC os discursos sobre a prática docente do ensino de LP no Ensino Médio;
- Verificar quais enunciados das esferas econômica e política produzem discursos que se relacionam diretamente ou indiretamente com a esfera educacional;

- Analisar o enunciado BNCC, de modo a observar os posicionamentos ideológicos nos discursos em relação ao ensino, metodologias, concepções e avaliação de LP no Ensino Médio

Devido a isso, a pesquisa está fundamentada em características de natureza descritiva, analítica e interpretativa, uma vez que o *corpus* é constituído pelo enunciado da BNCC e pelas relações dialógicas estabelecidas com os enunciados das esferas econômica e política, cotejados a partir do estado da arte, que respondem ativamente a esse enunciado sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Dessa forma, o princípio norteador desta investigação é o enunciado da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente ao ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio

Dessa forma, o enunciado elencado (BNCC) como princípio norteador foi observado de maneira descritiva e analítica, se constitui de modo analítico porque estamos analisando os discursos que se referem a uma determinada proposta educacional, tais como “participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens” (BNCC, 2018, p. 481) e, ainda, por

compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018, p. 492, grifos nossos, grifos em negrito do autor).

Após essa fase analítica e interpretativa dos enunciados especificados da BNCC, consideramo-los como um princípio basilar para estabelecer relações dialógicas entre o enunciado da BNCC e os enunciados cotejados nos trabalhos selecionados para o estado da arte. Esses enunciados foram compreendidos como contrapalavras responsivas ativas, que dialogam em concordância ou discordância com o enunciado da BNCC na esfera educacional. Conseqüentemente, para impulsionar esta investigação, os enunciados cotejados estabelecem um diálogo direto ou indireto com o enunciado da BNCC no que tange ao ensino de linguagens.

À vista disso, o cotejamento foi feito a partir dos trabalhos selecionados para o estado da arte em que apresentam enunciados oriundos das esferas econômica e política. E, ao ser estabelecido como parâmetro, o enunciado BNCC se constituiu como uma contrapalavra responsiva ativa de consonância ou oposição (direta ou indiretamente) em relação ao

enunciado-base elencado e descrito do discurso parametrizado como documento oficial e regulamentador do ensino de LP no Ensino Médio, a BNCC. A partir do enunciado elencado como princípio investigativo, o cotejamento foi realizado a partir dos discursos que estabelecem relação com as práticas de ensino de linguagens, com foco em quais posicionamentos ideológicos apresentam e como estão relacionados com as estruturas sociais. Por isso, é importante observar as esferas de onde os enunciados cotejados emergem para compreender a sua composição e a sua posição dentro das relações sociais da organização da sociedade. Nessa perspectiva, Volóchinov (2018) compreende que

a explicação deve preservar toda a diferença qualitativa dos campos em interação e observar todas as etapas que acompanham essa mudança. Apenas nessa condição o resultado da análise não será uma correspondência externa de dois fenômenos ocasionais e que se encontram em diferentes planos, mas um processo de formação dialética efetiva, que tem início na base e termina nas superestruturas (Volóchinov, 2018, p. 104).

Conforme propõe Volóchinov (2018) no enunciado acima, a dialética decorre de um processo relacional entre a base e as superestruturas. Isso posto, evocamos o marxismo histórico-dialético na metodologia para compreender esses enunciados emergentes em suas respectivas esferas sociais. Em seguida, procedemos a uma compreensão interpretativa, buscando no jogo dialógico e responsivo ativo de vozes, os discursos sobre as propostas de ensino de língua em relação aos discursos preconizados no enunciado do documento normativo e os enunciados elencados cotejados que se inserem nas esferas econômica e política para compreender como esse jogo discursivo se conecta à organização das classes sociais brasileira na contemporaneidade, e, se existe essa relação, qual a atribuição do ensino de LP nessa organização.

Com base nos pressupostos de Bakhtin de que “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (Bakhtin, 2016, p. 25), esta pesquisa busca compreender como os discursos dos enunciados das esferas elencadas respondem ativamente aos discursos presentes no enunciado da BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. A partir dessa perspectiva bakhtiniana, buscamos analisar como esses enunciados interagem, dialogam e se posicionam em relação ao discurso da BNCC, considerando que toda compreensão é, em si, uma forma de resposta ativa que transforma o ouvinte em falante, perpetuando o diálogo.

Os enunciados cotejados do estado da arte que se inscrevem nas esferas discursivas econômica e política foram mapeados a fim de se verificar quais ideologias, axiomas e “visões de mundo” apresentam e quais se relacionam com a esfera educacional. Dessa forma, os discursos analisados que constituem esses enunciados foram postos em diálogo com os discursos revelados no enunciado BNCC no que se refere à proposta de ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Nesse sentido, foram observados que há enunciados das esferas econômica e política que ao serem postos em diálogo com a BNCC apresentam conflitos ideológicos quando analisados sob essa perspectiva dialógica de constituição de linguagem.

Os enunciados mapeados e descritos foram relacionados dialogicamente por meio de uma análise qualitativa interpretativa dos dados sob o viés da perspectiva dialógica da linguagem. Dessa forma, na parte III deste trabalho, foram observadas as relações dos enunciados com as esferas de onde emergem, suas peculiaridades estruturais enquanto unidades da comunicação discursiva, e os limites que apresentam para se constituírem como enunciados. Em seguida, foram analisados os discursos que esses enunciados apresentam e a maneira como se relacionam com os discursos da BNCC, com foco nos aspectos linguísticos e nos elementos contextuais que produzem diferentes sentidos.

Desse modo, demonstramos de que forma os enunciados analisados e relacionados dialogicamente revelam discordâncias discursivas em relação à forma como o discurso sobre o ensino de LP é proposto no enunciado BNCC e às práticas sociais em que os sujeitos estão inseridos. Ademais, esta análise possibilita perceber a maneira como o discurso sobre o ensino de LP no ensino médio prevê a educação linguística nesse ciclo, com foco na promoção de mudanças sociais significativas, ou se são discursos das esferas econômica e política aliados aos discursos da esfera educacional que corroboram para a estruturação de uma determinada organização social na qual as classes sociais são marcadas pela ausência de equidade social⁹.

Assim sendo, cada enunciado elencado das esferas discursivas é compreendido como um enunciado concreto que entrará em relação dialógica com outro ou outros enunciados, conforme propõe Bakhtin:

⁹ Equidade significa o reconhecimento dos direitos de cada um. No entanto, como a sociedade é organizada de maneira desigual, há uma necessidade social de ações para garantir que todos tenham acesso aos seus respectivos direitos. Uma dessas ações está pautada no acesso gratuito à educação. Assim, ao pesquisarmos sobre o ensino de LP no Ensino Médio também estaremos contribuindo para observar como a proposta ideológica de ensino linguístico desse ciclo contribui para a formação dos sujeitos, possibilitando a consciência crítica, o respeito às variadas formas linguísticas e à emancipação cidadã. Ou seja, como o ensino de LP nesse período ocorre para que os sujeitos inseridos na prática educacional promovam equidade social nas demais práticas em que se inserem, além da educacional.

na compreensão efetiva, real e concreta, eles se fundem indissolúvelmente em um processo único de compreensão, porém cada ato particular tem autonomia semântica (de conteúdo) ideal e pode ser destacado do ato empírico concreto. 1) A percepção psicofisiológica do signo físico (palavra, cor, forma espacial). 2) Seu reconhecimento (como conhecido ou desconhecido). A compreensão do seu significado reprodutível (geral) na língua. 3) A compreensão de seu significado em dado contexto (mais próximo e distante). 4) A compreensão ativo-dialógica (discussão-concordância). A inserção no contexto dialógico. O elemento valorativo na compreensão e seu grau de profundidade e de universalidade (Bakhtin, 2011, p. 398).

Conforme podemos observar, a metodologia desta pesquisa entende cada enunciado a partir de duas etapas principais. Primeiramente, analisamos o enunciado em seu reconhecimento, ou seja, a compreensão de sua construção e como ele é replicado em diferentes contextos. Em segundo lugar, observamos as esferas sociais das quais o enunciado foi extraído, o que permite uma análise desses enunciados à luz da dialogia. Isso envolve investigar a valoração discursiva, a posição do enunciado na cadeia discursiva e as vozes sociais que emergem da construção discursiva. Esse processo permitirá determinar se o enunciado é concordante ou conflitante em relação a outros enunciados. Ao final, será possível construir uma cadeia de comunicação discursiva que se refere especificamente à esfera educacional.

Ademais, uma vez que a linguagem perpassa e determina as relações sociais, produzindo um percurso de significação e apreensão no âmbito dessas relações, a pesquisa apresenta uma reflexão sobre como o ensino formal de LP está sendo proposto no enunciado BNCC, dentro do âmbito nacional da educação no Ensino Médio, a partir de uma estruturação organizacional definida por um enunciado (BNCC) regulamentador desse ensino, averiguando também se essa proposta de ensino sofre influências externas de enunciados advindos das esferas econômica e política.

Para empreender este trabalho, alguns dos conceitos apresentados por Bakhtin (2010; 2011; 2016), Medviédev (2012) e Volóchinov (2013; 2018; 2019) possibilitaram refletir sobre essa relação indissociável entre a linguagem e as variadas esferas discursivas, especificamente a esfera educacional, a qual nos propomos a analisar. Tal característica se deve ao fato de que a linguagem nessa esfera estrutura e estabiliza as práticas sociais, a exemplo da aula de LP, e é também passível de ser reelaborada por essas práticas. Portanto, é necessário compreender como a linguagem é importante na mediação das relações sociais e nas formas pelas quais se articula para significar, organizar e ordenar os processos de compreensão que os sujeitos têm sobre si e sobre o mundo.

Nesta abordagem, buscamos observar de que modo as práticas discursivas estão diretamente ligadas à forma como estão dispostas nas organizações sociais, a partir das materializações discursivas. Logo, é por meio do enunciado BNCC, o qual determina e organiza os discursos sobre as práticas do ensino de LP no Ensino Médio, que buscaremos refletir a respeito dos apontamentos e objetivos deste trabalho.

Portanto, esta pesquisa tende a contribuir contundente e efetivamente para a ampliação do conhecimento acerca de conceitos teóricos e metodológicos dos Estudos do Discurso, sob fundamento do pensamento bakhtiniano, aplicados à realidade do estudo do ensino de LP no sistema educacional brasileiro com reflexões sobre as perspectivas educacionais pautadas no documento legislador. Além disso, visa proporcionar maior compreensão sobre o atual documento regulamentador do ensino de LP no Ensino Médio, BNCC, a partir do cotejamento dos enunciados das esferas econômica e política, os quais possibilitam pensar sobre os problemas sociais, econômicos e políticos instaurados na atualidade e a relação com a educação nacional.

Para melhor compreensão, este trabalho está dividido em três partes, além da introdução e considerações finais. A primeira parte apresenta a perspectiva dialógica da linguagem, necessária à compreensão da teoria e metodologia que sustentam esta investigação, apoia-se em conceitos e fundamentos essenciais para entender as análises que serão aqui apresentadas e os motivos pelos quais a perspectiva dialógica foi elencada para ancorar este estudo e a importância de se compreender essa perspectiva para o ensino de LP na atualidade, além de apresentar a linguagem como organizadora das esferas sociais. Por isso, esse capítulo demonstra o que são as esferas sociais para Bakhtin e o Círculo, e como é a relação intrínseca entre linguagem e ideologia. Para isso, apresenta enunciados sobre o ensino de LP que demonstrem as concepções ideológicas que se têm sobre esse ensino a partir de diferentes materialidades discursivas.

Em sequência, a segunda parte apresenta a BNCC como um enunciado pleno de sentido que emerge da esfera legislativa, mas como enunciado legislador da esfera educacional, com novos posicionamentos em relação aos documentos anteriores e discursos sobre o fazer educacional. Apresentamos a linha temporal-histórica que motiva o aparecimento do enunciado BNCC, e os enunciados que o antecedem e que estabelecem elos discursivos com esse novo enunciado. Além do mais, utilizamos de alguns trabalhos já publicados e discussões que dialogam com a nossa pesquisa e que, contribuíram para delinear os contornos desta pesquisa e avançar em relação aos estudos apresentados. As discussões

propostas e diferentes perspectivas apresentadas nos artigos, dissertações e teses elencados foram utilizadas como delimitadores para avançarmos em relação a esses trabalhos já produzidos e pensarmos nos pontos mais relevantes para esta pesquisa, uma vez que é impossível esgotar, em uma tese, todas as possibilidades de análise e as diferentes perspectivas que podem ser produzidas em relação ao objeto de investigação. Além disso, os enunciados cotejados desses trabalhos, que fazem referência às esferas econômica e política, foram selecionados para compor o *corpus* de análise desta pesquisa.

Adiante, na terceira parte, apresentaremos o *corpus* desta pesquisa composto por enunciados extraídos do enunciado BNCC, os quais se relacionam com os objetivos desta pesquisa e apresentam discursos relacionados ao ensino de LP no Ensino Médio. A seleção desses enunciados se dá a partir das concepções sobre linguagem que são apresentadas na primeira parte deste trabalho acerca dos postulados teórico-metodológicos do círculo de Bakhtin. Por conseguinte, os enunciados elencados do enunciado BNCC são aqueles que apresentam discursos sobre o ensino da LP no Ensino Médio e estabelecem mudanças em relação aos enunciados anteriores, além de impactarem em mudanças de práticas sociais dentro da esfera educacional e, também, para além dela.

Além do mais, compõe o *corpus* desta pesquisa os enunciados cotejados dos trabalhos que versam sobre a BNCC e o ensino de LP e se relacionam discursivamente com as esferas econômica e política. Desse modo, as análises apresentadas nessa parte demonstram como o jogo dialógico entre enunciados se estabelece em sociedade. Embora os enunciados irrompam de diferentes materialidades discursivas e distintas esferas sociais, eles se relacionam pelos discursos que revelam posicionamentos ideológicos concordantes e/ou conflitantes que ora se concordam e se completam, ora se confrontam e divergem. Assim, demonstramos como essa relação dialógica de completude e divergência é eficaz na organização, estruturação ou manutenção de uma determinada organização social.

Por fim, a consideração final exprimirá uma síntese do que foi exposto ao longo do trabalho, com apresentação das lacunas e demandas que não foram preenchidas, e foco nas possibilidades para ampliação desta investigação. Além disso, há uma argumentação sobre a proposta do ensino de LP no Ensino Médio preconizada no enunciado BNCC.

PARTE I

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA DIALÓGICA DA LINGUAGEM

- 1 No mundo todo havia apenas uma língua, um só modo de falar.
2 Saindo os homens do Oriente, encontraram uma planície em Sinear e ali se fixaram.
3 Disseram uns aos outros: "Vamos fazer tijolos e queimá-los bem". Usavam tijolos em lugar de pedras, e piche em vez de argamassa.
4 Depois disseram: "Vamos construir uma cidade, com uma torre que alcance os céus. Assim nosso nome será famoso e não seremos espalhados pela face da terra".
5 O Senhor desceu para ver a cidade e a torre que os homens estavam construindo.
6 E disse o Senhor: "Eles são um só povo e falam uma só língua, e começaram a construir isso. Em breve nada poderá impedir o que planejam fazer."
7 Venham, desçamos e confundamos a língua que falam, para que não entendam mais uns aos outros".
8 Assim o Senhor os dispersou dali por toda a terra, e pararam de construir a cidade.
9 Por isso foi chamada Babel, porque ali o Senhor confundiu a língua de todo o mundo. Dali o Senhor os espalhou por toda a terra.
Gênesis 11: 1-9

Nesta parte, apresentamos a teoria dialógica da linguagem, desenvolvida por Mikhail Bakhtin e o Círculo de Bakhtin, que oferece uma perspectiva teórica e metodológica para entender a estrutura e as dinâmicas da organização social. Nosso objetivo é esclarecer os conceitos e métodos empregados na análise dos enunciados desta pesquisa, além de explorar a inter-relação entre as esferas sociais e a linguagem, assim como o vínculo entre o ensino de Língua Portuguesa (LP) e a constituição dos sujeitos.

No início desta seção, utilizamos um enunciado extraído do discurso bíblico da esfera religiosa cristã, a qual utiliza dos discursos oriundos do enunciado bíblia para fundamentar a crença em uma divindade suprema denominada Deus e utiliza enunciados como esses para explicar fenômenos e, também, dogmas regulamentadores de práticas sociais. O enunciado é utilizado para demonstrar como a linguagem é preponderantemente essencial na criação da humanidade.

Na mitologia bíblica a linguagem irrompe intrinsecamente no momento em que a terra começa a existir. As formas que podem ser encontradas na terra surgem a partir da verbalização de tudo aquilo que passa a existir após enunciado por essa divindade suprema. Conforme aponta Fiorin (2001), “a passagem do caos à ordem (= cosmo) faz por meio de um ato de linguagem. É esta que dá sentido ao mundo. O poder criador da divindade é exercido pela linguagem: que tem no mito, um poder ilocucional, já que nela e por ela se ordena o mundo” (Fiorin, 2001, p. 11).

Desse modo, o enunciado bíblico nos possibilita compreender um fenômeno social exemplificando como a linguagem exerce um papel fundamental para facilitar a interação

entre os sujeitos discursivos e a organização social. No mito bíblico, enquanto os sujeitos falavam apenas uma língua, conseguiam construir uma cidade e erguer uma torre, a partir do momento que essa divindade retira deles a capacidade de se expressarem em uma só língua, eles param de construir a cidade e se dispersam por toda a terra. Embora seja um mito amplamente difundido na esfera religiosa e não contenha nenhuma comprovação científica, pode-se deduzir que a linguagem nesse mito exerce uma função dialógica exemplar, pois enquanto ela facilitava a expressão comunicativa e a interação dinâmica entre esses sujeitos, possibilitava a prática social da construção da cidade e da torre de maneira eficaz.

No momento em que a capacidade comunicativa é restringida pela separação em diferentes línguas, a interação verbal¹⁰ é comprometida, resulta no abandono do projeto de construção da cidade e da torre, e na dispersão desses sujeitos pelo mundo. A linguagem, portanto, facilitava a interação verbal entre os indivíduos, constituindo-se como elemento determinante para a divisão das atividades coletivas que, provavelmente, facilitavam a comunicação para a construção da cidade e edificação da torre. Isso significa, na perspectiva dialógica, que essa interação verbal possibilitada pela linguagem exerce um papel preponderante na organização das práticas sociais que facilitam as atividades exercidas pelos sujeitos, as quais só existem pela capacidade dialógica da linguagem de organizá-las.

Assim como a mitologia bíblica, as mitologias indígenas, gregas e outras de diferentes lugares do mundo evidenciam mitos que tentam explicar a origem da humanidade, os quais geralmente apresentam a criação do mundo sempre vinculada à capacidade comunicativa, especialmente a oral, do ser humano. Ainda não há um consenso entre pesquisadores ou evidências científicas de como o processo de surgimento da capacidade humana de se expressar por meio da fala ocorreu ou em que exato momento ela surgiu na história da humanidade.

No entanto, ao considerarmos a perspectiva dialógica da linguagem, em que a interação verbal é central para a construção das relações sociais, é amplamente aceito entre os linguistas que, embora não haja consenso sobre o momento exato ou as circunstâncias do surgimento da capacidade humana de falar, esse desenvolvimento está intimamente ligado às práticas sociais relacionadas à busca por alimento e à sobrevivência dos grupos. Desse modo,

¹⁰ Volóchinov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, afirma que a interação verbal é a realidade fundamental da língua. Ele destaca que o diálogo, no sentido estrito, é apenas uma das formas—embora uma das mais importantes—de interação verbal. Contudo, o termo "diálogo" pode ser entendido em um sentido mais amplo, abrangendo toda forma de comunicação verbal, independentemente de ser uma comunicação em voz alta entre pessoas frente a frente (Volóchinov, 2018, p. 125). Dessa forma, a interação verbal entre os sujeitos é um dos pilares do dialogismo.

assim como no mito bíblico, em que a linguagem possibilitava a cooperação para a construção da cidade e da torre, é possível que a linguagem tenha surgido na história da humanidade devido à necessidade de os membros de um grupo expressarem onde e como encontrar alimento, ou de se organizarem socialmente para garantir a própria proteção. Como afirma Volóchinov, "a língua constitui *um processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*" (2018, p. 130).

Ao interpretarmos que a linguagem nos primórdios de sua origem possibilitava aos grupos humanos compreenderem e executarem as atividades essenciais à sobrevivência, então concluímos que as práticas sociais surgiram intrinsecamente junto à linguagem, a qual foi determinante para a organização e desenvolvimento da sociedade como a conhecemos hoje. Essa comunicação oral viabilizou/a uma interação profundamente dinâmica dos sujeitos para desenvolverem atividades de maneira eficaz, o que conseqüentemente conduziu a constituição de variadas práticas sociais em que os sujeitos se inserem ao longo da vida.

Desse modo, como a linguagem possibilitou nos primórdios da humanidade a interação efetiva entre os grupos humanos e a capacidade de se organizarem socialmente, os sentidos das coisas, das ações e práticas sociais também surgiram a partir dessa dinâmica interacional em que a linguagem é preponderante e determinante para a efetivação dos costumes, condutas, convenções, padrões e normas que foram sendo estabelecidos com o passar dos séculos, com sentidos estabilizados socialmente e historicamente. Para Volóchinov

o estudo das relações entre a interação concreta e a situação extralingüística – não só a situação imediata, mas também, através dela, o contexto social mais amplo. Essas relações tomam formas diversas, e os diversos elementos da situação recebem, em ligação com uma ou outra forma, uma significação diferente (assim, os elos que se estabelecem com os diferentes elementos de uma situação de comunicação artística diferem dos de uma comunicação científica). A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. (Volóchinov, 2018, p. 126)

Conforme aponta Volóchinov, os estudos dialógicos que entendem a linguagem como um fenômeno social, ou seja, em situações concretas de comunicação, ganham relevância ao destacar a relação entre a linguagem, as práticas sociais e os sentidos socialmente construídos. A linguagem não só determina as práticas sociais, como também é moldada por elas. Essa interação entre a complexa organização social e a linguagem revela que os sentidos e valores em uma sociedade são estabelecidos precisamente nessa interação entre sujeitos sociais.

Sob essa ótica, os sujeitos são inseridos no interior das práticas sociais, forjadas e moldadas com o passar do tempo, as quais são compreendidas como um conjunto de ações intermediadas pela linguagem que acontecem dentro de um espaço-tempo-social que é denominado de esferas: a mencionar: a econômica, a política, a científica, a jurídica, a religiosa, a educacional, a midiática, dentre outras.

Dessa maneira, os sujeitos se constituem em um processo de interação verbal, no qual participam ativamente, por meio da linguagem, nas diversas práticas sociais das variadas esferas. Ao mesmo tempo em que apreendem a linguagem nessas interações comunicativas, a linguagem é dialeticamente reelaborada, permitindo aos sujeitos discursivos uma compreensão de si mesmos e do mundo. As relações sociais evoluem em função das infraestruturas, e, em seguida, a comunicação e a interação verbal evoluem no contexto dessas relações sociais. As formas dos atos de fala evoluem como resultado da interação verbal, e esse processo de evolução reflete-se, por fim, nas mudanças das formas da língua (Volóchinov, 2018, p. 127).

Essa perspectiva da linguagem como constitutiva das práticas sociais, dentro da Análise do Discurso, é compreendida como dialógica, ela estabelece que os signos ideológicos só adquirem sentido numa relação interacional, ou seja, no diálogo.

Ao considerar a palavra como uma arena onde se confrontam valores sociais contraditórios, Volóchinov (1929/2017) observa que os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do sistema. Sob essa perspectiva, é possível ponderar que a comunicação discursiva implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou oposição à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc. Assim, o teórico russo se interessa, primeiramente, pelos conflitos no interior de um mesmo sistema partindo da premissa de que todo signo é ideológico e que a ideologia é um reflexo das estruturas sociais (Stafuzza, 2019, p. 76).

Dessa forma, além de os signos formarem um sistema que permite a reprodução, eles também adquirem uma valoração que emerge junto a valores sociais contraditórios e se estabelecem como uma proposta teórica e metodológica para a compreensão da relação entre linguagem e o mundo da vida e da cultura em que os sujeitos se inserem.

Ao considerar que todos os sujeitos (empíricos) participam de inúmeras práticas sociais ao longo de suas vidas e que essas práticas são mediadas pela linguagem, a singularidade torna-se característica de cada indivíduo e é constituída por processos interacionais no interior desses eventos comunicativos. Neles, a valoração das coisas do mundo é determinada mediante interações discursivas e são internalizadas pelos indivíduos

em um processo intersubjetivo dialético que os permite compreenderem a si mesmos e o mundo que os cerca.

Desse modo, nesta parte do trabalho abordamos a perspectiva dialógica da linguagem como parâmetro teórico-metodológico norteador da pesquisa. Para tanto, se faz necessário, para fins didáticos e de compreensão, partir das noções estruturalistas sobre linguagem e língua para chegarmos à concepção da linguagem como social e dialógica, cuja materialidade se dá por meio das interações entre os sujeitos que ocupam os variados espaços em uma sociedade.

O intuito de mencionarmos a concepção estruturalista da língua em Saussure (2006) não objetiva debater sobre as contribuições e lacunas de tal modelo, justamente por não ser esse o propósito desta pesquisa, mas observar a trajetória da língua enquanto objeto da linguística e de como se deu o percurso até se chegar à compreensão dialógica da linguagem, a qual concebe a língua para além do sistema linguístico, nos ajuda a refletir sobre a concepção de ensino de linguagem proposta pela BNCC.

Para o estruturalismo, a língua é um sistema de signos que exprime ideias (Saussure, 2006). E embora haja uma menção de que a língua é social, os estudos linguísticos no âmbito estruturalista não consideram o contexto concreto no qual o enunciado emerge, considera-se apenas o sistema organizado da língua que produz significado e pode ser reproduzido em variados contextos. Nesse sentido, a língua é passível de ser reproduzida em variados contextos, ela pode ser classificada e analisada. Aliás, a descrição da língua foi essencial para determiná-la como objeto de pesquisa da linguística e torná-la objeto de investigação científica.

No entanto, houve, no momento de fundação da Linguística como esfera científica, uma predileção pelos aspectos sistêmicos da língua em detrimento de outros aspectos da linguagem. Desse modo, o sentido pleno de uma determinada organização de signos linguísticos verbalizados (oral ou escrito), que se realiza entre interlocutores mediante um contexto específico, não era considerado pelos estudiosos da língua como primordial para a determinação do objeto linguístico.

Então, no século XX, além da solidificação da Linguística como esfera científica especializada nos estudos das questões da língua/linguagem, vários pensadores e correntes de estudo se ocuparam em refletir sobre as lacunas que as premissas de Saussure sobre a Linguística deixavam. Por exemplo: Noam Chomsky com o gerativismo, Roman Jakobson com o funcionalismo, Michael Halliday com a linguística sistêmico-funcional, John Austin

com a teoria dos atos de fala e William Labov com a sociolinguística variacionista, para mencionar alguns. Dentre esses pensadores que se constituíram no século XX, o grupo russo denominado Círculo de Bakhtin se destaca por propor o estudo da linguagem/língua no âmbito filosófico, centralizando-a como elemento organizador das relações humanas e fundamental na estruturação das sociedades. Aqui, os principais autores dos conceitos teóricos que são utilizados nesta pesquisa são: Mikhail Mikhailovich Bakhtin, Pável Nikoláievitch Medviédev e Valentin Nikoláievitch Volóchinov.

Para esses teóricos, não há distinção entre língua e linguagem, uma vez que, no idioma russo não existe uma palavra que possa ser traduzida por linguagem e outra por língua. Existe apenas a palavra *yazyk* (язык) que significa tanto língua quanto linguagem, além também de significar idioma. Partindo dessa acepção, a língua só se materializa (oral ou escrita) por meio de enunciados. Um enunciado, é compreendido como a organização dos signos ideológicos que se consubstancializa ao ser proferido (oral ou escrito) por um sujeito dentro de um contexto no qual está sempre orientado para o outro, isto é, o enunciado adquire sentido completo apenas numa interação discursiva em que se considere os sujeitos relacionais e o contexto, de modo que

a língua como sistema tem, evidentemente, um rico arsenal de recursos linguísticos – lexicais, morfológicos e sintáticos – para exprimir a posição emocionalmente valorativa do falante, mas todos esses recursos enquanto recursos da língua são absolutamente *neutros* em relação a qualquer avaliação real determinada (Bakhtin, 2016, p. 47).

No trecho acima, Bakhtin (2016) postula sobre o caráter neutro da língua. Nessa perspectiva, a língua como sistema, conforme concebida no Estruturalismo, não é capaz de produzir sentido avaliativo nem valoração ideológica. Ela só adquire essa característica de produzir avaliação, valoração, juízo de valor, a partir da interação entre os sujeitos sociais, um sentido completo só se materializa junto a outros elementos que acompanham a verbalização (oral ou escrita) dos signos linguísticos. Ou seja, os sentidos das formas da língua vão sendo construídos a partir dos sujeitos discursivos nas mais variadas interações.

Em contrapartida ao Estruturalismo, para a concepção dialógica, a língua se realiza somente por meio de enunciados numa cadeia discursiva ininterrupta. Os enunciados são construídos por meio dos signos linguísticos, de todos os recursos do sistema, tal qual concebidos por Saussure (2006) e, para além disso, constituem-se na interação entre sujeitos sociais que estabelecem relações discursivas concretas. Nessas relações, os enunciados estão

sempre orientados para uma responsividade a partir da compreensão e avaliação do outro na interação. Conforme afirma Bakhtin (2016), ao mencionar que quando temos um enunciado acabado e de sentido concreto,

estamos diante do conteúdo de um dado enunciado; aqui, o significado da palavra refere a uma realidade concreta em condições igualmente reais de comunicação discursiva. Por isso, aqui não só compreendemos o significado de dada palavra enquanto palavra da língua como ocupamos em relação a ela uma ativa posição responsiva – de simpatia, acordo ou desacordo, de estímulo para a ação. Desse modo, a entonação expressiva pertence aqui ao enunciado e não à palavra (Bakhtin, 2016, p. 50).

Desse modo, os sentidos valorativos ideológicos são construídos na interação entre sujeitos sócio-históricos constituídos em sociedade, num processo histórico em que são interpelados por enunciados relativamente estabilizados, fazem parte de uma cadeia discursiva. Quando um sujeito empírico nasce, ele apreende enunciados relativamente estabilizados pelos processos sociais e históricos já instaurados, os quais já possuem valoração ideológica. Ao longo das interações desse sujeito, dentro das variadas esferas, como a familiar, religiosa, política, econômica, social, dentre outras, suas visões de mundo e valoração ideológica são reveladas quando enunciadas concretamente na arena discursiva das interações verbais. Por outro lado, é também por meio das variadas interações verbais dentro das diversas esferas que reside a possibilidade do conflito e mudança de visões ideológicas do sujeito, pois, quando há interação, os enunciados se materializam num tempo e espaço e revelam posicionamentos ideológicos dos sujeitos.

Isso posto, quando o enunciado BNCC se materializa em sociedade, está carregado de discursos que revelam uma valoração ideológica sobre o ensino de LP de sujeitos que produziram e possibilitaram o aparecimento de tal enunciado. Conforme aponta Bakhtin,

de um lado, a singularidade de cada um, a sua unicidade, a sua insubstituibilidade, a peculiaridade das suas relações, dos seus vividos, das suas coordenadas espaço temporais e axiológicas, a irrevogabilidade da sua responsabilidade sem alibi – e é esta singularidade, esta unidade, insubstituibilidade, que cada um tem, nos afetos, nas relações relegadas ao privado, nas relações de amor e de amizade. Do outro lado, as relações de troca entre indivíduos que representam identidades, e, portanto, em cada caso entre conjuntos, gêneros, pertenças, comunidades, classes, aglomerados, coletivos (a identidade individual é inevitavelmente coletiva) (Bakhtin, 2010, p. 19).

No trecho dado acima, Bakhtin (2010) afirma que a singularidade individual é peculiar e insubstituível em cada sujeito, mas essa identidade individual é formada na coletividade. Isso significa dizer que a compreensão, a valoração e a identidade se formam a partir de

práticas e relações sociais que os sujeitos têm e na interação discursiva em que eles se inserem ao longo de suas vidas. Assim, os sentidos compreendidos de um enunciado e estabelecidos pelos sujeitos são determinados na interação entre esse EU (individual) e esse OUTRO (coletividade). Dessa maneira que, na teoria dialógica, o OUTRO é fundamental para a construção do sentido. Os enunciados se materializam na inter-relação entre um "Eu" e um "Outro", e essa relação é o que dá à linguagem seu caráter dialógico. É a interação constante com o discurso do "Outro" que molda e enriquece os enunciados, diferenciando-os de uma simples relação com o objeto. Dessa forma, os enunciados acabam sendo internalizados numa consciência individual, em um processo de inter-relação com o outro, para serem acessados e utilizados pelos sujeitos em várias outras interações, nas muitas práticas de que fazem parte e nas diferentes esferas sociais que adentram. Destarte, os discursos que aparecem no enunciado BNCC estão carregados dessa inter-relação, em que demonstra um posicionamento valorativo ideológico sobre ensino. De modo que, essa valoração ideológica se constitui nessa inter-relação com o outro, conforme aponta Bakhtin,

A visão do mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião têm sempre sua expressão verbal. E é isso que constitui o discurso do outro (de uma forma pessoal ou impessoal), e esse discurso não pode deixar de repercutir no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto. A mais leve alusão ao enunciado do outro confere à fala um aspecto dialógico que nenhum tema constituído puramente pelo objeto poderia conferir-lhe. A relação com a palavra do outro difere radicalmente por princípio da relação com o objeto, mas sempre acompanha esta última. (Bakhtin, 2011, p. 231, grifos nossos).

Nesse contexto, conforme o autor, o enunciado não se dirige apenas ao seu objeto, mas também ao que o outro diz sobre esse objeto. De maneira que, as interações entre os sujeitos não os constituem de modo idêntico devido ao processo de inter-relação que pode ocorrer de forma pessoal ou impessoal. Nesse, partem da coletividade, por meio das interações sociais, para se tornarem sujeitos singulares que utilizam a linguagem para se expressarem e compreenderem o mundo. Logo, são sujeitos singulares que mantêm relações dialógicas nas interações dentro das práticas em que se inserem no decorrer da vida.

Fato é que as práticas sociais em que os sujeitos estão inseridos são múltiplas em virtude do caráter social e cultural de uma sociedade complexa na qual as esferas organizacionais se constituíram ao longo da história. Essas práticas só acontecem e são concretizadas dentro das esferas sociais, nas quais a linguagem é determinante para materializá-las. Por exemplo, dentro da esfera educacional há práticas sociais como aula,

reuniões, avaliação, dentre outras, que são mediadas na/pela linguagem. Para Bakhtin e o Círculo, essas mediações se materializam na forma de enunciados. Portanto, a esfera educacional, assim como outras esferas, é permeada por inúmeros enunciados que se realizam nessas práticas e revelam variados discursos ideológicos que se constituíram socialmente e historicamente.

Por fim, para a compreensão da teoria dialógica da linguagem, é necessário entender a relação entre a linguagem, ideologia e as esferas sociais. Compreender a dinamicidade desses elementos na constituição dos sujeitos discursivos é importante para a análise a ser desenvolvida aqui. Sendo assim, o próximo tópico apresentará a conceituação desses elementos pela perspectiva dialógica da linguagem e o modo como se relacionam.

A relação entre a Linguagem e as Esferas Sociais

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quando os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua (Bakhtin, 2016, p. 11, grifos nossos)

Segundo Bakhtin (2016), a linguagem é central nas relações sociais, é ela que possibilita a interação de maneira efetiva e significativa. Sendo assim, o autor especifica que as organizações sociais, nas quais os sujeitos estão inseridos e se relacionam, são denominadas de campos de atividade humana ou esferas sociais, a depender da tradução adotada em português. Esfera e campo, em Bakhtin, as vezes podem ser compreendidos como sinônimos e designam as diferentes composições sociais nas quais os sujeitos se inserem e se constituem linguisticamente. Neste trabalho, optamos por utilizar o termo "esfera", pois ele abrange de forma mais adequada a concepção teórica de espaço social e cultural onde as práticas discursivas ocorrem, em detrimento de "campo", que poderia sugerir áreas delimitadas de atividade.

Desse modo, todas as esferas da atividade humana são multiformes, são muitos e se estabelecem de diversas maneiras. Essa constituição das diversas esferas se materializa no/pelo uso da linguagem. De modo que, além de a linguagem ser central nas esferas de atividade humana, ela também determina as formas como essas esferas sociais irrompem em sociedade, visto que a linguagem é intrínseca às esferas sociais. Por exemplo, a composição

da linguagem da esfera familiar é diferente da composição da esfera política, da esfera social, da esfera educacional etc. E embora o código linguístico, ou seja, a língua, seja o mesmo utilizado em todos esses campos, a organização, escolhas lexicais e fraseológicas, entonação e outras características de cada campo se apresentam de formas totalmente diferentes na materialização dos enunciados.

Sendo assim, cada esfera social surge com particularidades da linguagem que se materializam na interação entre os sujeitos inseridos naquela esfera, por meio dos enunciados proferidos que viabilizam a interação de maneira efetiva. Isso se dá porque

o emprego da língua efetua-se na forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional (Bakhtin, 2016, p. 11-12, grifos nossos).

De acordo, portanto, com Bakhtin (2016), os enunciados surgem de maneira dialógica e dialética, emergem de diferentes esferas de interação, e a constituição de cada um depende da organização de determinada esfera, ao mesmo tempo em que a referida esfera constitui e determina o enunciado. Esse enunciado, por sua vez, acaba por caracterizar determinada esfera, isso ocorre num processo dialético a partir da interação dialógica entre os sujeitos discursivos.

Medviédev (2012) ratifica o que postulou Bakhtin sobre a relação indissolúvel entre as esferas sociais e a produção de sentido dos enunciados. Para ele,

Não há significado fora da relação social de compreensão, isto é, da união e da coordenação mútua das reações das pessoas diante de um signo dado. A comunicação é aquele meio no qual um fenômeno ideológico adquire, pela primeira vez, sua existência específica, seu significado ideológico, seu caráter de signo. Todos os objetos ideológicos pertencem às relações sociais e não à utilização, à contemplação, à vivência e ao deleite hedonista individuais (Medviédev, 2012, p. 50).

Essa confluência entre as relações sociais e a significação dos enunciados concretos, vindos das esferas sociais, adquirem significado ideológico. Ou seja, o sentido do enunciado enquanto fenômeno ideológico realizado nas interações sociais é construído nessa dinâmica social, a qual se torna histórica.

Em conformidade a isso, uma das esferas da atividade humana que se constitui por meio da linguagem e se materializa em variados enunciados é a esfera educacional. Os

enunciados como Projeto Político Pedagógico, plano de ensino, aula etc., refletem as finalidades da esfera educacional. Embora o enunciado BNCC advenha da esfera legislativa, visto ser um documento oficial, ele parametriza, organiza e determina as práticas da esfera educacional. Portanto, a BNCC é um enunciado concreto que surge na esfera legislativa e adentra a esfera educacional como princípio organizador dessa esfera, por definir diretrizes do que deve ser ensinado nas escolas brasileiras, em todas as etapas da educação básica.

Além do mais, é um enunciado que apresenta concepções ideológicas sobre o ensino e sobre a educação de distintas vozes sociais, uma vez que a construção desse enunciado se deu de maneira social e colaborativa. Por isso, ao longo da construção do enunciado BNCC, a dialogia e a dialética social foram determinantes na produção do enunciado caracterizado como versão final.

Ideologia e Linguagem na constituição dos sujeitos sociais inseridos na esfera educacional

A compreensão ideológica da linguagem postula que os sentidos são estabelecidos na interação discursiva, de forma que a valoração das coisas e da ideologia está intrinsecamente relacionada com as atividades sociais dos sujeitos. Dessa forma, Volóchinov afirma no livro *A palavra na vida e a palavra na poesia* que “ideologia é todo o conjunto de reflexos e refrações no cérebro humano da atividade social e natural, expressa e fixada pelo homem na palavra, no desenho artístico e técnico ou em alguma outra forma sígnica” (Volóchinov, 2019, p. 243).

Conforme mencionado na introdução desta parte, a linguagem é inerente às práticas sociais, além de atribuir sentidos e valores que organizam as relações humanas socialmente, as quais já possuem relativos sentidos construídos historicamente. Dito isso, para se compreender como esses sentidos já construídos se instauram e de quais relações eles surgem, utilizamos a análise sociológica marxista que busca na economia e nas divisões de classe da sociedade, determinadas pelas relações de trabalho, analisar como esses elos influenciam outras esferas sociais como a política, a educação, a ciência, as religiões etc.

Desse modo, a estrutura ou a base da sociedade seria tudo aquilo que é imediato relativo ao trabalho e à economia, toda prática que é inerente à sobrevivência humana; e tudo aquilo que essas esferas refratam designam as superestruturas ideológicas: política, religião, ciência, arte, educação. Quer dizer que a estrutura e as superestruturas se relacionam de modo

intrínseco, o que significa que a materialização discursiva de um sujeito, dentro de um contexto, revela posturas ideológicas das superestruturas a partir de sua condição na base, uma vez que a posição do indivíduo na sociedade de classes determina a sua consciência ideológica.

Essa compreensão da linguagem como ideológica e dialógica é defendida por Volóchinov no livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, no qual o autor estabelece que

a ideologia não é uma formulação da consciência, mas, ao contrário, a ideologia forma, constitui a consciência por meio de sua realidade material, isto é, dos signos ideológicos. Esses signos ideológicos, por sua vez, são constituídos no processo de interação social em que os interesses das diversas classes sociais direcionam o processo de construção das representações materializadas na palavra (Volóchinov, 2018, p. 55).

Portanto, a ideologia só se constitui na interação social, pois os signos ideológicos só revelam e produzem sentidos no processo interacional e estão intimamente relacionados com as classes sociais em que os indivíduos estão inseridos. Desse modo, a interação discursiva no diálogo ocorre de modo primário ou secundário, conforme propõe Bakhtin,

os enunciados são materializados na forma de gêneros do discurso e podem se realizar de modo primário ou secundário. Dessa maneira, os gêneros primários acontecem na realidade concreta e imediata da vida real. Já os secundários incorporam os primários e os reelaboram numa complexidade relativa ao campo a que pertencem, como por exemplo as formas jurídicas, a literatura, uma vez que “essa diferença entre os gêneros (ideológicos) primário e secundário é importante para se descobrir a natureza do enunciado, se analisando as duas modalidades. A relação mútua dos gêneros primários e secundários, o processo de formação histórico dos secundários reflete a natureza do enunciado (a relação entre linguagem e ideologia e linguagem e visão de mundo)” (Bakhtin, 2016, p. 15-16).

Para o autor, as formas da língua, sejam nos gêneros primários ou secundários, se tornam signos ideológicos dotados de sentido e são responsáveis pela formação da consciência individual. Esse é um processo dinâmico e de difícil apreensão, visto que a interação discursiva ocorre em fluxo contínuo. Então, a todo momento, as formas da língua são utilizadas e os signos constituem sentidos, os quais podem ser reelaborados e ressignificados a partir de diferentes situações ou contextos de comunicação. E são, ao mesmo tempo, internalizados pelos indivíduos para estabelecerem a consciência ideológica individual, num processo intersubjetivo.

Conforme aponta Volóchinov, a ideologia que forma a consciência dos sujeitos discursivos se materializa no uso da palavra e os signos ideológicos se constituem no processo

de interação social desses sujeitos que estão inseridos em diferentes classes sociais. A linguagem estrutura todo esse dinâmico jogo de organização da interação e da consciência, além de demonstrar as valorações ideológicas existentes em um enunciado materializado em determinado contexto. Dada a complexidade e dinamismo das operações dialógica e dialética, muitas vezes o sujeito discursivo não tem compreensão desse processo ou de que sua própria consciência individual é adquirida sempre na relação com o outro.

Quando os sujeitos discursivos se inserem na esfera educacional, sendo uma esfera que objetiva auxiliar os sujeitos a desenvolverem suas potencialidades humanas do conhecimento sobre si e sobre o mundo, há uma maior possibilidade de tomarem consciência desse processo de inter-relação em que a linguagem exerce papel fundamental e influente sobre a constituição de suas consciências. Assim, é possível, a partir dessa compreensão, concluir em quais posicionamentos ideológicos estão inseridos, bem como conhecer a que classe social pertencem na base da sociedade.

Ao pensar que o sujeito inserido na esfera educacional será capaz de compreender tais processos, podemos observar como o ensino formal da linguagem nessa esfera é preponderante para a tomada de consciência sobre a discursividade que o envolve enquanto ser empírico que reside e atua no mundo. Isso posto, entende-se que a esfera educacional é permeada por diferentes objetos de estudo que visam possibilitar aos sujeitos a compreensão sobre os variados processos que acontecem no mundo físico por meio do que é nomeado como disciplinas, as quais separam o conhecimento em esferas sociais, uma delas se volta especificamente ao uso da linguagem, denominada disciplina de Língua Portuguesa (LP). Desse modo, a próxima seção aborda o ensino de LP como disciplina da educação básica convencionalizada por uma padronização formal na educação brasileira.

O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva dialógica

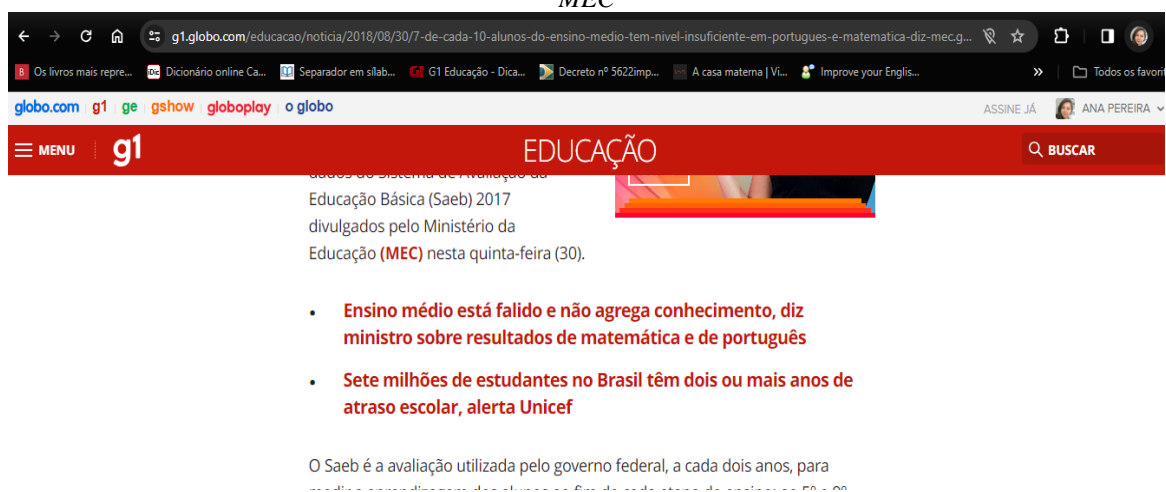
A Língua Portuguesa é compreendida como disciplina no âmbito do processo educacional formal durante todo o ensino básico regular que acontece em três fases: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, essa última fase é a etapa final do ensino básico regulamentado e parametrizado por documentos oficiais que definem todos os processos e práticas nele realizados. Dessa forma, os documentos apontam uma determinada concepção ou postura ideológica sobre a forma como a LP deve ser trabalhada em todas as

etapas. Ademais, direcionam os conteúdos, as metodologias e as avaliações que são considerados necessários à formação integral do sujeito inserido dentro da esfera educacional.

Isso posto, a partir de uma série de leituras e discussões teóricas compreendemos que há variados discursos que se referem ao ensino de LP no Ensino Médio. Tais discursos se apresentam de forma direta e indireta e procedem tanto do interior da esfera educacional quanto de outras esferas sociais, são materializados em enunciados normativos dos documentos oficiais como a BNCC e, anteriormente, nos PCNs, em enunciados que respondem ativamente aos documentos oficiais como planos de ensino da disciplina e planos de aula; e, sobretudo, em enunciados oriundos de outras esferas como a jornalística, materializados nos gêneros reportagem e notícia; ou, ainda, enunciados da esfera política, materializados nos gêneros projeto de lei, emendas constitucionais; e, da esfera econômica, que se materializam sob dados, gráficos e artigos que são apresentados em relação à educação.

A título de exemplificação, apresentamos como um enunciado da esfera jornalística se relaciona discursivamente com o enunciado da esfera educacional. Em agosto de 2018, a empresa de jornalismo Globo, por meio do portal digital de notícias nacionalmente conhecido no Brasil e denominado de G1, que tem uma seção denominada Educação, trouxe a seguinte notícia sob o título: “7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC”¹¹. Além dessa manchete, no interior da notícia há mais dois enunciados que se referem ao Ensino Médio, conforme pode ser observado na tela abaixo.

Figura 1 – Notícia: 7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC



¹¹ Enunciado extraído do site de notícias G1, que pode ser acessado em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/08/30/7-de-cada-10-alunos-do-ensino-medio-tem-nivel-insuficiente-em-portugues-e-matematica-diz-mec.ghtml>. Acesso em: 03 de maio de 2024

Fonte: G1.globo.com

O enunciado apresentado se insere na esfera jornalística, apresenta discursos valorativos sobre os sujeitos concluintes da última etapa da educação básica, o Ensino Médio. Observemos que esses discursos partem da esfera jornalística, materializados sob a forma de uma notícia, mas estão profundamente correlacionados com a esfera educacional, não apenas pelo conteúdo temático que aborda a notícia, mas também por mencionarem quem profere tais enunciados, demonstrando a origem da enunciação. Nesse caso, não é o portal de notícia que enuncia e sim o MEC, o Ministério da Educação, órgão governamental responsável por gerir e implementar políticas públicas relacionadas à educação básica brasileira.

Conforme podemos observar, os enunciados materializados na notícia apresentam discursos sobre o ensino no Ensino Médio e, indiretamente, sobre o ensino de Língua Portuguesa no país, revelando um posicionamento valorativo negativo sobre o desenvolvimento das habilidades linguísticas dos sujeitos inseridos nesse contexto educacional. Essas habilidades linguísticas referem-se ao ensino formal do português padrão ensinado nas escolas, e não às variantes do idioma que não possuem prestígio social, o que demonstra como a língua desempenha um papel nas engrenagens que movimentam as classes sociais. Como esse enunciado se materializa numa notícia, ele abrange tanto os sujeitos inseridos nas práticas sociais educacionais quanto aqueles que não se inserem. Portanto, esses enunciados podem suscitar outros enunciados responsivos a eles, concordantes e/ou discordantes, sem que haja uma análise da cadeia discursiva e uma reflexão aprofundada dos discursos neles contidos.

Nessa situação, para analisar os sentidos dos discursos contidos nesse enunciado, observamos os termos: *insuficiente*, *falido*, *não agrega* e *atraso*. Esse conjunto de palavras que estruturam o discurso dos enunciados apresentados já possuem relativa estabilidade de sentido negativo construído socio-historicamente ao apontar para uma valoração negativa, são termos que expressam negatividade daquilo a que se referem, o que suscita questões como: que habilidades de leitura estão sendo consideradas? Quais habilidades de escrita estão sendo consideradas? O que é considerado como texto? Os textos escritos em mensagens mediadas por plataformas tecnológicas são considerados textos? A leitura de artigos que aparecem em redes sociais são textos? Ou apenas a leitura de obras canônicas está sendo considerada nessa avaliação? O que é considerado como insuficiência em português e matemática? Essa insuficiência parte de quais instrumentos avaliativos?

Ademais, somam-se ainda vários outros questionamentos, como: Esses instrumentos avaliativos levam em consideração as peculiaridades regionais, culturais, econômicas dos indivíduos? E como os sujeitos inseridos nas práticas educacionais se relacionam com tais enunciados? O que seria um Ensino Médio falido? Será realmente que os 3 anos de duração do ensino médio em nada agregam ao conhecimento dos alunos? Por que a utilização do termo falido, termo atribuído historicamente e popularmente conhecido da esfera econômica, ao invés de fracassado, por exemplo? Quais as unidades de média estão sendo consideradas para afirmar que os sujeitos inseridos nas práticas educacionais estão em atraso escolar? Todas essas indagações sobre os discursos que emergem desses enunciados exemplificam a metodologia que busca as conexões entre esses enunciados no âmbito do discurso e como eles são determinantes para a estruturação de relações educacionais, econômicas, políticas, sociais e culturais.

Nessa ordem de pensamento, cabem as reflexões de Volóchinov (2019) que aludem para o fato de que a língua irrompe do interior das práticas sociais relativas às esferas sociais nas quais os sujeitos se inserem, e a linguagem alicerça a compreensão que os indivíduos têm do mundo a partir dessas práticas. Sendo assim, a forma como os indivíduos compreendem o mundo e a si mesmos está diretamente ligada à forma como estão inseridos dentro dessas práticas. Essa compreensão de si e do mundo expressa na/pela linguagem é ideológica, conforme propõe o campo dos estudos bakhtinianos.

Sob esse viés, a proposta de ensino de LP no Ensino Médio, preconizada no enunciado BNCC, é analisada com embasamento nesses postulados teóricos que compreendem a linguagem como ideológica e elementar na estruturação das relações sociais e, conseqüentemente, na organização das práticas sociais. Para analisarmos essa intrínseca relação entre as organizações sociais e a linguagem, nos embasamos em Medviédev (2012), o qual aponta que

Os fundamentos dessa ciência das ideologias foram profunda e solidamente alicerçados no marxismo, que formulou uma definição geral das superestruturas ideológicas, de suas funções na unidade da vida social, de suas relações com a base econômica e, em parte, também da relação interna entre elas (Medviédev, 2012, p. 43)

O autor não aponta a relação da linguagem com as organizações sociais e sim a relação das organizações sociais com as superestruturas ideológicas a partir da teoria sociológica marxista. No entanto, utilizamos as concepções estabelecidas por Medviédev (2012),

considerando que as ideologias se materializam nos discursos quando verbalizados (orais ou escritos) nos enunciados provenientes das interações sociais de que os sujeitos fazem parte.

Outra compreensão necessária é entender o processo de interação verbal a partir da concepção de que “toda compreensão é dialógica” (Volóchinov, 2018, p. 63). Isso significa dizer que numa dada interação verbal, dentro de uma esfera social, a capacidade de concordar ou discordar dos signos ideológicos já instituídos e materializados pelas formas da língua, compreendidas como enunciados, só acontece porque houve um processo de internalização de outros signos ideológicos derivados de outras interações verbais em outras esferas que produzem a consciência apta a participar dialogicamente de uma nova interação verbal. Dessa maneira,

todo signo surge entre indivíduos socialmente organizados no processo de sua interação. Portanto, as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação. A mudança dessas formas acarreta uma mudança do signo. Acompanhar a vida social do signo verbal deve ser uma das tarefas da ciência das ideologias (Volóchinov, 2018, p. 109-110).

Para o autor, a organização social e a interação determinam as formas dos signos. Logo, os signos sofrem alterações a partir das mudanças interacionais e organizacionais da sociedade, em um processo de refração. Desse modo, a sociedade contemporânea na qual estamos inseridos, advinda de um processo milenar de organização, já apresenta uma relativa estabilização de determinados signos ideológicos em relação às suas esferas sociais constitutivas, como por exemplo, o signo falido utilizado acima no enunciado exemplar.

Esse signo já está relativamente estabilizado dentro da esfera econômica e utilizar esse termo para se referir à esfera educacional designa uma marcação ideológica com efeito de sentido negativo, obviamente, mas que mantém relação discursiva com a esfera econômica, dado o processo histórico em que esse signo relativamente se estabilizou na referida esfera. Assim, os signos ideológicos, materializados na forma de enunciados extraídos das esferas política e econômica relacionadas aos discursos sobre o ensino de LP no Ensino Médio, foram analisados a partir de determinada constituição valorativa em relação às esferas de onde emergem e às possíveis interações discursivas entre esses enunciados.

Conforme discussão já pautada, a sociedade é um sistema complexo de organizações sociais já instituídas e os enunciados que emergem de dentro dessas organizações são compostos por signos ideológicos que somente produzem sentido no processo interacional. Para tanto, é necessário compreender a natureza do enunciado, que para Bakhtin (2016) é o

emprego concreto da língua, seja oral ou escrito. Conseqüentemente, um enunciado é abarcado como um todo pela maneira como é compreensível e não pela sua extensão, é a unidade real da comunicação discursiva.

Para Bakhtin (2016), os enunciados se relacionam de modo que estão sempre respondendo a outros enunciados e a materialização discursiva de um enunciado pressupõe uma resposta, tudo isso configurado na interação discursiva entre os falantes. Desse modo, o autor postula que

toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo, é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é preche de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subseqüente resposta real e em voz alta” (Bakhtin, 2016, p. 25).

Destarte, com base na concepção dialógica, os enunciados se relacionam como unidades que podem ser compreendidas como contrapalavras responsivas ativas. Então, mesmo que não haja uma resposta verbal (oral ou escrita) a um enunciado, ele é passível de ser compreendido, confirmado, refutado, confrontado; tornando-se um elo na cadeia discursiva real da comunicação. Em vista disso, identificamos enunciados das esferas política e econômica que assumem uma ativa posição responsiva em relação ao enunciado BNCC, o qual faz parte da esfera educacional, e que apresentam uma posição de concordância ou discordância (total ou parcialmente) sobre o ensino de LP no Ensino Médio previsto na BNCC.

Portanto, o discurso se efetiva em sua dimensão dialógica em razão de seu caráter responsivo-ativo, ou seja, a possibilidade das relações linguísticas, discursivas e sociais residem na expectativa de compreensão e resposta-ação na cadeia comunicativa. É importante também compreender que a proposta da prática do ensino de LP é um processo social com alto teor de impacto na formação e consciência constitutiva dos indivíduos inseridos na esfera educacional. Por isso, observamos de que maneira os discursos da BNCC propõem as práticas do ensino dessa disciplina dentro da esfera educacional, e se as práticas propostas buscam impactar na formação dos sujeitos a partir das posturas ideológicas que estão contidas em seus dizeres.

Desse modo, a Análise do Discurso compreende a esfera educacional como atividade permeada pela linguagem, saturada de enunciados orais e escritos proferidos por sujeitos discursivos que integram essa esfera e várias outras. E há, ainda, discursos de outras esferas

sociais com enunciados que se apresentam como responsivos ativos concordantes ou discordantes em relação à esfera educacional. Isso, de certa forma, pode provocar uma postura conflitante entre a esfera educacional e as demais esferas organizacionais da sociedade, quando não observada a construção de determinados enunciados em relação à esfera de onde surgem e com quais discursos se relacionam.

Logo, essa análise discursiva considera a concepção dialógica da linguagem, conforme postulado por Bakhtin (2016), Medviédev (2012) e Volóchinov (2018). Esse dialogismo é a efetivação concreta, viva, real, singular e irrepetível do uso da língua numa singularidade responsiva ativa. Tal concepção dialógica da linguagem orienta a investigação nesta pesquisa.

Dessa maneira, todos os procedimentos, perceptíveis ou não, que organizam os discursos, demonstram o caráter dialógico da linguagem que assume as particularidades e a peculiaridade na relação discursiva. Cada manifestação discursiva enunciada surge como um posicionamento axiológico, isto é, como um conceito valorativo predominante em dada sociedade, que avalia cada momento e se posiciona perante ele, de acordo com os valores envolvidos e com a ideologia constituída.

Dessa forma, analisar enunciados significa observar a constituição dos fenômenos discursivos estruturados e reconhecer, na sua materialização, os procedimentos intertextuais ativados que revelam o caráter responsivo-ativo, caráter esse que reforça ou confronta concepções axiológicas e epistemológicas de determinada esfera social.

Portanto, é nessa acepção dialógica da linguagem que se fundamenta esta pesquisa, orientada pela linguagem materializada nos enunciados que se estabilizam por meio da utilização dos enunciados que foram cotejados para análise, os quais estabilizam as práticas sociais da esfera educacional. Assim, compreendemos que cada enunciado se individualiza nos planos vocabular, sintático e, sobretudo, semântico, mas também se relaciona com as outras unidades estilísticas, de outros enunciados, todas elas portadoras de visões de mundo diferentes, de modo que apresentam uma perspectiva complexa e divergente da sociedade.

Depois de esboçarmos a compreensão teórico-metodológica que conduziu este trabalho, de esmiuçarmos conceitos importantes para a compreensão das análises que serão apresentadas, passaremos agora à conceituação do objeto de análise desta pesquisa e a trajetória discursiva que culmina no surgimento do enunciado BNCC no fio discursivo da esfera educacional.

PARTE II
ENUNCIADO NORMATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR – BNCC

Por que a BNCC é um enunciado concreto?

Nesta parte, pretendemos conceituar o objeto que deriva toda esta investigação: o enunciado BNCC. A partir da compreensão teórica apresentada na primeira parte, tomamos o enunciado como um todo discursivo, no qual podemos observar discursos que se instauram sobre a educação, especificamente sobre o ensino de LP no referido ciclo. Assim, os fragmentos a serem destacados aqui se relacionam com os objetivos e justificativa desta pesquisa.

A esse respeito, o enunciado, dentro da perspectiva dialógica bakhtiniana, é compreendido como a unidade discursiva que possibilita a comunicação entre os sujeitos que interagem nas mais variadas esferas discursivas. Essa compreensão do enunciado como unidade discursiva se refere tanto a enunciados produzidos no contato imediato da comunicação diária, a exemplo do diálogo cotidiano e conversas triviais na padaria ou pelo WhatsApp, quanto a enunciados mais complexos, tais como uma apresentação de trabalho de conclusão da graduação ou um romance universal, como Dom Quixote de La Mancha, do escritor Miguel de Cervantes.

Sendo assim, o enunciado enquanto unidade real da comunicação discursiva não está só organizado pelo código linguístico de uma língua que produz significação, tem também a capacidade de produzir sentido que revela discursos valorativos sobre aquilo que está sendo dito naquele determinado enunciado. Além de estabelecer relações discursivas com enunciados aos quais ele está respondendo, o enunciado também suscita respostas e provoca o aparecimento de outros, pois sua materialização sempre ocorre na interação entre sujeitos sociais dentro de um contexto e gera sentidos que estimulam a eclosão de novos enunciados. Eles se constituem como elos de uma correnteia de transmissão ininterrupta, conforme aponta Bakhtin:

todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. Os próprios limites do enunciado são determinados pela alternância dos sujeitos do discurso. Os enunciados não são indiferentes entre si nem

se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. Todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Todo enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra "resposta" no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição *definida* em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto etc. (Bakhtin, 2016, p. 57).

Em conformidade com o conceito de enunciado postulado por Bakhtin, compreendemos que a BNCC é um enunciado concreto. Para o autor, todo enunciado possui conteúdo temático, estilo de linguagem e construção composicional relativamente estáveis em relação a esfera do qual emerge. Além disso, o enunciado apresenta uma certa conclusibilidade que possibilita compreender que um enunciado deriva de outros e provoca o surgimento de outros novos.

Além disso, a BNCC é um enunciado concreto, pois emerge de um contexto histórico e social específico, atendendo a uma demanda social e cultural vigente. Estabelece diretrizes e parâmetros para a reflexão sobre o ensino no presente, levando em consideração os recursos disponíveis na contemporaneidade. Além disso, estabelece um elo na cadeia de comunicação discursiva do campo educacional, materializando-se como um enunciado relativamente estabilizado. Isso é evidenciado pelas características estilísticas, temáticas e de construção dos enunciados que precedem a BNCC, com os quais ela mantém relações dialógicas, especialmente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Essa constatação está nas apresentações de ambos os enunciados ao caracterizar a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:

Este documento tem como finalidade delimitar a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, dentro da proposta para o Ensino Médio, cuja diretriz está registrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e no Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº 15/98. As diretrizes têm como referência a perspectiva de criar uma escola média com identidade, que atenda às expectativas de formação escolar dos alunos para o mundo contemporâneo. O respeito à diversidade é o principal eixo da proposta e, para a área, não poderia ser diferente: as indicações deste documento procurarão ser coerentes com os princípios legais (Brasil, 2000, p. 4).

A Base Nacional Comum Curricular da área de Linguagens e suas Tecnologias busca consolidar e ampliar as aprendizagens previstas na BNCC do Ensino Fundamental nos componentes Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa – observada a garantia dos direitos linguísticos aos diferentes povos e grupos sociais brasileiros. Para tanto, prevê que os estudantes desenvolvam competências e habilidades que lhes possibilitem mobilizar e articular conhecimentos desses componentes simultaneamente a dimensões socioemocionais, em situações de

aprendizagem que lhes sejam significativas e relevantes para sua formação integral. Tal organização responde a um conjunto de documentos e orientações oficiais (como as DCNEM e a Lei nº 13.415/2017) e dialoga com as contribuições da pesquisa acadêmica e de currículos estaduais já construídos no País. Nessa direção, considera os fundamentos básicos de ensino e aprendizagem das Linguagens, que, ao longo de mais de três décadas, têm se comprometido com uma formação voltada a possibilitar uma participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens (Brasil, 2018, p. 481).

Nos enunciados extraídos do enunciado PCN anterior (numa cadeia cronológica) ao enunciado BNCC, verificamos que eles estabelecem relações dialógicas primeiramente por emergirem da mesma esfera. Como eles se manifestam a partir de um mesmo espaço, a natureza desses enunciados é semelhante em relação ao conteúdo temático, estilo e construção, ambos são enunciados (gêneros do discurso) categorizados como normativos determinantes das práticas relativas à educação. Em virtude disso, o conteúdo temático de um e outro conceitua, explicita e especifica as práticas de ensino que devem ser aplicadas com base em tais enunciados normativos referenciadores.

Além disso, as características estilísticas e de construção podem ser observadas no uso do presente do indicativo e na utilização de verbos no infinitivo que conferem a ambos os enunciados esse caráter de atemporalidade, haja vista serem enunciados que determinam a efetividade de ações não apenas quando surgem na cadeia discursiva, mas em linha temporal produzem sentidos que provocam o surgimento de outros enunciados muito tempo depois de seu aparecimento.

Podemos destacar também que as escolhas sintáticas e vocabulares demonstram que os dois enunciados fazem parte da esfera educacional. A predileção da ordem sintática direta na construção verbal evidencia uma maior clareza aos enunciados, visto que eles suscitarão outros que serão utilizados nas práticas efetivas da educação. Portanto, são enunciados que podem ser caracterizados como essencialmente compostos por construções sintáticas que priorizam a clareza, evitando ambiguidades e distanciando-se de construções calcadas na conotação linguística. E enquanto no enunciado PCN a construção sintática e a escolha dos vocábulos *respeito à diversidade* são colocadas como principal proposta educacional, no enunciado BNCC as escolhas lexicais foram *diferentes práticas socioculturais* como essenciais para a formação.

Desse modo, podemos considerar que os vocábulos *diversidade* e *socioculturais* se referem à mesma posição ideológica em que a educação, principalmente o ensino de LP, deve ser pautada no respeito às características e individualidades de cada sujeito ou grupo cultural. Ao considerar a linha temporal entre os enunciados, percebemos que a palavra *diversidade*

possibilitou diferentes sentidos no contexto educacional como o de reconhecimento e valorização de múltiplas culturas em uma sociedade que globalizada, assim como a palavra *socioculturais* produz sentidos que se referem à complexidade das dinâmicas sociais e culturais na contemporaneidade no contexto educacional. Ambos os enunciados são concordantes ao determinarem que o ensino precisa ser ancorado na pluralidade social e cultural dos sujeitos inseridos nas práticas educacionais.

Portanto, o enunciado BNCC é resposta que ecoa consoante ao enunciado PCN, que o antecede, e que o confirma enquanto posicionamento ideológico da esfera educacional para a área de linguagens, a qual sustenta que a aprendizagem da língua deve acontecer em diferentes práticas socioculturais, com um ensino linguístico pautado na diversidade social, cultural e, conseqüentemente, linguística.

Outro fator determinante para a comprovação da BNCC como um enunciado concreto na cadeia discursiva educacional é o fato de que a partir de sua homologação, em 2017, ela ocasionou o aparecimento de novos enunciados em materialidades discursivas diferentes, o que é reflexo do diálogo dentro da esfera educacional que suscita respostas de distintos sujeitos do discurso. Acerca disso, Bakhtin (2016, p. 35) explica: “como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras-enunciados: com aquelas às quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem; ao mesmo tempo, à semelhança da réplica do diálogo, ela está separada daquelas pelos limites absolutos da alternância dos sujeitos do discurso”.

Para corroborar com a compreensão do caráter dialógico do enunciado BNCC, ilustramos a seguir como ocorre a construção do elo discursivo entre os enunciados, como eles vão se constituindo como enunciados responsivo-ativo que irrompem de distintas materialidades discursivas e de diferentes esferas sociais, cujas particularidades composicionais distintas são intrinsecamente relacionadas à esfera de que emergem. Por isso, podem ser considerados como correias de transmissão (Bakhtin, 2011, p. 286) entre a história da sociedade e a história da linguagem por manterem relações discursivas que constituem uma dialogia.

Em função da propriedade dialógica que os enunciados vão estabelecendo no decorrer da história da sociedade, por corresponderem a diferentes esferas sociais e transitarem entre eles, é tarefa quase impossível encontrar o enunciado primeiro que desencadeou os demais enunciados dentro de uma cadeia discursiva. Sendo assim, os enunciados que induzem o aparecimento do enunciado BNCC são inúmeros, surgem de variadas materialidades discursivas tanto da esfera educacional quanto de outras esferas sociais. No entanto, podemos

considerar que o enunciado BNCC responde ativamente ao enunciado inscrito sob o gênero *portaria*, conforme demonstra a figura 2.

Figura 2 - Portaria que instituiu a Comissão para a elaboração da proposta da BNCC

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N 592, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, **parágrafo único**, inciso II da **Constituição**, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Especialistas para a Elaboração da Proposta da Base Nacional Comum Curricular.

§ 1º A Comissão de Especialistas será composta por 116 membros, indicados entre professores pesquisadores de universidades com reconhecida contribuição para a educação básica e formação de professores, professores em exercício nas redes estaduais, do Distrito Federal e redes municipais, bem como especialistas que tenham vínculo com as secretarias estaduais das unidades da Federação.

§ 2º Participarão dessa comissão profissionais de todas as unidades da

Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/94124972/dou-secao-1-18-06-2015-pg-16>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

O enunciado apresentado na figura 2 emerge da esfera legislativa, é estruturado e circunscrito sob o gênero do discurso *portaria* que, ao ser materializado, possui características relativamente estáveis, tais como a padronização sintática e linguística dos enunciados do campo legislativo, a exemplo dos artigos, parágrafos e alíneas. Isso porque a forma padrão de uma língua e os verbos geralmente se encontram no presente do indicativo e no futuro do presente do indicativo pela função que esse enunciado tem, a partir dele algo será realizado, a portaria tem repercussão de sentido prático, pois fomenta enunciados que possuem características para determinar práticas e organização social com relação mútua. Nesse caso, podemos considerar que é a partir desse sentido prático que o enunciado *portaria*, ao determinar a criação de uma comissão de elaboração da BNCC, apresenta uma relativa conclusibilidade que permite que o enunciado BNCC seja responsivo-ativo ao enunciado portaria.

Tal característica se justifica pelo fato de que o enunciado BNCC foi homologado por meio de práticas sociais da esfera legislativa que confere aos próprios enunciados a confirmação de validação. Então, o enunciado BNCC adentrou a esfera educacional suscitando uma responsividade em relação aos postulados nele contidos, fazendo com que os sentidos provocassem alterações em práticas sociais da educação. Desse modo, as relações dialógicas com o enunciado BNCC partem da esfera educacional e também de outras, como o enunciado da figura 3, que apresenta uma contrapalavra responsiva-ativa emergente da esfera jornalística, materializada na reportagem.

Dessa maneira, o enunciado BNCC responde ativamente e concorda com o enunciado portaria, uma vez que a função de uma *portaria* é efetivar outros enunciados concordantes. Ademais, os construtos ideológicos relacionados à temática do enunciado *portaria* são praticamente os mesmos do enunciado responsivo, como no caso da BNCC. Por outro lado, esse novo enunciado pode suscitar outros com características ideológicas conflitantes, como a da reportagem da figura 3.

Figura 3 - Reportagem da Revista Veja sobre a alfabetização na BNCC

The image shows a screenshot of a news article from the website 'veja'. The article is titled 'Alfabetização na BNCC: mais um retrocesso na educação' and is categorized under 'Educação'. The sub-header reads: 'Em países com sistemas educacionais razoáveis, a elaboração de programas de ensino segue um ritual. Aqui, criamos um ritual próprio, fadado ao fracasso.' The author is 'Por João Batista Oliveira' and the date is '14 dez 2017, 18h09'. The main image shows a teacher in a classroom. There is a public notice on the right side of the page that says 'Anúncio fechado pela CRITEO' and 'Denunciar este anúncio'.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/educacao-em-evidencia/alfabetizacao-na-bncc-mais-um-retrocesso-na-educacao/>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Na figura 3, o enunciado trazido pela reportagem é um enunciado responsivo-ativo ao enunciado BNCC, e parte da esfera midiática e jornalística, estabelecendo um conflito ideológico ao considerar a base como um retrocesso em relação à alfabetização. Isso ocorre porque a palavra *retrocesso* adquire um sentido social de algo ultrapassado, que não apresenta melhorias. Em tese, esse enunciado acerca da alfabetização é totalmente conflitante com o

enunciado BNCC, uma vez que ele surge amparado pelo discurso de melhoria na educação em todos os níveis, inclusive na alfabetização.

Outros termos do enunciado que validam essa postura ideológica conflitante de que não haverá melhorias na alfabetização é *fadado ao fracasso*. Algo que é fadado está determinado, destinado; e, nesse caso, destinado ao fracasso e a não ter avanço significativo que demonstre melhorias para a alfabetização. Portanto, a construção ideológica desse enunciado, presente na reportagem publicada pouco tempo depois de a BNCC ter sido homologada, estabelece conflito ideológico entre a BNCC e produz sentido negativo de não progressão quanto à alfabetização.

Outra característica que produz um enunciado concreto real na comunicação discursiva é sua relativa conclusibilidade (Bakhtin, 2016, p. 30). Ou seja, a capacidade do enunciado de produzir sentidos que provoquem o aparecimento de novos enunciados que respondam a ele ativamente e de imediato ou em outro tempo, mas que mantém relações discursivas, especialmente ideológicas. Dessa forma, para além da linha temporal, o surgimento de um enunciado produz uma cadeia discursiva de enunciados anteriores e posteriores a ele. Conforme podemos observar na figura 4, o enunciado presente é uma reportagem que foi publicada 4 anos depois da homologação do enunciado BNCC e apresenta conteúdo sobre a implementação do enunciado BNCC que ainda está ocorrendo hodiernamente em todo território brasileiro.

Figura 4 - Reportagem de 2021 sobre a implementação da BNCC

The image shows a screenshot of a news article on the Nova Escola website. At the top, there is a search bar with the text "Busque planos de aula, notícias, cursos e mais" and a magnifying glass icon. To the right of the search bar are navigation links: "Para se informar", "Para aplicar em aula", "Para se capacitar", and "Mais", each with a dropdown arrow. A black "ENTRAR" button is on the far right. Below the search bar is a light blue banner with an information icon and the text: "Este conteúdo é gratuito, entre na sua conta para ter acesso completo! [Cadastre-se ou faça login](#)".

The main content area has a breadcrumb trail: "Compartilhe: Início > Jornalismo > Todas as etapas de ensino". Below this are three social media sharing icons: a speech bubble, Facebook (f), and Print (p). The article title is "BNCC: como anda a implementação e quais são os próximos passos". To the right of the title are two buttons: "IMPRIMIR" and "BAIXAR PDF". Below the title is a sub-headline: "Documento de Educação Infantil e Fundamental completou três anos desde sua homologação e ainda tem desafios para superar por conta da pandemia". Below the sub-headline is the author information: "Por [Paula Salas](#) [Ana Paula Bimbat](#)" and the date "12/01/2021". To the right of the author information is another set of social media sharing icons: a speech bubble, Facebook (f), and Print (p). At the bottom right, there is a section titled "Mais lidas da semana" with a minus sign below it.

Fonte: <https://novaescola.org.br/conteudo/20055/bncc-como-anda-a-implementacao-e-quais-sao-os-proximos-passos>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Portanto, podemos afirmar, em acordo com todas as características apresentadas até aqui, que a BNCC é um enunciado concreto na cadeia discursiva da esfera educacional e provoca o surgimento de novos enunciados dentro dessa esfera, tais como Projeto Político Pedagógico, planos de aula e outros. Para além disso, suscita o aparecimento de enunciados de outras esferas, em distintas materialidades discursivas, a mencionar as reportagens, entrevistas e conversas cotidianas sobre as alterações na educação brasileira. Tudo isso demonstra como a teoria apresentada pelos teóricos do círculo de Bakhtin fundamentam nossas reflexões e análises, considerando que a comunicação discursiva só ocorre por intermédio de enunciados numa cadeia ininterrupta de produção de enunciados com distintos sentidos.

A cadeia discursiva de enunciados que desencadearam o enunciado BNCC

A BNCC é compreendida, a partir dos estudos teóricos aqui arrolados, como um enunciado que se instaura em sociedade sob um gênero que se circunscreve como documento oficial, o qual emerge da esfera legislativa e adentra a esfera educacional como um todo discursivo dotado de sentido regulamentador das práticas que subjazem a essa esfera. Com base nisso, os subtítulos apresentados nesta parte discorrem sobre os enunciados que originam e os que antecedem a culminância do enunciado BNCC numa linha temporal.

Conforme Bakhtin (2016), é necessário entender o contexto no qual determinado enunciado está inserido e as relações sociais que se materializam a partir dele. Nesse sentido, o enunciado BNCC emerge da esfera legislativa como um documento de caráter normativo, estabelecendo diretrizes principais na organização da esfera educacional, haja vista ser o enunciado BNCC o parâmetro a ser seguido em todas as unidades escolares do território brasileiro a datar de 2018. Ele regula e determina a organização das etapas escolares, bem como os conteúdos a serem trabalhados em cada ciclo da educação básica.

Frente a isso, a primeira questão que levantamos é sobre o surgimento do enunciado BNCC. Sabemos que um enunciado não se manifesta em sociedade de modo natural e despretensioso, o surgimento de qualquer enunciado está imbricado em relações discursivas. Portanto, o enunciado BNCC não surge espontaneamente do nada e sem significado ou relevância social. Ele advém de um contexto em que a discussão sobre a reformulação do ensino para melhorias estava acontecendo e se coloca como uma medida necessária para uma reformulação da educação básica. Porém, mesmo com um novo nome, esse enunciado traz

ressonâncias de enunciados que o antecedem, principalmente do enunciado PCN e enunciado Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, lei n.º 9394/96.

O enunciado BNCC é, então, uma resposta a enunciados que apareceram em variadas esferas sociais e que classificam a educação com diversas avaliações axiológicas valorativas. Dentre essas avaliações axiológicas valorativas em relação ao ensino no Brasil, o discurso de melhorias no ensino básico e a urgência de mudanças foram amplamente utilizados como justificativas para o surgimento do enunciado BNCC¹². Nesta parte, apresentamos alguns desses ditos que se instauram na discursividade social e mobilizam variados discursos que provocaram o contexto social brasileiro, culminando na origem do enunciado BNCC.

É preciso que se compreenda, ainda, que nenhum enunciado surge dentro de um contexto social e histórico de modo aleatório e transparente. Um enunciado é sempre uma resposta ativa a outro ou outros enunciados e, justamente por isso, traz em sua constituição ecos desses enunciados com os quais estabelece inter-relação. Além disso, esse novo enunciado apresenta axiomas valorativos que concordam e ampliam posicionamentos de enunciados anteriores ou refutam e discordam deles. De modo que, essa necessidade de demonstrar a relação entre o enunciado elencado para análise com os enunciados com os quais mantém relações dialógicas é importante para observar as concordâncias e discordâncias em relação às valorações ideológicas que cada um apresenta.

Essas valorações ideológicas partem da infraestrutura, ou seja, da base da sociedade e se materializam na superestrutura e na condição de ideologias. Uma vez manifestadas a partir da interação entre os sujeitos, sofrem influências quando entram em contato dialógico com outras, o que induz a alterações na infraestrutura. Conforme aponta Volóchinov,

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também *se refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classes(...)* o problema da relação entre a infraestrutura e as superestruturas. (...). O estudo do signo lingüístico permite observar mais facilmente e de forma mais profunda a continuidade do processo dialético de evolução que vai da infra-estrutura às superestruturas. (Volóchinov, 2018, p. 46)

De acordo com o teórico, a relação entre a infraestrutura e a superestrutura se constitui numa relação dialética, na qual a formulação da superestrutura está condicionada à infraestrutura, e as alterações na base só ocorrem a partir da superestrutura. Desse modo, a

¹² Entre 28 de março e 01 de abril é realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE), com a presença de especialistas para debater a Educação Básica. O documento fala da necessidade da Base Nacional Comum Curricular, como parte de um Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/> acessado em 10 de julho de 2024.

infraestrutura da sociedade se estabelece a partir do trabalho e da economia, conforme postulados marxistas sobre a organização da sociedade. Assim, é necessário observar a relação daquilo que se efetiva na superestrutura educacional, enquanto discursos reguladores dessa esfera, e também se o vínculo com a infraestrutura é de manutenção da determinada superestrutura ou se há indícios de movimento de mudança na superestrutura social.

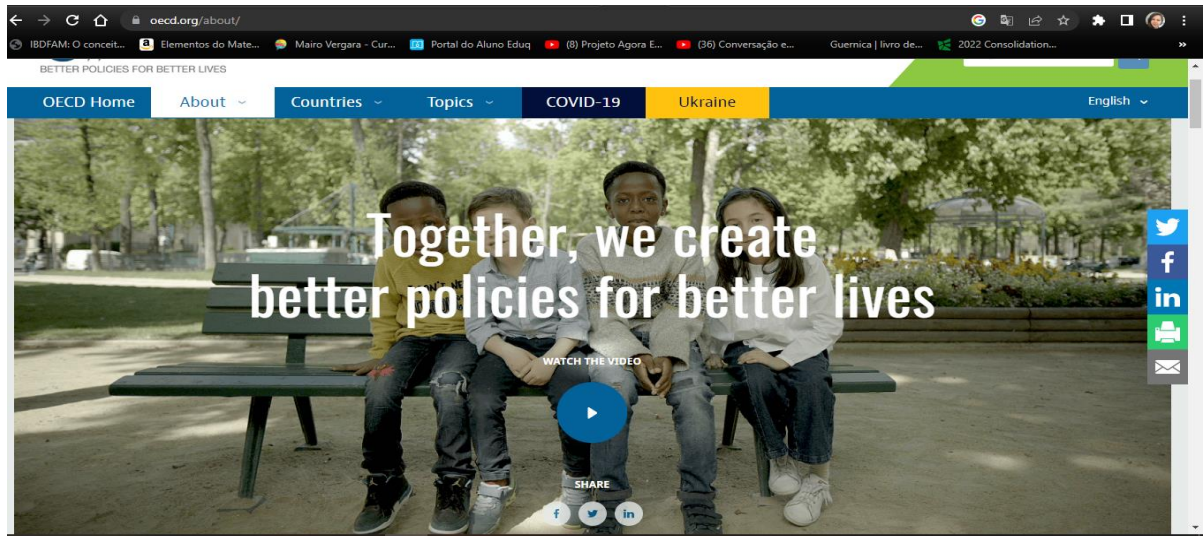
Acerca do enunciado BNCC, sua origem está na superestrutura política da sociedade, conforme portaria 592 de 17 de junho de 2015 apresentada nessa seção, com discurso fortemente marcado por uma necessidade de criação de uma base nacional (ver nota de rodapé nº 13). Mas afinal, naquele contexto, o que efetivamente precisava ser melhorado na educação básica? Quais os enunciados discursivos que argumentavam por essa melhoria e afirmavam a necessidade de um documento balizador? Há inúmeros enunciados que podem ser trazidos a essa discussão para responder a esses questionamentos e traçar um caminho discursivo que resulta no aparecimento do enunciado BNCC. Aqui, no entanto, por questões de recorte, elencaremos apenas alguns enunciados que podem ser compreendidos como respaldo dos discursos ideológicos que argumentaram a favor da necessidade urgente de mudanças na educação básica brasileira.

Um dos discursos que desencadeou o surgimento do enunciado BNCC está materializado em enunciados de dados estatísticos que surgem mediados pela plataforma digital da OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development – Organização para economia, cooperação e desenvolvimento, em uma tradução literal. Conforme pode ser observado na figura 5, a OECD é uma organização internacional que trabalha para construir melhores políticas para melhores condições de vida.¹³

Essas políticas são pensadas a partir de avaliações internacionais que mensuram educação, economia, qualidade de vida, clima, agricultura, desemprego, corrupção, saúde, investimento, dentre outros requisitos, da maioria dos países do globo que fazem parte dessa organização (OECD). À medida que são feitas as avaliações, são apresentadas escalas comparativas sobre todos os tópicos mensurados em cada país. Há categorias que a OECD adota como parâmetro para a aplicabilidade dessas avaliações e a avaliação de cada país. Aqui, abordamos apenas as avaliações que se referem à categoria da educação, uma vez que essa categoria irá impulsionar discursos sobre a educação do mundo e, especificamente, do Brasil, gerando enunciados diversos.

¹³ Tradução do trecho “The Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) is an international organisation that works to build better policies for better lives”, que pode ser acessado pelo site: <https://www.oecd.org/about/>. Acesso em 03 de maio de 2024.

Figura 5 - Sobre a Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD

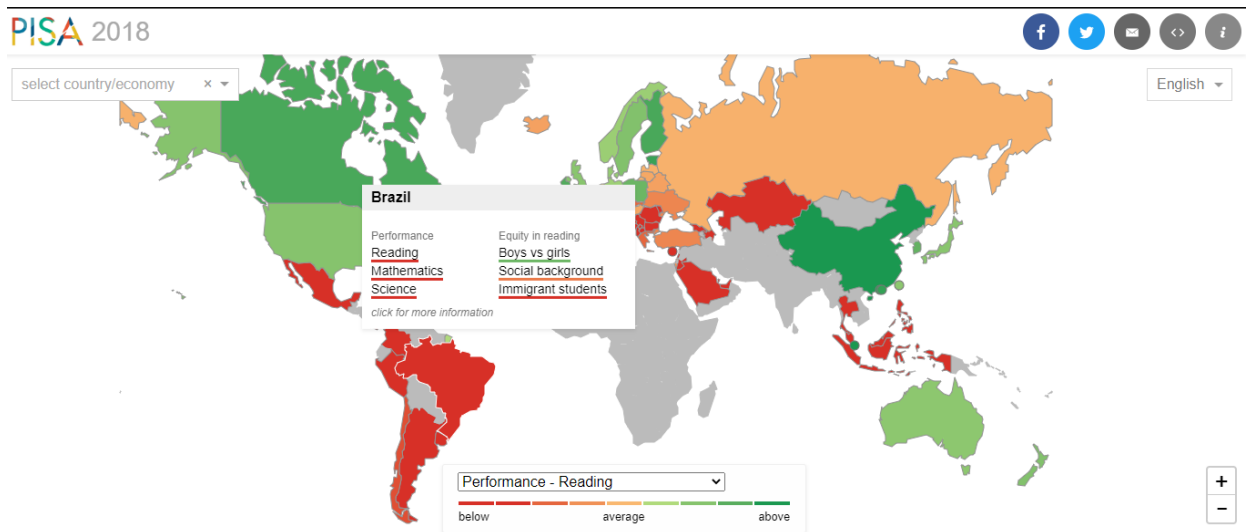


Fonte: <https://www.oecd.org/about/>. Acesso em: 03 de maio de 2024

Conforme apresentado, a OECD avalia diversas esferas sociais nos quais os sujeitos estão inseridos e mensura a qualidade de vida desses cidadãos a partir das avaliações que classificam numa escala de ranking numérico cada um especificamente. Dessa forma, uma das esferas avaliadas pela OECD é a esfera educacional. Dentre as avaliações que a OECD utiliza para realizar a mensuração da educação dos países, a que destacamos como impactante em mudanças sociais pelo mundo, e que provoca o surgimento de enunciados responsivos a ela, como a BNCC, é a avaliação educacional denominada de PISA – Programme for International Student Assessment – Programa de Avaliação Internacional de Estudantes, em tradução literal.

Nessa perspectiva, um dos enunciados estabelece uma inter-relação com o enunciado BNCC que são os de caráter comparativo que surgem a partir da avaliação do PISA. Trata-se de um programa da OECD que mensura as habilidades e conhecimentos dos estudantes, na faixa de 15 anos, em leitura, matemática e ciência e a aplicabilidade na vida real, no dia a dia; enfim, nos desafios da vida contemporânea.

Figura 6 - Mapa do PISA 2018 em relação à leitura, matemática e ciência nos países da OECD



Fonte: <https://www2.compareyourcountry.org/pisa>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Em conformidade à figura 6, os países membros da OECD, avaliados no PISA de 2018 e destacados em vermelho no mapa acima, obtiveram resultado abaixo da média esperada em comparação aos demais. Os países que estão em tons mais claros se mantiveram na média, e os que estão em verde se apresentaram acima da média. Como essa avaliação classifica a leitura e o intuito desta pesquisa é analisar o ensino de LP no Ensino Médio, pode-se observar que esse enunciado emergente de um quadro comparativo mundial pode ter impulsionado o aparecimento de enunciados com discursos de necessidade de melhoria da educação brasileira, dando origem ao enunciado BNCC.

Outro fator que acreditamos estabelecer inter-relação entre os enunciados produzidos pelo PISA e o surgimento da BNCC é que a avaliação é trienal e aplicada a estudantes na faixa etária de 15 anos. Geralmente, no Brasil, os alunos nessa faixa de idade estão principiando o Ensino Médio. Em vista disso, o discurso apresentado no enunciado circunscrito sob o gênero relatório, especificamente o relatório do PISA sobre a educação do Brasil de 2015, pode ser compreendido como um enunciado propulsor do discurso sobre a melhoria da educação básica e argumento fundamentado em dados comparativos mundiais para justificar a necessidade de surgimento do enunciado BNCC.

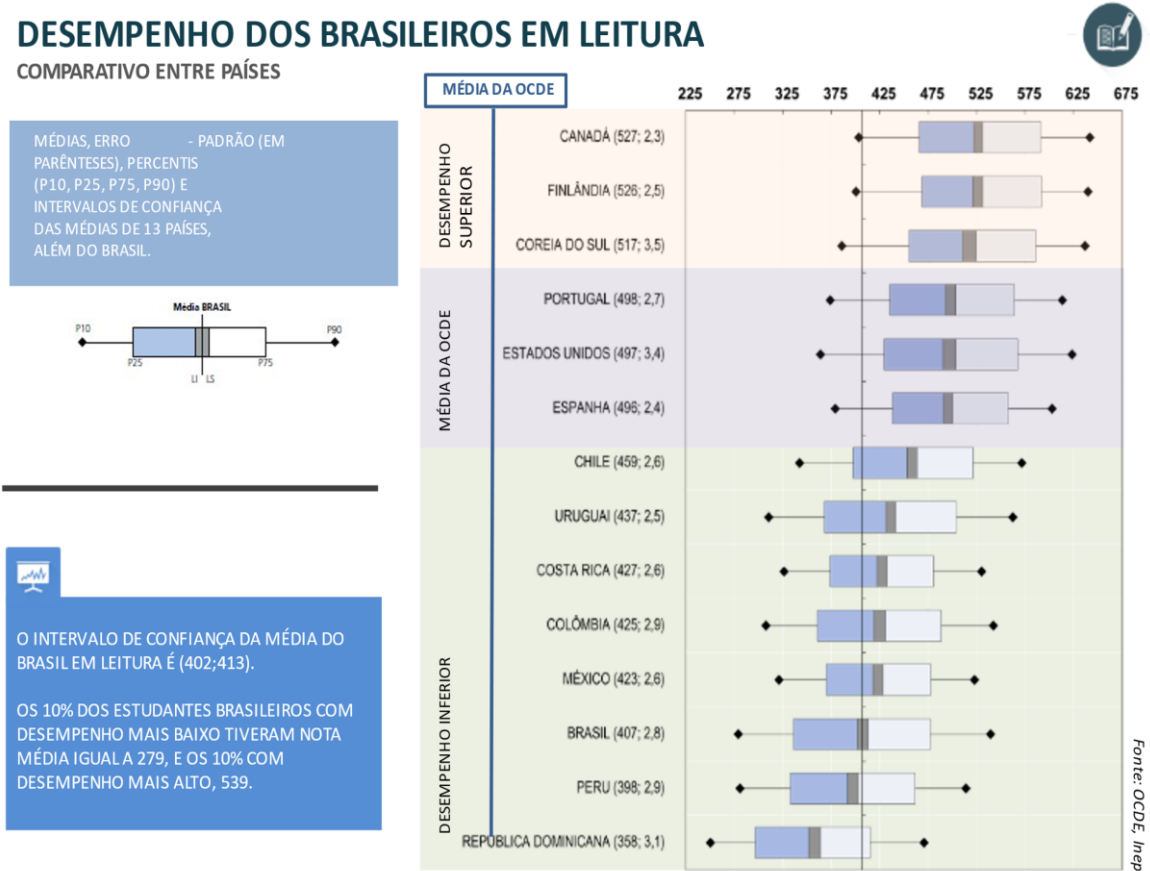
Nesse viés, esta pesquisa, propomos uma investigação acerca de como é previsto na BNCC o ensino de LP no Ensino Médio, leva em consideração a proposta de atividade linguística de leitura que deve ocorrer na prática efetiva dessa disciplina, em sala de aula, e sua relação com a avaliação de leitura proposta no PISA. Como reflexo disso, os enunciados que

surgiram a partir do resultado do PISA de 2015 originaram outros dizeres com discursos educacionais que impulsionaram o surgimento da BNCC.

Por isso, nos embasamos no enunciado de definição apresentado pelo PISA sobre o conceito de leitura para estabelecer a conexão entre essa avaliação mundial e o desencadeamento dos enunciados oriundos do relatório do PISA de 2015, responsáveis pelo aparecimento do enunciado BNCC. O Pisa 2015 apresenta a seguinte definição de letramento em leitura: “o letramento em leitura refere-se à compreensão e utilização dos textos escritos, bem como à capacidade de o contato com estes suscitar reflexão e envolvimento, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver conhecimento e potencial, assim como participar da sociedade” (OCDE, 2016a, p. 18).

Entretanto, de acordo com o relatório do PISA, os índices de proficiência em leitura no Brasil estavam abaixo do esperado quando considerada a média dos países membros da OECD. Conforme apresentado no sumário executivo do relatório de 2015 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – “o escore médio dos estudantes brasileiros de 15 anos na avaliação de leitura foi de 407 pontos”, valor significativamente inferior à média dos estudantes dos países membros da OCDE (493). Abaixo, a figura 7 demonstra o comparativo entre os países que fazem parte da OECD quanto à avaliação do letramento em leitura.

Figura 7 - Gráfico comparativo entre os países da OECD em relação à leitura



Fonte:

https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2016/pisa_brasil_2015_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Consoante ao gráfico apresentado na figura 7, o desempenho do Brasil na proficiência em leitura, no ano de 2015, se apresentava muito abaixo da média da OECD em comparação a países como Finlândia e Canadá. E esse é um fator que pode ter provocado o desencadeamento de enunciados que reafirmavam a necessidade de mudanças na educação básica brasileira para a melhoria da proficiência em leitura que pudesse atingir a meta dessa avaliação internacional.

Por outro lado, se considerarmos a média trienal, conforme pode ser observado na figura 8, não foi somente na avaliação de 2015 que a proficiência em leitura dos estudantes brasileiros ficou abaixo da média. Na verdade, na avaliação de 2015, a média se manteve a mesma da avaliação de 2012. Se observarmos, de fato, o desempenho histórico dessa avaliação, há uma oscilação de aumento e queda da média entre os anos 2000 e 2015. Por isso houve rapidez em criar um documento regulamentador da educação básica para que fosse

analisado e aprovado com urgência, tendo a BNCC sua primeira versão e homologação dentro de um período de apenas quatro anos.

Contudo, esse argumento respaldado no enunciado do relatório PISA 2015 não se sustentava, uma vez que o Brasil estava abaixo da média em comparação aos outros países, mas se mantinha na mesma média da avaliação do triênio anterior. Conforme confirma Mendonça (2020) em uma entrevista de 2020, o discurso que os gêneros jornalísticos apontam em relação à avaliação do PISA podem demonstrar críticas bastante negativas em relação à educação brasileira, mas que

dependendo de como é divulgado, esse resultado do PISA pode esconder alguns aspectos que são importantes na educação, pensando no ensino de Língua Portuguesa, especificamente, que é o que dá para eu falar. Quero dizer que existem aspectos que ficam escondidos nessa discussão e que minimizam as ações nossas nesses anos todos no Brasil, em relação à educação. Nessa matéria, temos o título – “Pisa: Brasil tem leve melhora em prova mundial, mas 4 em 10 alunos não aprendem o básico”. A matéria diz que “o Brasil é uma das nações que possui maior diferença de desempenho entre estudantes ricos e pobres”. Isso é um indício pra nós de que o problema não são só, exatamente, as questões de ensino. Há uma grande diferença de desempenho de alunos pobres e ricos. Então, a gente vê que a distribuição de renda é um dos problemas que leva a esse resultado do PISA. Não é necessariamente um problema relacionado a práticas educativas ineficientes no país nesse período. Então, eu queria chamar atenção para isso (Mendonça, 2020).

É interessante observar que no trecho acima, extraído da entrevista concedida pela professora Marina, ela ratifica a análise aqui arrolada. Além de mencionar os sentidos sobre o ensino de LP que o enunciado pode ter a depender da maneira como é construído linguisticamente na materialização discursiva, sob o gênero notícia, ela também aponta aspectos que podem não ter sido considerados na criação da BNCC, como a grande diferença no desempenho entre alunos pobres e ricos na avaliação do PISA. Isso nos leva a questionar se a distribuição de renda brasileira foi examinada e considerada como fator na elaboração da BNCC.

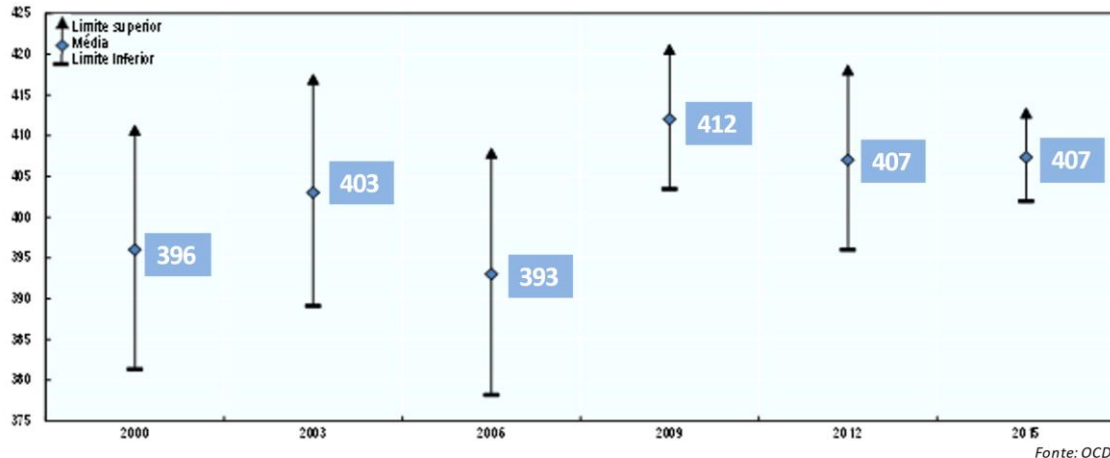
Figura 8 - Série histórica dos resultados brasileiros na avaliação de leitura

DESEMPENHO DOS BRASILEIROS EM LEITURA



SÉRIE HISTÓRICA

EVOLUÇÃO DA PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ESTUDANTES BRASILEIROS
CONSIDERANDO OS ERROS DE LIGAÇÃO
PISA - LEITURA: 2000 -2015



Não foram encontradas evidências empíricas que apontem diferenças estatisticamente significativas entre o desempenho dos estudantes brasileiros em leitura desde 2000.

Em comparação com 2000, no Pisa 2015 verifica-se um aumento de 4,7 pontos percentuais de jovens brasileiros no nível 2 ou acima, mesmo com a expansão do número de matrículas na Educação Básica

Fonte:

https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2016/pisa_brasil_2015_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Como podemos observar pelo gráfico da série histórica dos anos 2000 até 2015 não houve um aumento expressivo na proficiência leitora, mas também não houve uma queda brusca que se sustentasse como justificativa para a emergência nas mudanças do currículo brasileiro. Pelo contrário, apesar de todas as diversas dificuldades que a grande maioria das escolas brasileiras enfrentam, nos mais diversos âmbitos houve um aumento de 4,7 pontos percentuais no desempenho em leitura. Tudo isso contribui para demonstrar que o problema não é exatamente o currículo aplicado na escola, mas todas as questões estruturais, financeiras e externas que não foram levadas em consideração nas discussões de criação da BNCC.

Desse modo, podemos afirmar que existem dificuldades outras que impossibilitam o pleno desenvolvimento dos educandos e que tais dificuldades não foram consideradas na criação de uma base que objetive estabelecer aprendizagens essenciais. Devido a essa nuance, fica mais evidente ainda a necessidade de se analisar os discursos contidos na base, e a relação

com as vozes sociais que pressionaram para que a homologação e implantação ocorresse rapidamente.

PARTE III

DISCURSOS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO NA BNCC E DISCURSOS DAS ESFERAS ECONÔMICA E POLÍTICA

Análise dialógica do enunciado BNCC e de enunciados das esferas econômica e política

Nas partes anteriores, apresentamos o embasamento teórico e metodológico que fundamenta esta pesquisa e o desencadeamento de enunciados até a origem do enunciado BNCC. Nesta parte, analisaremos o respectivo enunciado com base na perspectiva dialógica da linguagem. Demonstramos, aqui, a análise dos discursos contidos no enunciado em questão e a relação que estabelece com enunciados cotejados das esferas econômica e política.

O cotejamento foi realizado com base no levantamento de trabalhos que abordam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o estudo da linguagem. A análise dialógica da BNCC foi estruturada da seguinte maneira: começou com a análise da apresentação geral do documento, depois com a caracterização da etapa do ensino médio, passando pela área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e, por fim, analisou a Língua Portuguesa como componente curricular.

Para aprofundar a análise, foram selecionadas empresas mencionadas nos trabalhos revisados no estado da arte. Os enunciados incluídos no corpus de análise desta pesquisa foram escolhidos com base nos trabalhos que sustentam as discussões em questão. Esses enunciados foram examinados para identificar suas conexões com os movimentos e grupos que exerceram pressão para a criação da BNCC. O critério para a seleção dos enunciados foi a relação das empresas envolvidas com esses movimentos, buscando revelar como essas influências impactaram a formulação e a implementação da BNCC, assim como as diretrizes curriculares estabelecidas.

A mencionada perspectiva dialógica do discurso parte do princípio de que os sentidos de um enunciado são construídos a partir de suas condições de realização e da avaliação social pela qual passa esse enunciado, conforme discussão desenvolvida na segunda parte deste trabalho. Para esta pesquisa, isso significa dizer que a BNCC surge de condições específicas de realização, de aparecimento em sociedade enquanto enunciado. Além disso, os sentidos

decorrentes desse enunciado se constituem a partir de vozes sociais predominantes que contêm valores ideológicos que ao se materializarem na sociedade como enunciado normativo são avaliados por diferentes valores sociais. Eles, por sua vez, operam ratificando os discursos ou problematizando questões discursivas que surgem a partir dos discursos apresentados no enunciado BNCC. Isso porque, segundo Medviédev (2012, p. 183), “qualquer enunciado concreto é um ato social”.

No caso do enunciado concreto BNCC, ele é um ato social em sua construção e também se constitui como um enunciado concreto, o que significa que a estabilização de novas práticas em sociedade acontecerá a partir dele. E é somente quando um enunciado entra na vida social que ele adquire valor ideológico e avaliação social. Enfim, um enunciado só pode ser avaliado em sua relação intrínseca com a sociedade.

Essa avaliação social fica evidente quando comparamos variados enunciados que se referem à BNCC, a exemplo do que se tem a seguir. Os enunciados que compõem as figuras 09 e 10 fazem parte da esfera jornalística com gêneros discursivos matérias, notícias e publicidade, e apresentam avaliações sobre aspectos do enunciado BNCC.

Figura 9 - Notícias do G1 sobre a BNCC



ESPECIAL PUBLICITÁRIO

Qual a importância do desenvolvimento do pensamento crítico na escola?
 ... é uma das 10 competências da Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**) que o Ministério da Educação (MEC) entende como indispensáveis...
 06/12/2021 12h38

G1 EDUCAÇÃO

Conselheiro defende ampliação do debate e transparência no processo da BNCC
 O conselheiro Cesar Callegari, presidente da comissão da **BNCC** no CNE, defendeu o pedido feito pelas conselheiras. "O pedido...
 07/12/2017 18h23

G1

Sair do conteudismo para as competências é o maior desafio da BNCC
 A **BNCC** é bem didática ao listar as competências a desenvolver e, só então, detalhar os conteúdos que levam a elas. É um acerto... — ... pela elaboração de documentos como a nossa **BNCC** e muitos caíram nas armadilhas da redação, colocando verbos na frente das matérias...
 06/04/2017 11h04

Fonte: <https://g1.globo.com/busca/?q=bncc>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Figura 10 - Notícias do G1 sobre a BNCC



Fonte: <https://g1.globo.com/busca/?q=bncc>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

As figuras 9 e 10 apresentam enunciados que emergem da esfera jornalística e circunscrevem sob o gênero do discurso notícia. Cada notícia traz em seu enunciado escolhas lexicais que revelam sentidos sociais valorativos que fazem uma avaliação do enunciado BNCC. Outro fator a ser observado é essa avaliação da notícia do portal de maneira a relacioná-la a esfera publicitária. Enquanto as notícias trazem a BNCC como algo necessário de ser amplamente debatido, com necessidade de transparência e configurada como um desafio, considerada a mudança de conteúdo para as competências, as notícias abordam como a BNCC evidencia a cidadania no processo de aprendizagem e como o resultado do novo Ensino Médio engaja alunos. Logo, tem-se notícias com avaliações sociais que denotam uma concordância e positividade em relação à BNCC, enquanto outras conflituam com esse enunciado:

Pois é a avaliação social que atualiza o enunciado tanto no sentido da sua presença fatural quanto no do seu significado semântico. Ela determina a escolha do objeto, da palavra, da forma e a sua combinação individual nos limites do enunciado. Ela determina, ainda, a escolha do conteúdo e da forma, bem como a ligação entre eles. (Medviédev, 2012, p. 184)

De acordo com o autor, as escolhas lexicais dos enunciados derivam da avaliação social que o atualiza e o seu significado semântico. Além do mais,

todas essas avaliações penetram-se mutuamente e estão ligadas de forma dialética. De fato, é impossível compreender um enunciado concreto sem conhecer sua atmosfera axiológica e sua orientação avaliativa no meio ideológico. Entender um enunciado significa entendê-lo no contexto de sua contemporaneidade e da nossa (caso elas não coincidam). É necessário compreender o sentido do enunciado, o conteúdo do ato e a realidade histórica do ato em sua união concreta e interna. Sem tal compreensão, o próprio sentido estará morto, tornar-se-á um sentido de dicionário, desnecessário. (Medviédev, 2012, p. 185)

Desse modo, de acordo com Medviédev (2012), buscamos compreender o enunciado concreto BNCC em sua atmosfera axiológica, ou seja, os sentidos do enunciado, o conteúdo e a realidade histórica.

Na realidade, a primeira página quando se abre o documento da BNCC revela o primeiro discurso que a BNCC traz é “educação é a base” (Brasil, 2018). Acerca dele, há um sentido consensual e historicamente construído de que a palavra “base” é a sustentação de algo, o princípio de que alguma coisa está sustentada em um suporte. Mas, afinal, a educação é a base para o quê? E em que medida esse discurso estabelece relação com outras esferas discursivas que trazem a base em seus enunciados, como base econômica, da esfera econômica, por exemplo? Ou, ainda, base política, da esfera política? O enunciado *base* no discurso marxista refere-se a todas as relações imediatas de trabalho que acontecem na sustentação de uma sociedade. Mas em que medida esse enunciado evocado na BNCC estabelece relações discursivas com o sentido relativamente estável de base no discurso marxista? Ou seja, de que maneira o enunciado base na esfera educacional se relaciona com os sentidos do enunciado base nas relações de trabalho?

Isso posto, podemos observar como o discurso em torno do ensino de LP se estrutura demonstrando um posicionamento acerca desse ensino. Além do mais, as escolhas lexicais são importantes fatores que impactam na construção desse enunciado e sua valoração em relação ao enunciado PCN+ que o antecede. Ainda, como discursos encontrados no enunciado BNCC estabelecem inter-relações verbais com as esferas econômica e política, promovendo discursos que podem impactar em mudanças sociais.

Nos próximos tópicos abordaremos discursos que respaldam a constituição do enunciado BNCC e a relação desses discursos com enunciados que irrompem das esferas econômica e política, ou seja, uma análise sobre enunciados que sustentam os objetivos e a parametrização que a BNCC busca fomentar na educação básica brasileira em todos os níveis.

O discurso em torno de componentes curriculares, competências e habilidades

Instauramos as análises iniciais que serão desenvolvidas nas próximas páginas a partir do discurso do então ministra da educação, Rossieli Soares da Silva, na seção de apresentação do documento BNCC. O discurso parte então do sujeito que representa, dentro do órgão governamental, a voz de todos aqueles que concordaram e elaboraram o documento que ora se apresenta, demonstrando as relações dialógicas que ecoam de sujeitos e de distintas esferas sociais sobre a educação. A apresentação não ocupa mais que apenas uma página, e os trechos extraídos revelam posicionamentos conflitantes conforme trabalhos que já foram mencionados anteriormente. Seguem os trechos abaixo:

É com alegria que entregamos ao Brasil a versão final homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a inclusão da etapa do Ensino Médio, e, assim, atingimos o objetivo de uma Base para toda a Educação Básica brasileira (Brasil, 2018, p. 5)

No início da apresentação, portanto, a etapa do Ensino Médio já está presente na versão final e o objetivo de entregar uma Base para a educação básica brasileira foi atingido. É um discurso valorativo positivo de que a partir da entrega desse documento, que oferece à educação básica uma base, fica subentendido que as melhorias na educação acontecerão. Dada essa configuração, somos provocados a pensar se a base menciona os problemas de infraestruturas das escolas brasileiras, as diferentes condições de acesso à escola, a valorização dos profissionais, além de outros desafios sociais e econômicos que impactam no desenvolvimento da educação no Brasil.

Elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro. Concluída após amplos debates com a sociedade e os educadores do Brasil, o texto referente ao Ensino Médio possibilitará dar sequência ao trabalho de adequação dos currículos regionais e das propostas pedagógicas das escolas públicas e particulares brasileiras iniciado quando da homologação da etapa até o 9º ano do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018. p. 5).

Acrescenta-se o fato de que há uma divergência quanto à elaboração do documento. Afirma-se, de um lado, que ela teria sido elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento; de outro, apontam que sua elaboração se deu a partir de um documento já pronto. Isso nos leva a questionar se de fato a BNCC é um documento democrático, outra problemática desse discurso é o fato da menção a um documento completo. Ele pode ser

completo em relação às demandas da contemporaneidade que os PCNs não davam mais conta, como os novos gêneros discursivos que mesclam o visual com verbal em plataformas interativas. Como a sociedade atual está em constante mudança e evolução, de forma frenética especialmente devido às tecnologias de comunicação, algo que está completo não abre margem para o aperfeiçoamento e melhoria. Ademais, dentro de um escopo de sentido do enunciado completo, significa que ele está pronto e acabado e não necessita mais ser questionado ou repensado.

Com a Base, vamos garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos (Brasil, 2018. p. 5).

Nesse trecho ainda do discurso de apresentação, como em todo o documento, a palavra *base* é sempre grafada com letra maiúscula, o que não é, a nosso ver, apenas uma escolha lexical ou de estilo. Como as formas grafadas com inicial maiúscula em português denotam uma especificação do substantivo, o fato de *base* vir sempre com inicial maiúscula reforça a ideia de importância e demarcação desse documento. Outro fator a ser considerado nesse discurso é o uso do sujeito oculto em relação ao verbo ir: “vamos garantir”, se esse discurso parte de um sujeito discursivo que é responsável pela educação, ocupando um espaço dentro da esfera política, o sujeito oculto pode ser entendido pela estrutura governamental que viabilizará todas as formas para que a base de fato aconteça para todos. O que está em total consonância com o discurso da Constituição de 1988 que, no artigo 6º, do capítulo II, garante educação a toda população brasileira.

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Constituição Federal, 1988, n.p.).

Desse modo, embora o discurso apresentado seja de 2018, não é um enunciado novo. É um enunciado que apresenta ecos desse enunciado de 1988, que foi revisto em 2015 e agora estabelece relações discursivas com o enunciado da BNCC. Por outro lado, novamente nos questionamos se a Base apresenta as maneiras práticas para garantir essas aprendizagens essenciais, especialmente aos sujeitos inseridos no Ensino Médio, e como a base compreende projetos de vida.

Mais adiante, ainda na apresentação, consta que “além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base” (BRASIL, 2018, p. 5). A base se propõe de fato a mudar as estruturas educacionais do país, mas será que a base apresenta a forma como se darão essas mudanças na prática?

Outro ponto a se mencionar é que, caso haja mudança na base, conforme a apresentação, conseqüentemente haverá mudanças nas organizações que se referem à formação dos professores, à elaboração de materiais didáticos e às avaliações em grande escala que acontecem no país como o SAEB e o ENEM. E ao observar a quantidade de vozes sociais que emanam dos setores privados da sociedade, favoráveis à aprovação da base, somos conduzidos ao questionamento dos reais motivos que movem os interesses dos setores privados na elaboração da base e nas mudanças estruturais da organização educacional no país, o que pode ter relação com as conseqüentes mudanças que a base proporcionará ao favorecer a educação privada, as empresas que elaboram materiais didáticos, e os cursos preparatórios para avaliações em grande escala.

E por fim, o último discurso da apresentação é: “em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras. Somente aí teremos cumprido o compromisso da equidade que a sociedade brasileira espera daqueles que juntos atuam na educação” (Brasil, 2018. p. 5). Como pode ser observado, a apresentação é finalizada com o discurso de equidade, de promoção de uma educação que conduza a uma sociedade mais igualitária, o que ratifica a proposta desta pesquisa de analisar mais proficuamente o discurso da proposta de ensino de LP no Ensino Médio na promoção da equidade social.

O discurso da competência – as 10 competências gerais da educação básica e as relações discursivas com a esfera econômica

Nesta parte, analisamos a relação da palavra competência a partir da esfera educacional em que essa palavra irrompe; marcadamente, do enunciado BNCC; e a relação dessa palavra dentro da inter-relação verbal em que embora não seja explícito o vínculo discursivo entre a esfera educacional e a esfera econômica, observamos o enunciado BNCC em sua conjuntura política e histórica, bem como as vozes sociais incorporadas no enunciado. Ou seja, quando analisamos a BNCC como enunciado que adentra na história repleta de

tensões e disputas, as escolhas lexicais e estilísticas que compõe o referido enunciado não apresenta neutralidade, ela revela posicionamentos valorativos ideológicos que advêm inclusive de outras esferas. Essa não aleatoriedade das escolhas nos permite, a partir do cotejamento, contrapor os dizeres do enunciado BNCC com enunciados que irrompem das esferas econômica e política.

Para iniciarmos, apontamos que a BNCC elenca 10 competências gerais da educação básica e inclui em sua redação a definição do termo competência. Essas competências perpassam todas as etapas e são assim definidas no referido documento

competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 8).

A BNCC ainda aponta que o discurso em torno das competências está aliado à agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e cita o Caderno de Educação em Direitos Humanos, reconhecendo que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (Brasil, 2018, p. 8).

Perrenoud (2000, p. 7) afirma que “são múltiplos os significados da noção de competência. Eu a definirei aqui como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. Portanto, para o autor, a competência está relacionada a capacidade dinâmica e adaptativa que envolve não apenas conhecimento, mas também a habilidade de aplicar o conhecimento para solucionar situações variadas. Nessa acepção, competência seria a combinação entre teoria e prática, resultando na aplicação do conhecimento para agir de forma adequada e eficaz em diferentes circunstâncias.

A BNCC, ao adotar o discurso de competência para orientar a prática educacional, reconhece o sentido dessa palavra conforme a definição de Perrenoud (2000), que abrange habilidades, saberes e conhecimentos. No entanto, conforme o cotejamento que realizamos e a construção histórica do país, o termo “competência” adquire novos sentidos dependendo da esfera em que é utilizado. Na esfera do cotidiano social, o termo valoriza e valida socialmente o sujeito que se destaca em determinada área de trabalho, criando uma distinção entre competentes e aqueles que não são. Na esfera jurídica, competência está relacionada à autoridade de uma pessoa ou jurisdição; na esfera econômica, a competência pode levar à

competição. Portanto, o termo possui sentidos semelhantes, mas especificações diferentes, conforme o contexto. Se o objetivo da BNCC é promover uma educação voltada para uma sociedade mais justa, o uso do discurso de competência pode, na prática, conduzir a uma educação orientada para a competição em vez da cooperação. E não há possibilidade de criação de justiça social com sujeitos que aprendem a competir incessantemente, uma vez que sempre enxergam os outros como potenciais rivais em disputa.

No que se refere à escolha do signo competência na BNCC, usa-se o entendimento de que esse termo também seria usado na esfera econômica, no qual se espera que o sujeito possa desenvolver determinadas competências para o mercado de trabalho. Nessa esteira de pensamento, vale ressaltar a ordem em que a organização sintática da definição de competência aparece, a definição evidencia que competência deve mobilizar primeiramente conceitos e, em segundo, procedimentos. Em seguida, competência se refere à habilidade primeira prática, segunda cognitiva e terceira socioemocional.

Desse modo, o sentido que surge da definição, com base na ordem em que houve a seleção e organização do enunciado, é que é mais importante desenvolver conceitos, procedimentos e práticas que são noções que direcionam para um determinado tipo de educação mecânica em contraposição a uma educação que auxilie os sujeitos a desenvolverem socioemocionalmente e cognitivamente de maneira integral, e para além disso desenvolverem habilidade práticas e compreenderem procedimentos.

Dito de outro modo, é como se a competência estivesse voltada primeiramente para produzir indivíduos aptos a específicas atividades práticas e que detenham conhecimento de específicos conceitos e procedimentos para realizarem determinadas tarefas. Tal ordem contradiz o objetivo de uma educação que auxilie os estudantes a desenvolverem suas potencialidades em todos os âmbitos, inclusive os práticos para o exercício de determinada atividade.

Além desse procedimento linguístico, cuja organização interna do enunciado revela um direcionamento de sentido quando cotejamos enunciados do estado da arte desta pesquisa que estão diretamente relacionados com a esfera econômica, encontramos similaridades discursivas. Por exemplo, dentre as relações que encontramos e que podem ser estabelecidas inter-relações verbais, aparentemente sem relação nenhuma com o discurso encontrado no enunciado BNCC, está o caso da empresa multinacional brasileira, Gerdau. Conforme aponta Souza (2019, p. 99), em seu trabalho, a empresa foi uma das entidades do setor privado que

fundou o movimento¹⁴ Todos pela Educação, fortemente influente e favorável à aprovação da BNCC. Conforme figura 11:

Figura 11 - Site da empresa Gerdau



Fonte: <https://www2.gerdau.com.br/sobre-nos/#principios>. Acesso em: 03 de maio de 2024

A figura 11 faz parte do layout do site da empresa onde são apresentados os 10 princípios da empresa e aparentemente não estabelece relações discursivas com a esfera educacional, já que esse enunciado faz parte da esfera econômica, do setor privado da sociedade. No entanto, ao analisarmos o sentido historicamente construído do enunciado competência, notamos que sua definição trazida pela BNCC culmina no exercício pleno da cidadania e do mundo do trabalho. Se competência é o desenvolvimento de determinadas habilidades, atitudes e valores, a formação básica proposta nesses parâmetros auxiliará os sujeitos nesse desenvolvimento, o que garante que o responsável pelo desenvolvimento eficaz é o próprio sujeito, a formação dessa forma centra-se nele. E esse discurso de responsabilidade, de atitudes e valores está em consonância com o discurso apresentado nos princípios da Gerdau que centralizam o sujeito sempre como responsável por suas próprias atitudes e valores.

Dessa maneira, as escolhas verbo-visuais e lexicais que compõem o enunciado layout revelam um discurso de atitudes e valores que sugerem ao sujeito o desenvolvimento de habilidades práticas e a responsabilização pelo desenvolvimento da empresa. Assim, palavras como “segurança”, “certo”, “simplicidade”, “gerar valor”, “verdade e respeito”, a partir do contexto desse enunciado e da esfera econômica de onde emergem, fazem parte do discurso

¹⁴ <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/governanca/>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

ideológico sobre valores. Assim como as palavras “*atitude*”, “*somos líderes*” e “*superamos*” produzem, dada a conjuntura enunciativa em que o enunciado entra na esfera social, um discurso de atitude e de responsabilização, além do discurso de coletividade e pertencimento que as empresas privadas utilizam à exaustão como um recurso discursivo que intenciona produzir indivíduos que não questionem suas condições de trabalho e nem as opressões que acontecem no âmbito de uma sociedade capitalista.

É a partir dessa inter-relação verbal do enunciado BNCC, e do enunciado da Gerdau e de toda a conjuntura histórica e política em que se deu a criação da Base, que a tese da normatização do tipo de educação proposta nela ganha forças ao sugerir que contribuirá contundentemente para uma formação pela vertente mercadológica em contraposição aos princípios humanistas de formação dos sujeitos. Em sustentação a essa tese, encontramos no trabalho de Jurach; Possani (2019, p. 18) a ratificação de que

a elaboração da última versão da BNCC perdeu o seu sentido de qualificar a educação e ganhou outra direção oposta. Portanto, a afirmação de que os princípios éticos, políticos e estéticos são os orientadores dela e que juntos, eles visam a formação humana integral, é falho, equívoco. Nossa leitura é de que a formação humana integral a que ela remete não é em relação ao conhecimento, e sim, em relação à formação de sujeitos assujeitados por um sistema capitalista, de um sujeito que não se revolta e não questiona o seu papel, ele apenas cumpre aquilo que lhe é dito. (Jurach; Possani, 2019, p. 18)

O enunciado encontrado em Jurach; Possani (2019) apresenta um discurso valorativo que reafirma os posicionamentos sobre a não aleatoriedade de escolhas lexicais e discursivas que sustentam enunciados de distintas materialidades, além de explicitar claramente uma aproximação das esferas educacional e econômica, provocando um sentido de interesse econômico na formação “integral” e competência de habilidades práticas dos sujeitos inseridos no contexto de educação formal.

Outro ponto que a base traz é que essas competências da educação básica devem articular-se “na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB” (Brasil, 2018, p. 9). Assim, o discurso da base mantém um elo discursivo com a LDB. No entanto, não são explícitas quais atitudes e valores devem formar esses sujeitos, visto que as habilidades vão sendo apontadas em cada etapa dos ciclos, mas atitudes e valores são termos abstratos que permeiam o texto e podem apresentar diferentes sentidos dentro da constituição de uma sociedade.

Ainda sobre o termo competência, a BNCC ainda traz que “o conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas

e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35)” (Brasil, 2018, p. 13). No entanto, nos referidos artigos abaixo não está exatamente clara essa inferência que possibilitou o surgimento do termo competência.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Brasil, 1996, n.p.).

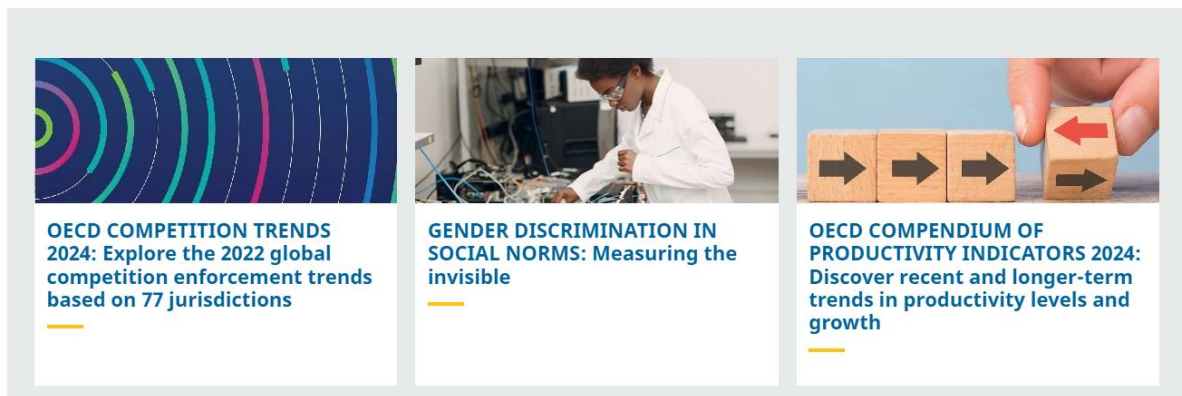
Esse diálogo entre a BNCC e a LDB merece destaque, pois no discurso apresentado na BNCC essa ideia de se trabalhar com competências gerais surge a partir da inferência nos artigos citados. No entanto, não há nenhum termo evidentemente explícito que demonstre isso, temos o *desenvolvimento*, a *compreensão*, o *fortalecimento*, a *consolidação*, a *preparação* e o *aprimoramento*. Embora a tentativa tenha sido de utilizar apenas um termo para designar todos esses objetivos da educação, nos parece que o termo se ancora mais adequadamente a esfera econômica com sentidos que adentram a esfera educacional.

Um pouco mais adiante, nos fundamentos pedagógicos da BNCC (Brasil, 2018, p. 13) a BNCC traz que “o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)” (Brasil, 2018, p. 13), ele demonstra que o termo competência está estritamente relacionado com as avaliações internacionais. Outro fator que nos faz crer que esse termo está intrinsecamente relacionado a esfera econômica e que a

maneira como ele se apresenta na BNCC não promoverá o desenvolvimento de uma sociedade mais justa se deve à constatação de que ao abrir a página da OCDE há algumas notícias em destaque. Nelas, todos os termos apontam sempre para o sentido de competência como competição, conforme figura 12.

Figura 12 - OCDE

— In focus



Fonte: <https://www.oecd.org/>. Acesso em 03 de maio de 2024.

Podemos observar na figura 12 que há 3 notícias em destaque na página inicial do site da OCDE, os termos *competition* (competição, concorrência), *measuring* (medida) e *productivity indicators* (indicadores de produtividade) fazem parte do discurso que emana da OCDE para um determinado tipo de sociedade que se ancora na produtividade, que valoriza o produto, o capital em detrimento da valorização do ser humano. Conforme apontado anteriormente, um dos sentidos que *competência* pode provocar quando em contato com a esfera social é essa ideia de competição e essa vinculação entre enunciados de diferentes esferas que se aproximam valorativamente, podendo conduzir para a construção de uma sociedade cada vez mais competitiva e exploratória, que não considera os sujeitos em sua humanidade, mas em sua utilidade para a produção, intensificando ainda mais as desigualdades sociais.

Outro ponto relevante é que embora a BNCC e a LDB, nos artigos mencionados, se coadunem linguisticamente e tragam o discurso de atitudes e valores de forma semelhante, não explicam quais atitudes e valores esperam, de fato, que os sujeitos inseridos na educação formal adquiram ao longo dos anos, isso porque são contextos sociais diferentes, portanto os sentidos também serem outros. Justamente porque o sentido do enunciado relaciona-se

fundamentalmente ao contexto. Na verdade, de um modo mais explícito, a LDB arrola quais expectativas de apreensão de atitudes e valores se espera desses sujeitos, aponta para um discurso pautado em uma educação que visa uma sociedade igualitária ancorada na compreensão sobre direitos humanos.

Consoante a isso, no inciso II do artigo 32, a LDB cita “valores em que se fundamenta a sociedade”, os quais são reconhecidos e reformulados nas diversas interações sociais em que os sujeitos participam. Quando a BNCC traz o discurso de atitudes e valores ecoando do discurso do enunciado LDB, é preciso reconhecer que a educação exerce um papel fundamental e influente nos sujeitos inseridos na educação básica para o reconhecimento dos valores sociais. Destarte, a forma como é pensada a educação e especialmente o ensino de LP impacta diretamente no exercício de identificar e refletir sobre tais valores.

No entanto, o discurso da LDB sobre valores direciona para um determinado projeto de tipo de sociedade quando, no inciso IV, do artigo 32, ela sugere que o “fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”, e no inciso III, do artigo 35, postula o “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

Enquanto o discurso sobre atitudes e valores no enunciado BNCC não é explicitado, a LDB sugere um discurso que produziria uma sociedade mais justa e igualitária ao evocar termos como *solidariedade*, *tolerância*, *autonomia* e *críticidade* que subjazem a esfera dos direitos humanos e possuem valoração social que permeia as sociedades do tipo democráticas. Esse ideal de sociedade, referido em um documento que normatiza e regulamenta as práticas educacionais, dialoga positivamente para o direcionamento de práticas educacionais que contribuem fortemente para mitigar a desigualdade social.

Outro fator que corrobora para sustentar a discussão de que discursos da BNCC mantêm estrita relação com os discursos da esfera econômica é que no trabalho de Souza (2019), encontramos análises da relação entre o Banco Mundial e a educação que indicam para o interesse visível do mercado na esfera educacional.

O Banco Mundial, por exemplo, que tem o Brasil como um de seus países parceiros, frequentemente volta seu olhar à educação, atrelando-a à possibilidade do crescimento econômico de um país. Em 2011, esta instituição publicou o documento “Aprendizagem para todos – investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento”, que apresenta a estratégia do grupo para o setor da educação até 2020. Este documento, em seu prefácio, deixa bem claro o modo por meio do qual o Banco Mundial enxerga o papel da educação, relacionando-o

estritamente à formação para o mercado de trabalho, com vistas ao desenvolvimento econômico dos países (Souza, 2019, p. 37).

Esse apontamento em Souza (2019), sobre o interesse do Banco Mundial na educação para promover o desenvolvimento, coaduna com nossas reflexões de que a escolha lexical de *competência* emerge da esfera econômica, de um órgão que exerce forte influência na organização social brasileira. Essa mesma palavra também é elencada para determinar um tipo de educação em um enunciado que normatiza a organização escolar, o que contribui ainda mais para solidificar a tese de que a educação, voltada ao interesse do mercado para uma economia neoliberal, produz sujeitos que não são capazes de questionar criticamente a sociedade na qual estão inseridos, mas que dominem competências específicas para atividades. Diante disso, reafirma-se a necessidade de compreender como a educação linguística proposta no documento corrobora para a construção desse tipo de sociedade.

As competências sob o enfoque dialógico da linguagem

No tópico anterior, examinamos os sentidos que reverberam do termo competência, o qual foi elencado para direcionar a proposta educacional do enunciado BNCC. Neste tópico, apontamos as 10 competências que foram determinadas como escopo diretivo de todas as etapas do ensino básico, inclusive do Ensino Médio, e que devem respaldar o trabalho de todas as áreas do conhecimento. Conforme mencionado no enunciado abaixo, os 10 pontos apresentados na BNCC são determinados como fundamentais e estruturantes de todo o processo educacional. Além disso, percebemos elos discursivos dos documentos anteriores, especialmente da LDB.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilha

informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (Brasil, 2018, p. 9-10, grifos nossos)

O discurso apresentado já na primeira competência aponta para uma educação que colabore para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. De modo que, se há uma afirmação de que é preciso construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva, o documento reafirma o quanto há desigualdade no país. Desse modo, compreendemos que as atitudes e valores que devem ser considerados na materialização dos gêneros da esfera educacional devem dimensionar as atitudes e os valores sociais que contribuam para a construção desse tipo de sociedade. Nesse sentido, o ensino de LP deve servir para apreender esses valores, bem como problematizar e questionar valores ideológicos que contradizem essa proposta, fazendo com que a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva não seja efetivada.

A segunda competência reforça o discurso de que a educação deve estar ancorada nos princípios científicos do conhecimento. E a terceira aponta para uma educação que se atente às diversificadas manifestações culturais e artísticas.

A quarta competência já apresenta um indício sobre o discurso do ensino de LP, que é o cerne desta pesquisa, de como a LP deve ser trabalhada na educação. O discurso dessa competência mantém relações discursivas, embora bem tímidas, com o escopo teórico-metodológico deste trabalho, uma vez que, considera que as diferentes linguagens devem ser

utilizadas para a expressão em variados contextos e para a compreensão mútua. Portanto, o ensino de LP em toda a educação deve ser respaldado por um ensino voltado a compreensão dessas relações que significam a linguagem enquanto comunicação, expressão e interação.

A quinta competência ainda se refere às formas de comunicação que os sujeitos acessam nas interações mediadas pelas plataformas digitais. Desse modo, podemos compreender que a BNCC atualiza conceitos que antes não existiam e que as tecnologias digitais possibilitaram o surgimento, demonstrando uma atualização discursiva em relação aos PCNs, por exemplo. Fica reconhecido que os enunciados se materializam nas relações sociais num imbricamento entre os acontecimentos e contextos atuais.

A sexta competência propõe a valorização das vivências, saberes culturais e a apropriação desses conhecimentos para uma reflexão ancorada na liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade sobre trabalho e projetos de vida.

A sétima competência se refere diretamente à apreensão e ao desenvolvimento da capacidade de argumentar de forma coerente, habilidade essa que utiliza dos conhecimentos acessados nas mais variadas disciplinas, mas que é desenvolvida, especificamente, na de LP, já que a disciplina de LP busca auxiliar os sujeitos a desenvolverem suas potencialidades linguísticas, sendo a argumentação uma delas. Essa habilidade argumentativa deve ser respaldada pelos princípios dos direitos humanos.

A oitava competência está ancorada no reconhecimento de si mesmos e no conhecimento sobre saúde física e emocional. A nona competência também estimula a pensarmos em que medida o ensino de LP proposto pela BNCC auxiliará os sujeitos a exercitarem a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação.

E a décima e última competência elencada diz respeito ao desenvolvimento da capacidade de agir individual e coletivamente, já apontando para o tipo de sociedade que se espera que os sujeitos construam em todas as esferas das quais fazem parte. Uma sociedade com princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Ao lermos as 10 competências apontadas como âncoras que direcionam o fazer educacional contemporâneo, nos parece inevitável uma valoração positiva que aponta para uma sociedade igualitária, quase utópica, na qual

os alunos devem desenvolver as dez **competências gerais da Educação Básica**, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018, p. 25 grifo nosso, grifo em negrito do autor).

Podemos considerar como valoração positiva, ou seja, um valor social de apreciação e reconhecimento, porque, assim como os PCNs, propuseram uma educação voltada à era tecnológica. O discurso de justiça, democracia e inclusão que respalda o discurso de educação brasileira é importante, considerando que os índices apresentados pelo Banco Mundial, órgão que muito influenciou na consolidação da Base, sobre desigualdade e inclusão ainda são altíssimos, considerando que o Banco Mundial é uma instituição internacional que fornece assistência financeira e técnica a países em desenvolvimento com o objetivo de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento econômico sustentável¹⁵. E aqui é interessante notar que o órgão que apresenta os dados sobre a desigualdade no Brasil, consoante ao mencionado anteriormente, estabelece que o desenvolvimento econômico de um país está intrinsecamente relacionado ao domínio de competências adquiridas no âmbito educacional.

Por todas essas relações estabelecidas, os discursos que emanam de esferas tão distintas se aproximam na similitude dos dizeres, nas escolhas de determinadas palavras para a composição de um enunciado que tem efeito social prático de normatizar práticas educacionais. Toda a discussão até o momento faz parte da introdução do enunciado BNCC e nos caberia muito mais páginas para analisar todas essas escolhas e os discursos que apontam contradições internas e externas no referido documento. No entanto, dados os objetivos desta pesquisa, na qual o foco recai sobre a etapa do Ensino Médio e o ensino de LP nesse referido ciclo, passaremos, a partir do próximo tópico, à análise dos discursos que corporificam o enunciado BNCC no que tange ao ensino de LP no Ensino Médio.

A etapa do Ensino Médio

Se no tópico anterior nos atentamos ao discurso de competência que respalda a criação da BNCC, que perpassa toda a redação do enunciado e explicita mais substancialmente na introdução, neste tópico abordaremos os discursos que emanam da propositura da etapa do Ensino Médio, que se refere à etapa final do ensino básico depois da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

O discurso de abertura da parte que compõe o enunciado BNCC sobre o Ensino Médio já introduz uma reafirmação da necessidade de mudança na estruturação desse ciclo. Tal discurso foi utilizado como motriz para a criação da Base, diversos atores sociais, bem

¹⁵ Para mais informações sobre os dados de desigualdade no Brasil apresentados pelo Banco Mundial acessar: <https://data.worldbank.org/country/brazil>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

como movimentos impulsionaram essa criação, juntos à exaustão midiática de reportagens e notícias que evidenciavam um discurso de necessária urgência na mudança curricular, especialmente para o Ensino Médio, uma vez que, na esteira da discussão da Base, a Portaria n.º 649/2018 instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabeleceu diretrizes, parâmetros e critérios para participação.

Como a educação sempre foi palco de disputa política, a criação do novo Ensino Médio também apresenta discursos, especialmente da esfera política, que conflitam e enxergam a criação do novo Ensino Médio por diferentes prismas. Apesar da Portaria Nº 521, de 13 de julho de 2021 instituir o cronograma para a implementação do novo Ensino Médio. A revogação dessa portaria foi instituída pela portaria do MEC 627/2023, que suspendeu por 90 dias o cronograma de implementação do novo Ensino Médio.

Os discursos sobre o Ensino Médio que surgem a partir de enunciados que exercem forças regulamentadoras não podem ser considerados sem a avaliação social e histórica de onde emergem, enquanto o enunciado da portaria de 2021 emerge de um governo totalmente contrário à democracia. O enunciado da portaria de 2023 já revela uma postura diferente, haja vista o governo ser diferente e momento histórico ser outro, além de demonstrar uma certa preocupação em relação à complexidade de mudanças e ações que devem ser tomadas para efetivar uma mudança no Ensino Médio que mitigue as diferenças sociais e não que prejudiquem ainda mais os educandos nesse ciclo. Portanto, há uma tensão entre as vozes políticas que afirmam a necessidade da mudança em embate com as vozes que compreendem que essas mudanças não podem ocorrer sem que se pense em todos os fatores e peculiaridades heterogêneas que permeiam o território educacional brasileiro.

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras (Brasil, 2018, p. 461 grifos nossos).

Ao apresentar a etapa final da educação básica como um direito público subjetivo, a BNCC recorre ao termo da esfera jurídica para reforçar a ideia de que a educação deve ser garantida pelo Estado, pois se trata de um direito dos cidadãos na sociedade civil. Além disso, utiliza a *realidade educacional* como justificativa para sustentar a tese defendida por diversas vozes sociais de que o Ensino Médio não tem proporcionado a formação adequada esperada para os estudantes nessa etapa. Esse argumento foi amplamente utilizado na criação da BNCC e do Novo Ensino Médio, conforme discutido nos trabalhos de Souza (2019) e Rocha (2019),

sem levar em conta os inúmeros outros problemas externos que contribuíram para que a educação se tornasse um *gargalo* para os estudantes, em vez de um espaço de aprendizagem significativa.

No discurso inicial dessa etapa, portanto, há uma centralidade da própria educação na culpabilização da forma como se encontra para reafirmar que a ineficiência do ensino é um obstáculo na formação dos sujeitos. Em nenhum momento, fatores externos ao currículo como as desigualdades sociais, a desvalorização dos profissionais de educação, a precariedade da infraestrutura do sistema educacional, e as diversas realidades brasileiras são considerados na elaboração do documento. Assim, a sustentação desse discurso se respalda na argumentação de que os problemas do Ensino Médio se resumem à realidade educacional e que as mudanças no currículo garantirão a permanência e a aprendizagem dos sujeitos.

Embora esse discurso de ineficiência do ensino tenha sido utilizado à exaustão para a promoção da Base, ele não se sustenta como argumento sólido, conforme discussão que estamos apontando desde a introdução desta terceira parte. Embora os resultados mensurados em escalas internacionais oscilem negativamente quando comparados internacionalmente, os níveis se mantêm praticamente os mesmos desde os anos 2000.

Mas é interessante observar como o movimento dialógico provoca esse incessante reforço de que a educação no Brasil não dá certo. Ainda, é necessário reconhecer de onde os enunciados partem, que vozes sociais representam e como eles se relacionam com a atitude responsiva valorativa que demonstram em relação à educação. A figura 13 apresenta uma manchete atual de 18 de março de 2024, do grupo Itaú social, que representa uma organização do grupo Itaú Unibanco, umas das maiores instituições financeiras do Brasil, a qual, inclusive, conforme aponta o trabalho de Souza (2019), faz parte do Todos pela Educação, movimento que influenciou fortemente a formulação da Base, e tem apoiadores de diversas esferas sociais.

Figura 13 - Manchete Itaú Social

18 DE MARÇO DE 2024

Termos de

Estudo inédito da Fundação Itaú revela que apenas metade dos estudantes conclui o Ensino Fundamental na idade certa e com trajetória regular

Ausência de regularidade é um desafio ainda maior para alunos de
baixo nível socioeconômico, com deficiência, indígenas, negros e do
sexo masculino

Fonte: <https://www.itausocial.org.br/>. Acesso em 03 de maio de 2024.

Além do enunciado da figura ter destaque em negrito e estar disponível para leitura na página do próprio Itaú social, a pesquisa foi realizada pela própria Fundação Itaú, evidenciando mais uma avaliação valorativa sobre o Ensino Fundamental e de como somente metade dos indivíduos inseridos nesse ensino concluem em idade certa, demonstrando que a educação é balizadora da adequação da quantidade de tempo na escola com as respectivas idades dos sujeitos. Isso parte de uma lógica de universalização, com a hipotética ilusão de que o desenvolvimento ocorre da mesma forma para todos os indivíduos incluídos no ensino básico fundamental. Nesse recorte, as escolhas lexicais são determinantes para o efeito de sentido que se produz no enunciado, como prova disso podemos evocar que “ausência de regularidade é um desafio ainda maior” é uma construção que de certo modo inverte a lógica do problema. Como se o problema da regularidade e conclusão na idade certa não estivesse exatamente associado às grandes exclusões sociais existentes no Brasil.

Partindo desse discurso de abertura da etapa do Ensino Médio, passaremos para o discurso sobre as juventudes e diversidades, bem como protagonismo e projeto de vida.

Discursos sobre as juventudes, diversidade, os itinerários formativos e o mundo do trabalho

No tópico anterior apresentamos o discurso acerca da necessidade de mudanças, que caracterizou a etapa do Ensino Médio. Neste, abordaremos os temas: juventude, diversidade, itinerários formativos e o mundo do trabalho, analisando de que maneira esses discursos são articulados. Cabe enfatizar que os sujeitos ingressantes na etapa final da educação básica

fazem parte de um determinado grupo social, denominado de juventude, são caracterizados historicamente com idades entre 14 e 18 anos.

Desse modo, a BNCC traz em sua redação o parecer do CNE/CEB n.º 5/2011 para conceituar juventude como “condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões” (Brasil, 2018, p. 463), e abordamos esse discurso sobre as juventudes e a diversidade por considerar dois aspectos. Primeiro, que ao analisar a proposta de ensino de LP preconizada pela BNCC para o Ensino Médio, consideramos que os sujeitos que se inserem nessa prática são considerados parte dessa juventude descrita.

Pela lógica dos anos e desenvolvimento da educação, os sujeitos iniciam o Ensino Médio em média com 14 ou 15 anos e concluem com 17 ou 18 anos; portanto, esses sujeitos que fazem parte dessa juventude permanecem durante 3 anos dentro das práticas educacionais propostas no referido documento. O segundo aspecto é que nessa análise consideramos que os sujeitos se inserem nas práticas da educação básica formal, mas também ao iniciarem essa etapa se inserem em novas e diferentes esferas de interação, nas quais a linguagem é preponderante para a inserção efetiva em novos contextos, como a esfera do trabalho em práticas como estágios ou empregos.

Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma escola **que acolha as diversidades**, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser **protagonistas de seu próprio processo de escolarização**, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes **definir seu projeto de vida**, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos (Brasil, 2018, 463 grifos nosso, grifos em negrito do autor).

O documento considera que há diferentes juventudes e que as diversidades devem ser acolhidas. Embora haja uma tentativa de acolher as diversas juventudes com suas peculiaridades, os embates discursivos que aconteceram ao longo das “discussões” de formulação da Base revelam contraposições ideológicas no que tange às concepções, por exemplo, sobre gênero e sexualidade. A palavra “gênero” em acepção à sexualidade foi sendo reescrita e repensada a partir de vozes que se enunciavam contrárias à adesão ao termo, ao longo das versões da BNCC, sendo suprimida da versão final. De acordo com Vicente (2023), autora que pesquisa e publica sobre a BNCC, isso configura um retrocesso educacional em relação aos postulados dos PCNs, enunciado anterior à BNCC.

Nessa inter-relação verbal, há que se considerar que o documento aponta para o acolhimento das diversidades juvenis; porém, as vozes da esfera política, principalmente, que colaboraram para a construção desse enunciado tensionam o discurso e não concordam com que todas as diversidades sejam acolhidas em plenitude, mas sim somente uma “diversidade” que seja adequada a um projeto de sociedade específica, ou seja, uma diversidade padronizada que esteja voltada aos interesses dessas vozes que emergem da conclusão do referido documento, especialmente as vozes oriundas dos discursos econômico e político.

Vicente (2023) reitera que: “com a justificativa de que a temática de gênero provocara muita controvérsia, o MEC eliminou da versão oficial os termos *gênero* e *orientação sexual* e se comprometeu, posteriormente, elaborar um documento com orientações específicas sobre os temas por hora suprimidos”. Por isso, as escolhas lexicais que predominam na redação da última versão da BNCC apresentam uma supressão da palavra gênero se referindo à sexualidade e postula “múltiplas dimensões da sexualidade humana” (Brasil, 2017b, p. 349). Essa inter-relação verbal revela uma incoerência entre as propostas das competências e a compreensão de que o mundo acontece na pluralidade. Essa contradição está retratada em diversos trabalhos analisados acerca da BNCC, e foi importante para o empreendimento dessa investigação.

A Base considera que os estudantes devem ser protagonistas do seu próprio processo de escolarização, o que a nosso ver tem validação positiva, haja vista que o indivíduo precisa se reconhecer como dotado da capacidade de compreender e realizar. No entanto, essa responsividade e alteridade dos sujeitos estabelece inter-relação verbal com as vozes que enunciam da esfera econômica quando se refere ao discurso do empreendedorismo, no qual o indivíduo é responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso independentemente das condições em que se insere.

Nessa mesma perspectiva, enunciados como “*basta ter força de vontade*” ou “*trabalhe enquanto eles dormem*” ou ainda “*não pense em crise, trabalhe*” reforçam a ideia da centralidade e da responsabilização do sucesso econômico no próprio indivíduo. Se observarmos a figura 11, extraída da plataforma da empresa privada Gerdau, que é da esfera econômica e uma das empresas mais importantes de produção de aço no país, com forte influência na homologação da BNCC, notamos que as escolhas lexicais “*Atitude de dono*”, “*Todos somos líderes*” e “*Nos superamos todos os dias*” revelam um discurso que, mesmo não elencando a palavra protagonista, possui sentido que pode ser depreendido dessas construções, cujo enunciado como um todo sugere essa ideia de que todo indivíduo é

protagonista e por isso deve ter atitude de dono mesmo não recebendo os dividendos totais da empresa.

O indivíduo também deve se entender como um líder, e essa escolha lexical sugere um sentido que faz parte do discurso amplamente utilizado por *coachings*¹⁶ para introduzir discursivamente na consciência dos sujeitos de que são capazes de liderar suas próprias vidas e transformá-las, não importa o grau de dificuldade ou as adversidades pelas quais passe, em sucesso apenas pela força do pensamento e vontade. Esse discurso orientado ideologicamente para um determinado tipo de sociedade é implantado juntamente com essa ideia de que todos, não importa à qual classe social pertença, devem se superar, de modo que desresponsabilize qualquer fator externo e responsabilize o próprio indivíduo pelos sucessos ou fracassos, os quais são medidos dentro de uma sociedade capitalista pela economia e pelo mercado.

Essa lógica está na mesma ordem do discurso de protagonista da aprendizagem apresentado na BNCC por meio da introdução sobre as juventudes. Nele, os estudantes devem ser **protagonistas** de seu próprio processo de escolarização (Brasil, 2018, p. 463) demonstrando uma postura que isenta as políticas públicas do insucesso, culpabilizando, portanto, o próprio indivíduo caso ele não se adeque ao ideal de sucesso escolar medido a partir de escalas internacionais, sem considerar todo o processo histórico e social brasileiro de formação. Semelhante ideia é apresentada na esfera econômica quando isenta o sistema do fracasso econômico dos indivíduos e os culpabiliza quando não conseguem se destacar ou adquirir uma determinada ascensão social ou bens materiais que representam o sucesso econômico dentro de um sistema econômico capitalista, o qual incentiva o acúmulo de capital pelos sujeitos e gera grandes desigualdades sociais, haja vista a grande discrepância mensurada em números entre pobres e ricos ao redor do mundo, conforme relatório de 2022 apresentado pelo World Inequality Report¹⁷.

Ao mesmo tempo em que o discurso centrado na perspectiva do protagonismo juvenil sugere esse reforço positivo da capacidade de cada indivíduo de aprender com a intenção de produzir uma educação mais inclusiva e igualitária, esse discurso ancorado na potencialidade individual se relaciona diretamente com a esfera econômica, dados os exemplos percorridos

¹⁶ Coaching refere-se a um profissional que atua como um facilitador de desenvolvimento pessoal e profissional, auxiliando indivíduos ou grupos a atingirem seus objetivos, superarem desafios e maximizarem seu potencial. O coach trabalha em parceria com o cliente, utilizando técnicas de questionamento, reflexão e motivação para ajudá-los a identificar seus pontos fortes, definir metas claras e criar um plano de ação para alcançá-las.

¹⁷ O World Inequality Report (Relatório Mundial sobre Desigualdade) é uma iniciativa que visa oferecer uma análise detalhada e abrangente das tendências globais de desigualdade de renda e riqueza em todo o mundo. Este relatório é produzido por uma equipe de economistas e pesquisadores renomados, e outros colaboradores e pode ser acessado em: <https://wir2022.wid.world/chapter-1/>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

anteriormente. Além disso, o posicionamento que a BNCC traz expresso linguisticamente em “para atingir essa finalidade, é necessário, em primeiro lugar, assumir a firme convicção de que todos os estudantes podem aprender e alcançar seus objetivos, independentemente de suas características pessoais, seus percursos e suas histórias” (Brasil, 2018, p. 465 grifos nossos) reforça o imbricamento discursivo e, mais uma vez, a real aproximação entre as esferas educacional e econômica. Esse trecho substantia a mesma ideia de superação, independente das condições em que o indivíduo se encontra. Ou seja, é a mesma ideia expressa no discurso empreendedorista de que não importa as condições, a força de vontade e o querer são a única solução possível para a superação de quaisquer obstáculos. De modo que, o empreendedorismo pode ser definido como o processo de identificar, desenvolver e implementar oportunidades de negócios para criar valor econômico e social. Ele envolve a combinação de recursos, habilidades e inovação para criar novos empreendimentos ou transformar ideias em ações concretas¹⁸.

Outro fator que ratifica nosso posicionamento de que o discurso da esfera econômica se estabelece na criação e disseminação de uma educação voltada exclusivamente ao mercado de trabalho é que no discurso oficial e normativo do enunciado BNCC, ao caracterizar os itinerários formativos e os eixos estruturantes que devem orientar essas composições, se deve ao fato de que a palavra escolhida para o VI eixo é justamente a palavra empreendedorismo, a qual é amplamente utilizada dentro da esfera econômica, e assim é caracterizada na BNCC:

IV – empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Brasil, 2018, p. 479 grifos nossos).

Conforme a caracterização apontada na BNCC, essa mobilização é posta sobre os signos ideológicos *desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços*, que são comumente encontrados nos discursos de vozes sociais, como de investidores e líderes de negócios. Ao serem apresentados de maneira normativa dentro da esfera educacional, refletem uma ideologia que valoriza o empreendedorismo como positivo e importante no desenvolvimento econômico e social.

Sendo assim, não é aleatória a presença do discurso empreendedorista dentro de um enunciado que visa determinar as práticas educacionais. Esse discurso, juntamente com o

¹⁸ Schumpeter, J. A. (1934). *The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle*. Harvard University Press.

discurso de *protagonista*, é um combo discursivo perfeito para ganhar a adesão daqueles que estão inseridos nas práticas educacionais do Ensino Médio sem que eles tenham o conhecimento e maturidade necessários para uma análise crítica dos processos nos quais se inserem. E, por meio desse discurso, e da concordância e defesa que certamente terão, a esfera econômica se beneficiará de uma educação que favorecerá os seus interesses.

Há que se considerar que um certo conflito discursivo com posicionamentos ideológicos opostos ocorrem quando a BNCC trata da temática das juventudes. Nesse fio discursivo apresentado, os enunciados que surgem da esfera educacional e os enunciados da esfera econômica se imbricam e o projeto de educação para a juventude parece estar voltado quase que exclusivamente para a produção de mão de obra para o mercado de trabalho, com sujeitos que possuam competências específicas para exercerem atividade laboral.

No entanto, a BNCC utiliza dos discursos de: *universalizar o acesso ao Ensino Médio*, *considerar aspirações individuais dos sujeitos* quando traz a questão do projeto de vida e considera que independentemente de quaisquer condições, os sujeitos são *protagonistas* da sua própria aprendizagem e conhecimento, camuflando a intencionalidade de produzir sujeitos aptos para o mercado de trabalho sem consciência crítica dos processos nos quais eles estão inseridos. Esse discurso neoliberal corrobora para apagar as condições de existência dos sujeitos, individualizando-os e homogeneizando-os, contribuindo para o enfraquecimento das forças coletivas e do senso de comunidade.

Consideramos que a BNCC camufla esse posicionamento porque tenta justificar, como mostrado no enunciado abaixo, a real intencionalidade da educação para a juventude, inclusive destacada em negrito na redação oficial. As escolas que acolhem as juventudes devem desenvolver uma série de requisitos que

favorecem a **preparação básica para o trabalho e a cidadania**, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível. (Brasil, 2018, p. 465 grifos nossos, grifo em negrito do autor)

O enunciado apresenta em negrito numa ordem sintática de importância de que primeiro a educação no referido ciclo deve favorecer para a preparação básica para o trabalho, e logo em seguida para a cidadania. Além disso, há uma tentativa de justificar que a escola que acolhe as juventudes deve preparar para o mercado de trabalho e para a cidadania, mas

que não é exatamente uma educação voltada à profissionalização precoce ou precária ou somente para atender as demandas do mercado de trabalho. Essa proposta educacional de preparação para o mundo do trabalho está em consonância com os PCNs e a LDB que também trazem o discurso de preparar a juventude para atividades laborais.

Contudo, na BNCC esse discurso parece ser contraditório por apresentar escolhas lexicais como *protagonista* e *empreendedorismo* que são marcadamente da esfera econômica e apresentam relativa estabilidade de sentido dessa referida esfera e essa justificativa apresentada no enunciado acima parece corroborar com essa contradição. Essa reafirmação é uma tentativa de comprovar que a educação proposta na BNCC não é voltada exclusivamente para o mundo do trabalho, uma certa retórica discursiva utilizada para o convencimento. Todavia, conforme já mencionado, há agentes dos setores privados, como a empresa Gerdau, que apoiaram fortemente a aprovação da Base, o que culmina numa inter-relação verbal entre a esfera educacional e a econômica. Esse posicionamento é deliberadamente favorável à construção de uma educação mercadológica¹⁹, pela qual os sujeitos aprendem especificamente competências básicas para o exercício de atividades laborais.

Em contraste ao discurso que busca uma formação calcada nos aspectos técnicos e utilitários da educação para o exercício do trabalho, a BNCC apresenta ao longo de todo o tópico sobre a etapa do Ensino Médio uma ênfase constante no desenvolvimento do indivíduo para se adequar à perspectiva de sociedade que a Base traz,

também finalidade do Ensino Médio **o aprimoramento do educando como pessoa humana**, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Tendo em vista a construção de uma sociedade **mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária** (Brasil, 2018, p. 466 grifos nossos, grifo em negrito do autor).

O desenvolvimento dos indivíduos que se inserem nas práticas educacionais do Ensino Médio está ancorado no projeto de sociedade democrática, inclusiva, justa, ética, solidária e sustentável. Esse posicionamento ideológico sobre o tipo de construção de sociedade apenas repete discursivamente o que já existia nos PCNs, na LDB e na Constituição de 1988, faz parte do discurso de redemocratização do país após o período ditatorial pelo qual o Brasil passou. É importante o discurso democrático predominar na redação de um enunciado que

¹⁹ Educação mercadológica é uma abordagem educacional que incorpora princípios e práticas do mercado na oferta de serviços educacionais. Isso inclui uma ênfase na competitividade, eficiência e adequação às demandas do mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento de outros objetivos educacionais, como a formação cidadã e o desenvolvimento humano integral dos estudantes. Essa noção de educação mercadológica pode ser encontrada em: Freire 1996; 1967. Apple, 2001. Ball, 2012

normatiza a educação no país, ainda mais pelos fortes ataques que os sistemas democráticos têm sofrido nos últimos anos²⁰.

Todavia, o que estamos averiguando nesta pesquisa pressupõe, por intermédio desse movimento dialógico, estabelecer relações entre as esferas “de forma que se busca perceber como elas se influenciam, se atualizam e como, nelas, enunciados se constituem e se (re)configuram” (Mendonça, 2019, p. 1023) para compreendermos os sentidos que os enunciados apresentam.

Conforme abordamos, o projeto de sociedade que a BNCC revela em seu discurso está em total sintonia e consonância para melhoria e busca de equidade social e revela a heterogeneidade dos discursos presentes na sociedade contemporânea. No entanto, os discursos da esfera econômica que revelam posicionamentos concordantes aos discursos apresentados no enunciado BNCC almejam construir, na verdade, uma sociedade ancorada no sistema econômico capitalista em detrimento aos postulados humanistas em que a educação deve se embasar. A análise que se tem é que a BNCC ao mesmo tempo em que valida a proposta educacional em consonância com o projeto de sociedade igualitária, também reverbera um evidente interesse econômico nesse projeto de educação.

Então, o discurso sobre diversidade, igualdade e democracia que se manifesta dentro desse enunciado ao ser contrastado com os enunciados que emergem da esfera econômica apresentam importantes semelhanças que intentam provocar o mesmo sentido. Isso é notório porque não estamos realizando essa análise apenas com o que está expresso linguisticamente, mas sempre em relação à arquitetura do enunciado e a inter-relação verbal entre enunciados que apresentam de opostas vozes sociais que são relevados nas escolhas lexicais e sintáticas, relacionadas à conjuntura social e histórica em que os enunciados aparecem. Em vista disso, o interesse de agentes do setor privado da economia, conforme as discussões apontadas aqui e em outros trabalhos, se revela no discurso apresentado da redação final da versão homologada e implantada em todas as regiões do país.

Como Souza (2019) apresenta em sua tese, os agentes do setor privado que fazem parte do movimento “Todos pela Educação” ganharam força ao longo das diferentes versões da BNCC e foram determinantes para a finalização do processo que culminou na homologação da Base, em 2018. A maioria desses agentes, como a Fundação Bradesco, a Fundação Itaú e o Instituto Natura, apenas para mencionar alguns, são fundações filantrópicas

²⁰ Conforme apontam Levitsky e Ziblat (2018), em *Como as Democracias Morrem*. Obviamente, aqui nós só fazemos menção, mas essa relação entre as propostas de educação e o desmoronamento das democracias poderia facilmente ser temática de uma tese, fica aqui como sugestão de pesquisa e aprofundamento.

mantidas pelas grandes corporações econômicas do país. Ou seja, exercem atividades para além de suas propostas originais de funcionamento em sociedade.

Uma análise de cada um dos agentes que ajudaram a promover a homologação da Base demandaria um extensivo trabalho e fugiria da proposta objetiva desta pesquisa. No entanto, para sustentar a nossa tese de que o discurso que ecoa da BNCC reproduz a ideia de educação mercadológica, autores como APPLE, 2006, 2015, 2020; BALL, 2012, 2013; FREIRE, 1989, 1994 apontam a educação mercadológica como a abordagem educacional que incorpora princípios do mercado nas práticas educacionais, colocando a educação como um produto a ser comercializado e consumido, se contrapondo a sua função social e humanista. Logo, confrontamos discursos do enunciado BNCC sobre o Ensino Médio com o discurso de enunciados da Fundação Itaú cotejados do trabalho de Souza (2019).

No cotejamento de enunciados, elencamos os enunciados da Fundação Itaú pelo fato de os discursos apresentados no conteúdo dos enunciados irem ao encontro discursivamente do que é proposto nas competências gerais que determinam o direcionamento educacional. É necessário, portanto, compreender o contexto em que emergem os enunciados da Fundação Itaú, conforme postulados por Volóchinov (2018; 2019).

Primeiramente, para compreender que voz social é essa e de onde ela surge é preciso dizer que a Fundação Itaú é mantida pelo Banco Itaú, uma das maiores instituições financeiras da América Latina. Os enunciados cotejados que aparecem nas figuras 14, 15, 16 e 17 emergem da página de abertura do site da Fundação Itaú, e conforme tal se sustenta nos pilares cultural, social, educação e trabalho, visando incentivar e promover esses pilares no território brasileiro. Conforme podemos conferir nas figuras 14, 15 e 16, são enunciados que aparecem na primeira página do site da Fundação Itaú²¹.

Ao navegar pelos enunciados, dada a interatividade do suporte em que se encontram, o que se destaca são as imagens, as quais apresentam indivíduos em distintas práticas sociais, e essas imagens poderiam ser utilizadas para uma análise discursiva verbo-visual; entretanto, o foco desta pesquisa não incide sobre esse tipo de análise, embora seja interessante pensar nos indivíduos escolhidos para ilustrar os pilares em que se ancoram as atividades dessa fundação. Como nosso objetivo se destina à análise do enunciado verbalizado linguisticamente, observemos o que está expresso linguisticamente na proposta de cada pilar.

²¹ <https://www.fundacaoitau.org.br/>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Figura 14 - Itaú Cultural



Fonte: <https://www.fundacaoitau.org.br/sobre>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Conforme a figura 14, o pilar cultural se refere à valorização da cultura no Brasil e está em total sintonia com as competências propostas pela BNCC, uma vez que o item 3 das 10 competências elencadas para direcionar a educação se refere à valorização das *diversas manifestações artísticas e culturais*. Além do mais, o pilar cultural atua na pesquisa, na produção de conteúdo, no mapeamento, no incentivo e na difusão dessas manifestações.

Desse modo, o enunciado cotejado apresenta um discurso que sugere uma diversidade de perspectivas e práticas relacionadas à valorização da cultura no Brasil. No entanto, essa valorização representa uma manifestação ideológica que reflete os interesses e valores da voz de quem enuncia, nesse caso do Itaú social, órgão que está inserido no contexto privado do Banco Itaú e que, portanto, os interesses e valores partem dos posicionamentos do interesse privado e do setor econômico em relação ao que significa cultura.

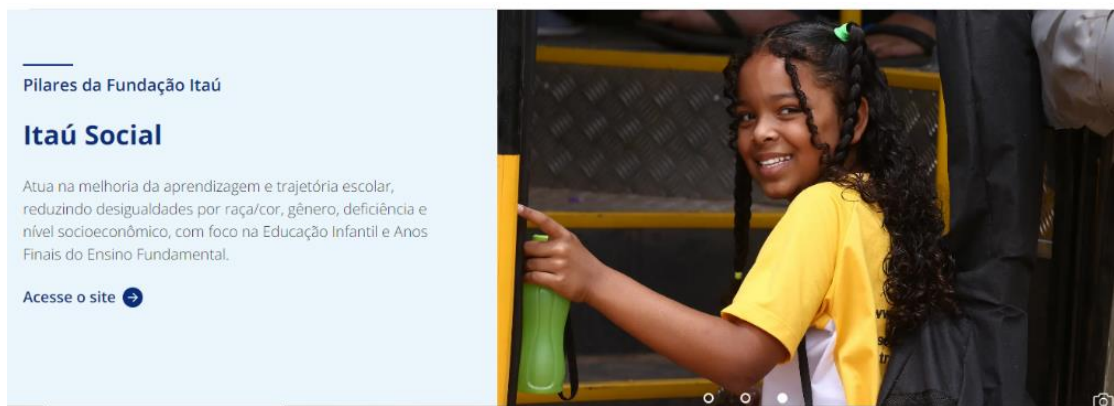
Embora o discurso da diversidade seja valorado positivamente no enunciado BNCC, resguardando uma educação que compreenda a diversidade das manifestações culturais, esse correlacionamento entre o discurso da diversidade cultural que emerge da esfera educacional com o discurso da diversidade cultural que emerge da esfera econômica revela que não há uma aleatoriedade discursiva. Ainda mais que o enunciado apresenta atuação na pesquisa, produção de conteúdo, mapeamento e difusão da cultura como estratégias que corroboram para legitimar a Fundação Itaú como agente importante no cenário cultural brasileiro. O que o possibilitaria de se consolidar como parâmetro do que é cultural ou não, do que deve ser entendido como cultural e como manifestação artística daquilo do que não é.

Expõe-se, dessa forma, um projeto de sociedade calcada em uma determinada ideologia do que seja diversidade cultural e do que seja manifestação cultural. Essa aproximação discursiva entre um enunciado sobre manifestação cultural e outro artístico que

emerge da esfera econômica tem respaldo no vocabulário em comum e no enunciado que normatiza e direciona a educação, o que promove uma compreensão do discurso artístico e cultural calcado nos pilares ideológicos da economia que determinariam quais diversidades artísticas podem ser consideradas como culturais.

Além do pilar cultural, o enunciado cotejado que se apresenta na figura 15 foi retirado do mesmo suporte interativo e revela o segundo pilar de atuação da Fundação Itaú, denominado de Itaú social.

Figura 15 - Pilar Social: melhoria da aprendizagem



Fonte: <https://www.fundacaoitau.org.br/sobre>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Na figura 15, temos o pilar social que busca atuar na melhoria da aprendizagem e trajetória escolar e reduzir as desigualdades sociais, apresenta um discurso totalmente concordante com o discurso da BNCC de produzir uma sociedade mais igualitária e utilizar a estrutural educacional para esse objetivo.

Esse discurso de interesse na redução das desigualdades que parte de um enunciado da esfera econômica provoca o efeito de sentido de responsabilidade social, que concorda discursivamente com os enunciados das vozes sociais que ecoam de professores, das políticas públicas e efetivamente do enunciado BNCC. Essa relação de concordância entre os enunciados encontra respaldo na primeira competência elencada pela base para reordenar a organização curricular orientada para a construção de uma sociedade *justa, democrática e inclusiva* (Brasil, 2018, p. 9).

Essa ideia de *atuação* nas diferentes dimensões da desigualdade legitima discursivamente o órgão que faz parte da economia privada, de onde parte esse enunciado como um agente essencial de transformação social na esfera educacional que culminaria numa sociedade justa, democrática e inclusiva. No entanto, esses discursos de justiça social e

inclusão educacional provenientes de uma fundação, respaldada pela iniciativa privada, revelam valores e interesses que estão alinhados à agenda econômica se encontram em um documento normatizador de organização da educação, o que nos leva a questionamentos de como efetivamente, ou seja, quais práticas a fundação exerce em sociedade para mitigar os problemas dos quais se apresenta como porta-voz.

Embora o enunciado que se refere ao pilar social discorra majoritariamente sobre as desigualdades e a educação, o terceiro pilar, como pode ser visto na figura 16, se enuncia como Educação e Trabalho, ou seja, é um pilar que estabelece relações entre a educação e o trabalho.

Figura 16 - Itaú Educação e Trabalho



Fonte: <https://www.fundacaoitau.org.br/sobre>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

O enunciado cotejado da Fundação Itaú que aparece na figura 16, portanto, apresenta o pilar Educação e Trabalho, demarcando novamente o discurso de apoio e incentivo à educação e ao trabalho/mundo do trabalho. Se no pilar social o incentivo à educação é para reduzir as desigualdades sociais, o foco do pilar educação e trabalho é o apoio às políticas públicas da educação e o incentivo à formação profissional e tecnológica.

Nesse pilar, a Fundação apresenta as formas práticas com que busca atuar na educação, fomentando a ampliação do número de vagas, melhorando a qualidade da oferta e incluindo os jovens no mercado de trabalho. Desse modo, o discurso de fortalecimento da educação tecnológica e profissional se sobressai no enunciado e dialoga diretamente e indiretamente com as vozes sociais de outros sujeitos sociais e estabelece contato com diferentes esferas. No entanto, o mais evidente no cotejamento é a relação das vozes sociais que emanam das empresas privadas com a voz social educacional que reverbera do enunciado

BNCC no que tange aos itinerários formativos, consoante discussão que será apresentada posteriormente.

Essa relação é percebida a partir o sentido do enunciado da Fundação Itaú sobre educação e trabalho que mostra um posicionamento ideológico de desenvolvimento econômico e social por meio da educação. Essa postura e valoração concordam discursivamente inclusive com outras vozes sociais do setor privado que postulam a educação como fator primordial de desenvolvimento econômico e social, como, por exemplo, discussão apresentada em tópico anterior em que o Banco Mundial reconhece que as aprendizagens devem estar alicerçadas em competências e habilidades para o desenvolvimento econômico de um país (Souza, 2019).

Depois de observar os enunciados cotejados em relação ao enunciado BNCC e a normatização dos itinerários formativos que devem ser obrigatoriamente propostos junto às áreas do conhecimento, percebe-se se tratar de um modelo compreendido como formação integral, não havendo ações ou políticas públicas para mitigar os variados problemas que incidem sobre as escolas públicas do território brasileiro. Enfim, esse arranjo favorecerá a construção de uma educação marcadamente mercadológica.

Além disso, as propagandas que promoveram a implementação da Base e especialmente do novo Ensino Médio produziram um discurso de inovação na educação que garantisse a adesão positiva da sociedade, especialmente voltada aos sujeitos que se inserem nas práticas do contexto do Ensino Médio. Os enunciados que emergem de plataformas interativas nos conduzem a um fio de enunciados em que isso pode ser facilmente visualizado. Depois que a página do terceiro pilar está aberta, ela pode ser direcionada para outra com mais informações, conforme a figura 17.

Figura 17 - Educação e Trabalho: Quem Somos

Fonte: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/> Acesso em: 03 de maio de 2024.

Ao entrar na página do pilar Educação e Trabalho, se é direcionado à página apresentada na figura 17. A voz que emerge e que representa a Fundação entende que o desenvolvimento social e econômico é resultado de uma educação qualificada para o mundo do trabalho. Desse modo, o discurso que reverbera da Fundação é de apoio a um determinado tipo de educação que visa a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho. Embora se tenha um pilar voltado à cultura, os outros 2 pilares se referem à educação, reforçando a importância que a educação representa para esse agente.

Como apresentado anteriormente, um dos argumentos que sustentaram e promoveram a criação e homologação da BNCC está ancorado na reformulação do currículo, especialmente o currículo do Ensino Médio. Em virtude disso, a Base traz em seu enunciado o reforço desse argumento

Para atender a todas essas demandas de formação no Ensino Médio, mostra-se imperativo repensar a organização curricular vigente para essa etapa da Educação Básica, que apresenta excesso de componentes curriculares e abordagens pedagógicas distantes das culturas juvenis, do mundo do trabalho e das dinâmicas e questões sociais contemporâneas (Brasil, 2018, p. 467 grifos nossos).

O discurso desse enunciado que corrobora para sustentar o argumento da necessidade da existência de uma base comum curricular, afirmando a necessidade de repensar a organização curricular e o excesso de componentes curriculares, é determinante para nossa análise por demonstrar a relação dialógica entre o discurso da Base e o discurso que aflora da Fundação Itaú, conforme arrolado acima.

Desse modo, o sentido desse enunciado, além de determinar que a organização curricular é um problema, também culpabiliza o excesso de currículo e as abordagens pedagógicas distantes, de maneira indireta imputa ao currículo e aos sujeitos professores a culpa pelo dito “fracasso” escolar, desconsiderando a enorme quantidade de outros problemas que impactam no “sucesso” escolar, como as grandes desigualdades do país, a falta de infraestrutura nas escolas, a falta de valorização dos profissionais da educação, atribuindo categoricamente a essa mudança curricular a resolução de tudo que se refere à educação.

O discurso educacional apresentado no enunciado BNCC é influenciado pelo discurso da esfera econômica quando marcadamente se espera uma adequação dos currículos para o mundo do trabalho. Hipótese que pode ser comprovada com a nova configuração curricular da educação no Ensino Médio.

Essa nova estrutura do Ensino Médio, além de ratificar a organização por áreas do conhecimento – sem desconsiderar, mas também sem fazer referência direta a todos os componentes que compunham o currículo dessa etapa –, prevê a oferta de variados itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional. Essa estrutura adota a flexibilidade como princípio de organização curricular, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do protagonismo juvenil e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida (Brasil, 2018, p. 468 grifos nossos, grifos em negrito do autor).

Em acordo com o enunciado acima, a organização do currículo continua sendo por áreas do conhecimento, mas não especifica exatamente o que se espera dessas áreas, uma vez que não faz “referência direta”, além de determinar uma “flexibilidade” para a organização do currículo, de maneira que o discurso que contribuiu para a homologação da Base valorava negativamente a rigidez dos currículos e defendia a proposta de um currículo mais flexível está em consonância com a diversidade de interesses e as especificidades locais. Essa junção das áreas, da flexibilidade e dos itinerários formativos propõe tanto a formação acadêmica quanto a formação técnica e profissional. Mas por outro lado, se não há uma especificação e referência direta em relação aos currículos além da flexibilização, uma educação pode facilmente sobrepor a outra, o que nos levar a crer que a formação técnica nesse discurso sobreporá a formação acadêmica. Além da discussão sobre o enunciado competência, a utilização de itinerários formativos corrobora para esse pensamento.

Os itinerários formativos são incluídos no discurso oficial de formação educacional e são apresentados com uma nota de rodapé que diz

No Brasil, a expressão “itinerário formativo” tem sido tradicionalmente utilizada no âmbito da educação profissional, em referência à maneira como se organizam os sistemas de formação profissional ou, ainda, às formas de acesso às profissões. No entanto, na Lei nº 13.415/17, a expressão foi utilizada em referência a itinerários formativos acadêmicos, o que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também, a itinerários da formação técnica profissional (Brasil, 2018, p. 468 grifos nossos)

Desse modo, consideramos que o discurso oficial apresentado no enunciado BNCC tenta justificar que a educação não está a serviço das demandas do mercado. No entanto, o sentido historicamente estabelecido de itinerário formativo emerge da esfera da educação profissional, ou seja, da educação voltada para o mercado de trabalho e agora ele faz parte de um discurso normatizador dos procedimentos que estruturam o currículo do Ensino Médio, pois “as competências e habilidades da BNCC constituem a formação geral básica. Os currículos do Ensino Médio são compostos pela formação geral básica, articulada aos **itinerários formativos** como um **todo indissociável**” (Brasil, 2018, p. 470 grifos do autor).

Essa indissociabilidade, juntamente com a flexibilização, favorece a concepção de que toda a conjuntura em que se deu a criação da Base, as vozes sociais que incisivamente pressionaram por sua criação, as propagandas sobre o novo Ensino Médio e a análise discursiva aqui arrolada demonstram claramente o interesse da esfera econômica na educação básica, especialmente na educação do Ensino Médio. Nessa etapa, os indivíduos, na maioria dos casos, além de ocuparem os espaços escolares, iniciam suas atividades trabalhistas, adentrando diferentes espaços de trabalho. Então, o que garantirá que não seja ofertada uma formação em que os itinerários formativos, juntamente com o currículo, sejam majoritariamente exclusivos às competências específicas somente para o exercício do trabalho?

Outro fator que contribui para esse pensamento é o fato de que essa associação necessária é apontada várias vezes ao longo do texto expressamente marcado como “é necessário **reorientar currículos e propostas pedagógicas** – compostos, indissociavelmente, por **formação geral básica e itinerário formativo**” (Resolução CNE/CEB, n.º 3/2018, Art. 10) (BRASIL, p. 475 grifos em negrito do autor). Também diz que a organização do currículo deve “orientar-se pelas competências gerais da Educação Básica para organizar e propor itinerários formativos (Resolução CNE/CEB, n.º 3/2018, Art. 12), considerando também as competências específicas de área e habilidades no caso dos itinerários formativos relativos às áreas do conhecimento (Brasil, 2018, p. 476 grifos nossos).

Além disso, há o fato de que o currículo seja flexibilizado, somente as disciplinas de LP e Matemática se mantêm obrigatórias (LDB, Art. 35-A, § 3º)” (Brasil, 2018, p. 470), essa informação reforça a inter-relação entre a obrigatoriedade do ensino de LP ser um discurso favorável à construção de um política linguística que possibilite os sujeitos se expressarem de variadas maneiras em diferentes contextos, em contraposição ao discurso de que a manutenção dessa obrigatoriedade está ancorada em apenas obter habilidades linguísticas específicas para demandas do mercado de trabalho.

Nessa compreensão discursiva, o sujeito não explora suas potencialidades linguísticas, nem desenvolve a capacidade crítica de utilizar os conhecimentos para compreender os processos nos quais se insere, mas tão somente conhecimentos linguísticos práticos que demandam em determinadas áreas específicas e podem ser explorados com itinerários formativos, já que não há uma parametrização, e o discurso regulamentador prevê essa flexibilização. Acerca disso, “o currículo do ensino médio será composto pela **Base Nacional Comum Curricular** e por **itinerários formativos**, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (Brasil, 2018, p. 475, grifos nossos, grifos em negrito do autor).

Sob essa ótica, as vozes institucionais que determinam os arranjos curriculares apontam para o sentido de flexibilidade do currículo, o que aparentemente parece ser uma voz descentralizadora para atender às necessidades específicas de cada comunidade. No entanto, reconhecendo as diversas realidades brasileiras e a falta de investimento financeiro nas milhares de escolas espalhadas pelo país, esse discurso de flexibilização atende a uma agenda de mercado, com uma educação pautada na negociação e na construção de um projeto educacional que favorece a formação apenas de trabalhadores, que provavelmente serão explorados por um mercado que não reconhece os sujeitos empíricos em sua totalidade e humanidade, mas apenas como força de trabalho para produzir capital (Marx; Engels, 2010, p. 11)

Até o momento as análises mostram uma estreita relação e evidências de que a partir dos enunciados cotejados, o discurso que emerge da esfera econômica adentra sistematicamente na elaboração do enunciado BNCC, inclusive com escolhas lexicais idênticas em construção ou semelhantes em sentidos, revelando conflitos discursivos entre as vozes que emergem, o que é perfeitamente compreensível, uma vez que “a palavra é a arena

onde se confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema” (Volóchinov, 2018, p. 15).

Desse modo, conforme o objetivo desta pesquisa, passaremos agora à análise discursiva da proposta de ensino de LP no Ensino Médio que emerge do enunciado BNCC.

Apontamentos dialógicos discursivos do enunciado BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio

A ideologia não é uma formulação da consciência, mas, ao contrário, a ideologia forma, constitui a consciência por meio de sua realidade material, isto é, dos signos ideológicos. Esses signos ideológicos, por sua vez, são constituídos no processo de interação social em que os interesses das diversas classes sociais direcionam o processo de construção das representações materializadas na palavra (Volóchinov, 2018, p. 55).

Iniciamos esta parte da tese evocando Volóchinov para sustentar o nosso objetivo de compreender o projeto ideológico de sociedade que aponta a BNCC, dadas as diversas vozes sociais que colabaram para a sua construção e pressionaram para que sua homologação fosse feita o mais rápido possível e de que maneira a proposta do ensino de LP no Ensino Médio pode colaborar para a construção desse projeto.

Conforme o autor, a materialização da palavra reflete os interesses das classes sociais. Desse modo, ao observarmos a materialização do enunciado BNCC e a relação desse com enunciados cotejados, há posicionamentos ideológicos concordantes entre os enunciados que convergem para direcionar um determinado tipo de educação no país, ou seja, as vozes sociais materializadas no enunciado BNCC denotam posicionamentos ideológicos sobre a diversidade temática do conteúdo apresentado no documento que representam interesses das esferas econômica e política na elaboração e realização da educação no Brasil.

Nas partes anteriores deste trabalho demonstramos essa articulação entre enunciados cotejados das esferas educacionais, econômica e política e como a responsividade na inter-relação verbal entre enunciados corrobora para a sustentação de que há em curso um projeto educacional, especialmente no que tange à educação dos jovens, estritamente ancorado para favorecer a formação de sujeitos acrílicos e mão de obra especializada para o mercado.

A partir de agora, nos centraremos em analisar de que maneira é apresentada a proposta de ensino de LP para o Ensino Médio, observando se a forma como a educação linguística pensada para esse ciclo endossa o projeto ou não de educação voltada para o mercado econômico.

O discurso da BNCC gira em torno do protagonismo e da autoria e o Ensino Médio deve ser “suporte para a construção e viabilização do projeto de vida dos estudantes, eixo central em torno do qual a escola pode organizar suas práticas” (Brasil, 2018, p. 472 grifos nossos). Desse modo, as diretrizes curriculares determinam que as práticas educacionais devem se organizar pensando no projeto de vida dos sujeitos inseridos nessas práticas, no protagonismo e autoria de cada um. Esse discurso dialoga empaticamente e ganha rapidamente a adesão dos sujeitos que fazem parte das práticas do Ensino Médio, uma vez que nessa fase da vida, os sujeitos empíricos estão passando por diversas transformações, no processo de transição de vida infantil para a vida adulta e por isso querem se sentir autônomos e livres para escolherem e tomarem as decisões que definirão suas respectivas vidas.

Dessa forma, a repetição exaustiva do discurso de protagonismo encontra terreno sólido de concordância e apoio entre aqueles que querem ser independentes e perseguir caminhos ancorados em suas próprias escolhas. De modo geral, esse discurso de ampliação da autonomia, protagonismo e autoria dos estudantes sugere uma abordagem pedagógica centrada nos sujeitos inseridos no contexto do Ensino Médio. Esse discurso concorda e amplia discursivamente as ideias propostas anteriormente nos enunciados PCN+ e LDB. Além do mais,

o projeto de vida é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos (Brasil, 2018, p. 472-473)

Ou seja, o discurso evidente demonstra não só uma educação centrada no indivíduo, mas também o reconhecimento da importância de compreender as necessidades desses indivíduos a partir deles e não a partir do currículo. No entanto, o próprio documento reconhece que há forças sociais em embate no que se refere aos desejos/necessidades dos indivíduos, reconhece as contradições discursivas que existem na esfera educacional e para além dele. Novamente aqui, essa mudança curricular sem efetivas mudanças estruturais que mitiguem os outros problemas de ordem escolar e, além disso, social, só servirá para validar de forma regulamentada e obrigatória a flexibilização do currículo que atenda interesses específicos, sendo o da esfera econômica o mais evidente até o momento.

Há uma contradição discursiva no que se refere à relação entre a necessidade das mudanças no currículo, argumento utilizado à exaustão para a aprovação da Base, o

reconhecimento da construção do projeto de vida e a grande desigualdade econômica que existe no país. Primeiramente que projeto de vida é uma ideia ou objetivo que um indivíduo estabelece para desenvolver as diferentes áreas da vida de acordo com aspirações que elabora ao longo de vivências e reflexões. Dito isso, considerando que há um índice de 31,6% da população brasileira em situação de pobreza ou de extrema pobreza, segundo dados do IBGE 2023²², que revela o percentual de pobreza do Brasil, é difícil imaginar que os indivíduos que estão inseridos nas práticas do Ensino Médio e fazem parte dessa porcentagem, se é que estão inseridos, consigam vislumbrar possibilidades e autonomia para formularem projetos de vida.

Ainda que o mesmo currículo determine a “**flexibilidade como princípio de organização curricular**, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes” (Brasil, 2018, p. 468 grifos nossos, grifos em negrito do autor), essa flexibilidade só servirá para atender a agenda dos interesses e embates ideológicos subjacentes à aprovação da BNCC, e não para garantir a plena realização educacional para uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro argumento que foi utilizado para sustentar a necessidade das mudanças no currículo foram os resultados das avaliações em escala internacional como o PISA, que mensuram e comparam os países em relação aos níveis educacionais, utilizando um determinado parâmetro de classificação com instrumentos que determinam o que é sucesso ou insucesso escolar. No entanto, se tomarmos como exemplo o Canadá que apresenta uma média do desempenho da leitura de 527, mais de 100 pontos à frente do Brasil, e está entre os países considerados referência em educação; e se analisarmos que o índice da população em situação de pobreza é de 10,40% de acordo com a World Inequality Database²³, que analisa a relação entre pobreza e riqueza do país, o argumento de modificação no currículo ainda não é legítimo, pois as realidades se apresentam de maneira muito diferente, dadas as condições históricas de criação e desenvolvimento dos dois países e a discrepância entre os índices de pobreza de cada um.

Dessa forma, as alterações curriculares são importantes para a atualização de novos conceitos e teorias que fazem parte das dinâmicas contemporâneas da sociedade, marcada

²² <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=O%20percentual%20de%20pessoas%20em%20extrema%20pobreza%2C%20ou%20seja%2C%20que.31%2C6%25%20em%202022.> Acesso em: 03 de maio de 2024.

²³ <https://wid.world/country/canada/>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

especialmente pela evolução frenética da tecnologia, as quais os PCN já previam, mas não abordavam o trabalho com as novas práticas de linguagem que surgem a partir das tecnologias e do mundo moderno e nem poderiam, uma vez que os PCNs datam dos anos 2000, e houve uma intensificação e diferentes mudanças nos últimos 15 anos. Mas para sustentar o discurso de que a educação com Base traria condições para o desenvolvimento social e econômico, a mudança nos currículos não estaria em primeira instância dentre a problemática que envolve o sistema escolar brasileiro.

Desse modo, embora o discurso seja enfático quanto ao papel da escola no auxílio dos projetos de vida, é um discurso que pode aprofundar ainda mais as desigualdades sociais. Uma vez que os sujeitos sociais que têm acesso aos bens culturais e não precisam se preocupar com as necessidades básicas como alimentação e moradia conseguirão elaborar seus projetos de vida considerando alternativas e possibilidades. Enquanto aqueles que não conseguem acessar determinados bens culturais e não possuem condições básicas para a manutenção da vida, dificilmente vislumbrarão oportunidades de crescimento, tal qual como prescreve o discurso da BNCC:

papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro (Brasil, 2018, p. 473 grifos nossos).

Se considerarmos as discussões aqui apresentadas e o cenário concreto da realidade educacional brasileira como a falta de investimento na educação, a falta de infraestrutura nas escolas, a falta de investimento nos profissionais de educação, além da falta de professores para atenderem a demanda educacional, o auxílio escolar para o desenvolvimento das *potencialidades e concretização do projeto de vida* é uma falácia que se apresenta num discurso oficial e regulamentador de maneira exemplar, mas que na prática é esvaziado de sentido executável que empreenderia reais mudanças sociais. Isso tudo reforça ainda mais nossa argumentação de que há em curso um projeto de educação deliberadamente voltado para produzir força de trabalho para o mercado, onde a formação mercadológica prevalece sobre a formação integral dos indivíduos. E que essa exigência de mudança no currículo,

inclusive por organizações compostas por diferentes setores sociais²⁴ é um índice incisivo de confirmação da nossa tese.

Essa voz institucional apresenta um discurso que reconhece os indivíduos inseridos nas práticas do Ensino Médio, reconhece suas potencialidades e determina que o espaço escolar seja propício ao desenvolvimento pessoal, colaborando para que os indivíduos desenvolvam suas identidades e se tornem autônomos para atuarem dentro dos processos sociais dos quais participarão enquanto sujeitos sociais. Para a realização dessa proposta, conforme discurso da BNCC, as práticas na esfera educacional devem estar embasadas na perspectiva dialógica da linguagem com a mediação, a intervenção e a valorização das diversidades.

Desse modo, as práticas educacionais que se referem à área do conhecimento denominada Linguagens e suas Tecnologias estarão nos próximos parágrafos revisadas sob a luz da Análise do Discurso, de tal modo que seja possível examinar de que forma o discurso para essa área, no que tange ao ensino de LP no Ensino Médio, prevê o currículo e os métodos de ensino nesse ciclo. Portanto,

no Ensino Médio, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias (Brasil, 2018, p. 471 grifos nossos)

O enunciado acima compõe o enunciado BNCC, aparece na seção de introdução da etapa do Ensino Médio, apresentando a área de Linguagens e suas Tecnologias como ampliação dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. Novamente, o que marca o discurso sobre o Ensino Médio para os sujeitos inseridos é o reaparecimento na redação do enunciado *autonomia*, *protagonismo* e *autoria*. Isso significa que as práticas que envolvem Linguagens e suas Tecnologias devem ser pensadas com procedimentos pedagógicos que convergem para uma educação em que os sujeitos que se reconheçam autônomos, protagonistas e autores, fornecendo-lhes ferramentas para compreenderem e questionarem a realidade social por meio da linguagem.

²⁴ As duas organizações que mais influenciaram e pressionaram para que a Base fosse aprovada são os movimentos: Todos pela Educação e Movimento pela Base. Ambos possuem páginas na internet e podem ser acessadas pelos endereços: <https://todospelaeducacao.org.br/> e <https://movimentopelabase.org.br/>. Acessos em 03 de maio de 2024

O enunciado também reconhece que há inter-relações que podem ser observadas via compreensão linguística. Nesse ínterim, o entendimento dos diferentes usos da linguagem possibilita uma efetiva construção do conhecimento, a percepção dos embates sociais presentes nos enunciados materializados e a criticidade para compreender jogos de interesses e disputas sociais por intermédio da linguagem. Esse discurso revela uma proposta de educação linguística que visa o empoderamento dos sujeitos que seriam capazes de questionar suas realidades.

Desse modo, o discurso sobre a proposta educacional para o Ensino Médio na BNCC atualiza os discursos contidos no enunciado PCN e embora não apresente explicitamente a teoria dialógica bakhtiniana como modelo da proposta educacional, é mais evidente que os estudos discursivos de vertente bakhtiniana exercem influência preponderante no discurso normatizador, inclusive com as escolhas lexicais. Em Ferreira e Dias (2021), as autoras apresentam uma discussão sobre a política linguística na BNCC, apontando que

sobre as práticas de linguagem, o que tem sido colocado como uma inovação da BNCC em relação aos outros documentos oficiais são os campos de experiências, os campos de atuação e os campos de atuação social, os quais correspondem às três diferentes etapas da Educação Básica. A primeira etapa, a Educação Infantil, é estruturada por cinco campos da experiência: 1) O eu, o outro e o nós; 2) Corpo, gestos e movimentos; 3) Traços, sons, cores e formas; 4) Escuta, fala, pensamento e imaginação; e 5) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Segundo a BNCC, esses “campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural”. (BRASIL, 2018, p. 40). Trata-se, assim, de um processo de instituição de um lugar de práticas de linguagem, de saberes, do dia a dia no espaço escolar, delimitando, ao mesmo tempo, um campo disciplinar para o que supostamente advém da vida cotidiana.

Embora a análise que as autoras conduzem se refira à Educação Infantil, o discurso que perpassa todas as etapas da educação básica está estruturado em esferas de atuação social, conforme figura 18, os quais devem contextualizar as práticas de Linguagem no Ensino Médio na disciplina de LP (Brasil, 2018). Ao longo do progresso entre as etapas de ensino, algumas esferas vão sendo incorporados e/ou modificados.

Figura 18 - Campos de Atuação

ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO
ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	
Campo da vida cotidiana		Campo da vida pessoal
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático	Campo jornalístico-midiático
	Campo de atuação na vida pública	Campo de atuação na vida pública

Fonte: Brasil, 2018, p. 501.

Nos parece que a escolha lexical para compor o enunciado de um documento normatizador coaduna com os estudos discursivos propostos pelo Círculo de Bakhtin, uma vez que os gêneros do discurso, para o Círculo, efetivam e possibilitam a interação que acontece porque “enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referida esfera não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2016 p. 11-12). Portanto, conforme discussão apresentada na parte II deste trabalho, a estruturação e o sentido de um enunciado estão ancorados no contexto de onde ele deriva.

Por isso, trazer esse discurso para um documento regulamentador da educação é valorado positivamente, uma vez que compreende que a linguagem não existe fora da interação e da situação contextual concreta na qual os sujeitos estão inseridos. Por conseguinte, a proposta educacional de ensino de LP no Ensino Médio deve ser ancorada nesses postulados.

Mas, por outro lado, para que essa compreensão de linguagem promova a autonomia dos sujeitos e os possibilite criticar e argumentar os sistemas em que estão inseridos, aqueles que fazem parte da formação, especialmente os professores que atuam diretamente na concretização das propostas curriculares, precisam primeiramente apreender essa compreensão da linguagem enquanto dialógica para obterem ferramentas que possam ser utilizadas em sala de aula.

Nesse prisma, embora a BNCC faça alguma menção a mudanças nos sistemas de formação profissionais e avaliações em grande escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), não há nenhum documento ainda que regulamente ou configure a formação dos docentes brasileiros de acordo com essa vertente da linguagem proposta no discurso para o ensino de LP.

Discursos e Perspectivas contemporâneas para o Ensino de Linguagens no Ensino Médio

Se nos capítulos anteriores abordamos a etapa do Ensino Médio e a caracterização que a BNCC traz para esse ciclo, neste capítulo analisamos a área de aprendizagem denominada de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Sob essa ótica, a BNCC traz as noções de conhecimento divididas em quatro grandes áreas e substitui a nomenclatura *disciplina* por *componentes curriculares*, e apresenta a área de Linguagens e suas Tecnologias composta por Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa. De acordo com os objetivos dessa pesquisa, o nosso recorte recai sobre o componente LP, mas há menções ao longo das análises dos demais componentes que fazem parte dessa área.

A introdução da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias apresenta a linguagem nessa etapa como conteúdo de consolidação e ampliação das aprendizagens dessa área, reconhecendo que há uma diversidade linguística e cultural no Brasil: “observada a garantia dos direitos linguísticos aos diferentes povos e grupos sociais brasileiros” (Brasil, 2018, p. 481), e considerando a relevância das pesquisas acadêmicas para a área de linguagens e os currículos já instituídos (Brasil, 2018, p. 481).

A compreensão da BNCC acerca da diversidade linguística e cultural do Brasil significa que ela reconhece a existência de diferentes povos e grupos sociais com suas próprias línguas, dialetos e formas de expressão. Essa compreensão encontra resposta ativa no projeto de lei n.º 489 de fevereiro de 2019, o qual dispõe sobre os direitos linguísticos dos brasileiros e ainda segue em tramitação na Comissão de Educação, em 2024. Esse enunciado da esfera política se constitui como um enunciado-resposta valorado positivamente por linguistas, pois está em consonância com a proposta de educação linguística voltada para o reconhecimento da pluralidade e diversidade existentes em nosso país.

Isso acontece de modo que esse enunciado da esfera política, o qual surgiu tempos depois da homologação do enunciado BNCC, pode ser considerado como um enunciado ativo responsivo prático que responde à proposta educacional ancorada no reconhecimento da

diversidade, inclusive linguística. Assim, dentre as competências linguísticas específicas para o EM, apontadas pelo documento, a primeira apresenta o seguinte pressuposto:

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo (Brasil, 2018, p. 490 grifos nossos).

Portanto, a primeira competência específica da área de Linguagens e suas Tecnologias do Ensino Médio reconhece a importância e afirma que há diferentes linguagens e diferentes práticas culturais, além de compreender que a linguagem se manifesta de maneira artística, corporal e verbal. Logo, o discurso que emana do enunciado BNCC sobre a área de Linguagens e Tecnologias é de que há complexidade e multiplicidade nas formas de expressão da representação da realidade, e que

a área tem a responsabilidade de propiciar oportunidades para **a consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens** – artísticas, corporais e verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) –, que são objeto de seus diferentes componentes (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa) (Brasil, 2018, p. 482 grifos em negrito do autor).

Essa responsabilidade que a BNCC apresenta como categoria para consolidar a ampliação das habilidades de uso e reflexão sobre as linguagens nos conduz a pensar sobre quais as práticas pedagógicas e curriculares viabilizarão esse projeto de educação, visto que tornarão possível a formação crítica e participativa em sociedade dos sujeitos inseridos nas práticas linguísticas do Ensino Médio.

As inter-relações verbais, as quais estamos investigando, nos possibilitou, até agora, concluir que há uma estreita relação do enunciado BNCC com enunciados oriundos da esfera econômica, os quais revelam discursos de interesse ativo na realização da educação no país. Compreender de que maneira essa educação linguística acontecerá efetivamente nos parece essencial para possibilitar, especialmente aos sujeitos que se circunscrevem na posição social de formadores, reflexões sobre os caminhos e resistências que podem surgir a partir de tais postulados.

Se, conforme discussão apresentada nos capítulos anteriores, o discurso de urgência da criação de uma Base para a educação se embasava na necessidade de mudanças no currículo,

no que se refere ao currículo da área de linguagens, há uma contradição dessa necessidade quando o próprio enunciado BNCC diz que

considera os fundamentos básicos de ensino e aprendizagem das Linguagens, que, ao longo de mais de três décadas, têm se comprometido com uma formação voltada a possibilitar uma participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens (Brasil, 2018, p. 481 – grifos nossos, em negrito do autor).

Ou seja, mais uma vez esse discurso de necessidade urgente da criação de uma Base não se sustenta, uma vez que o próprio discurso do enunciado BNCC afirma que a aprendizagem das Linguagens já se realiza em âmbito nacional, e o sentido do signo *comprometido* designa que há um compromisso educacional já em vigor ancorado na participação mais plena dos jovens nas práticas que envolvem o uso da linguagem, inclusive sendo demarcado esteticamente em negrito na realização verbalizada do enunciado escrito.

Portanto, se o ensino básico, no que tange à área de Linguagens, já há mais de três décadas pensa a linguagem dentro do escopo de diferentes práticas socioculturais, o que efetivamente está sendo proposto de novo no que se refere às práticas relacionadas ao ensino de LP no Ensino Médio que propiciará um ensino mais participativo e crítico e não apenas uma adequação de currículo que seja favorável aos interesses de uma economia neoliberal e de um determinado projeto de sociedade?

Nessa ordem, há vozes sociais que entram em embate na construção do enunciado BNCC. Se de um lado há um discurso de outras esferas sociais a partir de diferentes setores da sociedade que argumentava sobre mudanças essenciais que a Base promoveria, a própria Base se conflita ao afirmar que essa proposta de educação linguística já está em curso há tempos. Novamente, somos conduzidos por uma rede de inter-relações verbais que revelam a não aleatoriedade dos enunciados e de como eles se completam e se complementam, considerando os aspectos da situação de comunicação dentro das esferas de atividade e os processos históricos e sociais dos quais eles partem, o que significa considerar o momento histórico pelo qual passava o Brasil e principalmente a pressão que houve para que a Base fosse aprovada e homologada. Então, pode-se considerar que a Base é uma resposta favorável a um projeto de sociedade respaldado em um determinado modelo econômico.

Se tomarmos as palavras que aparecem em negrito reafirmando a *participação mais plena dos jovens*, os sentidos da palavra *plena* podem estar associados à realização, à liberdade e à autonomia. E, se essa participação já está em curso, a reafirmação incisiva dela

ao longo da caracterização do Ensino Médio na BNCC, principalmente marcada na área de Linguagens e suas tecnologias, revela o quanto esse discurso complementa os discursos de autonomia propostos, por exemplo, pelo Movimento todos pela Base, que atuou fortemente para que houvesse a aprovação, conforme podemos observar na figura:

Figura 19 - Movimento pela Base



Fonte: <https://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 03 de maio de 2024

A figura acima foi retirada do site denominado Movimento pela Base, ele atuou, conforme explicitado na página inicial, na implementação da Base e atua para que seja implementado o Novo Ensino Médio, o qual, embora não seja objeto direto desta pesquisa, tem sido pauta de discussões e embates entre variados setores sociais a respeito das “mudanças” propostas. Desse modo, o que aparece em destaque na página inicial é o enunciado “jovens querem poder de escolha”. O discurso que reverbera desse enunciado complementa ativamente o discurso da BNCC de garantir a participação plena dos jovens nas diferentes práticas culturais.

Assim, *participação plena* entra em similitude discursiva com *poder de escolha* e colaboram contundentemente para que esse discurso seja aceito favoravelmente por aqueles que estão inseridos nas práticas educacionais do Ensino Médio sem resistência, embate ou questionamentos a respeito dessa proposta de educação. E a força do discurso se apresenta de maneira tão regular que, tal como está posto, é facilmente aderido e confirmado sem qualquer refutação.

Isso ocorre porque esse discurso parte de enunciados de outras esferas e culmina na esfera educacional sem uma análise correta dos elementos interiores e exteriores que provocaram seu surgimento na sociedade, sem que haja um aprofundamento reflexivo das relações sociais, econômicas, políticas e históricas que permeiam as disputas. E, ao ser compreendido apenas de modo superficial, corrobora para a construção de uma valoração positiva que induz à ideia de que o compromisso com uma formação participativa dos sujeitos será garantido, o que, obviamente, é valorado positivamente para a construção de uma educação emancipatória.

No entanto, a partir das análises já apresentadas, que revelam discursos semelhantes, oriundos de enunciados da esfera econômica, consideramos que a proposta linguística para o ciclo do Ensino Médio, embora esteja discursivamente carregada de princípios progressistas, ainda se revela como uma educação que atenderá a interesses específicos da economia e do mercado. Outro fator que nos leva a considerar isso são os grupos sociais que compõem esse movimento pela Base, conforme pode ser observado na figura.

Figura 20 - Grupos Sociais do Movimento pela Base

CONSELHO DELIBERATIVO



DOADORES



Fonte: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/#rede>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Em acordo com o que pode ser observado na figura 20, os grupos que fazem parte do conselho deliberativo do Movimento pela Base são fundações que mantêm relação direta com instituições privadas do país, ou seja, com o setor privado da sociedade. Desse modo, as decisões e atividades realizadas pelo Movimento estão sempre ancoradas nos posicionamentos e interesses desses grupos que representam vozes sociais que compõem o próprio movimento. Isso posto, evidenciamos que os discursos de autonomia e protagonismo

que reverberam fortemente marcados em toda a caracterização da etapa do Ensino Médio ressoa como um eco discursivo dos interesses educacionais que as vozes sociais dos setores privados da economia apresentam. Sendo assim, a observação das efetivas práticas propostas no enunciado BNCC para o Ensino Médio revelará que tipo de mudanças de fato ocorrerá.

Outro fator que contribui para a compreensão de que há um embate ideológico em curso entre o que propõe a Base e sua efetiva implementação são os enunciados que emergem da esfera política, eles contribuem contundentemente para um conflito que impossibilitará a realização efetiva de uma educação que respeite a diversidade e esteja voltada à criticidade, à reflexão e que seja, de fato, democrática.

Em 2015, o mesmo ano em que se iniciaram as discussões sobre a implementação da BNCC, o projeto de lei 867²⁵, que discorre sobre a inclusão do Programa Escola sem Partido nas diretrizes e bases da educação, foi proposto na Câmara dos Deputados. Embora esse programa exista desde 2004, quando foi criado pela sociedade civil organizada, e tenha uma página na internet explicando seus objetivos, somente em 2015 ele passou a ser discutido no âmbito da esfera política

Figura 21 - Página de Abertura do Site Escola Sem Partido



Fonte: <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 03 de maio de 2024

O que nos conduz a considerar esse enunciado da esfera política conflitante com os discursos apresentados no enunciado BNCC é que em meio às “discussões” da BNCC, em 2016, e pelos acontecimentos históricos dentro da esfera política que ocorreram nesse mesmo ano, esse projeto passou a ser considerado no Senado Federal sob o projeto de lei n.º 193, de

²⁵ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em 03 de maio de 2024.

2016²⁶. E, além disso, concomitantemente às análises desta pesquisa, esse projeto de lei segue em tramitação com embates e discussões sobre a inconstitucionalidade da proposta e a adesão de uma parte sociedade civil, dado o momento histórico de divergências políticas e ideológicas acirradas em todo território brasileiro.

A proposta de inclusão do Programa Escola sem Partido em um enunciado que tem como principal intuito determinar execuções práticas em sociedade, sabendo que as diretrizes e bases da educação fazem parte da esfera jurídica e se materializam em sociedade sob a forma de lei, objetiva, portanto, regular o comportamento dos sujeitos para atuarem de acordo com o que é expresso no conteúdo daquela determinada norma. Essa propositura nos chama atenção e abre um alerta para os sentidos prático que ela pode provocar, caso seja promulgada e entre em vigor.

Esse alerta surge a partir da relação que inferimos dos variados discursos que têm se apresentado nas diversas esferas sociais brasileiras já há alguns anos, marcados pela presença constante de conflitos e extremismos em relação a variados assuntos. Ou seja, o momento histórico pelo qual o país atravessa se revela na intolerância que se apresenta nos variados discursos²⁷. Dessa maneira, o discurso que reverbera do enunciado Programa Escola sem Partido, a nosso ver, pode intensificar ainda mais disputas e tensões existentes, bem como os movimentos extremistas.

Em Levitsky e Ziblatt (2018), quando discorrem sobre os processos que são utilizados para desmontar uma sociedade democrática, dizem que há uma subversão do próprio processo que leva os governantes democráticos ao poder (p. 15). Logo, “muitos esforços do governo

²⁶<chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=3410752&disposition=inline>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

²⁷ Esse momento histórico teve início com o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2015, um evento que desencadeou uma onda de manifestações populares nas grandes capitais brasileiras, expressando tanto apoio quanto repúdio ao processo. As eleições de 2018, marcadas pela acirrada disputa entre os presidentiáveis Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), aprofundaram a polarização da sociedade brasileira. A campanha eleitoral foi dominada por discursos de ódio, ataques pessoais e uma retórica agressiva que incentivou a eliminação simbólica dos rivais políticos. Com a vitória de Bolsonaro, essa polarização se intensificou durante seu mandato, especialmente com o advento da pandemia de COVID-19 em 2020. O governo adotou uma postura negacionista em relação à gravidade da pandemia, desconsiderando as orientações científicas e promovendo tratamentos sem eficácia comprovada, o que agravou ainda mais a divisão social. O discurso de negação da ciência, propagado por Bolsonaro e seus apoiadores, não só deslegitimou os esforços de controle da pandemia, mas também aprofundou a desconfiança em relação às instituições públicas e científicas.

Até o momento de finalização desta tese, o Brasil continuava profundamente dividido entre direita e esquerda, com extremismos em ambos os lados do espectro político. A tensão social, alimentada por uma retórica polarizadora, mantém o país em um estado de conflito constante, refletido em quase todos os aspectos da vida pública e privada.

para subverter a democracia são “legais”, no sentido de que são aprovados pelo Legislativo ou aceitos pelos tribunais (p. 18). Então, essa suposta legalidade nas ações conduz boa parte da sociedade a aceitar passivamente as mudanças sem questioná-las.

A partir da proposição desses autores, essa técnica se configura como uma estratégia para que governos autoritários se mantenham no poder sem que haja conflito ou revolta da população. Ao analisar o enunciado do projeto de lei do Programa Escola sem Partido, podemos inferir que a proposta do Programa busca utilizar dessa mesma técnica para implementar na educação brasileira um determinado modelo educacional que retire dos sujeitos a capacidade crítica de questionar o modelo de sociedade no qual estão inseridos, inclusive instituindo legalmente a incapacidade de se organizarem em movimentos sociais.

Por isso, utilizam o discurso de perseguição à doutrinação ideológica como motriz para efetivar a aprovação e convencer a sociedade civil de que esse é um projeto isento de ideologia. Ainda, utilizam o discurso de combate à doutrinação ideológica, que seria realizada pelos professores nas práticas escolares de sala de aula, para convencer a sociedade civil que esse seria o maior problema dos sistemas escolares e universitários, colocando os professores como os vilões que devem ser desmascarados, uma vez que, de acordo com a justificativa do projeto de lei,

é fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. (Brasil, 2019, n.p.)

Portanto, com a justificativa utilizada para encabeçar esse projeto de lei, se apropriam da afirmação de que professores e livros didáticos utilizam do processo de ensino para impor aos estudantes inseridos nessas práticas determinadas correntes políticas e ideológicas. Essa acusação parece apontar que há uma contradição entre o trabalho desenvolvido pelos professores, no âmbito escolar, em conflito com a conduta moral e determinados padrões dos pais ou responsáveis. Evidencia-se, dessa forma, que há diferentes vozes que influenciam na formação dos jovens.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que os jovens estão em formação nesse período, especialmente no Ensino Médio, e seriam, dessa maneira, influenciados por professores e livros didáticos a ponto de os discursos proferidos pelos sujeitos educadores serem capazes de moldar a consciência crítica dos estudantes para que sejam adeptos de determinada esfera política, o próprio projeto evidencia que os sujeitos nesse período em formação podem ser

facilmente manipulados, o que entra em total contradição com o discurso de protagonismo que permeia a caracterização da etapa do Ensino Médio. Se esse projeto considera que os sujeitos nesse período não têm a capacidade de refletir sobre os diferentes discursos dos variados contextos em que interagem, como eles podem ser protagonistas e ter autonomia? Dessa maneira, a Base aponta que

essa estrutura adota a **flexibilidade** como princípio de **organização curricular**, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do **protagonismo juvenil** e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida (Brasil, 2018, p. 468, grifos em negrito do autor)

Evidenciamos que o discurso que emerge do enunciado projeto de lei Programa Escola sem Partido entra em conflito com o discurso que representa a caracterização do Ensino Médio. Além da acusação sobre a falta de responsabilidade ética dos professores e livros didáticos quanto à neutralidade do conteúdo que deve ser ensinado, destacamos que a redação do projeto, ao apontar que os valores morais devem ser considerados na educação dos jovens, já revela a ideologia que o projeto implantaria na educação caso seja aprovado. Além do mais, como estimular o exercício do protagonismo juvenil se o projeto considera que os jovens são destituídos da capacidade de análise crítica dos enunciados que partem tanto da esfera educacional quanto da esfera familiar?

Concluimos que o discurso de culpabilização e de perseguição aos professores nesse projeto de lei é uma resposta ativa à propagação dos enunciados que defendiam a Escola sem Partido em 2004 e, aos poucos, adquiriu força discursiva e adesão social. Os enunciados que compõem a figura a seguir demonstram claramente as técnicas de convencimento utilizadas por esse grupo para promover essa adesão.

Figura 22 - Tela do Site Escola Sem Partido



Fonte: <http://www.escolasempartido.org/> Acesso em: 03 de maio de 2024.

A figura é mais uma tela do site Escola sem Partido em que apresenta variados artigos escritos pelo fundador dessa página e também o precursor das ideias que permeiam esse projeto. Quando observamos os artigos que aparecem em destaque, na página, compreendemos que o enunciado responde ativamente discursos que reverberam da proposta educacional do educador Paulo Freire, autor renomado que propõe uma educação calcada na conscientização e é, também, um nome constantemente criticado por determinada parcela da sociedade, especialmente pelos grupos sociais que se enquadram ideologicamente na esfera política denominada direita.

Diante do que é o gênero discursivo como o apresentado na figura, que se insere numa materialidade interativa de navegação rápida que conduz à abertura de abas sequenciais a partir de um texto, de outro, e que esse outro pode levar a outro e assim por diante, podemos observar que há em evidência nos tópicos desse enunciado apresentado um recorte em que aparecem, nessa figura, escolhas lexicais como *caos*, *pesadelo* e *doutrinação* que tendem a provocar sentidos negativos, dado o sentido já instaurado por essas palavras que sugerem confusão, situação difícil, o que influencia de forma persuasiva e sistemática a adoção de determinada ideia ou posicionamento.

A arquitetura do site é elaborada e construída de modo a reforçar veemente que há uma doutrinação em curso nas escolas e universidades brasileiras que precisa ser combatida energeticamente. A construção discursiva que utiliza esses signos de maneira enfática e proposital intenta, além de buscar adeptos das ideias contidas nele, colocar o projeto de lei que institui o Programa Escola sem Partido como uma proposta para a solução desse

problema. Ou seja, à medida que o discurso de doutrinação se intensifica e tem grande adesão da sociedade civil, esse projeto entra como o antídoto para combater essa “doutrinação” por ser uma proposta que se caracteriza como não ideológica.

O próprio programa se contradiz discursivamente ao dizer ser isento de qualquer posicionamento ideológico, sendo que ele revela em toda a propositura ideias que estão ancoradas em uma determinada esfera ideológica. Embora não seja objetivo desta pesquisa analisar todo o conteúdo temático desse projeto lei, quando colocamos os discursos em inter-relação verbal, o enunciado BNCC, da área de Linguagens, códigos e suas tecnologias, com os discursos do enunciado projeto de lei Escola sem Partido revela que há um conflito evidente e que é alarmante um projeto desse teor estar em trâmite no congresso e parte da sociedade civil ser favorável aos discursos que ele propõe.

Inclusive, quando inter-relacionamos o enunciado BNCC sobre a área de Linguagens, o discurso que se apresenta é o de que, por exemplo, “a Arte, enquanto área do conhecimento humano, contribui para o desenvolvimento da autonomia reflexiva, criativa e expressiva dos estudantes (Brasil, 2018, p. 482 grifos nossos), ou ainda, que “possibilita a constituição de um espaço em que as pessoas sejam respeitadas em seus modos de ser e pertencer culturalmente, e estimuladas a compreender e acolher as diferenças e a pluralidade de formas de existência (Brasil, 2018, p. 482 grifos nossos).

Dessa maneira, os discursos que ecoam dos postulados da BNCC reconhecem a partir dos sentidos de *autonomia reflexiva e expressiva e compreender e acolher as diferenças e a pluralidade das formas de existência* a compreensão de uma educação inclusiva e pluralista, a qual deve promover o respeito pelas diferenças culturais e modos de existência. Além dessa posição ser contra a exclusão e a uniformização cultural, ela contrasta com propostas educacionais homogêneas e autoritárias como as do Programa Escola sem Partido, tais como:

o projeto reconhece também o direito dos estudantes e dos pais de gravar as aulas, caso a escola não o faça ou não disponibilize as gravações. Trata-se de direito que decorre do art. 206, VII, da Constituição – que assegura, entre os princípios com base nos quais o ensino será ministrado, a “garantia de padrão de qualidade” – o que implica necessariamente, para os pais, o direito de conhecer e avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas escolas –, e do art. 53, parágrafo único, do ECA, que reconhece aos pais o direito de ter ciência do processo pedagógico vivenciado por seus filhos. (Brasil, 2019, n.p.)

O enunciado acima extraído do projeto de lei Programa Escola sem Partido, caso entre na esfera educacional, promoverá uma constante vigilância, monitoramento e supervisão da forma como os conteúdos serão ensinados com o discurso de transparência e qualidade do ensino. Mas que na prática produzirá uma tensão entre educadores, estudantes e responsáveis,

uma vez que retirará a autonomia dos professores no contexto de sala de aula, bem como garantirá que os estudantes gravem sem autorização todo e qualquer conteúdo verbalizado ou escrito pelos professores. Isso tudo, somado à tecnologia atual e à excessiva quantidade de *fake news*²⁸, que são construídas utilizando recursos linguístico-visuais com uma regularidade estrutural que permite simular a verdade, torna-se ainda mais complexo. Nesse sentido, uma *fake news* constrói uma realidade a partir da criação de um efeito de verdade. Quando essas notícias são propagadas diariamente, elas podem influenciar os estudantes, que, inclusive, podem retirar enunciados de contexto, modificá-los e realizar outras manipulações que a alta tecnologia hoje permite.

A partir do exposto, a proposta desse enunciado da esfera política que se materializa no gênero discursivo projeto de lei contradiz o que a Base propõe:

no decorrer desses processos, os estudantes podem também relacionar, de forma crítica e problematizadora, os modos como as manifestações artísticas e culturais se apresentam na contemporaneidade, estabelecendo relações entre arte, mídia, política, mercado e consumo (Brasil, 2018, p. 482-483).

A Base garante uma educação crítica e reflexiva que proporcione aos sujeitos estudantes uma análise das dinâmicas culturais e sociais da contemporaneidade. Destarte, a Base também reconhece a pluralidade das formas de existência e o respeito às diferenças. Se o discurso da Base é ancorado nesses postulados, eis que há uma divergência no que propõe o enunciado projeto de lei Programa Escola sem Partido ao buscar incorporar, nas leis educacionais, concepções que conflituam com esse enunciado.

Enquanto a educação linguística proposta pela Base sugere a problematização de ideologias dominantes e o questionamento das estruturas de poder, o projeto de lei afirma que não existe ideologia. Ora, se somos uma sociedade marcadamente dividida em classes sociais, as ideias que permeiam cada classe não são as mesmas. E se as classes sociais estão marcadamente divididas a partir de diferenças econômicas, os posicionamentos ideológicos de cada classe serão diferentes e as ideias da classe dominante, ou seja, da classe com maior poderio econômico, serão predominantes como verdadeiras. Logo, essa proposição de que

²⁸ De acordo com Sustain (2017) Fake News são informações falseadas ou manipuladas que se apresentam como se fossem verdadeiras, muitas vezes para promover agendas políticas, ideológico ou financeira. Elas podem ser criadas deliberadamente para enganar as pessoas ou podem surgir de erros não intencionais que se espalham sem verificação. As Fake News têm vários propósitos e podem causar desinformação, manipular opiniões públicas, influenciar eleições, criar pânico, ou prejudicar indivíduos, organizações ou países. Sunstein, Cass R. "#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media." 2017.

possa existir uma educação baseada numa neutralidade ideológica é impossível de se materializar na concretude das práticas educacionais. E esse projeto é só mais uma acusação aos sujeitos educadores de não terem compromisso ético com a educação, se manifestando também como uma tentativa de promover um outro tipo de ideologia na educação.

De acordo com nossas análises, esse enunciado da esfera política, caso o projeto seja aprovado, entrará na esfera educacional, propiciará uma educação ideológica que dificultará a multiplicidade de pensamentos. Ao se propor como não ideológico, na verdade somente propõe uma retirada da capacidade crítica dos sujeitos inseridos nas práticas educacionais desse ciclo de refletir sobre as estruturas nas quais a sociedade está organizada e de identificar injustiça e opressão que porventura estejam estabelecidas socialmente em favorecimento de grupos econômicos que possuem grande interesse na educação, especialmente na educação da juventude.

E para conseguir realizar esse projeto de educação, o discurso de protagonismo marcado fortemente em toda a parte que caracteriza a etapa do Ensino Médio pode ser considerado um recurso estratégico para estimular, especialmente, nos sujeitos inseridos nessa prática, a aceitação positiva das mudanças educacionais:

é fundamental que os estudantes possam assumir o papel de protagonistas como apreciadores e como artistas, criadores e curadores, de modo consciente, ético, crítico e autônomo, em saraus, performances, intervenções, *happenings*, produções em videoarte, animações, *web* arte e outras manifestações e/ou eventos artísticos e culturais, a ser realizados na escola e em outros locais (Brasil, 2018, p. 483 grifo nosso).

Portanto, o enunciado BNCC revela um discurso educacional que reconhece a importância da autonomia, da ética e da crítica e sugere abordagens pedagógicas que empoderem os estudantes e os preparem para serem reflexivos e ativos nas interações culturais e sociais. Essa formação de indivíduos conscientes e críticos só é possível de ser materializada no ensino dialógico e a forma como o enunciado projeto de lei Escola sem Partido se apresenta não contribuirá para a efetivação de uma educação crítica. Pelo contrário, ela contribuirá para mascarar as ideologias dominantes, dificultando a tomada de consciência desses processos e promovendo uma formação acrítica e de vigilância.

Para a análise da proposta de educação linguística mencionada no enunciado BNCC para o Ensino Médio, precisamos observar alguns pontos que estabelecem relação com a referida proposta. Dentre os componentes que fazem parte da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias está a Língua Inglesa que assim é determinada no enunciado BNCC:

a Língua Inglesa, cujo estudo é obrigatório no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A, § 4º), continua a ser compreendida como língua de caráter global – pela multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções na contemporaneidade – (Brasil, 2018, p. 484 grifo nosso).

O discurso desse enunciado evidencia a obrigatoriedade do estudo de Língua Inglesa no Ensino Médio e se respalda no enunciado LDB para ressaltar essa obrigatoriedade, ou seja, a BNCC ecoa o que a LDB já designava enquanto lei. Alguns apontamentos nos chamam atenção para esse discurso de obrigatoriedade do ensino da Língua Inglesa. Essa obrigatoriedade é justificada pelo discurso de importância na formação dos estudantes, devido aos contextos sociais e econômicos que valorizam o conhecimento dessa língua. Desse modo, o inglês é compreendido na BNCC como uma língua global, afirmando que

a relevância da língua inglesa na mediação de práticas sociais e interculturais, individuais e de grupo, orientou o início de sua aprendizagem, focalizando o processo de construção de repertórios linguísticos dos estudantes (Brasil, 2018, p. 484 grifo nosso).

Para além desse discurso de obrigatoriedade ser um reflexo da hegemonia cultural e econômica dos países de Língua Inglesa, especialmente dos Estados Unidos, acreditamos que a obrigatoriedade apenas dessa Língua pode refletir uma resposta ativa positiva que responde aos anseios da esfera econômica.

Se observarmos, por exemplo, o movimento Todos pela Educação, que é uma organização da sociedade civil e que participou ativamente na elaboração e aprovação da BNCC, é possível dimensionar que ela apresenta no enunciado em que discorre sobre a implementação de políticas educacionais o termo *advocacy*, que em tradução literal seria *advocacia*, e designa a defesa dos direitos, conforme a figura a seguir:

Figura 23 - Movimento Todos pela Educação



Fonte: <https://todospelaeducacao.org.br/o-que-fazemos/#a-educacao-que-defendemos>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Em acordo com o enunciado, *advocacy* “é agir em favor de uma causa, agir por mudanças”. Nesse contexto, seria agir para que mudanças na educação aconteçam. Nessa perspectiva, o enunciado apresenta uma estratégia organizada em 4 eixos sobre as mudanças que desejam promover na educação. Dentre os eixos, há o de monitoramento sistemático e público do que está acontecendo na educação sob o discurso de avaliar a qualidade do ensino e que concorda dialogicamente com o discurso do enunciado projeto de lei Programa Escola sem Partido.

Acreditamos que isso corrobora para sustentar nossa tese, a de que há um projeto de educação em curso garantido pela realização ativa que a BNCC tem na forma de enunciado normativo. Isso corrobora com o projeto de educação que visa coagir educadores e destituir os sujeitos inseridos na educação formal da capacidade crítica e reflexiva de se posicionar perante uma sociedade desigual, e de realizar uma avaliação dos atravessamentos que os assujeitam.

É necessário mencionar aqui como essa organização Todos pela Educação atuou na aprovação da Base, relacionando-se com enunciados do campo econômico como o Banco Mundial e a relação com as avaliações internacionais, e de como tudo isso colabora para uma educação voltada aos interesses econômicos.

Reis (2023) analisa em sua tese as ideologias da linguagem que envolvem as políticas linguísticas que definiram a obrigatoriedade da Língua Inglesa e a retirada da Língua Espanhola do currículo. O autor conclui que a resistência no âmbito político da realocação da Língua Espanhola como obrigatória está relacionada com os interesses empresariais pela reforma educacional e de como o discurso da esfera econômica centraliza a Língua Inglesa como global, sendo a língua do mercado e dos negócios.

Por assim ser, a Língua Inglesa é justificada no enunciado BNCC da seguinte maneira:

Trata-se, portanto, de expandir os repertórios linguísticos, multissemióticos e culturais dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de maior consciência e reflexão críticas das funções e usos do inglês na sociedade contemporânea – permitindo, por exemplo, problematizar com maior criticidade os motivos pelos quais ela se tornou uma língua de uso global. Nas situações de aprendizagem do inglês, os estudantes podem reconhecer o caráter fluido, dinâmico e particular dessa língua, como também as marcas identitárias e de singularidade de seus usuários, de modo a ampliar suas vivências com outras formas de organizar, dizer e valorizar o mundo e de construir identidades. Aspectos como precisão, padronização, erro, imitação e nível de proficiência ou domínio da língua são substituídos por noções mais abrangentes e relacionadas ao universo discursivo nas práticas situadas dentro dos campos de atuação, como inteligibilidade, singularidade, variedade, criatividade/invenção e repertório. Trata-se também de possibilitar aos estudantes cooperar e compartilhar informações e conhecimentos por meio da língua inglesa, como também agir e posicionar-se criticamente na sociedade, em âmbito local e global (Brasil, 2018, p. 485).

Essa justificativa apresentada no enunciado juntamente com os fatos mencionados na pesquisa de Reis (2023) corroboram a confirmação da nossa tese de que a manutenção da obrigatoriedade do Inglês no currículo e a retirada do Espanhol, bem como a flexibilização do currículo e a obrigatoriedade dos itinerários formativos, são discursos que partem da esfera econômica para atender a interesses empresariais, ganham força na esfera política e se materializam na esfera educacional no enunciado BNCC, que determina práticas educacionais em vigor, ainda que o discurso esteja carregado de signos que remetem a uma educação progressista.

O discurso que permeia o enunciado BNCC no que tange à caracterização da etapa do Ensino Médio, especialmente o da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, é que as mudanças que ocorrerão a partir da BNCC estão em “sintonia” com as necessidades e interesses dos sujeitos que se inserem nessa etapa. Esse discurso sob o signo *sintonia* evidencia a ideia de harmonia, ajuste e compatibilidade com os interesses desses sujeitos. Desse modo, a área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias é analisada aqui em sua efetividade prática e a relação com os enunciados que já foram apresentados anteriormente.

Nesse sentido, a área propõe em relação ao componente LP

que os estudantes possam **vivenciar experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias** (impressa, digital, analógica), situadas em **campos de atuação social** diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos (Brasil, 2018, p. 485, grifos em negrito do autor).

Portanto, o discurso que o enunciado BNCC revela em relação ao componente LP está direcionado para uma educação dialógica em que reconhece que as práticas sociais acontecem dentro de diversas esferas sociais nos quais a linguagem é significada. As ideias dessa educação estão ancoradas nos postulados dos estudos apontados pelo círculo de Bakhtin. Embora não haja menção direta à teoria bakhtiniana, conforme discussão apresentada anteriormente, o fato de a noção de esfera social estar inserida em um documento normativo é o resultado discursivo de enunciados teóricos da Análise do Discurso e das pesquisas desse campo teórico que entendem que a linguagem somente adquire sentido nas variadas práticas sociais nas diversas esferas, ou seja, apenas na interação efetivada pelo diálogo que a linguagem adquire sentido.

Dito de outra forma, o documento reconhece a complexidade das relações e que, portanto, a educação linguística deve ser pensada de maneira que possibilite aos sujeitos estudantes reconhecerem as dinâmicas sociais que só se realizam na e pela a linguagem. Sob essa ótica, acreditamos que o discurso da BNCC demonstra que a educação linguística deve ser dialógica por expressar que

é fundamental que sejam garantidas aos estudantes oportunidades de experienciar fazeres cada vez mais próximos das práticas da vida acadêmica, profissional, pública, cultural e pessoal e situações que demandem a articulação de conhecimentos, o planejamento de ações, a auto-organização e a negociação em relação a metas. Tais oportunidades também devem ser orientadas para a criação e o encontro com o inusitado, com vistas a ampliar os horizontes éticos e estéticos dos estudantes (Brasil, 2018, p. 486 grifos nossos).

Desse modo, podemos observar que o discurso instituído pelo enunciado BNCC propõe um trabalho com a linguagem como prática social, determinando ainda as esferas sociais acadêmica, profissional, pública, cultural e pessoal como importantes para a materialização das práticas de ensino que envolvam a linguagem. Dessa maneira, a compreensão de que a linguagem perpassa todas as práticas dentro dessas esferas discursivas significa considerar que a linguagem é dialógica por natureza conforme postula Bakhtin (2016) ao dizer que “a compreensão é sempre dialógica” (p. 83)

Embora esse discurso apresentado sobre as propostas do enunciado BNCC para o ensino de LP no Ensino Médio apenas ecoe como repetição do enunciado PCN que o antecede, acreditamos que esse discurso expresso em um documento normativo dialogue positivamente com as demandas contemporâneas e com a complexidade das relações sociais. Ao mesmo tempo, entender as relações e conflitos que permeiam a organização da sociedade quando os discursos se materializam nos enunciados é necessário para que de fato uma educação consciente e crítica possibilite aos estudantes uma participação mais plena em sociedade.

E apesar de o discurso de abordagens pedagógicas sugerir que os educadores devem criar possibilidades de compreensão e investigação das práticas que constituem os sujeitos, bem como a participação ativa nessas práticas por meio da compreensão de como a linguagem é multifacetada, a escolha lexical de *articulação de conhecimentos, o planejamento de ações, a auto-organização e a negociação em relação a metas* demonstra um ensino voltado à autonomia, mas que também dialoga com os discursos da esfera econômica, dado que esses signos são frequentemente encontrados nessa esfera.

Em vista disso, a caracterização da linguagem está presente no enunciado BNCC:

considerando que uma semiótica é um sistema de signos em sua organização própria, é importante que os jovens, ao explorarem as possibilidades expressivas das diversas linguagens, possam realizar reflexões que envolvam o exercício de **análise de elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados nas diferentes semióticas** – visuais (imagens estáticas e em movimento), sonoras (música, ruídos, sonoridades), verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) e corporais (gestuais, cênicas, dança). Afinal, muito por efeito das novas tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC), os textos e discursos atuais organizam-se de maneira híbrida e multisemiótica, incorporando diferentes sistemas de signos em sua constituição (Brasil, 2018, p. 486 – grifos em negrito do autor).

A observação do destaque em negrito nos possibilita compreender que o ensino de LP no Ensino Médio está respaldado discursivamente nas propostas dialógicas do círculo de Bakhtin, propondo um ensino que propicie a reflexão dos elementos discursivos, composicionais e formais dos enunciados que se materializam nas diversas esferas sociais em que os sujeitos se inserem. Dessa forma, há uma crítica ao ensino de LP que apenas intenta transmitir conhecimentos sem, de fato, conduzir a uma análise crítica do sistema linguístico e dos sentidos que os enunciados produzem ao serem materializados em sociedade.

Ou seja, o enunciado normativo reconhece que a comunicação humana é complexa e multifacetada, assim como a sociedade, e que não basta apenas reconhecer o sistema linguístico e reproduzir o que já está pronto. É necessário incentivar a análise crítica e

compreender as ideologias subjacentes aos discursos quando materializados nos enunciados verbais (orais ou escritos). Ademais, importante reconhecer que os enunciados não são isolados, mas que estabelecem relação com a arquitetura da esfera de onde emergem, com as relações históricas, sociais, econômicas e políticas. E, somente, um ensino de LP voltado à compreensão crítica, ética e estética da materialização linguística produzirá sujeitos reflexivos e ativos em sociedade.

Quanto a isso, Furtado Baú (2023), ao analisar a prática de Análise Linguística (AL) no Ensino Médio, concluiu que o trabalho com a linguagem que utiliza simultaneamente atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas, conforme proposto por Geraldi (1991), contribui de maneira significativa para a melhoria de leitura e produção dos estudantes nesse ciclo.

Esse estudo corrobora para confirmar que as propostas de prática do ensino de LP no Ensino Médio, ancoradas na ideia de que a linguagem perpassa as práticas sociais, já estava sendo sugerida nos documentos anteriores (PCN e PCN+), mas que não chegou efetivamente para os professores, de modo a capacitá-los para atuarem por meio de práticas educacionais que auxiliassem os sujeitos estudantes nesse percurso.

Dessa forma, concluímos que há evidentemente interesse da esfera econômica na realização da educação no país, pois não há nada inovador no discurso de realização da disciplina de LP no Ensino Médio, uma vez que os postulados que respaldam a proposta de educação linguística já estão evidenciados em documentos anteriores. Outro fator é que a partir de toda a discussão arrolada até o momento não há nada realmente sólido que justifique a necessidade da urgência com que foi proposta e homologada a BNCC, pois além das mudanças curriculares, os demais problemas que permeiam a educação brasileira não foram debatidos em suas complexidades e não houve proposições para, de fato, mitigar tais problemas.

Essa proposição das mudanças curriculares como solução única e imediata para resolver as dificuldades educacionais enfrentadas pelos sujeitos estudantes nos parece mais uma tentativa de mudanças para adequar o currículo a uma proposta de educação que proporcionará, apesar do discurso progressista contido em todo enunciado BNCC, uma oferta de educação voltada para interesses econômicos e favoráveis à agenda dos setores privados, especialmente os que estão relacionados diretamente com a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições (Bakhtin, 2016, p. 35).

Para Bakhtin, um dos pontos que caracteriza um enunciado é a sua relativa conclusibilidade, é sua relativa conclusão que possibilita que ele seja avaliado e respondido. A determinação dessa relativa conclusão se realiza a partir de tudo aquilo que o sujeito expressa em determinado momento, em específicas condições.

É considerando essa noção de conclusibilidade do enunciado criada por Bakhtin para a finalização desse gênero discursivo denominado tese de doutorado é que introduzimos, nesta parte final, as considerações finais que resumem nosso trabalho. Consideramos, ainda, que não há possibilidade de esgotamento de análise do objeto estudado e que ele pode ser analisado a partir de outras variadas vertentes, observando os objetivos propostos nesta investigação é que chegamos à conclusão relativa desta abordagem.

Nesta tese, analisamos a BNCC, considerando-a como um enunciado concreto que entra na cadeia discursiva da esfera educacional e normatiza as práticas dessa esfera. O nosso recorte recai sobre a análise das propostas das práticas da área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, especificamente das práticas do componente LP. Esse enunciado foi analisado em inter-relação com enunciados cotejados das esferas econômica e política que apresentaram, em seus conteúdos temáticos, estilo e estrutura composicional relacionados com a esfera educacional.

Desse modo, concebendo os objetivos desta pesquisa, respondemos sobre quais discursos e diálogos constituíram o enunciado BNCC sobre o ensino de LP no Ensino Médio. Se havia diálogo entre os discursos ideológicos das esferas econômica e política e os discursos do enunciado BNCC. De que modo os enunciados das esferas econômica e política estabelecem relações com o enunciado da BNCC, considerando o surgimento desse enunciado em um contexto social e histórico carregado de discursos que ora se complementam, ora divergem, revelando tensões e conflitos que foram expostos na materialização do enunciado da BNCC. Como o diálogo entre diferentes discursos, de distintas esferas, corrobora para a manutenção de uma determinada organização social.

Além disso, procuramos compreender quais atualizações das práticas do ensino de LP para o Ensino Médio justificam a aprovação e homologação rápida desse enunciado e de que modo as esferas econômica e política poderiam ter influenciado essa aprovação, dados os vários setores da iniciativa privada que fazem parte de movimentos educacionais e influenciaram fortemente na aprovação e homologação.

Nossa hipótese era de que os discursos de enunciados das esferas econômica e política que contribuíram contundentemente para o surgimento do enunciado BNCC na esfera educacional possuem ideologias e axiomas que conflitam com as propostas de educação apresentadas no referido documento. Após o cotejamento de enunciados dessas esferas em relação ao enunciado BNCC, confirmamos que há um conflito ideológico entre as práticas educacionais, e que ao longo do enunciado BNCC encontramos discursos que parecem responder a enunciados das esferas econômica e política.

Desse modo, concluímos que os discursos que constituem o enunciado BNCC sobre o ensino de LP no EM estabelecem diálogos evidentes com as esferas econômica e política. O discurso neoliberal encontrado em enunciados da esfera econômica apresenta ecos discursivos no enunciado BNCC, especificamente nos enunciados que referem à caracterização do ensino de LP no EM.

Para alcançar os objetivos de investigação, utilizamos das proposições do Círculo de Bakhtin, especificamente os postulados de Bakhtin (2010; 2011; 2016), Medviédev (2012) e Volóchinov (2013; 2018; 2019) para empreender um cotejamento de enunciados de diferentes esferas, colocá-los sob análise, observando a arquitetura de cada enunciado, a dialogia, as vozes sociais que emergiam de cada um e como se relacionavam de modo concordante ou conflitante.

Desse modo, para organizar o enunciado tese, apresentamos uma introdução apontando os objetivos e como seria realizada nossa pesquisa. Além disso, apresentamos uma primeira parte, discorrendo sobre a abordagem dialógica da linguagem, demonstrando a teoria e metodologia que respaldam esta investigação. Na segunda parte deste trabalho, apresentamos uma seção analítica que demonstrou a compreensão da BNCC como enunciado que entra no fio discursivo da sociedade e como ocorre sua materialização, apontando marcos histórico-sociais que possibilitaram seu surgimento.

Na terceira parte, utilizamos do escopo teórico-metodológico para analisar os discursos que reverberam do enunciado BNCC e o cotejamento a partir do levantamento do estado da arte nos possibilitou observar similitudes discursivas de enunciados das esferas

econômica e política. À medida que nos aprofundamos em nossas análises, notamos que alguns discursos contidos no enunciado BNCC respondem ativamente, inclusive com escolhas lexicais semelhantes a discursos que reverberam principalmente de enunciados que emergem da esfera econômica.

Confirmamos que essa esfera, dada a quantidade de setores da iniciativa privada, representados aqui, nesta tese, pelas empresas Fundação Itaú, Gerdau, Fundação Bradesco e Banco Mundial pelos enunciados acionados pelo cotejo realizado a partir do levantamento de trabalhos que já discorriam sobre a relação da BNCC com a área de Linguagens, que aderiram a movimentos que pressionaram para que a Base fosse aprovada e homologada, tem interesse evidente na esfera educacional, especialmente na forma como a educação dos jovens se realiza.

Assim, há alguns discursos na BNCC que respondem ativamente aos interesses de uma proposta educacional, que embora pareça solucionar problemas curriculares, na verdade responde aos anseios de uma educação bancária e acrítica. Além do mais, há discursos da esfera política que intentam fortalecer uma educação mecanista, constringendo os educadores a não se posicionarem diante de temas que revelam nitidamente como as estruturas sociais estão organizadas e como as classes dominantes se perpetuam no poder.

Em relação à educação linguística, as propostas práticas do ensino de LP para o Ensino Médio, além de incorporar no enunciado novas práticas da era tecnológica, se ancoram na compreensão da linguagem como prática para a superação das dificuldades linguísticas que os estudantes apresentam ao longo desse ciclo.

Embora haja um avanço na compreensão de como as práticas de ensino devem ocorrer, incluindo novos signos que respondem ativamente às mudanças sociais proporcionadas pela frequente atualização tecnológica, o documento, no que tange às práticas de ensino de LP no EM, repete muito do que já estava proposto nos enunciados normativos anteriores como o PCN+ e a LDB.

Isso se deve ao fato de que os estudos brasileiros que compreendem a linguagem como prática já teorizam e discorrem sobre isso há tempos. Geraldi (1991), ao abordar as atividades que devem ser realizadas para o ensino de LP, já apontava para as concepções que compreendem a linguagem como mediadora das interações que ocorrem nas diversas práticas sociais nas quais nos inserimos ao longo da vida.

Podemos evidenciar que o enunciado BNCC considera as pesquisas da esfera linguística na sua materialização quando entende, ao longo de todas as etapas do ensino

básico, que a linguagem se materializa dentro de esferas sociais. Conforme apontado em nossa pesquisa, mesmo não havendo menção direta aos postulados bakhtinianos, acreditamos que essa compreensão de educação linguística, a partir de um enunciado normativo, é positiva para a melhoria de aspectos educacionais.

Embora essas atualizações sejam importantes e positivas, acreditamos que a problemática que envolve o ensino nas escolas brasileiras não é apenas uma adequação curricular. Há ainda outros problemas, como infraestrutura e valorização dos profissionais da educação, que não foram e não são considerados quando se propõe mudanças na educação.

Desse modo, a nosso ver, as mudanças curriculares para o Ensino Médio, com a flexibilização do currículo e a obrigatoriedade dos itinerários formativos, representam um discurso que está alinhado aos interesses da esfera econômica. Conforme demonstramos nas análises, há variados fatores que corroboram para essa afirmativa.

Acreditamos que a educação linguística, especialmente das práticas do ensino de LP para o EM apresentam uma proposta em direção a uma educação de fato emancipatória. No entanto, para que essa proposta chegue até os educadores, especialmente os de LP que já atuam em sala de aula, é necessária a formação inicial e continuada desses profissionais. Até o momento de finalização desta pesquisa, o que foi encontrado foi um documento entregue ao CNE, em 2018, pela então ministra da educação que orientava as diretrizes dos cursos de pedagogia e licenciaturas ao alinhamento das propostas da BNCC²⁹. Contudo, não encontramos a forma como essas diretrizes estão sendo colocadas em prática.

Moura (2023) aponta, em sua tese, uma educação linguística que seja dialógica. Ao discorrer sobre as propostas de educação linguística, afirma que

a luta de educadores/as como Geraldi têm feito ecos em nossa sociedade, como forma de tornar mais democrática e crítica a educação linguística do português no Brasil. Tais esforços têm contribuído para a reformulação e criação de documentos, como é o caso dos PCN, que foram importantes para se pensar o ensino de Língua Portuguesa na década de 1990 e início dos anos 2000. Porém, a quantidade excessiva de conteúdos e a dificuldade de chegar aos professores e às professoras da Educação Básica demonstram que a empreitada não foi tão exitosa nesse sentido, favorecendo, sobretudo, a criação de um sistema de avaliação. Já com a BNCC, houve, de certa ótica, um retrocesso, pois esse documento retoma aspectos elitizados da educação, focando em um trabalho com gêneros discursivos, multiletramentos e cultura digital, distante da realidade de educandos/as periféricos/as que, em muitos casos, não têm o mínimo para ingressar e permanecer na escola; além de ser muito densa e descritiva, o que torna sua leitura e compreensão algo mais difícil ainda. Diante disso, percebemos que, embora já tenhamos avançado muito no âmbito educacional do ensino/aprendizagem de LP no Brasil, inclusive, discutindo sobre

²⁹ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/bncc-professores>

uma educação linguística mais crítica, democrática e política, documentos como a BNCC nos mostram que ainda temos um longo caminho a percorrer nas vicinias das salas de aula país afora (Moura, 2023, p. 216).

Portanto, de acordo com as análises desse autor, a densidade e descrição que o enunciado BNCC apresenta se voltam ao elitismo educacional, embora contenha em toda a redação um discurso de educação que englobe todos, que ative a participação de todos e todas que estão inseridos na educação formal do país. Isso corrobora para sustentar nossas análises de que não havia urgência na aprovação de um documento que apresenta um conteúdo tão complexo; além do mais, outras importantes questões relativas à educação não foram consideradas na proposição desse documento, o que novamente nos conduz ao raciocínio de que os discursos da Base favorecem os discursos da esfera econômica.

Dada a conclusibilidade relativa deste enunciado que permite que ele seja complementado, refutado e confrontado a partir de outros enunciados, concluimos, por ora, a partir dos postulados para o ensino dialógico da linguagem, que as práticas do ensino de LP ancoradas nesses pressupostos podem se apresentar como uma maneira de superação e uma efetiva utilização da linguagem como organizadora da compreensão crítica do mundo.

Mas que para que esse ensino seja executado, essa compreensão da linguagem precisa chegar até todos os educadores, principalmente aos sujeitos que se inscrevem socialmente como professores de LP. Somente a partir dessa compreensão da linguagem, como prática, os professores de LP estarão preparados teórico e metodologicamente para auxiliarem os sujeitos estudantes na compreensão crítica do mundo em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2004.

APPLE, M. W. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BAKHTIN, M.; DUVAKIN, V. *Mikhail Bakhtin em diálogo: Conversas em 1973 com Viktor Duvakin*. Tradução de Daniela Miotello Mondardo, a partir da edição italiana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 2010.

_____. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio, e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. *Questões de estilística no ensino da língua*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2013.

BALL, S. J. Globalização e Educação: Demonstrando a 'nova razão' do capitalismo. *Revista Educação e Pesquisa*, 2012. 38(1), 205-222.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 867, de 2015. Que dispõe sobre Incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> Acesso em: 05 de jan. de 2023.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 2434, de 2021. Que dispõe sobre a proibição de publicidade, por qualquer veículo de comunicação, que se refira à orientação sexual ou movimentos de diversidade sexual, que contém a participação de crianças e adolescentes, ou seja a elas direcionadas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2038856&filenome=PL+2434/2021> Acesso em: 05 de jan. de 2023.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 2434, de 2019. Que institui o Programa Escola Sem Partido. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037 Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

_____. Portaria n.º 649, de 10 de julho de 2018. Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. *Diário Oficial da União, Ministério da Educação*. Edição: 132, seção: 1, página: 72.

CHAVES, Priscila Monteiro. Uma base para a semiformação socializada: a vulgarização da crítica como estratégia de produção do consenso. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v.37. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tcbSDFrrZgfXTbBwN6Gx7Yz/> Acesso em: 05 de jan. de 2023.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Cláudia Fernandes; DIAS, Pereira. (2021). Sentidos de campo da vida cotidiana na BNCC: A política de uma língua. *Revista Linguagem & Ensino*, 24(3), 603-624, v. 24, n. 3 (2021). Disponível em: < <https://doi.org/10.15210/rle.v24i3.20058> > Acesso em: 03 de mar. de 2023.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. As categorias de pessoa, espaço e tempo. 2º ed. Editora Ática: São Paulo, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Paz e Terra, 1967.

FURTADO BAÚ, Maria de Fátima. *Análise linguística no Ensino Médio: caminhos e descaminhos da leitura e da escrita na escola pública [manuscrito]*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Letras: Linguística, Goiânia, 2023.

FRAGA, L. T. *Uma análise crítica da BNCC na área de Língua Portuguesa a partir das contribuições de Freire*. 2020. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2020.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; PIETRI, Émerson; SASSERON, Lúcia Helena. Modelos de professor e aluno sustentados em documentos oficiais: dos PCNs à BNCC. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TfShpFyDpxkCHyJ8hwwVBbQ/> Acesso em: 05 de jan. de 2023.

GERALDI, Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

JURACH, Ivanise; POSSANI, Taíse Neves. *Análise Discursiva da BNCC: Construção ou (Des)Construção da Educação Escolar Pública Brasileira?* Fólio – Revista de Letras. Vitória da Conquista, 2019. v. 11, n.1. p. 533-558.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MOURA, Rodrigo Milhomem de. *Por uma Educação Linguística Dialógica: práticas, reflexões e narratividades*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

PERRENOUD, Philippe. *Construir a Competência Desde a Escola*. Artmed, 2000.

PINTO, Samilla Nayara dos Santos; MELO, Savana Diniz Gomes. Mudanças nas políticas curriculares do ensino médio no Brasil: repercussões da BNCCEM no currículo mineiro. *SciELO - Scientific Electronic Library Online*. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2348>>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

REIS, Jordana Avelino dos. *Ideologias de linguagem articuladas nos discursos sobre a reforma brasileira do ensino médio: por que sai espanhol e fica inglês?* Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito. *Base Nacional Comum E Docência: discursos e significações*. Joao Pessoa, 2019. 146. Tese (doutorado) UFPB/Educação.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*; organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein.--27. Bd.—São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUSA, N. O. *A pedagogia dos multiletramentos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um estudo da arquitetura bakhtiniana do componente Língua Portuguesa*. 2021. 156f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

SOUZA, Alice Moraes Rego de. *Base Nacional Comum para quê/quem?: uma cartografia de conflitos discursivos na produção de um currículo oficial*. Niterói, 2019. 361. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

STAFUZZA, Grenissa Bonvino. O Círculo de Bakhtin (Volóchinov e Medviédev) no Brasil: episteme, autoria e tradução em perspectiva dialógica. *Revista Heterotópica*. Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia - ILEEL/UFU. v. 1; n. 1, p. 66-82 jan. - jun. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/48519/26335>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

STAFUZZA, Grenissa Bonvino; PEREIRA, Maximiano Antonio. Sentidos do discurso coaching financeiro no enunciado vídeo publicitário “Meu nome é Bettina” e possibilidade de cotejo. *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 1685-1716, 2021.

Disponível em
file:///C:/Users/User/Downloads/Sentidos_do_discurso_coaching_financeiro_no_enunci%20(1).pdf . Acesso em 05 de jan. de 2023.

_____. Sentidos do enunciado verbovisual em pôsteres publicitários de Bastardos inglórios. *SCRIPTA*. Belo Horizonte, v. 22, n. 45, p. 137-150, 2º quadrimestre de 2018. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/17133/13828> > Acesso em: 05 de jan. de 2023.

VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. Ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

_____. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Org., Trad., Notas João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA)

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCAT), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCAT é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Tese

2. Nome completo do autor:

Ana Maria Alves Pereira dos Santos

3. Título do trabalho

ESTUDO DO ENUNCIADO BNCC SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO: DIÁLOGOS COM ENUNCIADOS DAS ESFERAS ECONÔMICA E POLÍTICA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento: [X] SIM [] NÃO¹

[¹] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs.: Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor



Documento assinado eletronicamente por **GRENISSA BONVINO STAFUZZA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/07/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Alves Pereira dos Santos registrado(a) civilmente como ANA MARIA ALVES PEREIRA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0084013** e o código CRC **928DC158**.

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(RESPONSÁVEL: ANNA KAROLLINA SANTOS – CRB 1/3545)**

S237e

Santos, Ana Maria Alves Pereira dos.

Estudo do enunciado BNCC sobre o ensino de língua portuguesa no ensino médio : diálogos com enunciados das esferas econômica e política / Ana Maria Alves Pereira dos Santos. – 2024.

131 f.

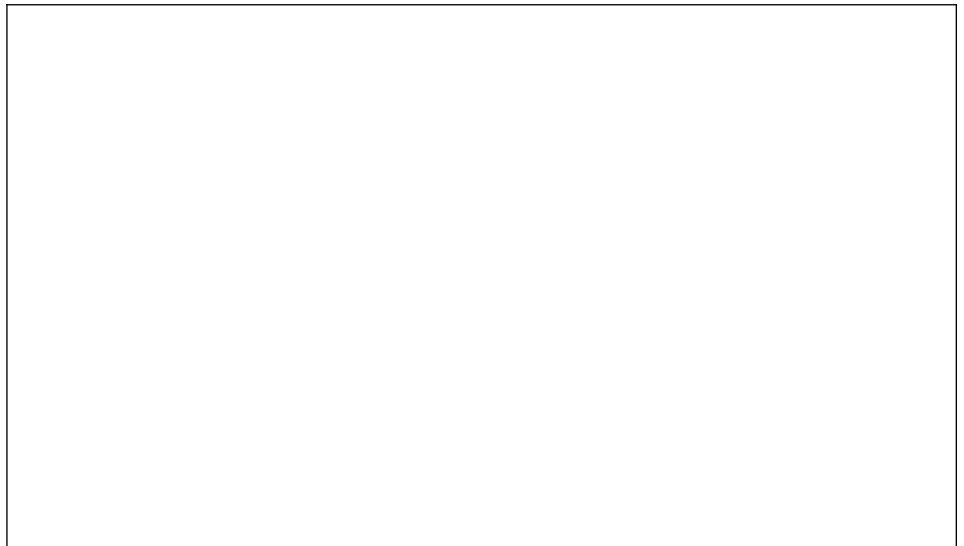
Orientador: Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de Estudos da Linguagem, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2024.

Inclui lista de figuras.

1. Enunciado. 2. Diálogo. 3. Esferas econômica e política. 4. Ensino de língua portuguesa. 5. BNCC. I. Borges, Grenissa Bonvino Stafuzza, orient. II. Título.

CDU 8



ATA DE DEFESA DE TESE

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 23/2024 da sessão de Defesa de Tese de Doutorado, que confere o título de Doutora em Estudos da Linguagem, na área de concentração Linguagem, Cultura e Identidade.

Aos vinte e oito dias de junho de dois mil e vinte e quatro, a partir das treze e trinta horas, via Videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "**ESTUDO DO ENUNCIADO BNCC SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO: DIÁLOGOS COM ENUNCIADOS DAS ESFERAS ECONÔMICA E POLÍTICA**" de autoria da doutoranda **Ana Maria Alves Pereira dos Santos**, matrícula **2020100275**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, **Professora Doutora Grenissa Bonvino Stafuzza (PPGEL/UFCAT)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Professora Doutora Gabriella Cristina Vaz Camargo (PPGEL/UFCAT)**, membro titular interno; **Professor Doutor Guilherme Figueira Borges (PPGEL/UFCAT)**, membro titular interno; **Professora Doutora Renata Maria Facuri Coelho Marchezan (FCLAR/UNESP)**, membro titular externo; **Professora Doutora Marina Célia Mendonça (FCLAR/UNESP)**, membro titular externo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata (X) Aprovada () Reprovada por seus membros. Proclamados os resultados pela Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro.

Observações:

Banca Examinadora de Qualificação/Defesa Pública de Dissertação/Tese realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo:

Art. 2º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA:



Documento assinado eletronicamente por **GRENISSA BONVINO STAFUZZA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/06/2024, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Figueira Borges, Usuário Externo**, em 28/06/2024, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriella Cristina Vaz Camargo, Usuário Externo**, em 28/06/2024, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Maria Facuri Coelho Marchezan, Usuário Externo**, em 02/07/2024, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARINA CÉLIA MENDONÇA, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0083419** e o código CRC **B5CAD18C**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ANA MARIA ALVES PEREIRA DOS SANTOS

**ESTUDO DO ENUNCIADO BNCC SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
NO ENSINO MÉDIO: DIÁLOGOS COM ENUNCIADOS DAS ESFERAS
ECONÔMICA E POLÍTICA**

CATALÃO (GO)

2024

ANA MARIA ALVES PEREIRA DOS SANTOS

**ESTUDO DO ENUNCIADO BNCC SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
NO ENSINO MÉDIO: DIÁLOGOS COM ENUNCIADOS DAS ESFERAS
ECONÔMICA E POLÍTICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, do Instituto de Linguagem, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) para obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Discurso, Sujeito e Sociedade
Orientador/a: Grenissa Bonvino Stafuzza

CATALÃO (GO)

2024

Dedico este trabalho ao meu avô, José Matias Pereira (*in memoriam*), por tudo o que ele representa para mim.

AGRADECIMENTOS

À eventicidade da vida, pelos momentos únicos, singulares e irrepetíveis.

A conclusão desta tese é o resultado dos inúmeros atravessamentos que me constituem enquanto sujeito social, dos enunciados nas diversas esferas de que participo e do diálogo constante com diferentes sujeitos. Muitos desses sujeitos foram fundamentais para a finalização deste enunciado e, por isso, eu gostaria neste momento de agradecer.

A Deus, por ser sustento nos momentos de angústia e dúvida.

Aos meus amores desta vida, minha mãe Ivanete de Fátima e a minha avó Divina Maria, obrigada por serem minha razão, meu lar, meu conforto, por compreenderem as minhas ausências e decisões, e por rezarem e pedirem a todos os santos que me protejam e guiem os meus caminhos.

À minha família, pelo apoio e suporte durante toda a minha vida.

Aos meus afilhados e pequenos Gabriella Matias, Carlos Daniel, José Neto, Joaquim, Henry e Dante, obrigada por me ajudarem a continuar lutando por uma educação de qualidade para vocês e tantas outras crianças deste Brasil.

À minha orientadora Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza, obrigada pela parceria e por não desistir de mim.

Às professoras Dra. Cristiane C. de Paula Brito e Dra. Marina Célia Mendonça, obrigada pelas contribuições na qualificação. Os apontamentos do diálogo com vocês foram fundamentais para a conclusão desta tese.

Aos professores Dra. Gabriella Cristina Vaz Camargo, Dr. Guilherme Figueira Borges, Dra. Marina Célia Mendonça e Dra. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan, por prontamente aceitarem compor a banca de defesa, meu muito obrigada.

Ao professor Ken Hirschkop, por ter sido meu coorientador na Universidade de Waterloo, obrigada por toda contribuição e diálogos no período em que estive no Canadá. Foram essenciais para minha formação acadêmica e humana.

Ao grupo GEDIS, obrigada pelas discussões teóricas que foram fundamentais para meu amadurecimento enquanto pesquisadora.

Ao PPGEL, pela disponibilidade em sempre atender às minhas solicitações.

Ao Joscemar Teixeira, obrigada pela gentileza nas correções deste texto.

Aos meus amigos de longa data Dalma Helena, Mateus Tavares, Mirianny Urzeda e Sabryna Rezende, obrigada por me amarem e por todo incentivo.

À minha prima Natalya Rodrigues, obrigada por ter se tornado mais que laço sanguíneo, obrigada por ser minha amiga, advogada, sensatez e lucidez, por sempre ouvir cuidadosamente meus dilemas e apontar soluções, e por fim, obrigada pela docilidade e compreensão sobre a vida.

Aos colegas de profissão que se tornaram amigos Ronaldo Elias e Taynara Maria, obrigada pelo apoio, incentivo, constante diálogo e chamadas de vídeo que me proporcionaram leveza em momentos de tensão.

À minha amiga acadêmica Maria Dolores Martins, obrigada por ser minha referência de pessoa e pesquisadora, pelos diálogos desde o mestrado, pela disponibilidade em que sempre me socorrer, pelas viagens, parcerias e amizade.

Aos amigos que fiz pelos lugares que passei: Marcela Ayala, Ali Karim, Nadine Campos, Simone Almeida, Fernando Martins, Pericarlos Santos, Ruggery Alves e Bruna Flores, obrigada pelo encontro nesta jornada, pelas conversas, pelos risos, pelos choros, e por me escutarem sobre teorias, dramas e angústias existenciais.

Ao meu amigo Adelino Roldão, obrigada pela grata surpresa do nosso encontro e por se fazer tão presente em minha vida.

Ao Instituto Federal Goiano, pelo apoio e pela concessão da licença capacitação para que eu pudesse me dedicar ao doutorado de forma integral.

E, por fim, meu muito obrigada a todos os professores e professoras que ao longo da minha jornada acadêmica me inspiraram a seguir pelos caminhos de uma educação libertária.

E aos professores e professoras que seguem lutando diariamente por uma educação pública, gratuita e de qualidade, que considere os sujeitos em suas realidades e singularidades e que seja capaz de transformar nosso Brasil em um país para todos, todas e todes.

“Gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, a nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente. Sublinhar esta responsabilidade igualmente àquelas e àqueles que se acham em formação para exercê-la. Este pequeno livro se encontra cortado ou permeado em sua totalidade pelo sentido da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora”. (Freire, 1996, p. 10).

“Um pensamento participativo é precisamente a compreensão emotivo-volitiva do existir como evento na sua singularidade concreta, sob a base do não-álibi no existir. Isto é, é um pensamento que age e se refere a si mesmo como único ator responsável”. (Bakhtin, 1920-24/2010, p. 102).

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo geral de investigar a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a qual é um documento normativo recente que regulamenta as práticas sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Aqui, a BNCC é tratada como um enunciado completo que se inscreve numa complexidade discursiva e apresenta discursos sobre o ensino de Língua Portuguesa, discursos esses que podem mobilizar enunciados tanto da esfera educacional quanto de outras esferas, como a econômica e a política. Desse modo, o intuito é também observar de que maneira os enunciados sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio, oriundos da esfera educacional, estabelecem relações dialógicas com enunciados provenientes das esferas econômica e política, de maneira a analisar como tais enunciados de distintas esferas se relacionam discursivamente e constroem uma concepção sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Inicialmente, a hipótese era de que há concepções ideológicas conflitantes nos discursos acerca desse ensino, uma vez que os enunciados da esfera educacional apresentam reverberações discursivas das esferas econômica e política, o que provoca uma estabilização da organização da sociedade em classes e impede que suas contradições sejam problematizadas. Dessa forma, este trabalho buscou, a partir dos pressupostos teóricos da análise dialógica bakhtiniana e do Círculo, estudar o enunciado BNCC com foco nos discursos que se instauram sobre o ensino de Língua Portuguesa no referido ciclo, considerando sua relação dialógica com outros enunciados advindos das esferas econômica e política. Portanto, esta pesquisa evidenciou que os discursos da esfera econômica, em particular o discurso neoliberal, encontram ressonâncias significativas na BNCC, influenciando a concepção de ensino de Língua Portuguesa proposta pelo documento para o Ensino Médio.

Palavras-chave: Enunciado; Diálogo; Esferas econômica e política; Ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio; Base Nacional Comum Curricular.

ABSTRACT

This research aims to investigate the National Common Curricular Base (BNCC), a recent normative document that regulates practices related to the teaching of Portuguese Language in High School. The BNCC is treated here as a comprehensive utterance inscribed within a discursive complexity, presenting discourses on the teaching of Portuguese Language. These discourses can mobilize utterances from both the educational sphere and other spheres, such as the economic and political. Thus, the intent is also to observe how utterances about the teaching of Portuguese Language in High School, originating from the educational sphere, establish dialogical relations with utterances from the economic and political spheres. This analysis aims to examine how these utterances from different spheres are discursively related and construct a conception of Portuguese Language teaching in High School. Initially, the hypothesis was that there are conflicting ideological conceptions in the discourses about this teaching, as the utterances from the educational sphere exhibit discursive reverberations from the economic and political spheres, which leads to the stabilization of the organization of society into classes and prevents its contradictions from being problematized. Thus, this work sought, based on the theoretical assumptions of Bakhtinian dialogic analysis and the Circle, to study the BNCC utterance with a focus on the discourses that emerge regarding the teaching of Portuguese Language in this educational stage, considering its dialogical relationship with other utterances from the economic and political spheres. Therefore, this research revealed that discourses from the economic sphere, particularly neoliberal discourse, find significant echoes in the BNCC, influencing the conception of Portuguese Language teaching proposed by the document for High School.

Keywords: Utterance; Dialogue; Economic and political spheres; Teaching of Portuguese Language in High School; National Common Curricular Base.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Notícia: 7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC	37
Figura 2 - Portaria que instituiu a Comissão para a elaboração da proposta da BNCC	47
Figura 3 - Reportagem da Revista Veja sobre a alfabetização na BNCC	48
Figura 4 - Reportagem de 2021 sobre a implementação da BNCC	49
Figura 5 - Sobre a Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD	53
Figura 6 - Mapa do PISA 2018 em relação à leitura, matemática e ciência nos países da OECD	54
Figura 7 - Gráfico comparativo entre os países da OECD em relação à leitura.....	56
Figura 8 - Série histórica dos resultados brasileiros na avaliação de leitura	58
Figura 9 - Notícias do G1 sobre a BNCC	60
Figura 10 - Notícias do G1 sobre a BNCC	61
Figura 11 - Site da empresa Gerdau	68
Figura 12 - OCDE	71
Figura 13 - Manchete Itaú Social	79
Figura 14 - Itaú Cultural	88
Figura 15 - Pilar Social: melhoria da aprendizagem	89
Figura 16 - Itaú Educação e Trabalho	90
Figura 17 - Educação e Trabalho: Quem Somos.....	92
Figura 18 - Campos de Atuação	102
Figura 19 - Movimento pela Base	106
Figura 20 - Grupos Sociais do Movimento pela Base.....	107
Figura 21 - Página de Abertura do Site Escola Sem Partido.....	108
Figura 22 - Tela do Site Escola Sem Partido.....	112
Figura 23 - Movimento Todos pela Educação	117

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional pela Educação
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
FNE	Fórum Nacional de Educação
LP	Língua Portuguesa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCN+	Parâmetros Curriculares Nacionais Mais
PISA	Programa de Avaliação Internacional de Estudantes
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE I.....	24
A ORGANIZAÇÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA DIALÓGICA DA LINGUAGEM....	24
A relação entre a Linguagem e as Esferas/Campos Sociais	32
Ideologia e Linguagem na constituição dos sujeitos sociais inseridos na esfera educacional .	34
O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva dialógica	36
PARTE II	43
ENUNCIADO NORMATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC	43
Por que a BNCC é um enunciado concreto?	43
A cadeia discursiva de enunciados que desencadearam o enunciado BNCC.....	50
PARTE III.....	59
DISCURSOS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO NA BNCC E DISCURSOS DAS ESFERAS ECONÔMICA E POLÍTICA	59
Análise dialógica do enunciado BNCC e de enunciados das esferas econômica e política	59
O discurso em torno de componentes curriculares, competências e habilidades	63
O discurso da competência – as 10 competências gerais da educação básica e as relações discursivas com o campo econômico	65
As competências sob o enfoque dialógico da linguagem	73
A etapa do Ensino Médio	76
Discursos sobre as juventudes, diversidade, os itinerários formativos e o mundo do trabalho	79
Apontamentos dialógicos discursivos do enunciado BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio.....	96
Discursos e Perspectivas contemporâneas para o Ensino de Linguagens no Ensino Médio	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

Inevitavelmente é no mundo vivido como singularidade, no mundo da *vivência* única, que cada um se encontra quando conhece, pensa, atua e decide; é daqui que participa do mundo em que a vida é transformada em objeto e situa a identidade sexual, étnica, nacional, profissional, de status social, em um setor determinado do trabalho, da cultura, da geografia política, etc. Por isso, o que unifica os dois mundos é o evento único do ato singular, participativo, não indiferente (Bakhtin, 2010, p. 21).

Esta pesquisa irrompe, assim como outras, do devir da existência, da observância, da inserção em uma sociedade que nos sujeita a inúmeras práticas sociais em que a linguagem organiza, estrutura e regula nossas relações. Ela surge a partir da observação de aspectos da linguagem que ocorrem dentro do contexto educacional no qual a linguagem, ao mesmo tempo em que é a base das relações, também é apresentada como componente de uma disciplina que intenta demonstrar como os sujeitos discursivos podem se apropriar das diferentes facetas e nuances da linguagem para se expressarem em variados contextos comunicativos. Desse modo, a linguagem é compreendida como fator fundamental capaz de estabilizar as diversas práticas sociais nas quais os sujeitos estão inseridos a partir dos mais variados contextos cotidianos, numa relação dialética e dinâmica que facilita as relações discursivas entre os sujeitos e estabiliza a organização social tal qual a concebemos e participamos.

É justamente a observância da essencialidade da linguagem dentro de qualquer esfera interacional somada ao contato com as teorias, que compreendem a centralidade da linguagem nas relações sociais, que suscitaram reflexões como: de que maneira a linguagem estrutura as práticas sociais? De que maneira os sujeitos sociais objetivam e subjetivam a linguagem? Como a linguagem provoca interpelações nos sujeitos inseridos no contexto de educação formal de Língua Portuguesa (doravante LP)?

Dessa maneira, essas reflexões conduziram ao percurso investigativo deste trabalho, de como as práticas que organizam e estabilizam o ensino de Língua Portuguesa, especificamente no Ensino Médio, apresentam a linguagem como instrumento de aprendizagem e conteúdo na forma da disciplina de LP e, simultaneamente, como fator primordial que organiza essa e tantas outras práticas nas quais os sujeitos se inserem em sociedade ao longo de suas vivências.

Destarte, por estar inserida como sujeito docente dentro do ensino de LP no Ensino Médio e como sujeito pesquisador em formação, observo que existe uma conjuntura discursiva que determina o trabalho em sala de aula, de modo a possibilitar questionamentos sobre a relação entre a linguagem e as práticas sociais, o que levanta questões possíveis de serem investigadas. Nesse sentido, a linguagem é considerada intrínseca às práticas da sala de aula, inclusive ao ensino de LP e, ao mesmo tempo, é ferramenta de atividades linguísticas¹ dessa disciplina que instrumentaliza e fundamenta os conteúdos dentro de uma prática social e discursiva escolar.

Então, há discursos referentes às práticas do ensino de LP que são responsáveis por estabilizá-las no ensino básico brasileiro, incluindo o ensino médio, além dos muitos discursos que surgem do interior da esfera educacional como os documentos normativos que regulamentam as práticas. Há, ainda, enunciados de outras esferas sociais como a política e a econômica, os quais revelam discursos avaliativos em relação às práticas educacionais e um interesse expressivo na formação básica dos sujeitos brasileiros. E é essa relação entre diferentes discursos de diferentes esferas sobre um mesmo objeto que conduz o fio discursivo desta pesquisa.

Dentre essa conjuntura discursiva do interior da esfera educacional, o enunciado mais recente de organização do ensino é a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a qual é um documento de caráter normativo que estabelece as diretrizes para o ensino básico nacional e traz ecos e ressonâncias dos documentos normativos anteriores a ela (os PCNs, por exemplo). Além disso, há também enunciados de outras esferas sociais sobre o ensino de LP que apresentam discursos conflitantes sobre os resultados do ensino básico na etapa final (Ensino Médio), os quais, geralmente, apontam que os sujeitos inseridos nesse contexto não adquirem a instrumentalização julgada necessária dentro dos parâmetros avaliativos (especialmente os internacionais) que se espera para essa etapa de ensino, tendendo a produzir enunciados com discursos que buscam apontar culpados ou discursos que visam demonstrar a necessidade de mudanças urgentes na educação.

A observação dos discursos sobre o ensino de LP no Ensino Médio, a partir do interior da esfera educacional em relação às esferas econômicas e políticas, é importante para compreender o impacto que essas relações discursivas podem produzir efetivamente no ensino de LP, especificamente no ensino médio. Ademais, ao perseguir o fio discursivo que

¹ Geraldi (1991) define atividades linguísticas como aquelas que são praticadas nos processos interacionais, e se referem ao assunto e pauta, “vão de si”, permitindo a progressão do assunto.

emaranha discursos de diferentes esferas sociais sobre um mesmo objeto buscamos compreender se há alguma relação entre a forma como o ensino de LP no ensino médio é previsto no discurso normatizador e a forma como a sociedade se organiza socioeconomicamente, e se o ensino promove a emancipação dos sujeitos como cidadãos ou se ela contribui para a manutenção da desigualdade social existente no Brasil.

Ou seja, procuramos analisar quais os sentidos reverberam dos discursos produzidos dentro da esfera política e econômica que estabelecem alguma relação com os discursos da esfera educacional. A partir do fio discursivo que culminou no enunciado BNCC, conforme será apresentado na parte II deste trabalho, os setores privados da educação se empenharam na discussão sobre a base e na rápida aprovação de um documento que regulamentasse a forma como a educação deve acontecer no país.

Conforme já mencionado, a BNCC é um documento de caráter normativo, foi apresentada em uma primeira versão em 2015 e teve participação colaborativa² da sociedade já a partir de um texto elaborado e apresentado naquele mesmo ano. A versão final foi homologada em dezembro de 2017; em 2018, a Base começou a ser implementada nas escolas brasileiras. É interessante observar que a colaboração se deu a partir de um texto já pronto, para o qual foram propostas melhorias. Quanto a isso, Souza (2019, p. 32) argumenta sobre o pouco tempo de discussão dado, vista a complexidade da proposta, e a rápida aprovação e homologação da versão final, bem como os diversos atores sociais, com seus respectivos interesses envolvidos, e os embates e ruptura do processo democrático³ pelo qual passava o país concomitante às discussões que ocorriam sobre a Base a fim de melhorar e adequar o currículo para que ele se apresentasse como o mais universal possível. Ainda assim, o enunciado BNCC apresenta ecos e ressonâncias do enunciado normativo que o antecedeu; no caso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Ambos os enunciados foram ancorados

² A BNCC resulta da 2ª Conferência Nacional pela Educação (CONAE) organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), em 2014, em que se discutiu propostas para a Educação Brasileira e a importância de base nacional curricular, além da mobilização sobre a necessidade dessa base. De modo que uma primeira versão, com texto já pronto, foi publicada no site para ampla participação e contribuição dos setores da sociedade. Dessa maneira, o documento final só foi homologado em sua terceira versão, constituindo, assim, um documento colaborativo conforme pode ser compreendido em linha temporal pelo site <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

³ Durante as discussões sobre a implementação da BNCC, ocorridas entre 2015 e 2017, a então presidente da República, Dilma Rousseff, foi afastada do cargo por um processo de impeachment. Com sua saída, o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência, o que resultou em mudanças significativas no governo, incluindo a substituição do Ministro da Educação. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>. Acessado em 08 de julho de 2024.

em outros de caráter legislativo da Lei nº9.394/96 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

Portanto, depois de mais de 25 anos do primeiro documento normativo sobre a educação básica brasileira, a BNCC, em menos de 4 anos de discussão, normatizou e trouxe outros discursos sobre a educação, sobre todas as etapas do ensino básico, sobre os componentes curriculares por áreas de aprendizagem⁴ e sobre o ensino desses componentes, especificamente sobre o ensino de LP no Ensino Médio, o qual é parâmetro para o recorte desta pesquisa.

Embora a BNCC seja um enunciado relativamente novo, a partir do nosso levantamento realizado em periódicos científicos⁵, já há uma expressiva quantidade de trabalhos que a trazem como objeto de estudo por diferentes perspectivas, com diferentes enfoques de áreas e revelando, na maioria deles, vozes que entram num embate discursivo entre a proposta oficial preconizada e um posicionamento valorativo oposto a essa preconização. Portanto, o ponto de partida desta pesquisa surge a partir desse levantamento, que identificou trabalhos que apresentam a BNCC como objeto de estudo e estabelecem relação com o ensino de Língua Portuguesa. Destacamos que, apesar da relativa quantidade de artigos, dissertações e teses já publicadas sobre a BNCC, ainda não há um estudo aprofundado ou específico sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Assim, utilizamos os trabalhos encontrados como parte do *corpus* desta pesquisa, selecionando-os com base em um cotejamento detalhado, que será exposto mais adiante, focando especificamente nos estudos que estabeleciam uma análise direta do ensino de Língua Portuguesa.

Devido a isso, o cotejamento realizado a partir dos estudos elencados respaldam as discussões aqui arroladas, uma vez que muito do que foi encontrado ratifica posicionamentos concordantes com a nossa hipótese sobre o Enunciado Normativo da Educação Brasileira⁶. Esses estudos já observaram os discursos que o enunciado BNCC apresenta e com quais

⁴ A Base Nacional Comum Curricular – BNCC – apresenta os conhecimentos que devem ser adquiridos durante a educação básica por áreas de aprendizagem. Essas áreas estão divididas em: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e, ainda, Formação técnica e profissional.

⁵ Esse levantamento foi realizado entre 2021 e 2023, utilizando principalmente as bibliotecas eletrônicas on-line, especificamente a Scientific Electronic Library Online – Scielo (<https://www.scielo.org/>) e o Google Acadêmico (<https://scholar.google.com/>). Como a quantidade de trabalhos que versam sobre a BNCC já é bastante extensa, utilizamos como critério de seleção apenas os trabalhos que estabeleciam relação entre o referido documento e o ensino de LP e/ou o Ensino Linguístico, independente de qual ciclo partiam as análises.

⁶ Para Bakhtin (2016), o enunciado é a unidade de comunicação real e concreta, que pode ser uma palavra, uma frase, um parágrafo, um discurso inteiro ou uma obra literária. O enunciado é sempre situado em um contexto específico de comunicação, envolvendo um locutor (quem enuncia) e um interlocutor (quem está em interação com o locutor), e está inserido em uma cadeia de enunciados anteriores e posteriores. É nessa acepção que entendemos que tanto a BNCC como o cotejamento se constituem enquanto enunciados.

discursos de outras esferas se relaciona, tal feito possibilita compreender de que forma esse enunciado normativo impactará as práticas dentro da esfera educacional e conseqüentemente as outras esferas nas quais os sujeitos se inserem.

Desse modo, a proposta desta pesquisa é investigar como o enunciado BNCC materializa discursos relativos ao ensino de LP no Ensino Médio. Com isso, intenta-se, ainda, analisar como a proposta de ensino de LP para a etapa final é preconizada no documento, quais são os discursos que apresentam mudanças para o efetivo trabalho linguístico da disciplina que diferem dos enunciados normativos que o antecedem. Por isso, o objeto que será investigado parte da materialidade discursiva inscrita sob o gênero documento oficial, o qual determina efetivamente práticas e acaba por produzir outros enunciados responsivos. Logo, primeiramente é preciso descobrir a natureza desse enunciado e suas particularidades (Bakhtin, 2016) que só são possíveis a partir de uma análise minuciosa desse enunciado concreto que emerge de um determinado campo⁷ da atividade humana.

Bakhtin (2016) postulou que o enunciado se difere da língua por ser uma unidade real da comunicação discursiva. Isso significa que o enunciado materializado discursivamente suscita resposta de modo que outros enunciados possam concordar, discordar, retificar, ratificar, negar, acrescentar e/ou problematizar o enunciado, se tornando uma cadeia discursiva em determinada esfera social. Desse modo, poderíamos observar os enunciados responsivos dentro da esfera educacional ao enunciado BNCC, com o qual estabelecem concordância ou discordância quanto ao ensino de LP no Ensino Médio. No entanto, a investigação dos enunciados materializados nos gêneros discursivos da esfera educacional, tais como projeto político pedagógico, regulamentos, planos de ensino, planos de aula, dentre outros, não contribuiriam de forma efetiva para a investigação, por serem demasiados técnicos, da relação entre os discursos sobre a prática do ensino de LP no Ensino Médio e o impacto desses discursos na dimensão social, econômica e política, considerando que os sujeitos se inserem nas mais variadas práticas cotidianamente.

Por isso, esta pesquisa empreendeu uma investigação para compreender o enunciado BNCC sobre o ensino de LP no Ensino Médio dentro da esfera constitutiva educacional, a partir do enunciado inscrito sob o gênero discursivo documento oficial, e a relação desse enunciado com enunciados das esferas econômica e política, buscando, no cotejamento, os

⁷ Na tradução de Gêneros do Discurso de Bakhtin, 2016, a palavra “campo” aparece em substituição da palavra “esfera”, encontrada em traduções anteriores. Desse modo, a palavra “campo” deve ser compreendida como sinônimo de “esfera”. Dependendo da tradução, pode-se usar tanto “esfera” quanto “campo”. Neste trabalho, optamos pela utilização da palavra “esfera” por acreditarmos que ela se adequa melhor à compreensão das análises.

discursos conflitantes em relação aos discursos que emanam do enunciado BNCC, dada a hipótese de que os discursos conflitantes acerca do ensino de LP exercem um papel fundamental de manutenção na estruturação das classes sociais na sociedade brasileira.

Dessa forma, analisamos a BNCC como um enunciado pleno, investigando suas particularidades e os discursos que emergem sobre o ensino de LP no Ensino Médio, observamos os enunciados em que a BNCC responde ativamente, bem como os ecos e ressonâncias que esse enunciado traz em relação aos enunciados circunscritos como documentos normativos que fazem parte dessa esfera discursiva e que o antecedem: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+ que auxiliava a prática diária do planejamento de aulas para o Ensino Médio) que normatizam as práticas de organização, definição e estruturação das aulas, do conteúdo à avaliação, de LP, no Ensino Médio.

Esses documentos normativos que fazem parte da esfera discursiva educacional não serão objetos de estudo e análise desta pesquisa. No entanto, conforme propõem Bakhtin e Volochinov em *Gêneros do Discurso* (2016) e *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018), um enunciado jamais surge aleatoriamente e sim sempre atrelado a um elo discursivo que possibilitou o surgimento de determinado novo enunciado, mencionaremos, quando necessário, os documentos normativos que antecederam a BNCC por se tratar da cadeia discursiva⁸ que a culmina.

Desse modo, os enunciados analisados nesta pesquisa foram selecionados a partir do cotejamento, considerado, segundo Stafuzza & Pereira (2021), um recurso metodológico bakhtiniano fundamental para examinar como o diálogo entre enunciados se concretiza na e pela linguagem. Esse método é particularmente eficaz para revelar a característica da responsividade dos enunciados e os sentidos que eles produzem, ou seja, a capacidade inerente a todo enunciado de ser uma resposta e de se inserir como um elo em uma cadeia complexa de outros enunciados (Bakhtin, 2016). Com base nessa compreensão, cotejamos enunciados da BNCC com aqueles encontrados no levantamento do estado da arte, focando em discursos que demonstram uma relação direta ou indireta entre as esferas educacional, econômica e política. Ou seja, enunciados que funcionam como contrapalavras responsivas

⁸ Para o Círculo de Bakhtin a cadeia discursiva se refere a sequência de enunciados que se conectam e se influenciam mutuamente dentro de um discurso ou de um contexto comunicativo. Cada enunciado na cadeia não é uma entidade isolada, mas sim parte de uma rede mais ampla de comunicação, onde a produção de sentido depende da relação com enunciados anteriores e futuros. Ou seja, há uma interdependência entre os enunciados. De modo que, “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados.” (Bakhtin, 2011, p. 292)

ativas (Bakhtin, 2010), que contribuem ou entram em conflito com os discursos relacionados à proposta de ensino preconizada pela BNCC. Um exemplo disso é o Projeto de Lei n.º 867/15, que propõe a "escola sem partido" e, caso aprovado, transitará para a esfera jurídica, impactando e entrando em conflito com a esfera educacional; ou, ainda, o Projeto de Lei n.º 2434/21, que dispõe sobre a proibição de publicidade que se refira à orientação sexual ou movimentos de diversidade sexual, sendo um enunciado da esfera política que, se aprovado, impactará a esfera midiática e conflitará com o discurso da esfera educacional que, conforme será melhor apresentado na parte III deste trabalho, objetiva um ensino voltado à diversidade sociocultural.

Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, tomamos o enunciado da BNCC no que se refere à área de Linguagem, especificamente do ensino de LP para o Ensino Médio, como princípio discursivo norteador para procedermos a essa investigação de contrapalavras responsivas ativas que colaboram com a materialização da proposta apresentada no documento e/ou a dificultam.

Dessa forma, os questionamentos que orientam esta pesquisa são: Quais os discursos e diálogos constituem o enunciado BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio? De que forma o confronto entre discursos ideológicos das esferas econômica e política e os discursos do enunciado BNCC dialogam? O diálogo desses diferentes discursos de distintas esferas coaduna para uma manutenção de determinada organização social? Quais os sentidos que a BNCC produz sobre as práticas do ensino de LP no Ensino Médio?

Então, ao considerar que as relações sociais são mediadas pela linguagem e que ela constitui todas as práticas sociais dentro das mais variadas esferas, a pesquisa se fundamenta teoricamente nos postulados de Bakhtin e do Círculo, uma vez que acreditamos que os conceitos de enunciado, contrapalavra responsiva ativa e dialogia são elementares para se compreender o desenvolvimento desta pesquisa, cujo objetivo geral é investigar o enunciado BNCC, observando os discursos sobre o ensino de LP no Ensino Médio analisando a relação dialógica com enunciados advindos das esferas econômica e política que apresentem discursos que, de alguma forma, estabeleçam relação com o ensino de LP no respectivo ciclo.

Esta investigação também permitirá o alcance dos objetivos específicos como:

- Identificar no enunciado BNCC os discursos sobre a prática docente do ensino de LP no Ensino Médio;
- Verificar quais enunciados das esferas econômica e política produzem discursos que se relacionam diretamente ou indiretamente com a esfera educacional;

- Analisar o enunciado BNCC, de modo a observar os posicionamentos ideológicos nos discursos em relação ao ensino, metodologias, concepções e avaliação de LP no Ensino Médio

Devido a isso, a pesquisa está fundamentada em características de natureza descritiva, analítica e interpretativa, uma vez que o *corpus* é constituído pelo enunciado da BNCC e pelas relações dialógicas estabelecidas com os enunciados das esferas econômica e política, cotejados a partir do estado da arte, que respondem ativamente a esse enunciado sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Dessa forma, o princípio norteador desta investigação é o enunciado da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente ao ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio

Dessa forma, o enunciado elencado (BNCC) como princípio norteador foi observado de maneira descritiva e analítica, se constitui de modo analítico porque estamos analisando os discursos que se referem a uma determinada proposta educacional, tais como “participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens” (BNCC, 2018, p. 481) e, ainda, por

compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018, p. 492, grifos nossos, grifos em negrito do autor).

Após essa fase analítica e interpretativa dos enunciados especificados da BNCC, consideramo-los como um princípio basilar para estabelecer relações dialógicas entre o enunciado da BNCC e os enunciados cotejados nos trabalhos selecionados para o estado da arte. Esses enunciados foram compreendidos como contrapalavras responsivas ativas, que dialogam em concordância ou discordância com o enunciado da BNCC na esfera educacional. Conseqüentemente, para impulsionar esta investigação, os enunciados cotejados estabelecem um diálogo direto ou indireto com o enunciado da BNCC no que tange ao ensino de linguagens.

À vista disso, o cotejamento foi feito a partir dos trabalhos selecionados para o estado da arte em que apresentam enunciados oriundos das esferas econômica e política. E, ao ser estabelecido como parâmetro, o enunciado BNCC se constituiu como uma contrapalavra responsiva ativa de consonância ou oposição (direta ou indiretamente) em relação ao

enunciado-base elencado e descrito do discurso parametrizado como documento oficial e regulamentador do ensino de LP no Ensino Médio, a BNCC. A partir do enunciado elencado como princípio investigativo, o cotejamento foi realizado a partir dos discursos que estabelecem relação com as práticas de ensino de linguagens, com foco em quais posicionamentos ideológicos apresentam e como estão relacionados com as estruturas sociais. Por isso, é importante observar as esferas de onde os enunciados cotejados emergem para compreender a sua composição e a sua posição dentro das relações sociais da organização da sociedade. Nessa perspectiva, Volóchinov (2018) compreende que

a explicação deve preservar toda a diferença qualitativa dos campos em interação e observar todas as etapas que acompanham essa mudança. Apenas nessa condição o resultado da análise não será uma correspondência externa de dois fenômenos ocasionais e que se encontram em diferentes planos, mas um processo de formação dialética efetiva, que tem início na base e termina nas superestruturas (Volóchinov, 2018, p. 104).

Conforme propõe Volóchinov (2018) no enunciado acima, a dialética decorre de um processo relacional entre a base e as superestruturas. Isso posto, evocamos o marxismo histórico-dialético na metodologia para compreender esses enunciados emergentes em suas respectivas esferas sociais. Em seguida, procedemos a uma compreensão interpretativa, buscando no jogo dialógico e responsivo ativo de vozes, os discursos sobre as propostas de ensino de língua em relação aos discursos preconizados no enunciado do documento normativo e os enunciados elencados cotejados que se inserem nas esferas econômica e política para compreender como esse jogo discursivo se conecta à organização das classes sociais brasileira na contemporaneidade, e, se existe essa relação, qual a atribuição do ensino de LP nessa organização.

Com base nos pressupostos de Bakhtin de que “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (Bakhtin, 2016, p. 25), esta pesquisa busca compreender como os discursos dos enunciados das esferas elencadas respondem ativamente aos discursos presentes no enunciado da BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. A partir dessa perspectiva bakhtiniana, buscamos analisar como esses enunciados interagem, dialogam e se posicionam em relação ao discurso da BNCC, considerando que toda compreensão é, em si, uma forma de resposta ativa que transforma o ouvinte em falante, perpetuando o diálogo.

Os enunciados cotejados do estado da arte que se inscrevem nas esferas discursivas econômica e política foram mapeados a fim de se verificar quais ideologias, axiomas e “visões de mundo” apresentam e quais se relacionam com a esfera educacional. Dessa forma, os discursos analisados que constituem esses enunciados foram postos em diálogo com os discursos revelados no enunciado BNCC no que se refere à proposta de ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Nesse sentido, foram observados que há enunciados das esferas econômica e política que ao serem postos em diálogo com a BNCC apresentam conflitos ideológicos quando analisados sob essa perspectiva dialógica de constituição de linguagem.

Os enunciados mapeados e descritos foram relacionados dialogicamente por meio de uma análise qualitativa interpretativa dos dados sob o viés da perspectiva dialógica da linguagem. Dessa forma, na parte III deste trabalho, foram observadas as relações dos enunciados com as esferas de onde emergem, suas peculiaridades estruturais enquanto unidades da comunicação discursiva, e os limites que apresentam para se constituírem como enunciados. Em seguida, foram analisados os discursos que esses enunciados apresentam e a maneira como se relacionam com os discursos da BNCC, com foco nos aspectos linguísticos e nos elementos contextuais que produzem diferentes sentidos.

Desse modo, demonstramos de que forma os enunciados analisados e relacionados dialogicamente revelam discordâncias discursivas em relação à forma como o discurso sobre o ensino de LP é proposto no enunciado BNCC e às práticas sociais em que os sujeitos estão inseridos. Ademais, esta análise possibilita perceber a maneira como o discurso sobre o ensino de LP no ensino médio prevê a educação linguística nesse ciclo, com foco na promoção de mudanças sociais significativas, ou se são discursos das esferas econômica e política aliados aos discursos da esfera educacional que corroboram para a estruturação de uma determinada organização social na qual as classes sociais são marcadas pela ausência de equidade social⁹.

Assim sendo, cada enunciado elencado das esferas discursivas é compreendido como um enunciado concreto que entrará em relação dialógica com outro ou outros enunciados, conforme propõe Bakhtin:

⁹ Equidade significa o reconhecimento dos direitos de cada um. No entanto, como a sociedade é organizada de maneira desigual, há uma necessidade social de ações para garantir que todos tenham acesso aos seus respectivos direitos. Uma dessas ações está pautada no acesso gratuito à educação. Assim, ao pesquisarmos sobre o ensino de LP no Ensino Médio também estaremos contribuindo para observar como a proposta ideológica de ensino linguístico desse ciclo contribui para a formação dos sujeitos, possibilitando a consciência crítica, o respeito às variadas formas linguísticas e à emancipação cidadã. Ou seja, como o ensino de LP nesse período ocorre para que os sujeitos inseridos na prática educacional promovam equidade social nas demais práticas em que se inserem, além da educacional.

na compreensão efetiva, real e concreta, eles se fundem indissolúvelmente em um processo único de compreensão, porém cada ato particular tem autonomia semântica (de conteúdo) ideal e pode ser destacado do ato empírico concreto. 1) A percepção psicofisiológica do signo físico (palavra, cor, forma espacial). 2) Seu reconhecimento (como conhecido ou desconhecido). A compreensão do seu significado reprodutível (geral) na língua. 3) A compreensão de seu significado em dado contexto (mais próximo e distante). 4) A compreensão ativo-dialógica (discussão-concordância). A inserção no contexto dialógico. O elemento valorativo na compreensão e seu grau de profundidade e de universalidade (Bakhtin, 2011, p. 398).

Conforme podemos observar, a metodologia desta pesquisa entende cada enunciado a partir de duas etapas principais. Primeiramente, analisamos o enunciado em seu reconhecimento, ou seja, a compreensão de sua construção e como ele é replicado em diferentes contextos. Em segundo lugar, observamos as esferas sociais das quais o enunciado foi extraído, o que permite uma análise desses enunciados à luz da dialogia. Isso envolve investigar a valoração discursiva, a posição do enunciado na cadeia discursiva e as vozes sociais que emergem da construção discursiva. Esse processo permitirá determinar se o enunciado é concordante ou conflitante em relação a outros enunciados. Ao final, será possível construir uma cadeia de comunicação discursiva que se refere especificamente à esfera educacional.

Ademais, uma vez que a linguagem perpassa e determina as relações sociais, produzindo um percurso de significação e apreensão no âmbito dessas relações, a pesquisa apresenta uma reflexão sobre como o ensino formal de LP está sendo proposto no enunciado BNCC, dentro do âmbito nacional da educação no Ensino Médio, a partir de uma estruturação organizacional definida por um enunciado (BNCC) regulamentador desse ensino, averiguando também se essa proposta de ensino sofre influências externas de enunciados advindos das esferas econômica e política.

Para empreender este trabalho, alguns dos conceitos apresentados por Bakhtin (2010; 2011; 2016), Medviédev (2012) e Volóchinov (2013; 2018; 2019) possibilitaram refletir sobre essa relação indissociável entre a linguagem e as variadas esferas discursivas, especificamente a esfera educacional, a qual nos propomos a analisar. Tal característica se deve ao fato de que a linguagem nessa esfera estrutura e estabiliza as práticas sociais, a exemplo da aula de LP, e é também passível de ser reelaborada por essas práticas. Portanto, é necessário compreender como a linguagem é importante na mediação das relações sociais e nas formas pelas quais se articula para significar, organizar e ordenar os processos de compreensão que os sujeitos têm sobre si e sobre o mundo.

Nesta abordagem, buscamos observar de que modo as práticas discursivas estão diretamente ligadas à forma como estão dispostas nas organizações sociais, a partir das materializações discursivas. Logo, é por meio do enunciado BNCC, o qual determina e organiza os discursos sobre as práticas do ensino de LP no Ensino Médio, que buscaremos refletir a respeito dos apontamentos e objetivos deste trabalho.

Portanto, esta pesquisa tende a contribuir contundente e efetivamente para a ampliação do conhecimento acerca de conceitos teóricos e metodológicos dos Estudos do Discurso, sob fundamento do pensamento bakhtiniano, aplicados à realidade do estudo do ensino de LP no sistema educacional brasileiro com reflexões sobre as perspectivas educacionais pautadas no documento legislador. Além disso, visa proporcionar maior compreensão sobre o atual documento regulamentador do ensino de LP no Ensino Médio, BNCC, a partir do cotejamento dos enunciados das esferas econômica e política, os quais possibilitam pensar sobre os problemas sociais, econômicos e políticos instaurados na atualidade e a relação com a educação nacional.

Para melhor compreensão, este trabalho está dividido em três partes, além da introdução e considerações finais. A primeira parte apresenta a perspectiva dialógica da linguagem, necessária à compreensão da teoria e metodologia que sustentam esta investigação, apoia-se em conceitos e fundamentos essenciais para entender as análises que serão aqui apresentadas e os motivos pelos quais a perspectiva dialógica foi elencada para ancorar este estudo e a importância de se compreender essa perspectiva para o ensino de LP na atualidade, além de apresentar a linguagem como organizadora das esferas sociais. Por isso, esse capítulo demonstra o que são as esferas sociais para Bakhtin e o Círculo, e como é a relação intrínseca entre linguagem e ideologia. Para isso, apresenta enunciados sobre o ensino de LP que demonstrem as concepções ideológicas que se têm sobre esse ensino a partir de diferentes materialidades discursivas.

Em sequência, a segunda parte apresenta a BNCC como um enunciado pleno de sentido que emerge da esfera legislativa, mas como enunciado legislador da esfera educacional, com novos posicionamentos em relação aos documentos anteriores e discursos sobre o fazer educacional. Apresentamos a linha temporal-histórica que motiva o aparecimento do enunciado BNCC, e os enunciados que o antecedem e que estabelecem elos discursivos com esse novo enunciado. Além do mais, utilizamos de alguns trabalhos já publicados e discussões que dialogam com a nossa pesquisa e que, contribuíram para delinear os contornos desta pesquisa e avançar em relação aos estudos apresentados. As discussões

propostas e diferentes perspectivas apresentadas nos artigos, dissertações e teses elencados foram utilizadas como delimitadores para avançarmos em relação a esses trabalhos já produzidos e pensarmos nos pontos mais relevantes para esta pesquisa, uma vez que é impossível esgotar, em uma tese, todas as possibilidades de análise e as diferentes perspectivas que podem ser produzidas em relação ao objeto de investigação. Além disso, os enunciados cotejados desses trabalhos, que fazem referência às esferas econômica e política, foram selecionados para compor o *corpus* de análise desta pesquisa.

Adiante, na terceira parte, apresentaremos o *corpus* desta pesquisa composto por enunciados extraídos do enunciado BNCC, os quais se relacionam com os objetivos desta pesquisa e apresentam discursos relacionados ao ensino de LP no Ensino Médio. A seleção desses enunciados se dá a partir das concepções sobre linguagem que são apresentadas na primeira parte deste trabalho acerca dos postulados teórico-metodológicos do círculo de Bakhtin. Por conseguinte, os enunciados elencados do enunciado BNCC são aqueles que apresentam discursos sobre o ensino da LP no Ensino Médio e estabelecem mudanças em relação aos enunciados anteriores, além de impactarem em mudanças de práticas sociais dentro da esfera educacional e, também, para além dela.

Além do mais, compõe o *corpus* desta pesquisa os enunciados cotejados dos trabalhos que versam sobre a BNCC e o ensino de LP e se relacionam discursivamente com as esferas econômica e política. Desse modo, as análises apresentadas nessa parte demonstram como o jogo dialógico entre enunciados se estabelece em sociedade. Embora os enunciados irrompam de diferentes materialidades discursivas e distintas esferas sociais, eles se relacionam pelos discursos que revelam posicionamentos ideológicos concordantes e/ou conflitantes que ora se concordam e se completam, ora se confrontam e divergem. Assim, demonstramos como essa relação dialógica de completude e divergência é eficaz na organização, estruturação ou manutenção de uma determinada organização social.

Por fim, a consideração final exprimirá uma síntese do que foi exposto ao longo do trabalho, com apresentação das lacunas e demandas que não foram preenchidas, e foco nas possibilidades para ampliação desta investigação. Além disso, há uma argumentação sobre a proposta do ensino de LP no Ensino Médio preconizada no enunciado BNCC.

PARTE I

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA DIALÓGICA DA LINGUAGEM

- 1 No mundo todo havia apenas uma língua, um só modo de falar.
2 Saindo os homens do Oriente, encontraram uma planície em Sinear e ali se fixaram.
3 Disseram uns aos outros: "Vamos fazer tijolos e queimá-los bem". Usavam tijolos em lugar de pedras, e piche em vez de argamassa.
4 Depois disseram: "Vamos construir uma cidade, com uma torre que alcance os céus. Assim nosso nome será famoso e não seremos espalhados pela face da terra".
5 O Senhor desceu para ver a cidade e a torre que os homens estavam construindo.
6 E disse o Senhor: "Eles são um só povo e falam uma só língua, e começaram a construir isso. Em breve nada poderá impedir o que planejam fazer."
7 Venham, desçamos e confundamos a língua que falam, para que não entendam mais uns aos outros".
8 Assim o Senhor os dispersou dali por toda a terra, e pararam de construir a cidade.
9 Por isso foi chamada Babel, porque ali o Senhor confundiu a língua de todo o mundo. Dali o Senhor os espalhou por toda a terra.
Gênesis 11: 1-9

Nesta parte, apresentamos a teoria dialógica da linguagem, desenvolvida por Mikhail Bakhtin e o Círculo de Bakhtin, que oferece uma perspectiva teórica e metodológica para entender a estrutura e as dinâmicas da organização social. Nosso objetivo é esclarecer os conceitos e métodos empregados na análise dos enunciados desta pesquisa, além de explorar a inter-relação entre as esferas sociais e a linguagem, assim como o vínculo entre o ensino de Língua Portuguesa (LP) e a constituição dos sujeitos.

No início desta seção, utilizamos um enunciado extraído do discurso bíblico da esfera religiosa cristã, a qual utiliza dos discursos oriundos do enunciado bíblia para fundamentar a crença em uma divindade suprema denominada Deus e utiliza enunciados como esses para explicar fenômenos e, também, dogmas regulamentadores de práticas sociais. O enunciado é utilizado para demonstrar como a linguagem é preponderantemente essencial na criação da humanidade.

Na mitologia bíblica a linguagem irrompe intrinsecamente no momento em que a terra começa a existir. As formas que podem ser encontradas na terra surgem a partir da verbalização de tudo aquilo que passa a existir após enunciado por essa divindade suprema. Conforme aponta Fiorin (2001), “a passagem do caos à ordem (= cosmo) faz por meio de um ato de linguagem. É esta que dá sentido ao mundo. O poder criador da divindade é exercido pela linguagem: que tem no mito, um poder ilocucional, já que nela e por ela se ordena o mundo” (Fiorin, 2001, p. 11).

Desse modo, o enunciado bíblico nos possibilita compreender um fenômeno social exemplificando como a linguagem exerce um papel fundamental para facilitar a interação

entre os sujeitos discursivos e a organização social. No mito bíblico, enquanto os sujeitos falavam apenas uma língua, conseguiam construir uma cidade e erguer uma torre, a partir do momento que essa divindade retira deles a capacidade de se expressarem em uma só língua, eles param de construir a cidade e se dispersam por toda a terra. Embora seja um mito amplamente difundido na esfera religiosa e não contenha nenhuma comprovação científica, pode-se deduzir que a linguagem nesse mito exerce uma função dialógica exemplar, pois enquanto ela facilitava a expressão comunicativa e a interação dinâmica entre esses sujeitos, possibilitava a prática social da construção da cidade e da torre de maneira eficaz.

No momento em que a capacidade comunicativa é restringida pela separação em diferentes línguas, a interação verbal¹⁰ é comprometida, resulta no abandono do projeto de construção da cidade e da torre, e na dispersão desses sujeitos pelo mundo. A linguagem, portanto, facilitava a interação verbal entre os indivíduos, constituindo-se como elemento determinante para a divisão das atividades coletivas que, provavelmente, facilitavam a comunicação para a construção da cidade e edificação da torre. Isso significa, na perspectiva dialógica, que essa interação verbal possibilitada pela linguagem exerce um papel preponderante na organização das práticas sociais que facilitam as atividades exercidas pelos sujeitos, as quais só existem pela capacidade dialógica da linguagem de organizá-las.

Assim como a mitologia bíblica, as mitologias indígenas, gregas e outras de diferentes lugares do mundo evidenciam mitos que tentam explicar a origem da humanidade, os quais geralmente apresentam a criação do mundo sempre vinculada à capacidade comunicativa, especialmente a oral, do ser humano. Ainda não há um consenso entre pesquisadores ou evidências científicas de como o processo de surgimento da capacidade humana de se expressar por meio da fala ocorreu ou em que exato momento ela surgiu na história da humanidade.

No entanto, ao considerarmos a perspectiva dialógica da linguagem, em que a interação verbal é central para a construção das relações sociais, é amplamente aceito entre os linguistas que, embora não haja consenso sobre o momento exato ou as circunstâncias do surgimento da capacidade humana de falar, esse desenvolvimento está intimamente ligado às práticas sociais relacionadas à busca por alimento e à sobrevivência dos grupos. Desse modo,

¹⁰ Volóchinov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, afirma que a interação verbal é a realidade fundamental da língua. Ele destaca que o diálogo, no sentido estrito, é apenas uma das formas—embora uma das mais importantes—de interação verbal. Contudo, o termo "diálogo" pode ser entendido em um sentido mais amplo, abrangendo toda forma de comunicação verbal, independentemente de ser uma comunicação em voz alta entre pessoas frente a frente (Volóchinov, 2018, p. 125). Dessa forma, a interação verbal entre os sujeitos é um dos pilares do dialogismo.

assim como no mito bíblico, em que a linguagem possibilitava a cooperação para a construção da cidade e da torre, é possível que a linguagem tenha surgido na história da humanidade devido à necessidade de os membros de um grupo expressarem onde e como encontrar alimento, ou de se organizarem socialmente para garantir a própria proteção. Como afirma Volóchinov, "a língua constitui *um processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*" (2018, p. 130).

Ao interpretarmos que a linguagem nos primórdios de sua origem possibilitava aos grupos humanos compreenderem e executarem as atividades essenciais à sobrevivência, então concluímos que as práticas sociais surgiram intrinsecamente junto à linguagem, a qual foi determinante para a organização e desenvolvimento da sociedade como a conhecemos hoje. Essa comunicação oral viabilizou/a uma interação profundamente dinâmica dos sujeitos para desenvolverem atividades de maneira eficaz, o que conseqüentemente conduziu a constituição de variadas práticas sociais em que os sujeitos se inserem ao longo da vida.

Desse modo, como a linguagem possibilitou nos primórdios da humanidade a interação efetiva entre os grupos humanos e a capacidade de se organizarem socialmente, os sentidos das coisas, das ações e práticas sociais também surgiram a partir dessa dinâmica interacional em que a linguagem é preponderante e determinante para a efetivação dos costumes, condutas, convenções, padrões e normas que foram sendo estabelecidos com o passar dos séculos, com sentidos estabilizados socialmente e historicamente. Para Volóchinov

o estudo das relações entre a interação concreta e a situação extralingüística – não só a situação imediata, mas também, através dela, o contexto social mais amplo. Essas relações tomam formas diversas, e os diversos elementos da situação recebem, em ligação com uma ou outra forma, uma significação diferente (assim, os elos que se estabelecem com os diferentes elementos de uma situação de comunicação artística diferem dos de uma comunicação científica). A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. (Volóchinov, 2018, p. 126)

Conforme aponta Volóchinov, os estudos dialógicos que entendem a linguagem como um fenômeno social, ou seja, em situações concretas de comunicação, ganham relevância ao destacar a relação entre a linguagem, as práticas sociais e os sentidos socialmente construídos. A linguagem não só determina as práticas sociais, como também é moldada por elas. Essa interação entre a complexa organização social e a linguagem revela que os sentidos e valores em uma sociedade são estabelecidos precisamente nessa interação entre sujeitos sociais.

Sob essa ótica, os sujeitos são inseridos no interior das práticas sociais, forjadas e moldadas com o passar do tempo, as quais são compreendidas como um conjunto de ações intermediadas pela linguagem que acontecem dentro de um espaço-tempo-social que é denominado de esferas: a mencionar: a econômica, a política, a científica, a jurídica, a religiosa, a educacional, a midiática, dentre outras.

Dessa maneira, os sujeitos se constituem em um processo de interação verbal, no qual participam ativamente, por meio da linguagem, nas diversas práticas sociais das variadas esferas. Ao mesmo tempo em que apreendem a linguagem nessas interações comunicativas, a linguagem é dialeticamente reelaborada, permitindo aos sujeitos discursivos uma compreensão de si mesmos e do mundo. As relações sociais evoluem em função das infraestruturas, e, em seguida, a comunicação e a interação verbal evoluem no contexto dessas relações sociais. As formas dos atos de fala evoluem como resultado da interação verbal, e esse processo de evolução reflete-se, por fim, nas mudanças das formas da língua (Volóchinov, 2018, p. 127).

Essa perspectiva da linguagem como constitutiva das práticas sociais, dentro da Análise do Discurso, é compreendida como dialógica, ela estabelece que os signos ideológicos só adquirem sentido numa relação interacional, ou seja, no diálogo.

Ao considerar a palavra como uma arena onde se confrontam valores sociais contraditórios, Volóchinov (1929/2017) observa que os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do sistema. Sob essa perspectiva, é possível ponderar que a comunicação discursiva implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou oposição à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc. Assim, o teórico russo se interessa, primeiramente, pelos conflitos no interior de um mesmo sistema partindo da premissa de que todo signo é ideológico e que a ideologia é um reflexo das estruturas sociais (Stafuzza, 2019, p. 76).

Dessa forma, além de os signos formarem um sistema que permite a reprodução, eles também adquirem uma valoração que emerge junto a valores sociais contraditórios e se estabelecem como uma proposta teórica e metodológica para a compreensão da relação entre linguagem e o mundo da vida e da cultura em que os sujeitos se inserem.

Ao considerar que todos os sujeitos (empíricos) participam de inúmeras práticas sociais ao longo de suas vidas e que essas práticas são mediadas pela linguagem, a singularidade torna-se característica de cada indivíduo e é constituída por processos interacionais no interior desses eventos comunicativos. Neles, a valoração das coisas do mundo é determinada mediante interações discursivas e são internalizadas pelos indivíduos

em um processo intersubjetivo dialético que os permite compreenderem a si mesmos e o mundo que os cerca.

Desse modo, nesta parte do trabalho abordamos a perspectiva dialógica da linguagem como parâmetro teórico-metodológico norteador da pesquisa. Para tanto, se faz necessário, para fins didáticos e de compreensão, partir das noções estruturalistas sobre linguagem e língua para chegarmos à concepção da linguagem como social e dialógica, cuja materialidade se dá por meio das interações entre os sujeitos que ocupam os variados espaços em uma sociedade.

O intuito de mencionarmos a concepção estruturalista da língua em Saussure (2006) não objetiva debater sobre as contribuições e lacunas de tal modelo, justamente por não ser esse o propósito desta pesquisa, mas observar a trajetória da língua enquanto objeto da linguística e de como se deu o percurso até se chegar à compreensão dialógica da linguagem, a qual concebe a língua para além do sistema linguístico, nos ajuda a refletir sobre a concepção de ensino de linguagem proposta pela BNCC.

Para o estruturalismo, a língua é um sistema de signos que exprime ideias (Saussure, 2006). E embora haja uma menção de que a língua é social, os estudos linguísticos no âmbito estruturalista não consideram o contexto concreto no qual o enunciado emerge, considera-se apenas o sistema organizado da língua que produz significado e pode ser reproduzido em variados contextos. Nesse sentido, a língua é passível de ser reproduzida em variados contextos, ela pode ser classificada e analisada. Aliás, a descrição da língua foi essencial para determiná-la como objeto de pesquisa da linguística e torná-la objeto de investigação científica.

No entanto, houve, no momento de fundação da Linguística como esfera científica, uma predileção pelos aspectos sistêmicos da língua em detrimento de outros aspectos da linguagem. Desse modo, o sentido pleno de uma determinada organização de signos linguísticos verbalizados (oral ou escrito), que se realiza entre interlocutores mediante um contexto específico, não era considerado pelos estudiosos da língua como primordial para a determinação do objeto linguístico.

Então, no século XX, além da solidificação da Linguística como esfera científica especializada nos estudos das questões da língua/linguagem, vários pensadores e correntes de estudo se ocuparam em refletir sobre as lacunas que as premissas de Saussure sobre a Linguística deixavam. Por exemplo: Noam Chomsky com o gerativismo, Roman Jakobson com o funcionalismo, Michael Halliday com a linguística sistêmico-funcional, John Austin

com a teoria dos atos de fala e William Labov com a sociolinguística variacionista, para mencionar alguns. Dentre esses pensadores que se constituíram no século XX, o grupo russo denominado Círculo de Bakhtin se destaca por propor o estudo da linguagem/língua no âmbito filosófico, centralizando-a como elemento organizador das relações humanas e fundamental na estruturação das sociedades. Aqui, os principais autores dos conceitos teóricos que são utilizados nesta pesquisa são: Mikhail Mikhailovich Bakhtin, Pável Nikoláievitch Medviédev e Valentin Nikoláievitch Volóchinov.

Para esses teóricos, não há distinção entre língua e linguagem, uma vez que, no idioma russo não existe uma palavra que possa ser traduzida por linguagem e outra por língua. Existe apenas a palavra *yazyk* (язык) que significa tanto língua quanto linguagem, além também de significar idioma. Partindo dessa acepção, a língua só se materializa (oral ou escrita) por meio de enunciados. Um enunciado, é compreendido como a organização dos signos ideológicos que se consubstancializa ao ser proferido (oral ou escrito) por um sujeito dentro de um contexto no qual está sempre orientado para o outro, isto é, o enunciado adquire sentido completo apenas numa interação discursiva em que se considere os sujeitos relacionais e o contexto, de modo que

a língua como sistema tem, evidentemente, um rico arsenal de recursos linguísticos – lexicais, morfológicos e sintáticos – para exprimir a posição emocionalmente valorativa do falante, mas todos esses recursos enquanto recursos da língua são absolutamente *neutros* em relação a qualquer avaliação real determinada (Bakhtin, 2016, p. 47).

No trecho acima, Bakhtin (2016) postula sobre o caráter neutro da língua. Nessa perspectiva, a língua como sistema, conforme concebida no Estruturalismo, não é capaz de produzir sentido avaliativo nem valoração ideológica. Ela só adquire essa característica de produzir avaliação, valoração, juízo de valor, a partir da interação entre os sujeitos sociais, um sentido completo só se materializa junto a outros elementos que acompanham a verbalização (oral ou escrita) dos signos linguísticos. Ou seja, os sentidos das formas da língua vão sendo construídos a partir dos sujeitos discursivos nas mais variadas interações.

Em contrapartida ao Estruturalismo, para a concepção dialógica, a língua se realiza somente por meio de enunciados numa cadeia discursiva ininterrupta. Os enunciados são construídos por meio dos signos linguísticos, de todos os recursos do sistema, tal qual concebidos por Saussure (2006) e, para além disso, constituem-se na interação entre sujeitos sociais que estabelecem relações discursivas concretas. Nessas relações, os enunciados estão

sempre orientados para uma responsividade a partir da compreensão e avaliação do outro na interação. Conforme afirma Bakhtin (2016), ao mencionar que quando temos um enunciado acabado e de sentido concreto,

estamos diante do conteúdo de um dado enunciado; aqui, o significado da palavra refere a uma realidade concreta em condições igualmente reais de comunicação discursiva. Por isso, aqui não só compreendemos o significado de dada palavra enquanto palavra da língua como ocupamos em relação a ela uma ativa posição responsiva – de simpatia, acordo ou desacordo, de estímulo para a ação. Desse modo, a entonação expressiva pertence aqui ao enunciado e não à palavra (Bakhtin, 2016, p. 50).

Desse modo, os sentidos valorativos ideológicos são construídos na interação entre sujeitos sócio-históricos constituídos em sociedade, num processo histórico em que são interpelados por enunciados relativamente estabilizados, fazem parte de uma cadeia discursiva. Quando um sujeito empírico nasce, ele apreende enunciados relativamente estabilizados pelos processos sociais e históricos já instaurados, os quais já possuem valoração ideológica. Ao longo das interações desse sujeito, dentro das variadas esferas, como a familiar, religiosa, política, econômica, social, dentre outras, suas visões de mundo e valoração ideológica são reveladas quando enunciadas concretamente na arena discursiva das interações verbais. Por outro lado, é também por meio das variadas interações verbais dentro das diversas esferas que reside a possibilidade do conflito e mudança de visões ideológicas do sujeito, pois, quando há interação, os enunciados se materializam num tempo e espaço e revelam posicionamentos ideológicos dos sujeitos.

Isso posto, quando o enunciado BNCC se materializa em sociedade, está carregado de discursos que revelam uma valoração ideológica sobre o ensino de LP de sujeitos que produziram e possibilitaram o aparecimento de tal enunciado. Conforme aponta Bakhtin,

de um lado, a singularidade de cada um, a sua unicidade, a sua insubstituibilidade, a peculiaridade das suas relações, dos seus vividos, das suas coordenadas espaço temporais e axiológicas, a irrevogabilidade da sua responsabilidade sem alibi – e é esta singularidade, esta unidade, insubstituibilidade, que cada um tem, nos afetos, nas relações relegadas ao privado, nas relações de amor e de amizade. Do outro lado, as relações de troca entre indivíduos que representam identidades, e, portanto, em cada caso entre conjuntos, gêneros, pertenças, comunidades, classes, aglomerados, coletivos (a identidade individual é inevitavelmente coletiva) (Bakhtin, 2010, p. 19).

No trecho dado acima, Bakhtin (2010) afirma que a singularidade individual é peculiar e insubstituível em cada sujeito, mas essa identidade individual é formada na coletividade. Isso significa dizer que a compreensão, a valoração e a identidade se formam a partir de

práticas e relações sociais que os sujeitos têm e na interação discursiva em que eles se inserem ao longo de suas vidas. Assim, os sentidos compreendidos de um enunciado e estabelecidos pelos sujeitos são determinados na interação entre esse EU (individual) e esse OUTRO (coletividade). Dessa maneira que, na teoria dialógica, o OUTRO é fundamental para a construção do sentido. Os enunciados se materializam na inter-relação entre um "Eu" e um "Outro", e essa relação é o que dá à linguagem seu caráter dialógico. É a interação constante com o discurso do "Outro" que molda e enriquece os enunciados, diferenciando-os de uma simples relação com o objeto. Dessa forma, os enunciados acabam sendo internalizados numa consciência individual, em um processo de inter-relação com o outro, para serem acessados e utilizados pelos sujeitos em várias outras interações, nas muitas práticas de que fazem parte e nas diferentes esferas sociais que adentram. Destarte, os discursos que aparecem no enunciado BNCC estão carregados dessa inter-relação, em que demonstra um posicionamento valorativo ideológico sobre ensino. De modo que, essa valoração ideológica se constitui nessa inter-relação com o outro, conforme aponta Bakhtin,

A visão do mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião têm sempre sua expressão verbal. E é isso que constitui o discurso do outro (de uma forma pessoal ou impessoal), e esse discurso não pode deixar de repercutir no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto. A mais leve alusão ao enunciado do outro confere à fala um aspecto dialógico que nenhum tema constituído puramente pelo objeto poderia conferir-lhe. A relação com a palavra do outro difere radicalmente por princípio da relação com o objeto, mas sempre acompanha esta última. (Bakhtin, 2011, p. 231, grifos nossos).

Nesse contexto, conforme o autor, o enunciado não se dirige apenas ao seu objeto, mas também ao que o outro diz sobre esse objeto. De maneira que, as interações entre os sujeitos não os constituem de modo idêntico devido ao processo de inter-relação que pode ocorrer de forma pessoal ou impessoal. Nesse, partem da coletividade, por meio das interações sociais, para se tornarem sujeitos singulares que utilizam a linguagem para se expressarem e compreenderem o mundo. Logo, são sujeitos singulares que mantêm relações dialógicas nas interações dentro das práticas em que se inserem no decorrer da vida.

Fato é que as práticas sociais em que os sujeitos estão inseridos são múltiplas em virtude do caráter social e cultural de uma sociedade complexa na qual as esferas organizacionais se constituíram ao longo da história. Essas práticas só acontecem e são concretizadas dentro das esferas sociais, nas quais a linguagem é determinante para materializá-las. Por exemplo, dentro da esfera educacional há práticas sociais como aula,

reuniões, avaliação, dentre outras, que são mediadas na/pela linguagem. Para Bakhtin e o Círculo, essas mediações se materializam na forma de enunciados. Portanto, a esfera educacional, assim como outras esferas, é permeada por inúmeros enunciados que se realizam nessas práticas e revelam variados discursos ideológicos que se constituíram socialmente e historicamente.

Por fim, para a compreensão da teoria dialógica da linguagem, é necessário entender a relação entre a linguagem, ideologia e as esferas sociais. Compreender a dinamicidade desses elementos na constituição dos sujeitos discursivos é importante para a análise a ser desenvolvida aqui. Sendo assim, o próximo tópico apresentará a conceituação desses elementos pela perspectiva dialógica da linguagem e o modo como se relacionam.

A relação entre a Linguagem e as Esferas Sociais

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quando os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua (Bakhtin, 2016, p. 11, grifos nossos)

Segundo Bakhtin (2016), a linguagem é central nas relações sociais, é ela que possibilita a interação de maneira efetiva e significativa. Sendo assim, o autor especifica que as organizações sociais, nas quais os sujeitos estão inseridos e se relacionam, são denominadas de campos de atividade humana ou esferas sociais, a depender da tradução adotada em português. Esfera e campo, em Bakhtin, as vezes podem ser compreendidos como sinônimos e designam as diferentes composições sociais nas quais os sujeitos se inserem e se constituem linguisticamente. Neste trabalho, optamos por utilizar o termo "esfera", pois ele abrange de forma mais adequada a concepção teórica de espaço social e cultural onde as práticas discursivas ocorrem, em detrimento de "campo", que poderia sugerir áreas delimitadas de atividade.

Desse modo, todas as esferas da atividade humana são multiformes, são muitos e se estabelecem de diversas maneiras. Essa constituição das diversas esferas se materializa no/pelo uso da linguagem. De modo que, além de a linguagem ser central nas esferas de atividade humana, ela também determina as formas como essas esferas sociais irrompem em sociedade, visto que a linguagem é intrínseca às esferas sociais. Por exemplo, a composição

da linguagem da esfera familiar é diferente da composição da esfera política, da esfera social, da esfera educacional etc. E embora o código linguístico, ou seja, a língua, seja o mesmo utilizado em todos esses campos, a organização, escolhas lexicais e fraseológicas, entonação e outras características de cada campo se apresentam de formas totalmente diferentes na materialização dos enunciados.

Sendo assim, cada esfera social surge com particularidades da linguagem que se materializam na interação entre os sujeitos inseridos naquela esfera, por meio dos enunciados proferidos que viabilizam a interação de maneira efetiva. Isso se dá porque

o emprego da língua efetua-se na forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional (Bakhtin, 2016, p. 11-12, grifos nossos).

De acordo, portanto, com Bakhtin (2016), os enunciados surgem de maneira dialógica e dialética, emergem de diferentes esferas de interação, e a constituição de cada um depende da organização de determinada esfera, ao mesmo tempo em que a referida esfera constitui e determina o enunciado. Esse enunciado, por sua vez, acaba por caracterizar determinada esfera, isso ocorre num processo dialético a partir da interação dialógica entre os sujeitos discursivos.

Medviédev (2012) ratifica o que postulou Bakhtin sobre a relação indissolúvel entre as esferas sociais e a produção de sentido dos enunciados. Para ele,

Não há significado fora da relação social de compreensão, isto é, da união e da coordenação mútua das reações das pessoas diante de um signo dado. A comunicação é aquele meio no qual um fenômeno ideológico adquire, pela primeira vez, sua existência específica, seu significado ideológico, seu caráter de signo. Todos os objetos ideológicos pertencem às relações sociais e não à utilização, à contemplação, à vivência e ao deleite hedonista individuais (Medviédev, 2012, p. 50).

Essa confluência entre as relações sociais e a significação dos enunciados concretos, vindos das esferas sociais, adquirem significado ideológico. Ou seja, o sentido do enunciado enquanto fenômeno ideológico realizado nas interações sociais é construído nessa dinâmica social, a qual se torna histórica.

Em conformidade a isso, uma das esferas da atividade humana que se constitui por meio da linguagem e se materializa em variados enunciados é a esfera educacional. Os

enunciados como Projeto Político Pedagógico, plano de ensino, aula etc., refletem as finalidades da esfera educacional. Embora o enunciado BNCC advenha da esfera legislativa, visto ser um documento oficial, ele parametriza, organiza e determina as práticas da esfera educacional. Portanto, a BNCC é um enunciado concreto que surge na esfera legislativa e adentra a esfera educacional como princípio organizador dessa esfera, por definir diretrizes do que deve ser ensinado nas escolas brasileiras, em todas as etapas da educação básica.

Além do mais, é um enunciado que apresenta concepções ideológicas sobre o ensino e sobre a educação de distintas vozes sociais, uma vez que a construção desse enunciado se deu de maneira social e colaborativa. Por isso, ao longo da construção do enunciado BNCC, a dialogia e a dialética social foram determinantes na produção do enunciado caracterizado como versão final.

Ideologia e Linguagem na constituição dos sujeitos sociais inseridos na esfera educacional

A compreensão ideológica da linguagem postula que os sentidos são estabelecidos na interação discursiva, de forma que a valoração das coisas e da ideologia está intrinsecamente relacionada com as atividades sociais dos sujeitos. Dessa forma, Volóchinov afirma no livro *A palavra na vida e a palavra na poesia* que “ideologia é todo o conjunto de reflexos e refrações no cérebro humano da atividade social e natural, expressa e fixada pelo homem na palavra, no desenho artístico e técnico ou em alguma outra forma sígnica” (Volóchinov, 2019, p. 243).

Conforme mencionado na introdução desta parte, a linguagem é inerente às práticas sociais, além de atribuir sentidos e valores que organizam as relações humanas socialmente, as quais já possuem relativos sentidos construídos historicamente. Dito isso, para se compreender como esses sentidos já construídos se instauram e de quais relações eles surgem, utilizamos a análise sociológica marxista que busca na economia e nas divisões de classe da sociedade, determinadas pelas relações de trabalho, analisar como esses elos influenciam outras esferas sociais como a política, a educação, a ciência, as religiões etc.

Desse modo, a estrutura ou a base da sociedade seria tudo aquilo que é imediato relativo ao trabalho e à economia, toda prática que é inerente à sobrevivência humana; e tudo aquilo que essas esferas refratam designam as superestruturas ideológicas: política, religião, ciência, arte, educação. Quer dizer que a estrutura e as superestruturas se relacionam de modo

intrínseco, o que significa que a materialização discursiva de um sujeito, dentro de um contexto, revela posturas ideológicas das superestruturas a partir de sua condição na base, uma vez que a posição do indivíduo na sociedade de classes determina a sua consciência ideológica.

Essa compreensão da linguagem como ideológica e dialógica é defendida por Volóchinov no livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, no qual o autor estabelece que

a ideologia não é uma formulação da consciência, mas, ao contrário, a ideologia forma, constitui a consciência por meio de sua realidade material, isto é, dos signos ideológicos. Esses signos ideológicos, por sua vez, são constituídos no processo de interação social em que os interesses das diversas classes sociais direcionam o processo de construção das representações materializadas na palavra (Volóchinov, 2018, p. 55).

Portanto, a ideologia só se constitui na interação social, pois os signos ideológicos só revelam e produzem sentidos no processo interacional e estão intimamente relacionados com as classes sociais em que os indivíduos estão inseridos. Desse modo, a interação discursiva no diálogo ocorre de modo primário ou secundário, conforme propõe Bakhtin,

os enunciados são materializados na forma de gêneros do discurso e podem se realizar de modo primário ou secundário. Dessa maneira, os gêneros primários acontecem na realidade concreta e imediata da vida real. Já os secundários incorporam os primários e os reelaboram numa complexidade relativa ao campo a que pertencem, como por exemplo as formas jurídicas, a literatura, uma vez que “essa diferença entre os gêneros (ideológicos) primário e secundário é importante para se descobrir a natureza do enunciado, se analisando as duas modalidades. A relação mútua dos gêneros primários e secundários, o processo de formação histórico dos secundários reflete a natureza do enunciado (a relação entre linguagem e ideologia e linguagem e visão de mundo)” (Bakhtin, 2016, p. 15-16).

Para o autor, as formas da língua, sejam nos gêneros primários ou secundários, se tornam signos ideológicos dotados de sentido e são responsáveis pela formação da consciência individual. Esse é um processo dinâmico e de difícil apreensão, visto que a interação discursiva ocorre em fluxo contínuo. Então, a todo momento, as formas da língua são utilizadas e os signos constituem sentidos, os quais podem ser reelaborados e ressignificados a partir de diferentes situações ou contextos de comunicação. E são, ao mesmo tempo, internalizados pelos indivíduos para estabelecerem a consciência ideológica individual, num processo intersubjetivo.

Conforme aponta Volóchinov, a ideologia que forma a consciência dos sujeitos discursivos se materializa no uso da palavra e os signos ideológicos se constituem no processo

de interação social desses sujeitos que estão inseridos em diferentes classes sociais. A linguagem estrutura todo esse dinâmico jogo de organização da interação e da consciência, além de demonstrar as valorações ideológicas existentes em um enunciado materializado em determinado contexto. Dada a complexidade e dinamismo das operações dialógica e dialética, muitas vezes o sujeito discursivo não tem compreensão desse processo ou de que sua própria consciência individual é adquirida sempre na relação com o outro.

Quando os sujeitos discursivos se inserem na esfera educacional, sendo uma esfera que objetiva auxiliar os sujeitos a desenvolverem suas potencialidades humanas do conhecimento sobre si e sobre o mundo, há uma maior possibilidade de tomarem consciência desse processo de inter-relação em que a linguagem exerce papel fundamental e influente sobre a constituição de suas consciências. Assim, é possível, a partir dessa compreensão, concluir em quais posicionamentos ideológicos estão inseridos, bem como conhecer a que classe social pertencem na base da sociedade.

Ao pensar que o sujeito inserido na esfera educacional será capaz de compreender tais processos, podemos observar como o ensino formal da linguagem nessa esfera é preponderante para a tomada de consciência sobre a discursividade que o envolve enquanto ser empírico que reside e atua no mundo. Isso posto, entende-se que a esfera educacional é permeada por diferentes objetos de estudo que visam possibilitar aos sujeitos a compreensão sobre os variados processos que acontecem no mundo físico por meio do que é nomeado como disciplinas, as quais separam o conhecimento em esferas sociais, uma delas se volta especificamente ao uso da linguagem, denominada disciplina de Língua Portuguesa (LP). Desse modo, a próxima seção aborda o ensino de LP como disciplina da educação básica convencionalizada por uma padronização formal na educação brasileira.

O ensino de Língua Portuguesa na perspectiva dialógica

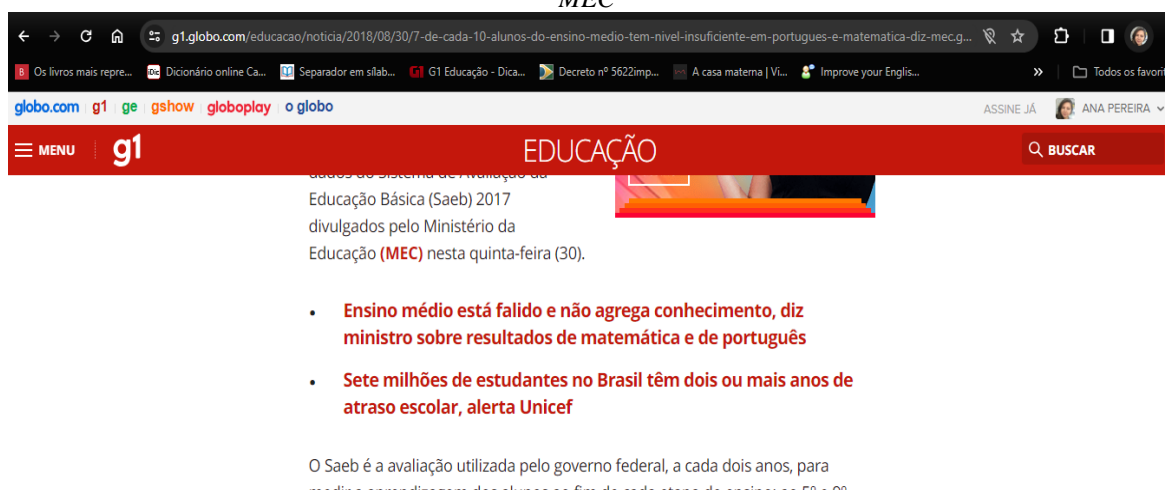
A Língua Portuguesa é compreendida como disciplina no âmbito do processo educacional formal durante todo o ensino básico regular que acontece em três fases: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, essa última fase é a etapa final do ensino básico regulamentado e parametrizado por documentos oficiais que definem todos os processos e práticas nele realizados. Dessa forma, os documentos apontam uma determinada concepção ou postura ideológica sobre a forma como a LP deve ser trabalhada em todas as

etapas. Ademais, direcionam os conteúdos, as metodologias e as avaliações que são considerados necessários à formação integral do sujeito inserido dentro da esfera educacional.

Isso posto, a partir de uma série de leituras e discussões teóricas compreendemos que há variados discursos que se referem ao ensino de LP no Ensino Médio. Tais discursos se apresentam de forma direta e indireta e procedem tanto do interior da esfera educacional quanto de outras esferas sociais, são materializados em enunciados normativos dos documentos oficiais como a BNCC e, anteriormente, nos PCNs, em enunciados que respondem ativamente aos documentos oficiais como planos de ensino da disciplina e planos de aula; e, sobretudo, em enunciados oriundos de outras esferas como a jornalística, materializados nos gêneros reportagem e notícia; ou, ainda, enunciados da esfera política, materializados nos gêneros projeto de lei, emendas constitucionais; e, da esfera econômica, que se materializam sob dados, gráficos e artigos que são apresentados em relação à educação.

A título de exemplificação, apresentamos como um enunciado da esfera jornalística se relaciona discursivamente com o enunciado da esfera educacional. Em agosto de 2018, a empresa de jornalismo Globo, por meio do portal digital de notícias nacionalmente conhecido no Brasil e denominado de G1, que tem uma seção denominada Educação, trouxe a seguinte notícia sob o título: “7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC”¹¹. Além dessa manchete, no interior da notícia há mais dois enunciados que se referem ao Ensino Médio, conforme pode ser observado na tela abaixo.

Figura 1 – Notícia: 7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC



¹¹ Enunciado extraído do site de notícias G1, que pode ser acessado em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/08/30/7-de-cada-10-alunos-do-ensino-medio-tem-nivel-insuficiente-em-portugues-e-matematica-diz-mec.ghtml>. Acesso em: 03 de maio de 2024

Fonte: G1.globo.com

O enunciado apresentado se insere na esfera jornalística, apresenta discursos valorativos sobre os sujeitos concluintes da última etapa da educação básica, o Ensino Médio. Observemos que esses discursos partem da esfera jornalística, materializados sob a forma de uma notícia, mas estão profundamente correlacionados com a esfera educacional, não apenas pelo conteúdo temático que aborda a notícia, mas também por mencionarem quem profere tais enunciados, demonstrando a origem da enunciação. Nesse caso, não é o portal de notícia que enuncia e sim o MEC, o Ministério da Educação, órgão governamental responsável por gerir e implementar políticas públicas relacionadas à educação básica brasileira.

Conforme podemos observar, os enunciados materializados na notícia apresentam discursos sobre o ensino no Ensino Médio e, indiretamente, sobre o ensino de Língua Portuguesa no país, revelando um posicionamento valorativo negativo sobre o desenvolvimento das habilidades linguísticas dos sujeitos inseridos nesse contexto educacional. Essas habilidades linguísticas referem-se ao ensino formal do português padrão ensinado nas escolas, e não às variantes do idioma que não possuem prestígio social, o que demonstra como a língua desempenha um papel nas engrenagens que movimentam as classes sociais. Como esse enunciado se materializa numa notícia, ele abrange tanto os sujeitos inseridos nas práticas sociais educacionais quanto aqueles que não se inserem. Portanto, esses enunciados podem suscitar outros enunciados responsivos a eles, concordantes e/ou discordantes, sem que haja uma análise da cadeia discursiva e uma reflexão aprofundada dos discursos neles contidos.

Nessa situação, para analisar os sentidos dos discursos contidos nesse enunciado, observamos os termos: *insuficiente*, *falido*, *não agrega* e *atraso*. Esse conjunto de palavras que estruturam o discurso dos enunciados apresentados já possuem relativa estabilidade de sentido negativo construído socio-historicamente ao apontar para uma valoração negativa, são termos que expressam negatividade daquilo a que se referem, o que suscita questões como: que habilidades de leitura estão sendo consideradas? Quais habilidades de escrita estão sendo consideradas? O que é considerado como texto? Os textos escritos em mensagens mediadas por plataformas tecnológicas são considerados textos? A leitura de artigos que aparecem em redes sociais são textos? Ou apenas a leitura de obras canônicas está sendo considerada nessa avaliação? O que é considerado como insuficiência em português e matemática? Essa insuficiência parte de quais instrumentos avaliativos?

Ademais, somam-se ainda vários outros questionamentos, como: Esses instrumentos avaliativos levam em consideração as peculiaridades regionais, culturais, econômicas dos indivíduos? E como os sujeitos inseridos nas práticas educacionais se relacionam com tais enunciados? O que seria um Ensino Médio falido? Será realmente que os 3 anos de duração do ensino médio em nada agregam ao conhecimento dos alunos? Por que a utilização do termo falido, termo atribuído historicamente e popularmente conhecido da esfera econômica, ao invés de fracassado, por exemplo? Quais as unidades de média estão sendo consideradas para afirmar que os sujeitos inseridos nas práticas educacionais estão em atraso escolar? Todas essas indagações sobre os discursos que emergem desses enunciados exemplificam a metodologia que busca as conexões entre esses enunciados no âmbito do discurso e como eles são determinantes para a estruturação de relações educacionais, econômicas, políticas, sociais e culturais.

Nessa ordem de pensamento, cabem as reflexões de Volóchinov (2019) que aludem para o fato de que a língua irrompe do interior das práticas sociais relativas às esferas sociais nas quais os sujeitos se inserem, e a linguagem alicerça a compreensão que os indivíduos têm do mundo a partir dessas práticas. Sendo assim, a forma como os indivíduos compreendem o mundo e a si mesmos está diretamente ligada à forma como estão inseridos dentro dessas práticas. Essa compreensão de si e do mundo expressa na/pela linguagem é ideológica, conforme propõe o campo dos estudos bakhtinianos.

Sob esse viés, a proposta de ensino de LP no Ensino Médio, preconizada no enunciado BNCC, é analisada com embasamento nesses postulados teóricos que compreendem a linguagem como ideológica e elementar na estruturação das relações sociais e, conseqüentemente, na organização das práticas sociais. Para analisarmos essa intrínseca relação entre as organizações sociais e a linguagem, nos embasamos em Medviédev (2012), o qual aponta que

Os fundamentos dessa ciência das ideologias foram profunda e solidamente alicerçados no marxismo, que formulou uma definição geral das superestruturas ideológicas, de suas funções na unidade da vida social, de suas relações com a base econômica e, em parte, também da relação interna entre elas (Medviédev, 2012, p. 43)

O autor não aponta a relação da linguagem com as organizações sociais e sim a relação das organizações sociais com as superestruturas ideológicas a partir da teoria sociológica marxista. No entanto, utilizamos as concepções estabelecidas por Medviédev (2012),

considerando que as ideologias se materializam nos discursos quando verbalizados (orais ou escritos) nos enunciados provenientes das interações sociais de que os sujeitos fazem parte.

Outra compreensão necessária é entender o processo de interação verbal a partir da concepção de que “toda compreensão é dialógica” (Volóchinov, 2018, p. 63). Isso significa dizer que numa dada interação verbal, dentro de uma esfera social, a capacidade de concordar ou discordar dos signos ideológicos já instituídos e materializados pelas formas da língua, compreendidas como enunciados, só acontece porque houve um processo de internalização de outros signos ideológicos derivados de outras interações verbais em outras esferas que produzem a consciência apta a participar dialogicamente de uma nova interação verbal. Dessa maneira,

todo signo surge entre indivíduos socialmente organizados no processo de sua interação. Portanto, as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação. A mudança dessas formas acarreta uma mudança do signo. Acompanhar a vida social do signo verbal deve ser uma das tarefas da ciência das ideologias (Volóchinov, 2018, p. 109-110).

Para o autor, a organização social e a interação determinam as formas dos signos. Logo, os signos sofrem alterações a partir das mudanças interacionais e organizacionais da sociedade, em um processo de refração. Desse modo, a sociedade contemporânea na qual estamos inseridos, advinda de um processo milenar de organização, já apresenta uma relativa estabilização de determinados signos ideológicos em relação as suas esferas sociais constitutivas, como por exemplo, o signo falido utilizado acima no enunciado exemplar.

Esse signo já está relativamente estabilizado dentro da esfera econômica e utilizar esse termo para se referir à esfera educacional designa uma marcação ideológica com efeito de sentido negativo, obviamente, mas que mantém relação discursiva com a esfera econômica, dado o processo histórico em que esse signo relativamente se estabilizou na referida esfera. Assim, os signos ideológicos, materializados na forma de enunciados extraídos das esferas política e econômica relacionadas aos discursos sobre o ensino de LP no Ensino Médio, foram analisados a partir de determinada constituição valorativa em relação às esferas de onde emergem e às possíveis interações discursivas entre esses enunciados.

Conforme discussão já pautada, a sociedade é um sistema complexo de organizações sociais já instituídas e os enunciados que emergem de dentro dessas organizações são compostos por signos ideológicos que somente produzem sentido no processo interacional. Para tanto, é necessário compreender a natureza do enunciado, que para Bakhtin (2016) é o

emprego concreto da língua, seja oral ou escrito. Conseqüentemente, um enunciado é abarcado como um todo pela maneira como é compreensível e não pela sua extensão, é a unidade real da comunicação discursiva.

Para Bakhtin (2016), os enunciados se relacionam de modo que estão sempre respondendo a outros enunciados e a materialização discursiva de um enunciado pressupõe uma resposta, tudo isso configurado na interação discursiva entre os falantes. Desse modo, o autor postula que

toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo, é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é preche de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subseqüente resposta real e em voz alta” (Bakhtin, 2016, p. 25).

Destarte, com base na concepção dialógica, os enunciados se relacionam como unidades que podem ser compreendidas como contrapalavras responsivas ativas. Então, mesmo que não haja uma resposta verbal (oral ou escrita) a um enunciado, ele é passível de ser compreendido, confirmado, refutado, confrontado; tornando-se um elo na cadeia discursiva real da comunicação. Em vista disso, identificamos enunciados das esferas política e econômica que assumem uma ativa posição responsiva em relação ao enunciado BNCC, o qual faz parte da esfera educacional, e que apresentam uma posição de concordância ou discordância (total ou parcialmente) sobre o ensino de LP no Ensino Médio previsto na BNCC.

Portanto, o discurso se efetiva em sua dimensão dialógica em razão de seu caráter responsivo-ativo, ou seja, a possibilidade das relações linguísticas, discursivas e sociais residem na expectativa de compreensão e resposta-ação na cadeia comunicativa. É importante também compreender que a proposta da prática do ensino de LP é um processo social com alto teor de impacto na formação e consciência constitutiva dos indivíduos inseridos na esfera educacional. Por isso, observamos de que maneira os discursos da BNCC propõem as práticas do ensino dessa disciplina dentro da esfera educacional, e se as práticas propostas buscam impactar na formação dos sujeitos a partir das posturas ideológicas que estão contidas em seus dizeres.

Desse modo, a Análise do Discurso compreende a esfera educacional como atividade permeada pela linguagem, saturada de enunciados orais e escritos proferidos por sujeitos discursivos que integram essa esfera e várias outras. E há, ainda, discursos de outras esferas

sociais com enunciados que se apresentam como responsivos ativos concordantes ou discordantes em relação à esfera educacional. Isso, de certa forma, pode provocar uma postura conflitante entre a esfera educacional e as demais esferas organizacionais da sociedade, quando não observada a construção de determinados enunciados em relação à esfera de onde surgem e com quais discursos se relacionam.

Logo, essa análise discursiva considera a concepção dialógica da linguagem, conforme postulado por Bakhtin (2016), Medviédev (2012) e Volóchinov (2018). Esse dialogismo é a efetivação concreta, viva, real, singular e irrepetível do uso da língua numa singularidade responsiva ativa. Tal concepção dialógica da linguagem orienta a investigação nesta pesquisa.

Dessa maneira, todos os procedimentos, perceptíveis ou não, que organizam os discursos, demonstram o caráter dialógico da linguagem que assume as particularidades e a peculiaridade na relação discursiva. Cada manifestação discursiva enunciada surge como um posicionamento axiológico, isto é, como um conceito valorativo predominante em dada sociedade, que avalia cada momento e se posiciona perante ele, de acordo com os valores envolvidos e com a ideologia constituída.

Dessa forma, analisar enunciados significa observar a constituição dos fenômenos discursivos estruturados e reconhecer, na sua materialização, os procedimentos intertextuais ativados que revelam o caráter responsivo-ativo, caráter esse que reforça ou confronta concepções axiológicas e epistemológicas de determinada esfera social.

Portanto, é nessa acepção dialógica da linguagem que se fundamenta esta pesquisa, orientada pela linguagem materializada nos enunciados que se estabilizam por meio da utilização dos enunciados que foram cotejados para análise, os quais estabilizam as práticas sociais da esfera educacional. Assim, compreendemos que cada enunciado se individualiza nos planos vocabular, sintático e, sobretudo, semântico, mas também se relaciona com as outras unidades estilísticas, de outros enunciados, todas elas portadoras de visões de mundo diferentes, de modo que apresentam uma perspectiva complexa e divergente da sociedade.

Depois de esboçarmos a compreensão teórico-metodológica que conduziu este trabalho, de esmiuçarmos conceitos importantes para a compreensão das análises que serão apresentadas, passaremos agora à conceituação do objeto de análise desta pesquisa e a trajetória discursiva que culmina no surgimento do enunciado BNCC no fio discursivo da esfera educacional.

PARTE II

ENUNCIADO NORMATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC

Por que a BNCC é um enunciado concreto?

Nesta parte, pretendemos conceituar o objeto que deriva toda esta investigação: o enunciado BNCC. A partir da compreensão teórica apresentada na primeira parte, tomamos o enunciado como um todo discursivo, no qual podemos observar discursos que se instauram sobre a educação, especificamente sobre o ensino de LP no referido ciclo. Assim, os fragmentos a serem destacados aqui se relacionam com os objetivos e justificativa desta pesquisa.

A esse respeito, o enunciado, dentro da perspectiva dialógica bakhtiniana, é compreendido como a unidade discursiva que possibilita a comunicação entre os sujeitos que interagem nas mais variadas esferas discursivas. Essa compreensão do enunciado como unidade discursiva se refere tanto a enunciados produzidos no contato imediato da comunicação diária, a exemplo do diálogo cotidiano e conversas triviais na padaria ou pelo WhatsApp, quanto a enunciados mais complexos, tais como uma apresentação de trabalho de conclusão da graduação ou um romance universal, como Dom Quixote de La Mancha, do escritor Miguel de Cervantes.

Sendo assim, o enunciado enquanto unidade real da comunicação discursiva não está só organizado pelo código linguístico de uma língua que produz significação, tem também a capacidade de produzir sentido que revela discursos valorativos sobre aquilo que está sendo dito naquele determinado enunciado. Além de estabelecer relações discursivas com enunciados aos quais ele está respondendo, o enunciado também suscita respostas e provoca o aparecimento de outros, pois sua materialização sempre ocorre na interação entre sujeitos sociais dentro de um contexto e gera sentidos que estimulam a eclosão de novos enunciados. Eles se constituem como elos de uma correnteia de transmissão ininterrupta, conforme aponta Bakhtin:

todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. Os próprios limites do enunciado são determinados pela alternância dos sujeitos do discurso. Os enunciados não são indiferentes entre si nem

se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. Todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Todo enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra "resposta" no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição *definida* em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto etc. (Bakhtin, 2016, p. 57).

Em conformidade com o conceito de enunciado postulado por Bakhtin, compreendemos que a BNCC é um enunciado concreto. Para o autor, todo enunciado possui conteúdo temático, estilo de linguagem e construção composicional relativamente estáveis em relação a esfera do qual emerge. Além disso, o enunciado apresenta uma certa conclusibilidade que possibilita compreender que um enunciado deriva de outros e provoca o surgimento de outros novos.

Além disso, a BNCC é um enunciado concreto, pois emerge de um contexto histórico e social específico, atendendo a uma demanda social e cultural vigente. Estabelece diretrizes e parâmetros para a reflexão sobre o ensino no presente, levando em consideração os recursos disponíveis na contemporaneidade. Além disso, estabelece um elo na cadeia de comunicação discursiva do campo educacional, materializando-se como um enunciado relativamente estabilizado. Isso é evidenciado pelas características estilísticas, temáticas e de construção dos enunciados que precedem a BNCC, com os quais ela mantém relações dialógicas, especialmente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Essa constatação está nas apresentações de ambos os enunciados ao caracterizar a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:

Este documento tem como finalidade delimitar a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, dentro da proposta para o Ensino Médio, cuja diretriz está registrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e no Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº 15/98. As diretrizes têm como referência a perspectiva de criar uma escola média com identidade, que atenda às expectativas de formação escolar dos alunos para o mundo contemporâneo. O respeito à diversidade é o principal eixo da proposta e, para a área, não poderia ser diferente: as indicações deste documento procurarão ser coerentes com os princípios legais (Brasil, 2000, p. 4).

A Base Nacional Comum Curricular da área de Linguagens e suas Tecnologias busca consolidar e ampliar as aprendizagens previstas na BNCC do Ensino Fundamental nos componentes Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa – observada a garantia dos direitos linguísticos aos diferentes povos e grupos sociais brasileiros. Para tanto, prevê que os estudantes desenvolvam competências e habilidades que lhes possibilitem mobilizar e articular conhecimentos desses componentes simultaneamente a dimensões socioemocionais, em situações de

aprendizagem que lhes sejam significativas e relevantes para sua formação integral. Tal organização responde a um conjunto de documentos e orientações oficiais (como as DCNEM e a Lei nº 13.415/2017) e dialoga com as contribuições da pesquisa acadêmica e de currículos estaduais já construídos no País. Nessa direção, considera os fundamentos básicos de ensino e aprendizagem das Linguagens, que, ao longo de mais de três décadas, têm se comprometido com uma formação voltada a possibilitar uma participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens (Brasil, 2018, p. 481).

Nos enunciados extraídos do enunciado PCN anterior (numa cadeia cronológica) ao enunciado BNCC, verificamos que eles estabelecem relações dialógicas primeiramente por emergirem da mesma esfera. Como eles se manifestam a partir de um mesmo espaço, a natureza desses enunciados é semelhante em relação ao conteúdo temático, estilo e construção, ambos são enunciados (gêneros do discurso) categorizados como normativos determinantes das práticas relativas à educação. Em virtude disso, o conteúdo temático de um e outro conceitua, explicita e especifica as práticas de ensino que devem ser aplicadas com base em tais enunciados normativos referenciadores.

Além disso, as características estilísticas e de construção podem ser observadas no uso do presente do indicativo e na utilização de verbos no infinitivo que conferem a ambos os enunciados esse caráter de atemporalidade, haja vista serem enunciados que determinam a efetividade de ações não apenas quando surgem na cadeia discursiva, mas em linha temporal produzem sentidos que provocam o surgimento de outros enunciados muito tempo depois de seu aparecimento.

Podemos destacar também que as escolhas sintáticas e vocabulares demonstram que os dois enunciados fazem parte da esfera educacional. A predileção da ordem sintática direta na construção verbal evidencia uma maior clareza aos enunciados, visto que eles suscitarão outros que serão utilizados nas práticas efetivas da educação. Portanto, são enunciados que podem ser caracterizados como essencialmente compostos por construções sintáticas que priorizam a clareza, evitando ambiguidades e distanciando-se de construções calcadas na conotação linguística. E enquanto no enunciado PCN a construção sintática e a escolha dos vocábulos *respeito à diversidade* são colocadas como principal proposta educacional, no enunciado BNCC as escolhas lexicais foram *diferentes práticas socioculturais* como essenciais para a formação.

Desse modo, podemos considerar que os vocábulos *diversidade* e *socioculturais* se referem à mesma posição ideológica em que a educação, principalmente o ensino de LP, deve ser pautada no respeito às características e individualidades de cada sujeito ou grupo cultural. Ao considerar a linha temporal entre os enunciados, percebemos que a palavra *diversidade*

possibilitou diferentes sentidos no contexto educacional como o de reconhecimento e valorização de múltiplas culturas em uma sociedade que globalizada, assim como a palavra *socioculturais* produz sentidos que se referem à complexidade das dinâmicas sociais e culturais na contemporaneidade no contexto educacional. Ambos os enunciados são concordantes ao determinarem que o ensino precisa ser ancorado na pluralidade social e cultural dos sujeitos inseridos nas práticas educacionais.

Portanto, o enunciado BNCC é resposta que ecoa consoante ao enunciado PCN, que o antecede, e que o confirma enquanto posicionamento ideológico da esfera educacional para a área de linguagens, a qual sustenta que a aprendizagem da língua deve acontecer em diferentes práticas socioculturais, com um ensino linguístico pautado na diversidade social, cultural e, conseqüentemente, linguística.

Outro fator determinante para a comprovação da BNCC como um enunciado concreto na cadeia discursiva educacional é o fato de que a partir de sua homologação, em 2017, ela ocasionou o aparecimento de novos enunciados em materialidades discursivas diferentes, o que é reflexo do diálogo dentro da esfera educacional que suscita respostas de distintos sujeitos do discurso. Acerca disso, Bakhtin (2016, p. 35) explica: “como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras-enunciados: com aquelas às quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem; ao mesmo tempo, à semelhança da réplica do diálogo, ela está separada daquelas pelos limites absolutos da alternância dos sujeitos do discurso”.

Para corroborar com a compreensão do caráter dialógico do enunciado BNCC, ilustramos a seguir como ocorre a construção do elo discursivo entre os enunciados, como eles vão se constituindo como enunciados responsivo-ativo que irrompem de distintas materialidades discursivas e de diferentes esferas sociais, cujas particularidades composicionais distintas são intrinsecamente relacionadas à esfera de que emergem. Por isso, podem ser considerados como correias de transmissão (Bakhtin, 2011, p. 286) entre a história da sociedade e a história da linguagem por manterem relações discursivas que constituem uma dialogia.

Em função da propriedade dialógica que os enunciados vão estabelecendo no decorrer da história da sociedade, por corresponderem a diferentes esferas sociais e transitarem entre eles, é tarefa quase impossível encontrar o enunciado primeiro que desencadeou os demais enunciados dentro de uma cadeia discursiva. Sendo assim, os enunciados que induzem o aparecimento do enunciado BNCC são inúmeros, surgem de variadas materialidades discursivas tanto da esfera educacional quanto de outras esferas sociais. No entanto, podemos

considerar que o enunciado BNCC responde ativamente ao enunciado inscrito sob o gênero *portaria*, conforme demonstra a figura 2.

Figura 2 - Portaria que instituiu a Comissão para a elaboração da proposta da BNCC

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N 592, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Especialistas para a Elaboração da Proposta da Base Nacional Comum Curricular.

§ 1º A Comissão de Especialistas será composta por 116 membros, indicados entre professores pesquisadores de universidades com reconhecida contribuição para a educação básica e formação de professores, professores em exercício nas redes estaduais, do Distrito Federal e redes municipais, bem como especialistas que tenham vínculo com as secretarias estaduais das unidades da Federação.

§ 2º Participarão dessa comissão profissionais de todas as unidades da

Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/94124972/dou-secao-1-18-06-2015-pg-16>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

O enunciado apresentado na figura 2 emerge da esfera legislativa, é estruturado e circunscrito sob o gênero do discurso *portaria* que, ao ser materializado, possui características relativamente estáveis, tais como a padronização sintática e linguística dos enunciados do campo legislativo, a exemplo dos artigos, parágrafos e alíneas. Isso porque a forma padrão de uma língua e os verbos geralmente se encontram no presente do indicativo e no futuro do presente do indicativo pela função que esse enunciado tem, a partir dele algo será realizado, a portaria tem repercussão de sentido prático, pois fomenta enunciados que possuem características para determinar práticas e organização social com relação mútua. Nesse caso, podemos considerar que é a partir desse sentido prático que o enunciado *portaria*, ao determinar a criação de uma comissão de elaboração da BNCC, apresenta uma relativa conclusibilidade que permite que o enunciado BNCC seja responsivo-ativo ao enunciado portaria.

Tal característica se justifica pelo fato de que o enunciado BNCC foi homologado por meio de práticas sociais da esfera legislativa que confere aos próprios enunciados a confirmação de validação. Então, o enunciado BNCC adentrou a esfera educacional suscitando uma responsividade em relação aos postulados nele contidos, fazendo com que os sentidos provocassem alterações em práticas sociais da educação. Desse modo, as relações dialógicas com o enunciado BNCC partem da esfera educacional e também de outras, como o enunciado da figura 3, que apresenta uma contrapalavra responsiva-ativa emergente da esfera jornalística, materializada na reportagem.

Dessa maneira, o enunciado BNCC responde ativamente e concorda com o enunciado portaria, uma vez que a função de uma *portaria* é efetivar outros enunciados concordantes. Ademais, os construtos ideológicos relacionados à temática do enunciado *portaria* são praticamente os mesmos do enunciado responsivo, como no caso da BNCC. Por outro lado, esse novo enunciado pode suscitar outros com características ideológicas conflitantes, como a da reportagem da figura 3.

Figura 3 - Reportagem da Revista Veja sobre a alfabetização na BNCC

veja

RADAR RADAR ECONÓMICO POLÍTICA ECONOMIA SAÚDE MUNDO CULTURA PLACAR AGENDA VERDE ASSINE BUSCAR

Educação

Alfabetização na BNCC: mais um retrocesso na educação

Em países com sistemas educacionais razoáveis, a elaboração de programas de ensino segue um ritual. Aqui, criamos um ritual próprio, fadado ao fracasso.

Por João Batista Oliveira 14 dez 2017, 18h09

PUBLICIDADE

Anúncio fechado pela CRITEO

Denunciar este anúncio

Ad choices

Fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/educacao-em-evidencia/alfabetizacao-na-bncc-mais-um-retrocesso-na-educacao/>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Na figura 3, o enunciado trazido pela reportagem é um enunciado responsivo-ativo ao enunciado BNCC, e parte da esfera midiática e jornalística, estabelecendo um conflito ideológico ao considerar a base como um retrocesso em relação à alfabetização. Isso ocorre porque a palavra *retrocesso* adquire um sentido social de algo ultrapassado, que não apresenta melhorias. Em tese, esse enunciado acerca da alfabetização é totalmente conflitante com o

enunciado BNCC, uma vez que ele surge amparado pelo discurso de melhoria na educação em todos os níveis, inclusive na alfabetização.

Outros termos do enunciado que validam essa postura ideológica conflitante de que não haverá melhorias na alfabetização é *fadado ao fracasso*. Algo que é fadado está determinado, destinado; e, nesse caso, destinado ao fracasso e a não ter avanço significativo que demonstre melhorias para a alfabetização. Portanto, a construção ideológica desse enunciado, presente na reportagem publicada pouco tempo depois de a BNCC ter sido homologada, estabelece conflito ideológico entre a BNCC e produz sentido negativo de não progressão quanto à alfabetização.

Outra característica que produz um enunciado concreto real na comunicação discursiva é sua relativa conclusibilidade (Bakhtin, 2016, p. 30). Ou seja, a capacidade do enunciado de produzir sentidos que provoquem o aparecimento de novos enunciados que respondam a ele ativamente e de imediato ou em outro tempo, mas que mantém relações discursivas, especialmente ideológicas. Dessa forma, para além da linha temporal, o surgimento de um enunciado produz uma cadeia discursiva de enunciados anteriores e posteriores a ele. Conforme podemos observar na figura 4, o enunciado presente é uma reportagem que foi publicada 4 anos depois da homologação do enunciado BNCC e apresenta conteúdo sobre a implementação do enunciado BNCC que ainda está ocorrendo hodiernamente em todo território brasileiro.

Figura 4 - Reportagem de 2021 sobre a implementação da BNCC

The image shows a screenshot of a news article on the Nova Escola website. At the top, there is a navigation bar with the Nova Escola logo, a search bar containing the text 'Busque planos de aula, notícias, cursos e mais', and several menu items: 'Para se informar', 'Para aplicar em aula', 'Para se capacitar', and 'Mais', each with a dropdown arrow. A black 'ENTRAR' button is on the right. Below the navigation bar is a light blue banner with an information icon and the text: 'Este conteúdo é gratuito, entre na sua conta para ter acesso completo! Cadastre-se ou faça login'. The main content area has a breadcrumb trail: 'Compartilhe: Início > Jornalismo > Todas as etapas de ensino'. On the left, there are social media sharing icons for WhatsApp, Facebook, and Print. The article title is 'BNCC: como anda a implementação e quais são os próximos passos'. Below the title, there is a sub-headline: 'Documento de Educação Infantil e Fundamental completou três anos desde sua homologação e ainda tem desafios para superar por conta da pandemia'. The author is listed as 'Por Paula Salas Ana Paula Bimbatí' with the date '12/01/2021'. On the right side, there are buttons for 'IMPRIMIR' and 'BAIXAR PDF'. Below these, there are social media sharing icons for WhatsApp, Facebook, and Print. At the bottom right, there is a section titled 'Mais lidas da semana'.

Fonte: <https://novaescola.org.br/conteudo/20055/bncc-como-anda-a-implementacao-e-quais-sao-os-proximos-passos>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Portanto, podemos afirmar, em acordo com todas as características apresentadas até aqui, que a BNCC é um enunciado concreto na cadeia discursiva da esfera educacional e provoca o surgimento de novos enunciados dentro dessa esfera, tais como Projeto Político Pedagógico, planos de aula e outros. Para além disso, suscita o aparecimento de enunciados de outras esferas, em distintas materialidades discursivas, a mencionar as reportagens, entrevistas e conversas cotidianas sobre as alterações na educação brasileira. Tudo isso demonstra como a teoria apresentada pelos teóricos do círculo de Bakhtin fundamentam nossas reflexões e análises, considerando que a comunicação discursiva só ocorre por intermédio de enunciados numa cadeia ininterrupta de produção de enunciados com distintos sentidos.

A cadeia discursiva de enunciados que desencadearam o enunciado BNCC

A BNCC é compreendida, a partir dos estudos teóricos aqui arrolados, como um enunciado que se instaura em sociedade sob um gênero que se circunscreve como documento oficial, o qual emerge da esfera legislativa e adentra a esfera educacional como um todo discursivo dotado de sentido regulamentador das práticas que subjazem a essa esfera. Com base nisso, os subtítulos apresentados nesta parte discorrem sobre os enunciados que originam e os que antecedem a culminância do enunciado BNCC numa linha temporal.

Conforme Bakhtin (2016), é necessário entender o contexto no qual determinado enunciado está inserido e as relações sociais que se materializam a partir dele. Nesse sentido, o enunciado BNCC emerge da esfera legislativa como um documento de caráter normativo, estabelecendo diretrizes principais na organização da esfera educacional, haja vista ser o enunciado BNCC o parâmetro a ser seguido em todas as unidades escolares do território brasileiro a datar de 2018. Ele regula e determina a organização das etapas escolares, bem como os conteúdos a serem trabalhados em cada ciclo da educação básica.

Frente a isso, a primeira questão que levantamos é sobre o surgimento do enunciado BNCC. Sabemos que um enunciado não se manifesta em sociedade de modo natural e despretensioso, o surgimento de qualquer enunciado está imbricado em relações discursivas. Portanto, o enunciado BNCC não surge espontaneamente do nada e sem significado ou relevância social. Ele advém de um contexto em que a discussão sobre a reformulação do ensino para melhorias estava acontecendo e se coloca como uma medida necessária para uma reformulação da educação básica. Porém, mesmo com um novo nome, esse enunciado traz

ressonâncias de enunciados que o antecedem, principalmente do enunciado PCN e enunciado Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, lei n.º 9394/96.

O enunciado BNCC é, então, uma resposta a enunciados que apareceram em variadas esferas sociais e que classificam a educação com diversas avaliações axiológicas valorativas. Dentre essas avaliações axiológicas valorativas em relação ao ensino no Brasil, o discurso de melhorias no ensino básico e a urgência de mudanças foram amplamente utilizados como justificativas para o surgimento do enunciado BNCC¹². Nesta parte, apresentamos alguns desses ditos que se instauram na discursividade social e mobilizam variados discursos que provocaram o contexto social brasileiro, culminando na origem do enunciado BNCC.

É preciso que se compreenda, ainda, que nenhum enunciado surge dentro de um contexto social e histórico de modo aleatório e transparente. Um enunciado é sempre uma resposta ativa a outro ou outros enunciados e, justamente por isso, traz em sua constituição ecos desses enunciados com os quais estabelece inter-relação. Além disso, esse novo enunciado apresenta axiomas valorativos que concordam e ampliam posicionamentos de enunciados anteriores ou refutam e discordam deles. De modo que, essa necessidade de demonstrar a relação entre o enunciado elencado para análise com os enunciados com os quais mantém relações dialógicas é importante para observar as concordâncias e discordâncias em relação às valorações ideológicas que cada um apresenta.

Essas valorações ideológicas partem da infraestrutura, ou seja, da base da sociedade e se materializam na superestrutura e na condição de ideologias. Uma vez manifestadas a partir da interação entre os sujeitos, sofrem influências quando entram em contato dialógico com outras, o que induz a alterações na infraestrutura. Conforme aponta Volóchinov,

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também *se refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classes(...)* o problema da relação entre a infraestrutura e as superestruturas. (...). O estudo do signo lingüístico permite observar mais facilmente e de forma mais profunda a continuidade do processo dialético de evolução que vai da infra-estrutura às superestruturas. (Volóchinov, 2018, p. 46)

De acordo com o teórico, a relação entre a infraestrutura e a superestrutura se constitui numa relação dialética, na qual a formulação da superestrutura está condicionada à infraestrutura, e as alterações na base só ocorrem a partir da superestrutura. Desse modo, a

¹² Entre 28 de março e 01 de abril é realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE), com a presença de especialistas para debater a Educação Básica. O documento fala da necessidade da Base Nacional Comum Curricular, como parte de um Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/> acessado em 10 de julho de 2024.

infraestrutura da sociedade se estabelece a partir do trabalho e da economia, conforme postulados marxistas sobre a organização da sociedade. Assim, é necessário observar a relação daquilo que se efetiva na superestrutura educacional, enquanto discursos reguladores dessa esfera, e também se o vínculo com a infraestrutura é de manutenção da determinada superestrutura ou se há indícios de movimento de mudança na superestrutura social.

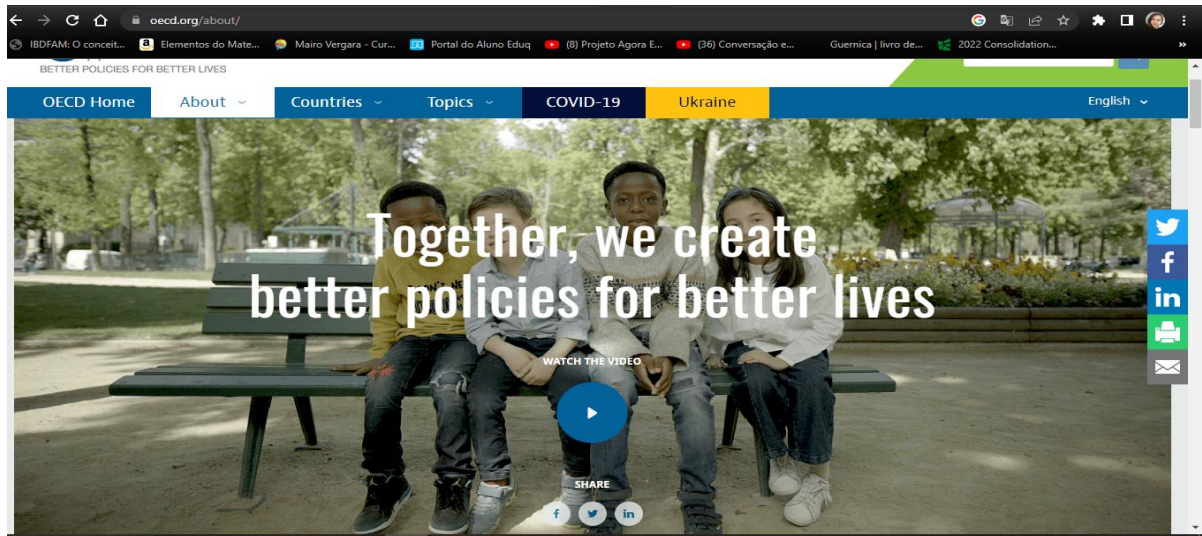
Acerca do enunciado BNCC, sua origem está na superestrutura política da sociedade, conforme portaria 592 de 17 de junho de 2015 apresentada nessa seção, com discurso fortemente marcado por uma necessidade de criação de uma base nacional (ver nota de rodapé nº 13). Mas afinal, naquele contexto, o que efetivamente precisava ser melhorado na educação básica? Quais os enunciados discursivos que argumentavam por essa melhoria e afirmavam a necessidade de um documento balizador? Há inúmeros enunciados que podem ser trazidos a essa discussão para responder a esses questionamentos e traçar um caminho discursivo que resulta no aparecimento do enunciado BNCC. Aqui, no entanto, por questões de recorte, elencaremos apenas alguns enunciados que podem ser compreendidos como respaldo dos discursos ideológicos que argumentaram a favor da necessidade urgente de mudanças na educação básica brasileira.

Um dos discursos que desencadeou o surgimento do enunciado BNCC está materializado em enunciados de dados estatísticos que surgem mediados pela plataforma digital da OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development – Organização para economia, cooperação e desenvolvimento, em uma tradução literal. Conforme pode ser observado na figura 5, a OECD é uma organização internacional que trabalha para construir melhores políticas para melhores condições de vida.¹³

Essas políticas são pensadas a partir de avaliações internacionais que mensuram educação, economia, qualidade de vida, clima, agricultura, desemprego, corrupção, saúde, investimento, dentre outros requisitos, da maioria dos países do globo que fazem parte dessa organização (OECD). À medida que são feitas as avaliações, são apresentadas escalas comparativas sobre todos os tópicos mensurados em cada país. Há categorias que a OECD adota como parâmetro para a aplicabilidade dessas avaliações e a avaliação de cada país. Aqui, abordamos apenas as avaliações que se referem à categoria da educação, uma vez que essa categoria irá impulsionar discursos sobre a educação do mundo e, especificamente, do Brasil, gerando enunciados diversos.

¹³ Tradução do trecho “The Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) is an international organisation that works to build better policies for better lives”, que pode ser acessado pelo site: <https://www.oecd.org/about/>. Acesso em 03 de maio de 2024.

Figura 5 - Sobre a Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD

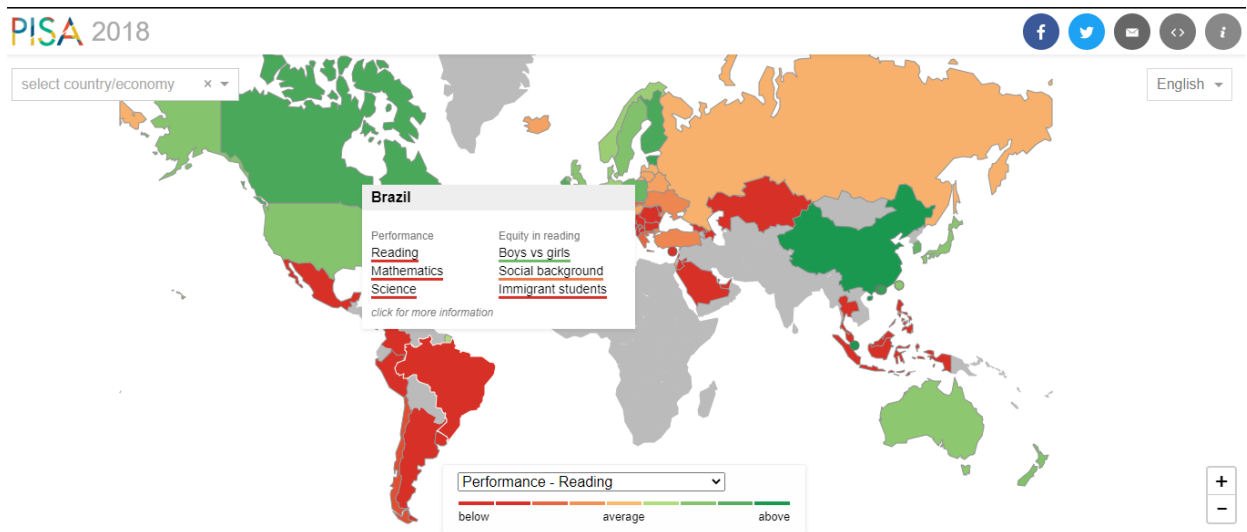


Fonte: <https://www.oecd.org/about/>. Acesso em: 03 de maio de 2024

Conforme apresentado, a OECD avalia diversas esferas sociais nos quais os sujeitos estão inseridos e mensura a qualidade de vida desses cidadãos a partir das avaliações que classificam numa escala de ranking numérico cada um especificamente. Dessa forma, uma das esferas avaliadas pela OECD é a esfera educacional. Dentre as avaliações que a OECD utiliza para realizar a mensuração da educação dos países, a que destacamos como impactante em mudanças sociais pelo mundo, e que provoca o surgimento de enunciados responsivos a ela, como a BNCC, é a avaliação educacional denominada de PISA – Programme for International Student Assessment – Programa de Avaliação Internacional de Estudantes, em tradução literal.

Nessa perspectiva, um dos enunciados estabelece uma inter-relação com o enunciado BNCC que são os de caráter comparativo que surgem a partir da avaliação do PISA. Trata-se de um programa da OECD que mensura as habilidades e conhecimentos dos estudantes, na faixa de 15 anos, em leitura, matemática e ciência e a aplicabilidade na vida real, no dia a dia; enfim, nos desafios da vida contemporânea.

Figura 6 - Mapa do PISA 2018 em relação à leitura, matemática e ciência nos países da OECD



Fonte: <https://www2.compareyourcountry.org/pisa>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Em conformidade à figura 6, os países membros da OECD, avaliados no PISA de 2018 e destacados em vermelho no mapa acima, obtiveram resultado abaixo da média esperada em comparação aos demais. Os países que estão em tons mais claros se mantiveram na média, e os que estão em verde se apresentaram acima da média. Como essa avaliação classifica a leitura e o intuito desta pesquisa é analisar o ensino de LP no Ensino Médio, pode-se observar que esse enunciado emergente de um quadro comparativo mundial pode ter impulsionado o aparecimento de enunciados com discursos de necessidade de melhoria da educação brasileira, dando origem ao enunciado BNCC.

Outro fator que acreditamos estabelecer inter-relação entre os enunciados produzidos pelo PISA e o surgimento da BNCC é que a avaliação é trienal e aplicada a estudantes na faixa etária de 15 anos. Geralmente, no Brasil, os alunos nessa faixa de idade estão principiando o Ensino Médio. Em vista disso, o discurso apresentado no enunciado circunscrito sob o gênero relatório, especificamente o relatório do PISA sobre a educação do Brasil de 2015, pode ser compreendido como um enunciado propulsor do discurso sobre a melhoria da educação básica e argumento fundamentado em dados comparativos mundiais para justificar a necessidade de surgimento do enunciado BNCC.

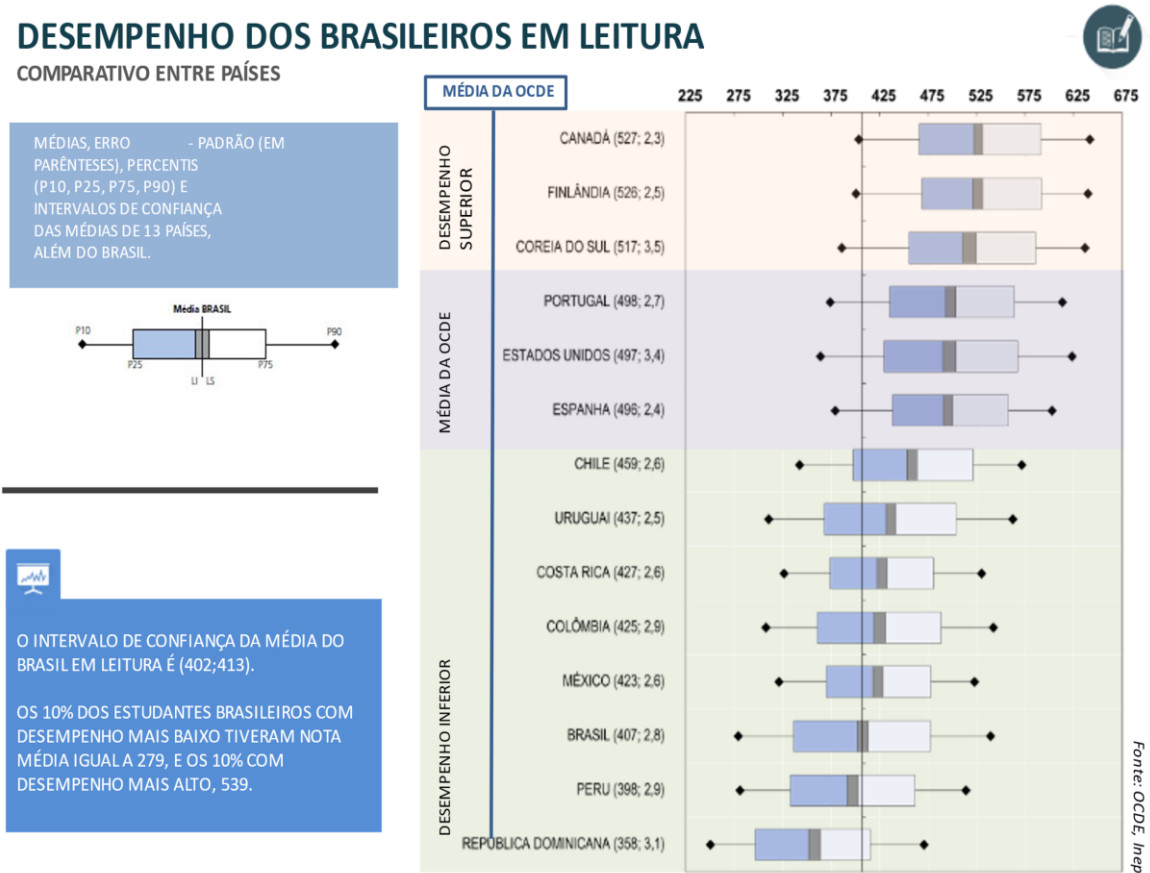
Nesse viés, esta pesquisa, propomos uma investigação acerca de como é previsto na BNCC o ensino de LP no Ensino Médio, leva em consideração a proposta de atividade linguística de leitura que deve ocorrer na prática efetiva dessa disciplina, em sala de aula, e sua relação com a avaliação de leitura proposta no PISA. Como reflexo disso, os enunciados que

surgiram a partir do resultado do PISA de 2015 originaram outros dizeres com discursos educacionais que impulsionaram o surgimento da BNCC.

Por isso, nos embasamos no enunciado de definição apresentado pelo PISA sobre o conceito de leitura para estabelecer a conexão entre essa avaliação mundial e o desencadeamento dos enunciados oriundos do relatório do PISA de 2015, responsáveis pelo aparecimento do enunciado BNCC. O Pisa 2015 apresenta a seguinte definição de letramento em leitura: “o letramento em leitura refere-se à compreensão e utilização dos textos escritos, bem como à capacidade de o contato com estes suscitar reflexão e envolvimento, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver conhecimento e potencial, assim como participar da sociedade” (OCDE, 2016a, p. 18).

Entretanto, de acordo com o relatório do PISA, os índices de proficiência em leitura no Brasil estavam abaixo do esperado quando considerada a média dos países membros da OECD. Conforme apresentado no sumário executivo do relatório de 2015 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – “o escore médio dos estudantes brasileiros de 15 anos na avaliação de leitura foi de 407 pontos”, valor significativamente inferior à média dos estudantes dos países membros da OCDE (493). Abaixo, a figura 7 demonstra o comparativo entre os países que fazem parte da OECD quanto à avaliação do letramento em leitura.

Figura 7 - Gráfico comparativo entre os países da OECD em relação à leitura



Fonte:

https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2016/pisa_brasil_2015_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Consoante ao gráfico apresentado na figura 7, o desempenho do Brasil na proficiência em leitura, no ano de 2015, se apresentava muito abaixo da média da OECD em comparação a países como Finlândia e Canadá. E esse é um fator que pode ter provocado o desencadeamento de enunciados que reafirmavam a necessidade de mudanças na educação básica brasileira para a melhoria da proficiência em leitura que pudesse atingir a meta dessa avaliação internacional.

Por outro lado, se considerarmos a média trienal, conforme pode ser observado na figura 8, não foi somente na avaliação de 2015 que a proficiência em leitura dos estudantes brasileiros ficou abaixo da média. Na verdade, na avaliação de 2015, a média se manteve a mesma da avaliação de 2012. Se observarmos, de fato, o desempenho histórico dessa avaliação, há uma oscilação de aumento e queda da média entre os anos 2000 e 2015. Por isso houve rapidez em criar um documento regulamentador da educação básica para que fosse

analisado e aprovado com urgência, tendo a BNCC sua primeira versão e homologação dentro de um período de apenas quatro anos.

Contudo, esse argumento respaldado no enunciado do relatório PISA 2015 não se sustentava, uma vez que o Brasil estava abaixo da média em comparação aos outros países, mas se mantinha na mesma média da avaliação do triênio anterior. Conforme confirma Mendonça (2020) em uma entrevista de 2020, o discurso que os gêneros jornalísticos apontam em relação à avaliação do PISA podem demonstrar críticas bastante negativas em relação à educação brasileira, mas que

dependendo de como é divulgado, esse resultado do PISA pode esconder alguns aspectos que são importantes na educação, pensando no ensino de Língua Portuguesa, especificamente, que é o que dá para eu falar. Quero dizer que existem aspectos que ficam escondidos nessa discussão e que minimizam as ações nossas nesses anos todos no Brasil, em relação à educação. Nessa matéria, temos o título – “Pisa: Brasil tem leve melhora em prova mundial, mas 4 em 10 alunos não aprendem o básico”. A matéria diz que “o Brasil é uma das nações que possui maior diferença de desempenho entre estudantes ricos e pobres”. Isso é um indício pra nós de que o problema não são só, exatamente, as questões de ensino. Há uma grande diferença de desempenho de alunos pobres e ricos. Então, a gente vê que a distribuição de renda é um dos problemas que leva a esse resultado do PISA. Não é necessariamente um problema relacionado a práticas educativas ineficientes no país nesse período. Então, eu queria chamar atenção para isso (Mendonça, 2020).

É interessante observar que no trecho acima, extraído da entrevista concedida pela professora Marina, ela ratifica a análise aqui arrolada. Além de mencionar os sentidos sobre o ensino de LP que o enunciado pode ter a depender da maneira como é construído linguisticamente na materialização discursiva, sob o gênero notícia, ela também aponta aspectos que podem não ter sido considerados na criação da BNCC, como a grande diferença no desempenho entre alunos pobres e ricos na avaliação do PISA. Isso nos leva a questionar se a distribuição de renda brasileira foi examinada e considerada como fator na elaboração da BNCC.

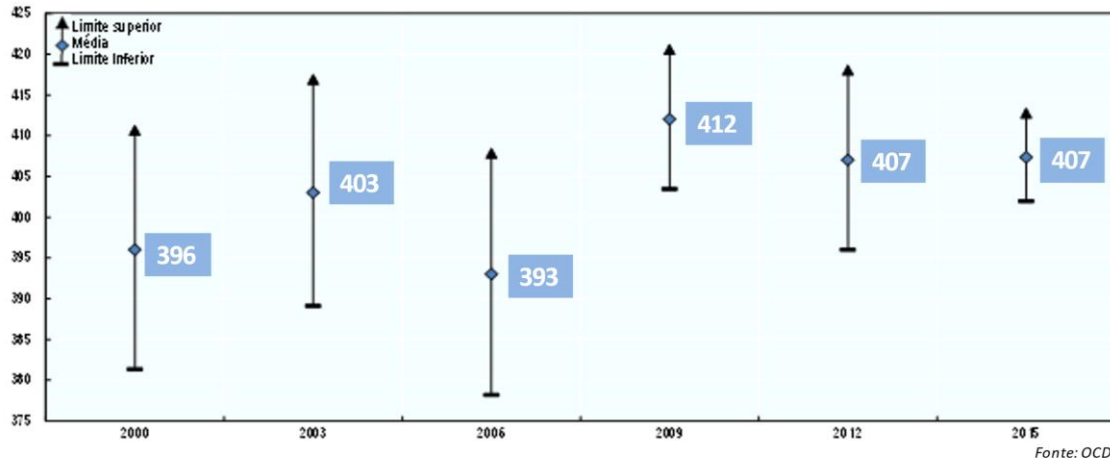
Figura 8 - Série histórica dos resultados brasileiros na avaliação de leitura

DESEMPENHO DOS BRASILEIROS EM LEITURA



SÉRIE HISTÓRICA

EVOLUÇÃO DA PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ESTUDANTES BRASILEIROS
CONSIDERANDO OS ERROS DE LIGAÇÃO
PISA - LEITURA: 2000 -2015



Não foram encontradas evidências empíricas que apontem diferenças estatisticamente significativas entre o desempenho dos estudantes brasileiros em leitura desde 2000.

Em comparação com 2000, no Pisa 2015 verifica-se um aumento de 4,7 pontos percentuais de jovens brasileiros no nível 2 ou acima, mesmo com a expansão do número de matrículas na Educação Básica

Fonte:

https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2016/pisa_brasil_2015_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Como podemos observar pelo gráfico da série histórica dos anos 2000 até 2015 não houve um aumento expressivo na proficiência leitora, mas também não houve uma queda brusca que se sustentasse como justificativa para a emergência nas mudanças do currículo brasileiro. Pelo contrário, apesar de todas as diversas dificuldades que a grande maioria das escolas brasileiras enfrentam, nos mais diversos âmbitos houve um aumento de 4,7 pontos percentuais no desempenho em leitura. Tudo isso contribuiu para demonstrar que o problema não é exatamente o currículo aplicado na escola, mas todas as questões estruturais, financeiras e externas que não foram levadas em consideração nas discussões de criação da BNCC.

Desse modo, podemos afirmar que existem dificuldades outras que impossibilitam o pleno desenvolvimento dos educandos e que tais dificuldades não foram consideradas na criação de uma base que objetive estabelecer aprendizagens essenciais. Devido a essa nuance, fica mais evidente ainda a necessidade de se analisar os discursos contidos na base, e a relação

com as vozes sociais que pressionaram para que a homologação e implantação ocorresse rapidamente.

PARTE III

DISCURSOS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO NA BNCC E DISCURSOS DAS ESFERAS ECONÔMICA E POLÍTICA

Análise dialógica do enunciado BNCC e de enunciados das esferas econômica e política

Nas partes anteriores, apresentamos o embasamento teórico e metodológico que fundamenta esta pesquisa e o desencadeamento de enunciados até a origem do enunciado BNCC. Nesta parte, analisaremos o respectivo enunciado com base na perspectiva dialógica da linguagem. Demonstramos, aqui, a análise dos discursos contidos no enunciado em questão e a relação que estabelece com enunciados cotejados das esferas econômica e política.

O cotejamento foi realizado com base no levantamento de trabalhos que abordam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o estudo da linguagem. A análise dialógica da BNCC foi estruturada da seguinte maneira: começou com a análise da apresentação geral do documento, depois com a caracterização da etapa do ensino médio, passando pela área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e, por fim, analisou a Língua Portuguesa como componente curricular.

Para aprofundar a análise, foram selecionadas empresas mencionadas nos trabalhos revisados no estado da arte. Os enunciados incluídos no corpus de análise desta pesquisa foram escolhidos com base nos trabalhos que sustentam as discussões em questão. Esses enunciados foram examinados para identificar suas conexões com os movimentos e grupos que exerceram pressão para a criação da BNCC. O critério para a seleção dos enunciados foi a relação das empresas envolvidas com esses movimentos, buscando revelar como essas influências impactaram a formulação e a implementação da BNCC, assim como as diretrizes curriculares estabelecidas.

A mencionada perspectiva dialógica do discurso parte do princípio de que os sentidos de um enunciado são construídos a partir de suas condições de realização e da avaliação social pela qual passa esse enunciado, conforme discussão desenvolvida na segunda parte deste trabalho. Para esta pesquisa, isso significa dizer que a BNCC surge de condições específicas de realização, de aparecimento em sociedade enquanto enunciado. Além disso, os sentidos

decorrentes desse enunciado se constituem a partir de vozes sociais predominantes que contêm valores ideológicos que ao se materializarem na sociedade como enunciado normativo são avaliados por diferentes valores sociais. Eles, por sua vez, operam ratificando os discursos ou problematizando questões discursivas que surgem a partir dos discursos apresentados no enunciado BNCC. Isso porque, segundo Medviédev (2012, p. 183), “qualquer enunciado concreto é um ato social”.

No caso do enunciado concreto BNCC, ele é um ato social em sua construção e também se constitui como um enunciado concreto, o que significa que a estabilização de novas práticas em sociedade acontecerá a partir dele. E é somente quando um enunciado entra na vida social que ele adquire valor ideológico e avaliação social. Enfim, um enunciado só pode ser avaliado em sua relação intrínseca com a sociedade.

Essa avaliação social fica evidente quando comparamos variados enunciados que se referem à BNCC, a exemplo do que se tem a seguir. Os enunciados que compõem as figuras 09 e 10 fazem parte da esfera jornalística com gêneros discursivos matérias, notícias e publicidade, e apresentam avaliações sobre aspectos do enunciado BNCC.

Figura 9 - Notícias do G1 sobre a BNCC



ESPECIAL PUBLICITÁRIO

Qual a importância do desenvolvimento do pensamento crítico na escola?

... é uma das 10 competências da Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**) que o Ministério da Educação (MEC) entende como indispensáveis...

06/12/2021 12h38

G1 EDUCAÇÃO

Conselheiro defende ampliação do debate e transparência no processo da BNCC

O conselheiro Cesar Callegari, presidente da comissão da **BNCC** no CNE, defendeu o pedido feito pelas conselheiras. "O pedido..."

07/12/2017 18h23

G1

Sair do conteudismo para as competências é o maior desafio da BNCC

A **BNCC** é bem didática ao listar as competências a desenvolver e, só então, detalhar os conteúdos que levam a elas. É um acerto... — ... pela elaboração de documentos como a nossa **BNCC** e muitos caíram nas armadilhas da redação, colocando verbos na frente das matérias...

06/04/2017 11h04

Fonte: <https://g1.globo.com/busca/?q=bncc>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Figura 10 - Notícias do G1 sobre a BNCC



Fonte: <https://g1.globo.com/busca/?q=bncc>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

As figuras 9 e 10 apresentam enunciados que emergem da esfera jornalística e circunscrevem sob o gênero do discurso notícia. Cada notícia traz em seu enunciado escolhas lexicais que revelam sentidos sociais valorativos que fazem uma avaliação do enunciado BNCC. Outro fator a ser observado é essa avaliação da notícia do portal de maneira a relacioná-la a esfera publicitária. Enquanto as notícias trazem a BNCC como algo necessário de ser amplamente debatido, com necessidade de transparência e configurada como um desafio, considerada a mudança de conteúdo para as competências, as notícias abordam como a BNCC evidencia a cidadania no processo de aprendizagem e como o resultado do novo Ensino Médio engaja alunos. Logo, tem-se notícias com avaliações sociais que denotam uma concordância e positividade em relação à BNCC, enquanto outras conflituam com esse enunciado:

Pois é a avaliação social que atualiza o enunciado tanto no sentido da sua presença fatural quanto no do seu significado semântico. Ela determina a escolha do objeto, da palavra, da forma e a sua combinação individual nos limites do enunciado. Ela determina, ainda, a escolha do conteúdo e da forma, bem como a ligação entre eles. (Medviédev, 2012, p. 184)

De acordo com o autor, as escolhas lexicais dos enunciados derivam da avaliação social que o atualiza e o seu significado semântico. Além do mais,

todas essas avaliações penetram-se mutuamente e estão ligadas de forma dialética. De fato, é impossível compreender um enunciado concreto sem conhecer sua atmosfera axiológica e sua orientação avaliativa no meio ideológico. Entender um enunciado significa entendê-lo no contexto de sua contemporaneidade e da nossa (caso elas não coincidam). É necessário compreender o sentido do enunciado, o conteúdo do ato e a realidade histórica do ato em sua união concreta e interna. Sem tal compreensão, o próprio sentido estará morto, tornar-se-á um sentido de dicionário, desnecessário. (Medviédev, 2012, p. 185)

Desse modo, de acordo com Medviédev (2012), buscamos compreender o enunciado concreto BNCC em sua atmosfera axiológica, ou seja, os sentidos do enunciado, o conteúdo e a realidade histórica.

Na realidade, a primeira página quando se abre o documento da BNCC revela o primeiro discurso que a BNCC traz é “educação é a base” (Brasil, 2018). Acerca dele, há um sentido consensual e historicamente construído de que a palavra “base” é a sustentação de algo, o princípio de que alguma coisa está sustentada em um suporte. Mas, afinal, a educação é a base para o quê? E em que medida esse discurso estabelece relação com outras esferas discursivas que trazem a base em seus enunciados, como base econômica, da esfera econômica, por exemplo? Ou, ainda, base política, da esfera política? O enunciado *base* no discurso marxista refere-se a todas as relações imediatas de trabalho que acontecem na sustentação de uma sociedade. Mas em que medida esse enunciado evocado na BNCC estabelece relações discursivas com o sentido relativamente estável de base no discurso marxista? Ou seja, de que maneira o enunciado base na esfera educacional se relaciona com os sentidos do enunciado base nas relações de trabalho?

Isso posto, podemos observar como o discurso em torno do ensino de LP se estrutura demonstrando um posicionamento acerca desse ensino. Além do mais, as escolhas lexicais são importantes fatores que impactam na construção desse enunciado e sua valoração em relação ao enunciado PCN+ que o antecede. Ainda, como discursos encontrados no enunciado BNCC estabelecem inter-relações verbais com as esferas econômica e política, promovendo discursos que podem impactar em mudanças sociais.

Nos próximos tópicos abordaremos discursos que respaldam a constituição do enunciado BNCC e a relação desses discursos com enunciados que irrompem das esferas econômica e política, ou seja, uma análise sobre enunciados que sustentam os objetivos e a parametrização que a BNCC busca fomentar na educação básica brasileira em todos os níveis.

O discurso em torno de componentes curriculares, competências e habilidades

Instauramos as análises iniciais que serão desenvolvidas nas próximas páginas a partir do discurso do então ministra da educação, Rossieli Soares da Silva, na seção de apresentação do documento BNCC. O discurso parte então do sujeito que representa, dentro do órgão governamental, a voz de todos aqueles que concordaram e elaboraram o documento que ora se apresenta, demonstrando as relações dialógicas que ecoam de sujeitos e de distintas esferas sociais sobre a educação. A apresentação não ocupa mais que apenas uma página, e os trechos extraídos revelam posicionamentos conflitantes conforme trabalhos que já foram mencionados anteriormente. Seguem os trechos abaixo:

É com alegria que entregamos ao Brasil a versão final homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a inclusão da etapa do Ensino Médio, e, assim, atingimos o objetivo de uma Base para toda a Educação Básica brasileira (Brasil, 2018, p. 5)

No início da apresentação, portanto, a etapa do Ensino Médio já está presente na versão final e o objetivo de entregar uma Base para a educação básica brasileira foi atingido. É um discurso valorativo positivo de que a partir da entrega desse documento, que oferece à educação básica uma base, fica subentendido que as melhorias na educação acontecerão. Dada essa configuração, somos provocados a pensar se a base menciona os problemas de infraestruturas das escolas brasileiras, as diferentes condições de acesso à escola, a valorização dos profissionais, além de outros desafios sociais e econômicos que impactam no desenvolvimento da educação no Brasil.

Elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro. Concluída após amplos debates com a sociedade e os educadores do Brasil, o texto referente ao Ensino Médio possibilitará dar sequência ao trabalho de adequação dos currículos regionais e das propostas pedagógicas das escolas públicas e particulares brasileiras iniciado quando da homologação da etapa até o 9º ano do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018. p. 5).

Acrescenta-se o fato de que há uma divergência quanto à elaboração do documento. Afirma-se, de um lado, que ela teria sido elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento; de outro, apontam que sua elaboração se deu a partir de um documento já pronto. Isso nos leva a questionar se de fato a BNCC é um documento democrático, outra problemática desse discurso é o fato da menção a um documento completo. Ele pode ser

completo em relação às demandas da contemporaneidade que os PCNs não davam mais conta, como os novos gêneros discursivos que mesclam o visual com verbal em plataformas interativas. Como a sociedade atual está em constante mudança e evolução, de forma frenética especialmente devido às tecnologias de comunicação, algo que está completo não abre margem para o aperfeiçoamento e melhoria. Ademais, dentro de um escopo de sentido do enunciado completo, significa que ele está pronto e acabado e não necessita mais ser questionado ou repensado.

Com a Base, vamos garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos (Brasil, 2018. p. 5).

Nesse trecho ainda do discurso de apresentação, como em todo o documento, a palavra *base* é sempre grafada com letra maiúscula, o que não é, a nosso ver, apenas uma escolha lexical ou de estilo. Como as formas grafadas com inicial maiúscula em português denotam uma especificação do substantivo, o fato de *base* vir sempre com inicial maiúscula reforça a ideia de importância e demarcação desse documento. Outro fator a ser considerado nesse discurso é o uso do sujeito oculto em relação ao verbo ir: “vamos garantir”, se esse discurso parte de um sujeito discursivo que é responsável pela educação, ocupando um espaço dentro da esfera política, o sujeito oculto pode ser entendido pela estrutura governamental que viabilizará todas as formas para que a base de fato aconteça para todos. O que está em total consonância com o discurso da Constituição de 1988 que, no artigo 6º, do capítulo II, garante educação a toda população brasileira.

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Constituição Federal, 1988, n.p.).

Desse modo, embora o discurso apresentado seja de 2018, não é um enunciado novo. É um enunciado que apresenta ecos desse enunciado de 1988, que foi revisto em 2015 e agora estabelece relações discursivas com o enunciado da BNCC. Por outro lado, novamente nos questionamos se a Base apresenta as maneiras práticas para garantir essas aprendizagens essenciais, especialmente aos sujeitos inseridos no Ensino Médio, e como a base compreende projetos de vida.

Mais adiante, ainda na apresentação, consta que “além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base” (BRASIL, 2018, p. 5). A base se propõe de fato a mudar as estruturas educacionais do país, mas será que a base apresenta a forma como se darão essas mudanças na prática?

Outro ponto a se mencionar é que, caso haja mudança na base, conforme a apresentação, conseqüentemente haverá mudanças nas organizações que se referem à formação dos professores, à elaboração de materiais didáticos e às avaliações em grande escala que acontecem no país como o SAEB e o ENEM. E ao observar a quantidade de vozes sociais que emanam dos setores privados da sociedade, favoráveis à aprovação da base, somos conduzidos ao questionamento dos reais motivos que movem os interesses dos setores privados na elaboração da base e nas mudanças estruturais da organização educacional no país, o que pode ter relação com as conseqüentes mudanças que a base proporcionará ao favorecer a educação privada, as empresas que elaboram materiais didáticos, e os cursos preparatórios para avaliações em grande escala.

E por fim, o último discurso da apresentação é: “em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras. Somente aí teremos cumprido o compromisso da equidade que a sociedade brasileira espera daqueles que juntos atuam na educação” (Brasil, 2018. p. 5). Como pode ser observado, a apresentação é finalizada com o discurso de equidade, de promoção de uma educação que conduza a uma sociedade mais igualitária, o que ratifica a proposta desta pesquisa de analisar mais proficuamente o discurso da proposta de ensino de LP no Ensino Médio na promoção da equidade social.

O discurso da competência – as 10 competências gerais da educação básica e as relações discursivas com a esfera econômica

Nesta parte, analisamos a relação da palavra competência a partir da esfera educacional em que essa palavra irrompe; marcadamente, do enunciado BNCC; e a relação dessa palavra dentro da inter-relação verbal em que embora não seja explícito o vínculo discursivo entre a esfera educacional e a esfera econômica, observamos o enunciado BNCC em sua conjuntura política e histórica, bem como as vozes sociais incorporadas no enunciado. Ou seja, quando analisamos a BNCC como enunciado que adentra na história repleta de

tensões e disputas, as escolhas lexicais e estilísticas que compõe o referido enunciado não apresenta neutralidade, ela revela posicionamentos valorativos ideológicos que advêm inclusive de outras esferas. Essa não aleatoriedade das escolhas nos permite, a partir do cotejamento, contrapor os dizeres do enunciado BNCC com enunciados que irrompem das esferas econômica e política.

Para iniciarmos, apontamos que a BNCC elenca 10 competências gerais da educação básica e inclui em sua redação a definição do termo competência. Essas competências perpassam todas as etapas e são assim definidas no referido documento

competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 8).

A BNCC ainda aponta que o discurso em torno das competências está aliado à agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e cita o Caderno de Educação em Direitos Humanos, reconhecendo que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (Brasil, 2018, p. 8).

Perrenoud (2000, p. 7) afirma que “são múltiplos os significados da noção de competência. Eu a definirei aqui como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. Portanto, para o autor, a competência está relacionada a capacidade dinâmica e adaptativa que envolve não apenas conhecimento, mas também a habilidade de aplicar o conhecimento para solucionar situações variadas. Nessa acepção, competência seria a combinação entre teoria e prática, resultando na aplicação do conhecimento para agir de forma adequada e eficaz em diferentes circunstâncias.

A BNCC, ao adotar o discurso de competência para orientar a prática educacional, reconhece o sentido dessa palavra conforme a definição de Perrenoud (2000), que abrange habilidades, saberes e conhecimentos. No entanto, conforme o cotejamento que realizamos e a construção histórica do país, o termo “competência” adquire novos sentidos dependendo da esfera em que é utilizado. Na esfera do cotidiano social, o termo valoriza e valida socialmente o sujeito que se destaca em determinada área de trabalho, criando uma distinção entre competentes e aqueles que não são. Na esfera jurídica, competência está relacionada à autoridade de uma pessoa ou jurisdição; na esfera econômica, a competência pode levar à

competição. Portanto, o termo possui sentidos semelhantes, mas especificações diferentes, conforme o contexto. Se o objetivo da BNCC é promover uma educação voltada para uma sociedade mais justa, o uso do discurso de competência pode, na prática, conduzir a uma educação orientada para a competição em vez da cooperação. E não há possibilidade de criação de justiça social com sujeitos que aprendem a competir incessantemente, uma vez que sempre enxergam os outros como potenciais rivais em disputa.

No que se refere à escolha do signo competência na BNCC, usa-se o entendimento de que esse termo também seria usado na esfera econômica, no qual se espera que o sujeito possa desenvolver determinadas competências para o mercado de trabalho. Nessa esteira de pensamento, vale ressaltar a ordem em que a organização sintática da definição de competência aparece, a definição evidencia que competência deve mobilizar primeiramente conceitos e, em segundo, procedimentos. Em seguida, competência se refere à habilidade primeira prática, segunda cognitiva e terceira socioemocional.

Desse modo, o sentido que surge da definição, com base na ordem em que houve a seleção e organização do enunciado, é que é mais importante desenvolver conceitos, procedimentos e práticas que são noções que direcionam para um determinado tipo de educação mecânica em contraposição a uma educação que auxilie os sujeitos a desenvolverem socioemocionalmente e cognitivamente de maneira integral, e para além disso desenvolverem habilidade práticas e compreenderem procedimentos.

Dito de outro modo, é como se a competência estivesse voltada primeiramente para produzir indivíduos aptos a específicas atividades práticas e que detenham conhecimento de específicos conceitos e procedimentos para realizarem determinadas tarefas. Tal ordem contradiz o objetivo de uma educação que auxilie os estudantes a desenvolverem suas potencialidades em todos os âmbitos, inclusive os práticos para o exercício de determinada atividade.

Além desse procedimento linguístico, cuja organização interna do enunciado revela um direcionamento de sentido quando cotejamos enunciados do estado da arte desta pesquisa que estão diretamente relacionados com a esfera econômica, encontramos similaridades discursivas. Por exemplo, dentre as relações que encontramos e que podem ser estabelecidas inter-relações verbais, aparentemente sem relação nenhuma com o discurso encontrado no enunciado BNCC, está o caso da empresa multinacional brasileira, Gerdau. Conforme aponta Souza (2019, p. 99), em seu trabalho, a empresa foi uma das entidades do setor privado que

fundou o movimento¹⁴ Todos pela Educação, fortemente influente e favorável à aprovação da BNCC. Conforme figura 11:

Figura 11 - Site da empresa Gerdau



Fonte: <https://www2.gerdau.com.br/sobre-nos/#principios>. Acesso em: 03 de maio de 2024

A figura 11 faz parte do layout do site da empresa onde são apresentados os 10 princípios da empresa e aparentemente não estabelece relações discursivas com a esfera educacional, já que esse enunciado faz parte da esfera econômica, do setor privado da sociedade. No entanto, ao analisarmos o sentido historicamente construído do enunciado competência, notamos que sua definição trazida pela BNCC culmina no exercício pleno da cidadania e do mundo do trabalho. Se competência é o desenvolvimento de determinadas habilidades, atitudes e valores, a formação básica proposta nesses parâmetros auxiliará os sujeitos nesse desenvolvimento, o que garante que o responsável pelo desenvolvimento eficaz é o próprio sujeito, a formação dessa forma centra-se nele. E esse discurso de responsabilidade, de atitudes e valores está em consonância com o discurso apresentado nos princípios da Gerdau que centralizam o sujeito sempre como responsável por suas próprias atitudes e valores.

Dessa maneira, as escolhas verbo-visuais e lexicais que compõem o enunciado layout revelam um discurso de atitudes e valores que sugerem ao sujeito o desenvolvimento de habilidades práticas e a responsabilização pelo desenvolvimento da empresa. Assim, palavras como “segurança”, “certo”, “simplicidade”, “gerar valor”, “verdade e respeito”, a partir do contexto desse enunciado e da esfera econômica de onde emergem, fazem parte do discurso

¹⁴ <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/governanca/>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

ideológico sobre valores. Assim como as palavras “*atitude*”, “*somos líderes*” e “*superamos*” produzem, dada a conjuntura enunciativa em que o enunciado entra na esfera social, um discurso de atitude e de responsabilização, além do discurso de coletividade e pertencimento que as empresas privadas utilizam à exaustão como um recurso discursivo que intenciona produzir indivíduos que não questionem suas condições de trabalho e nem as opressões que acontecem no âmbito de uma sociedade capitalista.

É a partir dessa inter-relação verbal do enunciado BNCC, e do enunciado da Gerdau e de toda a conjuntura histórica e política em que se deu a criação da Base, que a tese da normatização do tipo de educação proposta nela ganha forças ao sugerir que contribuirá contundentemente para uma formação pela vertente mercadológica em contraposição aos princípios humanistas de formação dos sujeitos. Em sustentação a essa tese, encontramos no trabalho de Jurach; Possani (2019, p. 18) a ratificação de que

a elaboração da última versão da BNCC perdeu o seu sentido de qualificar a educação e ganhou outra direção oposta. Portanto, a afirmação de que os princípios éticos, políticos e estéticos são os orientadores dela e que juntos, eles visam a formação humana integral, é falho, equívoco. Nossa leitura é de que a formação humana integral a que ela remete não é em relação ao conhecimento, e sim, em relação à formação de sujeitos assujeitados por um sistema capitalista, de um sujeito que não se revolta e não questiona o seu papel, ele apenas cumpre aquilo que lhe é dito. (Jurach; Possani, 2019, p. 18)

O enunciado encontrado em Jurach; Possani (2019) apresenta um discurso valorativo que reafirma os posicionamentos sobre a não aleatoriedade de escolhas lexicais e discursivas que sustentam enunciados de distintas materialidades, além de explicitar claramente uma aproximação das esferas educacional e econômica, provocando um sentido de interesse econômico na formação “integral” e competência de habilidades práticas dos sujeitos inseridos no contexto de educação formal.

Outro ponto que a base traz é que essas competências da educação básica devem articular-se “na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB” (Brasil, 2018, p. 9). Assim, o discurso da base mantém um elo discursivo com a LDB. No entanto, não são explícitas quais atitudes e valores devem formar esses sujeitos, visto que as habilidades vão sendo apontadas em cada etapa dos ciclos, mas atitudes e valores são termos abstratos que permeiam o texto e podem apresentar diferentes sentidos dentro da constituição de uma sociedade.

Ainda sobre o termo competência, a BNCC ainda traz que “o conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas

e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35)” (Brasil, 2018, p. 13). No entanto, nos referidos artigos abaixo não está exatamente clara essa inferência que possibilitou o surgimento do termo competência.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Brasil, 1996, n.p.).

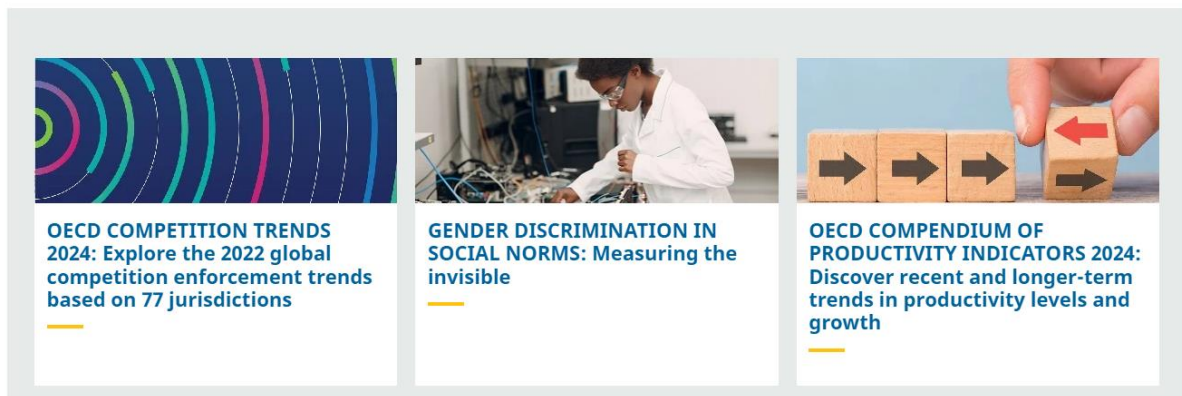
Esse diálogo entre a BNCC e a LDB merece destaque, pois no discurso apresentado na BNCC essa ideia de se trabalhar com competências gerais surge a partir da inferência nos artigos citados. No entanto, não há nenhum termo evidentemente explícito que demonstre isso, temos o *desenvolvimento*, a *compreensão*, o *fortalecimento*, a *consolidação*, a *preparação* e o *aprimoramento*. Embora a tentativa tenha sido de utilizar apenas um termo para designar todos esses objetivos da educação, nos parece que o termo se ancora mais adequadamente a esfera econômica com sentidos que adentram a esfera educacional.

Um pouco mais adiante, nos fundamentos pedagógicos da BNCC (Brasil, 2018, p. 13) a BNCC traz que “o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)” (Brasil, 2018, p. 13), ele demonstra que o termo competência está estritamente relacionado com as avaliações internacionais. Outro fator que nos faz crer que esse termo está intrinsecamente relacionado a esfera econômica e que a

maneira como ele se apresenta na BNCC não promoverá o desenvolvimento de uma sociedade mais justa se deve à constatação de que ao abrir a página da OCDE há algumas notícias em destaque. Nelas, todos os termos apontam sempre para o sentido de competência como competição, conforme figura 12.

Figura 12 - OCDE

— In focus



Fonte: <https://www.oecd.org/>. Acesso em 03 de maio de 2024.

Podemos observar na figura 12 que há 3 notícias em destaque na página inicial do site da OCDE, os termos *competition* (competição, concorrência), *measuring* (medida) e *productivity indicators* (indicadores de produtividade) fazem parte do discurso que emana da OCDE para um determinado tipo de sociedade que se ancora na produtividade, que valoriza o produto, o capital em detrimento da valorização do ser humano. Conforme apontado anteriormente, um dos sentidos que *competência* pode provocar quando em contato com a esfera social é essa ideia de competição e essa vinculação entre enunciados de diferentes esferas que se aproximam valorativamente, podendo conduzir para a construção de uma sociedade cada vez mais competitiva e exploratória, que não considera os sujeitos em sua humanidade, mas em sua utilidade para a produção, intensificando ainda mais as desigualdades sociais.

Outro ponto relevante é que embora a BNCC e a LDB, nos artigos mencionados, se coadunem linguisticamente e tragam o discurso de atitudes e valores de forma semelhante, não explicam quais atitudes e valores esperam, de fato, que os sujeitos inseridos na educação formal adquiram ao longo dos anos, isso porque são contextos sociais diferentes, portanto os sentidos também serem outros. Justamente porque o sentido do enunciado relaciona-se

fundamentalmente ao contexto. Na verdade, de um modo mais explícito, a LDB arrola quais expectativas de apreensão de atitudes e valores se espera desses sujeitos, aponta para um discurso pautado em uma educação que visa uma sociedade igualitária ancorada na compreensão sobre direitos humanos.

Consoante a isso, no inciso II do artigo 32, a LDB cita “valores em que se fundamenta a sociedade”, os quais são reconhecidos e reformulados nas diversas interações sociais em que os sujeitos participam. Quando a BNCC traz o discurso de atitudes e valores ecoando do discurso do enunciado LDB, é preciso reconhecer que a educação exerce um papel fundamental e influente nos sujeitos inseridos na educação básica para o reconhecimento dos valores sociais. Destarte, a forma como é pensada a educação e especialmente o ensino de LP impacta diretamente no exercício de identificar e refletir sobre tais valores.

No entanto, o discurso da LDB sobre valores direciona para um determinado projeto de tipo de sociedade quando, no inciso IV, do artigo 32, ela sugere que o “fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”, e no inciso III, do artigo 35, postula o “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

Enquanto o discurso sobre atitudes e valores no enunciado BNCC não é explicitado, a LDB sugere um discurso que produziria uma sociedade mais justa e igualitária ao evocar termos como *solidariedade*, *tolerância*, *autonomia* e *críticidade* que subjazem a esfera dos direitos humanos e possuem valoração social que permeia as sociedades do tipo democráticas. Esse ideal de sociedade, referido em um documento que normatiza e regulamenta as práticas educacionais, dialoga positivamente para o direcionamento de práticas educacionais que contribuem fortemente para mitigar a desigualdade social.

Outro fator que corrobora para sustentar a discussão de que discursos da BNCC mantêm estrita relação com os discursos da esfera econômica é que no trabalho de Souza (2019), encontramos análises da relação entre o Banco Mundial e a educação que indicam para o interesse visível do mercado na esfera educacional.

O Banco Mundial, por exemplo, que tem o Brasil como um de seus países parceiros, frequentemente volta seu olhar à educação, atrelando-a à possibilidade do crescimento econômico de um país. Em 2011, esta instituição publicou o documento “Aprendizagem para todos – investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento”, que apresenta a estratégia do grupo para o setor da educação até 2020. Este documento, em seu prefácio, deixa bem claro o modo por meio do qual o Banco Mundial enxerga o papel da educação, relacionando-o

estritamente à formação para o mercado de trabalho, com vistas ao desenvolvimento econômico dos países (Souza, 2019, p. 37).

Esse apontamento em Souza (2019), sobre o interesse do Banco Mundial na educação para promover o desenvolvimento, coaduna com nossas reflexões de que a escolha lexical de *competência* emerge da esfera econômica, de um órgão que exerce forte influência na organização social brasileira. Essa mesma palavra também é elencada para determinar um tipo de educação em um enunciado que normatiza a organização escolar, o que contribui ainda mais para solidificar a tese de que a educação, voltada ao interesse do mercado para uma economia neoliberal, produz sujeitos que não são capazes de questionar criticamente a sociedade na qual estão inseridos, mas que dominem competências específicas para atividades. Diante disso, reafirma-se a necessidade de compreender como a educação linguística proposta no documento corrobora para a construção desse tipo de sociedade.

As competências sob o enfoque dialógico da linguagem

No tópico anterior, examinamos os sentidos que reverberam do termo competência, o qual foi elencado para direcionar a proposta educacional do enunciado BNCC. Neste tópico, apontamos as 10 competências que foram determinadas como escopo diretivo de todas as etapas do ensino básico, inclusive do Ensino Médio, e que devem respaldar o trabalho de todas as áreas do conhecimento. Conforme mencionado no enunciado abaixo, os 10 pontos apresentados na BNCC são determinados como fundamentais e estruturantes de todo o processo educacional. Além disso, percebemos elos discursivos dos documentos anteriores, especialmente da LDB.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilha

informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (Brasil, 2018, p. 9-10, grifos nossos)

O discurso apresentado já na primeira competência aponta para uma educação que colabore para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. De modo que, se há uma afirmação de que é preciso construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva, o documento reafirma o quanto há desigualdade no país. Desse modo, compreendemos que as atitudes e valores que devem ser considerados na materialização dos gêneros da esfera educacional devem dimensionar as atitudes e os valores sociais que contribuam para a construção desse tipo de sociedade. Nesse sentido, o ensino de LP deve servir para apreender esses valores, bem como problematizar e questionar valores ideológicos que contradizem essa proposta, fazendo com que a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva não seja efetivada.

A segunda competência reforça o discurso de que a educação deve estar ancorada nos princípios científicos do conhecimento. E a terceira aponta para uma educação que se atente às diversificadas manifestações culturais e artísticas.

A quarta competência já apresenta um indício sobre o discurso do ensino de LP, que é o cerne desta pesquisa, de como a LP deve ser trabalhada na educação. O discurso dessa competência mantém relações discursivas, embora bem tímidas, com o escopo teórico-metodológico deste trabalho, uma vez que, considera que as diferentes linguagens devem ser

utilizadas para a expressão em variados contextos e para a compreensão mútua. Portanto, o ensino de LP em toda a educação deve ser respaldado por um ensino voltado a compreensão dessas relações que significam a linguagem enquanto comunicação, expressão e interação.

A quinta competência ainda se refere às formas de comunicação que os sujeitos acessam nas interações mediadas pelas plataformas digitais. Desse modo, podemos compreender que a BNCC atualiza conceitos que antes não existiam e que as tecnologias digitais possibilitaram o surgimento, demonstrando uma atualização discursiva em relação aos PCNs, por exemplo. Fica reconhecido que os enunciados se materializam nas relações sociais num imbricamento entre os acontecimentos e contextos atuais.

A sexta competência propõe a valorização das vivências, saberes culturais e a apropriação desses conhecimentos para uma reflexão ancorada na liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade sobre trabalho e projetos de vida.

A sétima competência se refere diretamente à apreensão e ao desenvolvimento da capacidade de argumentar de forma coerente, habilidade essa que utiliza dos conhecimentos acessados nas mais variadas disciplinas, mas que é desenvolvida, especificamente, na de LP, já que a disciplina de LP busca auxiliar os sujeitos a desenvolverem suas potencialidades linguísticas, sendo a argumentação uma delas. Essa habilidade argumentativa deve ser respaldada pelos princípios dos direitos humanos.

A oitava competência está ancorada no reconhecimento de si mesmos e no conhecimento sobre saúde física e emocional. A nona competência também estimula a pensarmos em que medida o ensino de LP proposto pela BNCC auxiliará os sujeitos a exercitarem a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação.

E a décima e última competência elencada diz respeito ao desenvolvimento da capacidade de agir individual e coletivamente, já apontando para o tipo de sociedade que se espera que os sujeitos construam em todas as esferas das quais fazem parte. Uma sociedade com princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Ao lermos as 10 competências apontadas como âncoras que direcionam o fazer educacional contemporâneo, nos parece inevitável uma valoração positiva que aponta para uma sociedade igualitária, quase utópica, na qual

os alunos devem desenvolver as dez **competências gerais da Educação Básica**, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018, p. 25 grifo nosso, grifo em negrito do autor).

Podemos considerar como valoração positiva, ou seja, um valor social de apreciação e reconhecimento, porque, assim como os PCNs, propuseram uma educação voltada à era tecnológica. O discurso de justiça, democracia e inclusão que respalda o discurso de educação brasileira é importante, considerando que os índices apresentados pelo Banco Mundial, órgão que muito influenciou na consolidação da Base, sobre desigualdade e inclusão ainda são altíssimos, considerando que o Banco Mundial é uma instituição internacional que fornece assistência financeira e técnica a países em desenvolvimento com o objetivo de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento econômico sustentável¹⁵. E aqui é interessante notar que o órgão que apresenta os dados sobre a desigualdade no Brasil, consoante ao mencionado anteriormente, estabelece que o desenvolvimento econômico de um país está intrinsecamente relacionado ao domínio de competências adquiridas no âmbito educacional.

Por todas essas relações estabelecidas, os discursos que emanam de esferas tão distintas se aproximam na similitude dos dizeres, nas escolhas de determinadas palavras para a composição de um enunciado que tem efeito social prático de normatizar práticas educacionais. Toda a discussão até o momento faz parte da introdução do enunciado BNCC e nos caberia muito mais páginas para analisar todas essas escolhas e os discursos que apontam contradições internas e externas no referido documento. No entanto, dados os objetivos desta pesquisa, na qual o foco recai sobre a etapa do Ensino Médio e o ensino de LP nesse referido ciclo, passaremos, a partir do próximo tópico, à análise dos discursos que corporificam o enunciado BNCC no que tange ao ensino de LP no Ensino Médio.

A etapa do Ensino Médio

Se no tópico anterior nos atentamos ao discurso de competência que respalda a criação da BNCC, que perpassa toda a redação do enunciado e explicita mais substancialmente na introdução, neste tópico abordaremos os discursos que emanam da propositura da etapa do Ensino Médio, que se refere à etapa final do ensino básico depois da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

O discurso de abertura da parte que compõe o enunciado BNCC sobre o Ensino Médio já introduz uma reafirmação da necessidade de mudança na estruturação desse ciclo. Tal discurso foi utilizado como motriz para a criação da Base, diversos atores sociais, bem

¹⁵ Para mais informações sobre os dados de desigualdade no Brasil apresentados pelo Banco Mundial acessar: <https://data.worldbank.org/country/brazil>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

como movimentos impulsionaram essa criação, juntos à exaustão midiática de reportagens e notícias que evidenciavam um discurso de necessária urgência na mudança curricular, especialmente para o Ensino Médio, uma vez que, na esteira da discussão da Base, a Portaria n.º 649/2018 instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabeleceu diretrizes, parâmetros e critérios para participação.

Como a educação sempre foi palco de disputa política, a criação do novo Ensino Médio também apresenta discursos, especialmente da esfera política, que conflitam e enxergam a criação do novo Ensino Médio por diferentes prismas. Apesar da Portaria Nº 521, de 13 de julho de 2021 instituir o cronograma para a implementação do novo Ensino Médio. A revogação dessa portaria foi instituída pela portaria do MEC 627/2023, que suspendeu por 90 dias o cronograma de implementação do novo Ensino Médio.

Os discursos sobre o Ensino Médio que surgem a partir de enunciados que exercem forças regulamentadoras não podem ser considerados sem a avaliação social e histórica de onde emergem, enquanto o enunciado da portaria de 2021 emerge de um governo totalmente contrário à democracia. O enunciado da portaria de 2023 já revela uma postura diferente, haja vista o governo ser diferente e momento histórico ser outro, além de demonstrar uma certa preocupação em relação à complexidade de mudanças e ações que devem ser tomadas para efetivar uma mudança no Ensino Médio que mitigue as diferenças sociais e não que prejudiquem ainda mais os educandos nesse ciclo. Portanto, há uma tensão entre as vozes políticas que afirmam a necessidade da mudança em embate com as vozes que compreendem que essas mudanças não podem ocorrer sem que se pense em todos os fatores e peculiaridades heterogêneas que permeiam o território educacional brasileiro.

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras (Brasil, 2018, p. 461 grifos nossos).

Ao apresentar a etapa final da educação básica como um direito público subjetivo, a BNCC recorre ao termo da esfera jurídica para reforçar a ideia de que a educação deve ser garantida pelo Estado, pois se trata de um direito dos cidadãos na sociedade civil. Além disso, utiliza a *realidade educacional* como justificativa para sustentar a tese defendida por diversas vozes sociais de que o Ensino Médio não tem proporcionado a formação adequada esperada para os estudantes nessa etapa. Esse argumento foi amplamente utilizado na criação da BNCC e do Novo Ensino Médio, conforme discutido nos trabalhos de Souza (2019) e Rocha (2019),

sem levar em conta os inúmeros outros problemas externos que contribuíram para que a educação se tornasse um *gargalo* para os estudantes, em vez de um espaço de aprendizagem significativa.

No discurso inicial dessa etapa, portanto, há uma centralidade da própria educação na culpabilização da forma como se encontra para reafirmar que a ineficiência do ensino é um obstáculo na formação dos sujeitos. Em nenhum momento, fatores externos ao currículo como as desigualdades sociais, a desvalorização dos profissionais de educação, a precariedade da infraestrutura do sistema educacional, e as diversas realidades brasileiras são considerados na elaboração do documento. Assim, a sustentação desse discurso se respalda na argumentação de que os problemas do Ensino Médio se resumem à realidade educacional e que as mudanças no currículo garantirão a permanência e a aprendizagem dos sujeitos.

Embora esse discurso de ineficiência do ensino tenha sido utilizado à exaustão para a promoção da Base, ele não se sustenta como argumento sólido, conforme discussão que estamos apontando desde a introdução desta terceira parte. Embora os resultados mensurados em escalas internacionais oscilem negativamente quando comparados internacionalmente, os níveis se mantêm praticamente os mesmos desde os anos 2000.

Mas é interessante observar como o movimento dialógico provoca esse incessante reforço de que a educação no Brasil não dá certo. Ainda, é necessário reconhecer de onde os enunciados partem, que vozes sociais representam e como eles se relacionam com a atitude responsiva valorativa que demonstram em relação à educação. A figura 13 apresenta uma manchete atual de 18 de março de 2024, do grupo Itaú social, que representa uma organização do grupo Itaú Unibanco, umas das maiores instituições financeiras do Brasil, a qual, inclusive, conforme aponta o trabalho de Souza (2019), faz parte do Todos pela Educação, movimento que influenciou fortemente a formulação da Base, e tem apoiadores de diversas esferas sociais.

Figura 13 - Manchete Itaú Social

18 DE MARÇO DE 2024

Termos de

Estudo inédito da Fundação Itaú revela que apenas metade dos estudantes conclui o Ensino Fundamental na idade certa e com trajetória regular

Ausência de regularidade é um desafio ainda maior para alunos de
baixo nível socioeconômico, com deficiência, indígenas, negros e do
sexo masculino

Fonte: <https://www.itausocial.org.br/>. Acesso em 03 de maio de 2024.

Além do enunciado da figura ter destaque em negrito e estar disponível para leitura na página do próprio Itaú social, a pesquisa foi realizada pela própria Fundação Itaú, evidenciando mais uma avaliação valorativa sobre o Ensino Fundamental e de como somente metade dos indivíduos inseridos nesse ensino concluem em idade certa, demonstrando que a educação é balizadora da adequação da quantidade de tempo na escola com as respectivas idades dos sujeitos. Isso parte de uma lógica de universalização, com a hipotética ilusão de que o desenvolvimento ocorre da mesma forma para todos os indivíduos incluídos no ensino básico fundamental. Nesse recorte, as escolhas lexicais são determinantes para o efeito de sentido que se produz no enunciado, como prova disso podemos evocar que “ausência de regularidade é um desafio ainda maior” é uma construção que de certo modo inverte a lógica do problema. Como se o problema da regularidade e conclusão na idade certa não estivesse exatamente associado às grandes exclusões sociais existentes no Brasil.

Partindo desse discurso de abertura da etapa do Ensino Médio, passaremos para o discurso sobre as juventudes e diversidades, bem como protagonismo e projeto de vida.

Discursos sobre as juventudes, diversidade, os itinerários formativos e o mundo do trabalho

No tópico anterior apresentamos o discurso acerca da necessidade de mudanças, que caracterizou a etapa do Ensino Médio. Neste, abordaremos os temas: juventude, diversidade, itinerários formativos e o mundo do trabalho, analisando de que maneira esses discursos são articulados. Cabe enfatizar que os sujeitos ingressantes na etapa final da educação básica

fazem parte de um determinado grupo social, denominado de juventude, são caracterizados historicamente com idades entre 14 e 18 anos.

Desse modo, a BNCC traz em sua redação o parecer do CNE/CEB n.º 5/2011 para conceituar juventude como “condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões” (Brasil, 2018, p. 463), e abordamos esse discurso sobre as juventudes e a diversidade por considerar dois aspectos. Primeiro, que ao analisar a proposta de ensino de LP preconizada pela BNCC para o Ensino Médio, consideramos que os sujeitos que se inserem nessa prática são considerados parte dessa juventude descrita.

Pela lógica dos anos e desenvolvimento da educação, os sujeitos iniciam o Ensino Médio em média com 14 ou 15 anos e concluem com 17 ou 18 anos; portanto, esses sujeitos que fazem parte dessa juventude permanecem durante 3 anos dentro das práticas educacionais propostas no referido documento. O segundo aspecto é que nessa análise consideramos que os sujeitos se inserem nas práticas da educação básica formal, mas também ao iniciarem essa etapa se inserem em novas e diferentes esferas de interação, nas quais a linguagem é preponderante para a inserção efetiva em novos contextos, como a esfera do trabalho em práticas como estágios ou empregos.

Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma escola **que acolha as diversidades**, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser **protagonistas de seu próprio processo de escolarização**, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes **definir seu projeto de vida**, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos (Brasil, 2018, 463 grifos nosso, grifos em negrito do autor).

O documento considera que há diferentes juventudes e que as diversidades devem ser acolhidas. Embora haja uma tentativa de acolher as diversas juventudes com suas peculiaridades, os embates discursivos que aconteceram ao longo das “discussões” de formulação da Base revelam contraposições ideológicas no que tange às concepções, por exemplo, sobre gênero e sexualidade. A palavra “gênero” em acepção à sexualidade foi sendo reescrita e repensada a partir de vozes que se enunciavam contrárias à adesão ao termo, ao longo das versões da BNCC, sendo suprimida da versão final. De acordo com Vicente (2023), autora que pesquisa e publica sobre a BNCC, isso configura um retrocesso educacional em relação aos postulados dos PCNs, enunciado anterior à BNCC.

Nessa inter-relação verbal, há que se considerar que o documento aponta para o acolhimento das diversidades juvenis; porém, as vozes da esfera política, principalmente, que colaboraram para a construção desse enunciado tensionam o discurso e não concordam com que todas as diversidades sejam acolhidas em plenitude, mas sim somente uma “diversidade” que seja adequada a um projeto de sociedade específica, ou seja, uma diversidade padronizada que esteja voltada aos interesses dessas vozes que emergem da conclusão do referido documento, especialmente as vozes oriundas dos discursos econômico e político.

Vicente (2023) reitera que: “com a justificativa de que a temática de gênero provocara muita controvérsia, o MEC eliminou da versão oficial os termos *gênero* e *orientação sexual* e se comprometeu, posteriormente, elaborar um documento com orientações específicas sobre os temas por hora suprimidos”. Por isso, as escolhas lexicais que predominam na redação da última versão da BNCC apresentam uma supressão da palavra gênero se referindo à sexualidade e postula “múltiplas dimensões da sexualidade humana” (Brasil, 2017b, p. 349). Essa inter-relação verbal revela uma incoerência entre as propostas das competências e a compreensão de que o mundo acontece na pluralidade. Essa contradição está retratada em diversos trabalhos analisados acerca da BNCC, e foi importante para o empreendimento dessa investigação.

A Base considera que os estudantes devem ser protagonistas do seu próprio processo de escolarização, o que a nosso ver tem validação positiva, haja vista que o indivíduo precisa se reconhecer como dotado da capacidade de compreender e realizar. No entanto, essa responsividade e alteridade dos sujeitos estabelece inter-relação verbal com as vozes que enunciam da esfera econômica quando se refere ao discurso do empreendedorismo, no qual o indivíduo é responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso independentemente das condições em que se insere.

Nessa mesma perspectiva, enunciados como “*basta ter força de vontade*” ou “*trabalhe enquanto eles dormem*” ou ainda “*não pense em crise, trabalhe*” reforçam a ideia da centralidade e da responsabilização do sucesso econômico no próprio indivíduo. Se observarmos a figura 11, extraída da plataforma da empresa privada Gerdau, que é da esfera econômica e uma das empresas mais importantes de produção de aço no país, com forte influência na homologação da BNCC, notamos que as escolhas lexicais “*Atitude de dono*”, “*Todos somos líderes*” e “*Nos superamos todos os dias*” revelam um discurso que, mesmo não elencando a palavra protagonista, possui sentido que pode ser depreendido dessas construções, cujo enunciado como um todo sugere essa ideia de que todo indivíduo é

protagonista e por isso deve ter atitude de dono mesmo não recebendo os dividendos totais da empresa.

O indivíduo também deve se entender como um líder, e essa escolha lexical sugere um sentido que faz parte do discurso amplamente utilizado por *coachings*¹⁶ para introduzir discursivamente na consciência dos sujeitos de que são capazes de liderar suas próprias vidas e transformá-las, não importa o grau de dificuldade ou as adversidades pelas quais passe, em sucesso apenas pela força do pensamento e vontade. Esse discurso orientado ideologicamente para um determinado tipo de sociedade é implantado juntamente com essa ideia de que todos, não importa à qual classe social pertença, devem se superar, de modo que desresponsabilize qualquer fator externo e responsabilize o próprio indivíduo pelos sucessos ou fracassos, os quais são medidos dentro de uma sociedade capitalista pela economia e pelo mercado.

Essa lógica está na mesma ordem do discurso de protagonista da aprendizagem apresentado na BNCC por meio da introdução sobre as juventudes. Nele, os estudantes devem ser **protagonistas** de seu próprio processo de escolarização (Brasil, 2018, p. 463) demonstrando uma postura que isenta as políticas públicas do insucesso, culpabilizando, portanto, o próprio indivíduo caso ele não se adeque ao ideal de sucesso escolar medido a partir de escalas internacionais, sem considerar todo o processo histórico e social brasileiro de formação. Semelhante ideia é apresentada na esfera econômica quando isenta o sistema do fracasso econômico dos indivíduos e os culpabiliza quando não conseguem se destacar ou adquirir uma determinada ascensão social ou bens materiais que representam o sucesso econômico dentro de um sistema econômico capitalista, o qual incentiva o acúmulo de capital pelos sujeitos e gera grandes desigualdades sociais, haja vista a grande discrepância mensurada em números entre pobres e ricos ao redor do mundo, conforme relatório de 2022 apresentado pelo World Inequality Report¹⁷.

Ao mesmo tempo em que o discurso centrado na perspectiva do protagonismo juvenil sugere esse reforço positivo da capacidade de cada indivíduo de aprender com a intenção de produzir uma educação mais inclusiva e igualitária, esse discurso ancorado na potencialidade individual se relaciona diretamente com a esfera econômica, dados os exemplos percorridos

¹⁶ Coaching refere-se a um profissional que atua como um facilitador de desenvolvimento pessoal e profissional, auxiliando indivíduos ou grupos a atingirem seus objetivos, superarem desafios e maximizarem seu potencial. O coach trabalha em parceria com o cliente, utilizando técnicas de questionamento, reflexão e motivação para ajudá-los a identificar seus pontos fortes, definir metas claras e criar um plano de ação para alcançá-las.

¹⁷ O World Inequality Report (Relatório Mundial sobre Desigualdade) é uma iniciativa que visa oferecer uma análise detalhada e abrangente das tendências globais de desigualdade de renda e riqueza em todo o mundo. Este relatório é produzido por uma equipe de economistas e pesquisadores renomados, e outros colaboradores e pode ser acessado em: <https://wir2022.wid.world/chapter-1/>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

anteriormente. Além disso, o posicionamento que a BNCC traz expresso linguisticamente em “para atingir essa finalidade, é necessário, em primeiro lugar, assumir a firme convicção de que todos os estudantes podem aprender e alcançar seus objetivos, independentemente de suas características pessoais, seus percursos e suas histórias” (Brasil, 2018, p. 465 grifos nossos) reforça o imbricamento discursivo e, mais uma vez, a real aproximação entre as esferas educacional e econômica. Esse trecho substantia a mesma ideia de superação, independente das condições em que o indivíduo se encontra. Ou seja, é a mesma ideia expressa no discurso empreendedorista de que não importa as condições, a força de vontade e o querer são a única solução possível para a superação de quaisquer obstáculos. De modo que, o empreendedorismo pode ser definido como o processo de identificar, desenvolver e implementar oportunidades de negócios para criar valor econômico e social. Ele envolve a combinação de recursos, habilidades e inovação para criar novos empreendimentos ou transformar ideias em ações concretas¹⁸.

Outro fator que ratifica nosso posicionamento de que o discurso da esfera econômica se estabelece na criação e disseminação de uma educação voltada exclusivamente ao mercado de trabalho é que no discurso oficial e normativo do enunciado BNCC, ao caracterizar os itinerários formativos e os eixos estruturantes que devem orientar essas composições, se deve ao fato de que a palavra escolhida para o VI eixo é justamente a palavra empreendedorismo, a qual é amplamente utilizada dentro da esfera econômica, e assim é caracterizada na BNCC:

IV – empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Brasil, 2018, p. 479 grifos nossos).

Conforme a caracterização apontada na BNCC, essa mobilização é posta sobre os signos ideológicos *desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços*, que são comumente encontrados nos discursos de vozes sociais, como de investidores e líderes de negócios. Ao serem apresentados de maneira normativa dentro da esfera educacional, refletem uma ideologia que valoriza o empreendedorismo como positivo e importante no desenvolvimento econômico e social.

Sendo assim, não é aleatória a presença do discurso empreendedorista dentro de um enunciado que visa determinar as práticas educacionais. Esse discurso, juntamente com o

¹⁸ Schumpeter, J. A. (1934). *The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle*. Harvard University Press.

discurso de *protagonista*, é um combo discursivo perfeito para ganhar a adesão daqueles que estão inseridos nas práticas educacionais do Ensino Médio sem que eles tenham o conhecimento e maturidade necessários para uma análise crítica dos processos nos quais se inserem. E, por meio desse discurso, e da concordância e defesa que certamente terão, a esfera econômica se beneficiará de uma educação que favorecerá os seus interesses.

Há que se considerar que um certo conflito discursivo com posicionamentos ideológicos opostos ocorrem quando a BNCC trata da temática das juventudes. Nesse fio discursivo apresentado, os enunciados que surgem da esfera educacional e os enunciados da esfera econômica se imbricam e o projeto de educação para a juventude parece estar voltado quase que exclusivamente para a produção de mão de obra para o mercado de trabalho, com sujeitos que possuam competências específicas para exercerem atividade laboral.

No entanto, a BNCC utiliza dos discursos de: *universalizar o acesso ao Ensino Médio*, *considerar aspirações individuais dos sujeitos* quando traz a questão do projeto de vida e considera que independentemente de quaisquer condições, os sujeitos são *protagonistas* da sua própria aprendizagem e conhecimento, camuflando a intencionalidade de produzir sujeitos aptos para o mercado de trabalho sem consciência crítica dos processos nos quais eles estão inseridos. Esse discurso neoliberal corrobora para apagar as condições de existência dos sujeitos, individualizando-os e homogeneizando-os, contribuindo para o enfraquecimento das forças coletivas e do senso de comunidade.

Consideramos que a BNCC camufla esse posicionamento porque tenta justificar, como mostrado no enunciado abaixo, a real intencionalidade da educação para a juventude, inclusive destacada em negrito na redação oficial. As escolas que acolhem as juventudes devem desenvolver uma série de requisitos que

favorecem a **preparação básica para o trabalho e a cidadania**, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível. (Brasil, 2018, p. 465 grifos nossos, grifo em negrito do autor)

O enunciado apresenta em negrito numa ordem sintática de importância de que primeiro a educação no referido ciclo deve favorecer para a preparação básica para o trabalho, e logo em seguida para a cidadania. Além disso, há uma tentativa de justificar que a escola que acolhe as juventudes deve preparar para o mercado de trabalho e para a cidadania, mas

que não é exatamente uma educação voltada à profissionalização precoce ou precária ou somente para atender as demandas do mercado de trabalho. Essa proposta educacional de preparação para o mundo do trabalho está em consonância com os PCNs e a LDB que também trazem o discurso de preparar a juventude para atividades laborais.

Contudo, na BNCC esse discurso parece ser contraditório por apresentar escolhas lexicais como *protagonista* e *empreendedorismo* que são marcadamente da esfera econômica e apresentam relativa estabilidade de sentido dessa referida esfera e essa justificativa apresentada no enunciado acima parece corroborar com essa contradição. Essa reafirmação é uma tentativa de comprovar que a educação proposta na BNCC não é voltada exclusivamente para o mundo do trabalho, uma certa retórica discursiva utilizada para o convencimento. Todavia, conforme já mencionado, há agentes dos setores privados, como a empresa Gerdau, que apoiaram fortemente a aprovação da Base, o que culmina numa inter-relação verbal entre a esfera educacional e a econômica. Esse posicionamento é deliberadamente favorável à construção de uma educação mercadológica¹⁹, pela qual os sujeitos aprendem especificamente competências básicas para o exercício de atividades laborais.

Em contraste ao discurso que busca uma formação calcada nos aspectos técnicos e utilitários da educação para o exercício do trabalho, a BNCC apresenta ao longo de todo o tópico sobre a etapa do Ensino Médio uma ênfase constante no desenvolvimento do indivíduo para se adequar à perspectiva de sociedade que a Base traz,

também finalidade do Ensino Médio **o aprimoramento do educando como pessoa humana**, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Tendo em vista a construção de uma sociedade **mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária** (Brasil, 2018, p. 466 grifos nossos, grifo em negrito do autor).

O desenvolvimento dos indivíduos que se inserem nas práticas educacionais do Ensino Médio está ancorado no projeto de sociedade democrática, inclusiva, justa, ética, solidária e sustentável. Esse posicionamento ideológico sobre o tipo de construção de sociedade apenas repete discursivamente o que já existia nos PCNs, na LDB e na Constituição de 1988, faz parte do discurso de redemocratização do país após o período ditatorial pelo qual o Brasil passou. É importante o discurso democrático predominar na redação de um enunciado que

¹⁹ Educação mercadológica é uma abordagem educacional que incorpora princípios e práticas do mercado na oferta de serviços educacionais. Isso inclui uma ênfase na competitividade, eficiência e adequação às demandas do mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento de outros objetivos educacionais, como a formação cidadã e o desenvolvimento humano integral dos estudantes. Essa noção de educação mercadológica pode ser encontrada em: Freire 1996; 1967. Apple, 2001. Ball, 2012

normatiza a educação no país, ainda mais pelos fortes ataques que os sistemas democráticos têm sofrido nos últimos anos²⁰.

Todavia, o que estamos averiguando nesta pesquisa pressupõe, por intermédio desse movimento dialógico, estabelecer relações entre as esferas “de forma que se busca perceber como elas se influenciam, se atualizam e como, nelas, enunciados se constituem e se (re)configuram” (Mendonça, 2019, p. 1023) para compreendermos os sentidos que os enunciados apresentam.

Conforme abordamos, o projeto de sociedade que a BNCC revela em seu discurso está em total sintonia e consonância para melhoria e busca de equidade social e revela a heterogeneidade dos discursos presentes na sociedade contemporânea. No entanto, os discursos da esfera econômica que revelam posicionamentos concordantes aos discursos apresentados no enunciado BNCC almejam construir, na verdade, uma sociedade ancorada no sistema econômico capitalista em detrimento aos postulados humanistas em que a educação deve se embasar. A análise que se tem é que a BNCC ao mesmo tempo em que valida a proposta educacional em consonância com o projeto de sociedade igualitária, também reverbera um evidente interesse econômico nesse projeto de educação.

Então, o discurso sobre diversidade, igualdade e democracia que se manifesta dentro desse enunciado ao ser contrastado com os enunciados que emergem da esfera econômica apresentam importantes semelhanças que intentam provocar o mesmo sentido. Isso é notório porque não estamos realizando essa análise apenas com o que está expresso linguisticamente, mas sempre em relação à arquitetura do enunciado e a inter-relação verbal entre enunciados que apresentam de opostas vozes sociais que são relevados nas escolhas lexicais e sintáticas, relacionadas à conjuntura social e histórica em que os enunciados aparecem. Em vista disso, o interesse de agentes do setor privado da economia, conforme as discussões apontadas aqui e em outros trabalhos, se revela no discurso apresentado da redação final da versão homologada e implantada em todas as regiões do país.

Como Souza (2019) apresenta em sua tese, os agentes do setor privado que fazem parte do movimento “Todos pela Educação” ganharam força ao longo das diferentes versões da BNCC e foram determinantes para a finalização do processo que culminou na homologação da Base, em 2018. A maioria desses agentes, como a Fundação Bradesco, a Fundação Itaú e o Instituto Natura, apenas para mencionar alguns, são fundações filantrópicas

²⁰ Conforme apontam Levitsky e Ziblat (2018), em *Como as Democracias Morrem*. Obviamente, aqui nós só fazemos menção, mas essa relação entre as propostas de educação e o desmoronamento das democracias poderia facilmente ser temática de uma tese, fica aqui como sugestão de pesquisa e aprofundamento.

mantidas pelas grandes corporações econômicas do país. Ou seja, exercem atividades para além de suas propostas originais de funcionamento em sociedade.

Uma análise de cada um dos agentes que ajudaram a promover a homologação da Base demandaria um extensivo trabalho e fugiria da proposta objetiva desta pesquisa. No entanto, para sustentar a nossa tese de que o discurso que ecoa da BNCC reproduz a ideia de educação mercadológica, autores como APPLE, 2006, 2015, 2020; BALL, 2012, 2013; FREIRE, 1989, 1994 apontam a educação mercadológica como a abordagem educacional que incorpora princípios do mercado nas práticas educacionais, colocando a educação como um produto a ser comercializado e consumido, se contrapondo a sua função social e humanista. Logo, confrontamos discursos do enunciado BNCC sobre o Ensino Médio com o discurso de enunciados da Fundação Itaú cotejados do trabalho de Souza (2019).

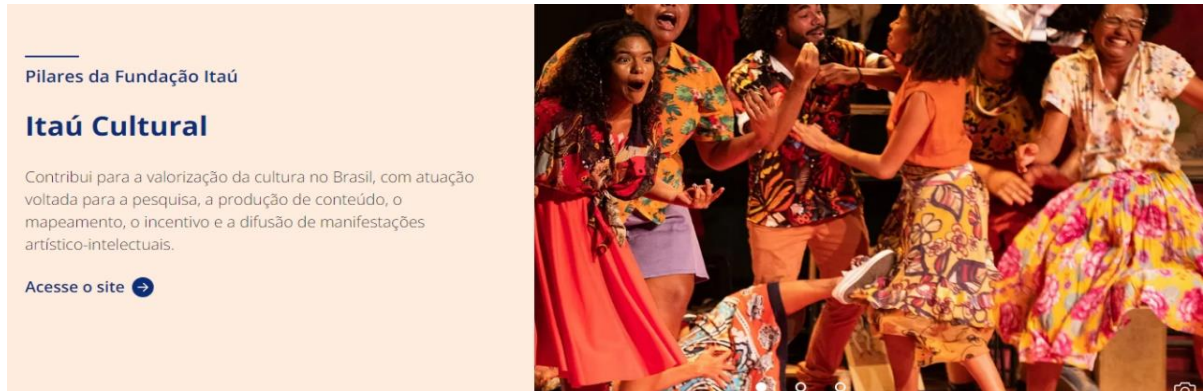
No cotejamento de enunciados, elencamos os enunciados da Fundação Itaú pelo fato de os discursos apresentados no conteúdo dos enunciados irem ao encontro discursivamente do que é proposto nas competências gerais que determinam o direcionamento educacional. É necessário, portanto, compreender o contexto em que emergem os enunciados da Fundação Itaú, conforme postulados por Volóchinov (2018; 2019).

Primeiramente, para compreender que voz social é essa e de onde ela surge é preciso dizer que a Fundação Itaú é mantida pelo Banco Itaú, uma das maiores instituições financeiras da América Latina. Os enunciados cotejados que aparecem nas figuras 14, 15, 16 e 17 emergem da página de abertura do site da Fundação Itaú, e conforme tal se sustenta nos pilares cultural, social, educação e trabalho, visando incentivar e promover esses pilares no território brasileiro. Conforme podemos conferir nas figuras 14, 15 e 16, são enunciados que aparecem na primeira página do site da Fundação Itaú²¹.

Ao navegar pelos enunciados, dada a interatividade do suporte em que se encontram, o que se destaca são as imagens, as quais apresentam indivíduos em distintas práticas sociais, e essas imagens poderiam ser utilizadas para uma análise discursiva verbo-visual; entretanto, o foco desta pesquisa não incide sobre esse tipo de análise, embora seja interessante pensar nos indivíduos escolhidos para ilustrar os pilares em que se ancoram as atividades dessa fundação. Como nosso objetivo se destina à análise do enunciado verbalizado linguisticamente, observemos o que está expresso linguisticamente na proposta de cada pilar.

²¹ <https://www.fundacaoitau.org.br/>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Figura 14 - Itaú Cultural



Fonte: <https://www.fundacaoitau.org.br/sobre>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Conforme a figura 14, o pilar cultural se refere à valorização da cultura no Brasil e está em total sintonia com as competências propostas pela BNCC, uma vez que o item 3 das 10 competências elencadas para direcionar a educação se refere à valorização das *diversas manifestações artísticas e culturais*. Além do mais, o pilar cultural atua na pesquisa, na produção de conteúdo, no mapeamento, no incentivo e na difusão dessas manifestações.

Desse modo, o enunciado cotejado apresenta um discurso que sugere uma diversidade de perspectivas e práticas relacionadas à valorização da cultura no Brasil. No entanto, essa valorização representa uma manifestação ideológica que reflete os interesses e valores da voz de quem enuncia, nesse caso do Itaú social, órgão que está inserido no contexto privado do Banco Itaú e que, portanto, os interesses e valores partem dos posicionamentos do interesse privado e do setor econômico em relação ao que significa cultura.

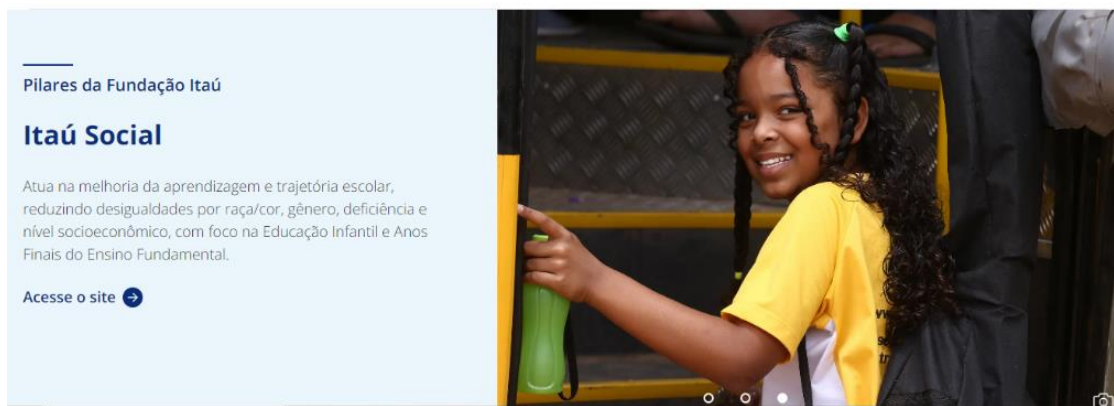
Embora o discurso da diversidade seja valorado positivamente no enunciado BNCC, resguardando uma educação que compreenda a diversidade das manifestações culturais, esse correlacionamento entre o discurso da diversidade cultural que emerge da esfera educacional com o discurso da diversidade cultural que emerge da esfera econômica revela que não há uma aleatoriedade discursiva. Ainda mais que o enunciado apresenta atuação na pesquisa, produção de conteúdo, mapeamento e difusão da cultura como estratégias que corroboram para legitimar a Fundação Itaú como agente importante no cenário cultural brasileiro. O que possibilitaria de se consolidar como parâmetro do que é cultural ou não, do que deve ser entendido como cultural e como manifestação artística daquilo do que não é.

Expõe-se, dessa forma, um projeto de sociedade calcada em uma determinada ideologia do que seja diversidade cultural e do que seja manifestação cultural. Essa aproximação discursiva entre um enunciado sobre manifestação cultural e outro artístico que

emerge da esfera econômica tem respaldo no vocabulário em comum e no enunciado que normatiza e direciona a educação, o que promove uma compreensão do discurso artístico e cultural calcado nos pilares ideológicos da economia que determinariam quais diversidades artísticas podem ser consideradas como culturais.

Além do pilar cultural, o enunciado cotejado que se apresenta na figura 15 foi retirado do mesmo suporte interativo e revela o segundo pilar de atuação da Fundação Itaú, denominado de Itaú social.

Figura 15 - Pilar Social: melhoria da aprendizagem



Fonte: <https://www.fundacaoitau.org.br/sobre>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Na figura 15, temos o pilar social que busca atuar na melhoria da aprendizagem e trajetória escolar e reduzir as desigualdades sociais, apresenta um discurso totalmente concordante com o discurso da BNCC de produzir uma sociedade mais igualitária e utilizar a estrutural educacional para esse objetivo.

Esse discurso de interesse na redução das desigualdades que parte de um enunciado da esfera econômica provoca o efeito de sentido de responsabilidade social, que concorda discursivamente com os enunciados das vozes sociais que ecoam de professores, das políticas públicas e efetivamente do enunciado BNCC. Essa relação de concordância entre os enunciados encontra respaldo na primeira competência elencada pela base para reordenar a organização curricular orientada para a construção de uma sociedade *justa, democrática e inclusiva* (Brasil, 2018, p. 9).

Essa ideia de *atuação* nas diferentes dimensões da desigualdade legitima discursivamente o órgão que faz parte da economia privada, de onde parte esse enunciado como um agente essencial de transformação social na esfera educacional que culminaria numa sociedade justa, democrática e inclusiva. No entanto, esses discursos de justiça social e

inclusão educacional provenientes de uma fundação, respaldada pela iniciativa privada, revelam valores e interesses que estão alinhados à agenda econômica se encontram em um documento normatizador de organização da educação, o que nos leva a questionamentos de como efetivamente, ou seja, quais práticas a fundação exerce em sociedade para mitigar os problemas dos quais se apresenta como porta-voz.

Embora o enunciado que se refere ao pilar social discorra majoritariamente sobre as desigualdades e a educação, o terceiro pilar, como pode ser visto na figura 16, se enuncia como Educação e Trabalho, ou seja, é um pilar que estabelece relações entre a educação e o trabalho.

Figura 16 - Itaú Educação e Trabalho



Fonte: <https://www.fundacaoitau.org.br/sobre>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

O enunciado cotejado da Fundação Itaú que aparece na figura 16, portanto, apresenta o pilar Educação e Trabalho, demarcando novamente o discurso de apoio e incentivo à educação e ao trabalho/mundo do trabalho. Se no pilar social o incentivo à educação é para reduzir as desigualdades sociais, o foco do pilar educação e trabalho é o apoio às políticas públicas da educação e o incentivo à formação profissional e tecnológica.

Nesse pilar, a Fundação apresenta as formas práticas com que busca atuar na educação, fomentando a ampliação do número de vagas, melhorando a qualidade da oferta e incluindo os jovens no mercado de trabalho. Desse modo, o discurso de fortalecimento da educação tecnológica e profissional se sobressai no enunciado e dialoga diretamente e indiretamente com as vozes sociais de outros sujeitos sociais e estabelece contato com diferentes esferas. No entanto, o mais evidente no cotejamento é a relação das vozes sociais que emanam das empresas privadas com a voz social educacional que reverbera do enunciado

BNCC no que tange aos itinerários formativos, consoante discussão que será apresentada posteriormente.

Essa relação é percebida a partir o sentido do enunciado da Fundação Itaú sobre educação e trabalho que mostra um posicionamento ideológico de desenvolvimento econômico e social por meio da educação. Essa postura e valoração concordam discursivamente inclusive com outras vozes sociais do setor privado que postulam a educação como fator primordial de desenvolvimento econômico e social, como, por exemplo, discussão apresentada em tópico anterior em que o Banco Mundial reconhece que as aprendizagens devem estar alicerçadas em competências e habilidades para o desenvolvimento econômico de um país (Souza, 2019).

Depois de observar os enunciados cotejados em relação ao enunciado BNCC e a normatização dos itinerários formativos que devem ser obrigatoriamente propostos junto às áreas do conhecimento, percebe-se se tratar de um modelo compreendido como formação integral, não havendo ações ou políticas públicas para mitigar os variados problemas que incidem sobre as escolas públicas do território brasileiro. Enfim, esse arranjo favorecerá a construção de uma educação marcadamente mercadológica.

Além disso, as propagandas que promoveram a implementação da Base e especialmente do novo Ensino Médio produziram um discurso de inovação na educação que garantisse a adesão positiva da sociedade, especialmente voltada aos sujeitos que se inserem nas práticas do contexto do Ensino Médio. Os enunciados que emergem de plataformas interativas nos conduzem a um fio de enunciados em que isso pode ser facilmente visualizado. Depois que a página do terceiro pilar está aberta, ela pode ser direcionada para outra com mais informações, conforme a figura 17.

Figura 17 - Educação e Trabalho: Quem Somos

Fonte: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/> Acesso em: 03 de maio de 2024.

Ao entrar na página do pilar Educação e Trabalho, se é direcionado à página apresentada na figura 17. A voz que emerge e que representa a Fundação entende que o desenvolvimento social e econômico é resultado de uma educação qualificada para o mundo do trabalho. Desse modo, o discurso que reverbera da Fundação é de apoio a um determinado tipo de educação que visa a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho. Embora se tenha um pilar voltado à cultura, os outros 2 pilares se referem à educação, reforçando a importância que a educação representa para esse agente.

Como apresentado anteriormente, um dos argumentos que sustentaram e promoveram a criação e homologação da BNCC está ancorado na reformulação do currículo, especialmente o currículo do Ensino Médio. Em virtude disso, a Base traz em seu enunciado o reforço desse argumento

Para atender a todas essas demandas de formação no Ensino Médio, mostra-se imperativo repensar a organização curricular vigente para essa etapa da Educação Básica, que apresenta excesso de componentes curriculares e abordagens pedagógicas distantes das culturas juvenis, do mundo do trabalho e das dinâmicas e questões sociais contemporâneas (Brasil, 2018, p. 467 grifos nossos).

O discurso desse enunciado que corrobora para sustentar o argumento da necessidade da existência de uma base comum curricular, afirmando a necessidade de repensar a organização curricular e o excesso de componentes curriculares, é determinante para nossa análise por demonstrar a relação dialógica entre o discurso da Base e o discurso que aflora da Fundação Itaú, conforme arrolado acima.

Desse modo, o sentido desse enunciado, além de determinar que a organização curricular é um problema, também culpabiliza o excesso de currículo e as abordagens pedagógicas distantes, de maneira indireta imputa ao currículo e aos sujeitos professores a culpa pelo dito “fracasso” escolar, desconsiderando a enorme quantidade de outros problemas que impactam no “sucesso” escolar, como as grandes desigualdades do país, a falta de infraestrutura nas escolas, a falta de valorização dos profissionais da educação, atribuindo categoricamente a essa mudança curricular a resolução de tudo que se refere à educação.

O discurso educacional apresentado no enunciado BNCC é influenciado pelo discurso da esfera econômica quando marcadamente se espera uma adequação dos currículos para o mundo do trabalho. Hipótese que pode ser comprovada com a nova configuração curricular da educação no Ensino Médio.

Essa nova estrutura do Ensino Médio, além de ratificar a organização por áreas do conhecimento – sem desconsiderar, mas também sem fazer referência direta a todos os componentes que compunham o currículo dessa etapa –, prevê a oferta de variados itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional. Essa estrutura adota a flexibilidade como princípio de organização curricular, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do protagonismo juvenil e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida (Brasil, 2018, p. 468 grifos nossos, grifos em negrito do autor).

Em acordo com o enunciado acima, a organização do currículo continua sendo por áreas do conhecimento, mas não especifica exatamente o que se espera dessas áreas, uma vez que não faz “referência direta”, além de determinar uma “flexibilidade” para a organização do currículo, de maneira que o discurso que contribuiu para a homologação da Base valorava negativamente a rigidez dos currículos e defendia a proposta de um currículo mais flexível está em consonância com a diversidade de interesses e as especificidades locais. Essa junção das áreas, da flexibilidade e dos itinerários formativos propõe tanto a formação acadêmica quanto a formação técnica e profissional. Mas por outro lado, se não há uma especificação e referência direta em relação aos currículos além da flexibilização, uma educação pode facilmente sobrepor a outra, o que nos levar a crer que a formação técnica nesse discurso sobreporá a formação acadêmica. Além da discussão sobre o enunciado competência, a utilização de itinerários formativos corrobora para esse pensamento.

Os itinerários formativos são incluídos no discurso oficial de formação educacional e são apresentados com uma nota de rodapé que diz

No Brasil, a expressão “itinerário formativo” tem sido tradicionalmente utilizada no âmbito da educação profissional, em referência à maneira como se organizam os sistemas de formação profissional ou, ainda, às formas de acesso às profissões. No entanto, na Lei nº 13.415/17, a expressão foi utilizada em referência a itinerários formativos acadêmicos, o que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também, a itinerários da formação técnica profissional (Brasil, 2018, p. 468 grifos nossos)

Desse modo, consideramos que o discurso oficial apresentado no enunciado BNCC tenta justificar que a educação não está a serviço das demandas do mercado. No entanto, o sentido historicamente estabelecido de itinerário formativo emerge da esfera da educação profissional, ou seja, da educação voltada para o mercado de trabalho e agora ele faz parte de um discurso normatizador dos procedimentos que estruturam o currículo do Ensino Médio, pois “as competências e habilidades da BNCC constituem a formação geral básica. Os currículos do Ensino Médio são compostos pela formação geral básica, articulada aos **itinerários formativos** como um **todo indissociável**” (Brasil, 2018, p. 470 grifos do autor).

Essa indissociabilidade, juntamente com a flexibilização, favorece a concepção de que toda a conjuntura em que se deu a criação da Base, as vozes sociais que incisivamente pressionaram por sua criação, as propagandas sobre o novo Ensino Médio e a análise discursiva aqui arrolada demonstram claramente o interesse da esfera econômica na educação básica, especialmente na educação do Ensino Médio. Nessa etapa, os indivíduos, na maioria dos casos, além de ocuparem os espaços escolares, iniciam suas atividades trabalhistas, adentrando diferentes espaços de trabalho. Então, o que garantirá que não seja ofertada uma formação em que os itinerários formativos, juntamente com o currículo, sejam majoritariamente exclusivos às competências específicas somente para o exercício do trabalho?

Outro fator que contribui para esse pensamento é o fato de que essa associação necessária é apontada várias vezes ao longo do texto expressamente marcado como “é necessário **reorientar currículos e propostas pedagógicas** – compostos, indissociavelmente, por **formação geral básica e itinerário formativo**” (Resolução CNE/CEB, n.º 3/2018, Art. 10) (BRASIL, p. 475 grifos em negrito do autor). Também diz que a organização do currículo deve “orientar-se pelas competências gerais da Educação Básica para organizar e propor itinerários formativos (Resolução CNE/CEB, n.º 3/2018, Art. 12), considerando também as competências específicas de área e habilidades no caso dos itinerários formativos relativos às áreas do conhecimento (Brasil, 2018, p. 476 grifos nossos).

Além disso, há o fato de que o currículo seja flexibilizado, somente as disciplinas de LP e Matemática se mantêm obrigatórias (LDB, Art. 35-A, § 3º)” (Brasil, 2018, p. 470), essa informação reforça a inter-relação entre a obrigatoriedade do ensino de LP ser um discurso favorável à construção de um política linguística que possibilite os sujeitos se expressarem de variadas maneiras em diferentes contextos, em contraposição ao discurso de que a manutenção dessa obrigatoriedade está ancorada em apenas obter habilidades linguísticas específicas para demandas do mercado de trabalho.

Nessa compreensão discursiva, o sujeito não explora suas potencialidades linguísticas, nem desenvolve a capacidade crítica de utilizar os conhecimentos para compreender os processos nos quais se insere, mas tão somente conhecimentos linguísticos práticos que demandam em determinadas áreas específicas e podem ser explorados com itinerários formativos, já que não há uma parametrização, e o discurso regulamentador prevê essa flexibilização. Acerca disso, “o currículo do ensino médio será composto pela **Base Nacional Comum Curricular** e por **itinerários formativos**, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (Brasil, 2018, p. 475, grifos nossos, grifos em negrito do autor).

Sob essa ótica, as vozes institucionais que determinam os arranjos curriculares apontam para o sentido de flexibilidade do currículo, o que aparentemente parece ser uma voz descentralizadora para atender às necessidades específicas de cada comunidade. No entanto, reconhecendo as diversas realidades brasileiras e a falta de investimento financeiro nas milhares de escolas espalhadas pelo país, esse discurso de flexibilização atende a uma agenda de mercado, com uma educação pautada na negociação e na construção de um projeto educacional que favorece a formação apenas de trabalhadores, que provavelmente serão explorados por um mercado que não reconhece os sujeitos empíricos em sua totalidade e humanidade, mas apenas como força de trabalho para produzir capital (Marx; Engels, 2010, p. 11)

Até o momento as análises mostram uma estreita relação e evidências de que a partir dos enunciados cotejados, o discurso que emerge da esfera econômica adentra sistematicamente na elaboração do enunciado BNCC, inclusive com escolhas lexicais idênticas em construção ou semelhantes em sentidos, revelando conflitos discursivos entre as vozes que emergem, o que é perfeitamente compreensível, uma vez que “a palavra é a arena

onde se confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema” (Volóchinov, 2018, p. 15).

Desse modo, conforme o objetivo desta pesquisa, passaremos agora à análise discursiva da proposta de ensino de LP no Ensino Médio que emerge do enunciado BNCC.

Apontamentos dialógicos discursivos do enunciado BNCC sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio

A ideologia não é uma formulação da consciência, mas, ao contrário, a ideologia forma, constitui a consciência por meio de sua realidade material, isto é, dos signos ideológicos. Esses signos ideológicos, por sua vez, são constituídos no processo de interação social em que os interesses das diversas classes sociais direcionam o processo de construção das representações materializadas na palavra (Volóchinov, 2018, p. 55).

Iniciamos esta parte da tese evocando Volóchinov para sustentar o nosso objetivo de compreender o projeto ideológico de sociedade que aponta a BNCC, dadas as diversas vozes sociais que colabaram para a sua construção e pressionaram para que sua homologação fosse feita o mais rápido possível e de que maneira a proposta do ensino de LP no Ensino Médio pode colaborar para a construção desse projeto.

Conforme o autor, a materialização da palavra reflete os interesses das classes sociais. Desse modo, ao observarmos a materialização do enunciado BNCC e a relação desse com enunciados cotejados, há posicionamentos ideológicos concordantes entre os enunciados que convergem para direcionar um determinado tipo de educação no país, ou seja, as vozes sociais materializadas no enunciado BNCC denotam posicionamentos ideológicos sobre a diversidade temática do conteúdo apresentado no documento que representam interesses das esferas econômica e política na elaboração e realização da educação no Brasil.

Nas partes anteriores deste trabalho demonstramos essa articulação entre enunciados cotejados das esferas educacionais, econômica e política e como a responsividade na inter-relação verbal entre enunciados corrobora para a sustentação de que há em curso um projeto educacional, especialmente no que tange à educação dos jovens, estritamente ancorado para favorecer a formação de sujeitos acrílicos e mão de obra especializada para o mercado.

A partir de agora, nos centraremos em analisar de que maneira é apresentada a proposta de ensino de LP para o Ensino Médio, observando se a forma como a educação linguística pensada para esse ciclo endossa o projeto ou não de educação voltada para o mercado econômico.

O discurso da BNCC gira em torno do protagonismo e da autoria e o Ensino Médio deve ser “suporte para a construção e viabilização do projeto de vida dos estudantes, eixo central em torno do qual a escola pode organizar suas práticas” (Brasil, 2018, p. 472 grifos nossos). Desse modo, as diretrizes curriculares determinam que as práticas educacionais devem se organizar pensando no projeto de vida dos sujeitos inseridos nessas práticas, no protagonismo e autoria de cada um. Esse discurso dialoga empaticamente e ganha rapidamente a adesão dos sujeitos que fazem parte das práticas do Ensino Médio, uma vez que nessa fase da vida, os sujeitos empíricos estão passando por diversas transformações, no processo de transição de vida infantil para a vida adulta e por isso querem se sentir autônomos e livres para escolherem e tomarem as decisões que definirão suas respectivas vidas.

Dessa forma, a repetição exaustiva do discurso de protagonismo encontra terreno sólido de concordância e apoio entre aqueles que querem ser independentes e perseguir caminhos ancorados em suas próprias escolhas. De modo geral, esse discurso de ampliação da autonomia, protagonismo e autoria dos estudantes sugere uma abordagem pedagógica centrada nos sujeitos inseridos no contexto do Ensino Médio. Esse discurso concorda e amplia discursivamente as ideias propostas anteriormente nos enunciados PCN+ e LDB. Além do mais,

o projeto de vida é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constringer seus desejos (Brasil, 2018, p. 472-473)

Ou seja, o discurso evidente demonstra não só uma educação centrada no indivíduo, mas também o reconhecimento da importância de compreender as necessidades desses indivíduos a partir deles e não a partir do currículo. No entanto, o próprio documento reconhece que há forças sociais em embate no que se refere aos desejos/necessidades dos indivíduos, reconhece as contradições discursivas que existem na esfera educacional e para além dele. Novamente aqui, essa mudança curricular sem efetivas mudanças estruturais que mitiguem os outros problemas de ordem escolar e, além disso, social, só servirá para validar de forma regulamentada e obrigatória a flexibilização do currículo que atenda interesses específicos, sendo o da esfera econômica o mais evidente até o momento.

Há uma contradição discursiva no que se refere à relação entre a necessidade das mudanças no currículo, argumento utilizado à exaustão para a aprovação da Base, o

reconhecimento da construção do projeto de vida e a grande desigualdade econômica que existe no país. Primeiramente que projeto de vida é uma ideia ou objetivo que um indivíduo estabelece para desenvolver as diferentes áreas da vida de acordo com aspirações que elabora ao longo de vivências e reflexões. Dito isso, considerando que há um índice de 31,6% da população brasileira em situação de pobreza ou de extrema pobreza, segundo dados do IBGE 2023²², que revela o percentual de pobreza do Brasil, é difícil imaginar que os indivíduos que estão inseridos nas práticas do Ensino Médio e fazem parte dessa porcentagem, se é que estão inseridos, consigam vislumbrar possibilidades e autonomia para formularem projetos de vida.

Ainda que o mesmo currículo determine a “**flexibilidade como princípio de organização curricular**, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes” (Brasil, 2018, p. 468 grifos nossos, grifos em negrito do autor), essa flexibilidade só servirá para atender a agenda dos interesses e embates ideológicos subjacentes à aprovação da BNCC, e não para garantir a plena realização educacional para uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro argumento que foi utilizado para sustentar a necessidade das mudanças no currículo foram os resultados das avaliações em escala internacional como o PISA, que mensuram e comparam os países em relação aos níveis educacionais, utilizando um determinado parâmetro de classificação com instrumentos que determinam o que é sucesso ou insucesso escolar. No entanto, se tomarmos como exemplo o Canadá que apresenta uma média do desempenho da leitura de 527, mais de 100 pontos à frente do Brasil, e está entre os países considerados referência em educação; e se analisarmos que o índice da população em situação de pobreza é de 10,40% de acordo com a World Inequality Database²³, que analisa a relação entre pobreza e riqueza do país, o argumento de modificação no currículo ainda não é legítimo, pois as realidades se apresentam de maneira muito diferente, dadas as condições históricas de criação e desenvolvimento dos dois países e a discrepância entre os índices de pobreza de cada um.

Dessa forma, as alterações curriculares são importantes para a atualização de novos conceitos e teorias que fazem parte das dinâmicas contemporâneas da sociedade, marcada

²² <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=O%20percentual%20de%20pessoas%20em%20extrema%20pobreza%2C%20ou%20seja%2C%20que.31%2C6%25%20em%202022.> Acesso em: 03 de maio de 2024.

²³ <https://wid.world/country/canada/>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

especialmente pela evolução frenética da tecnologia, as quais os PCN já previam, mas não abordavam o trabalho com as novas práticas de linguagem que surgem a partir das tecnologias e do mundo moderno e nem poderiam, uma vez que os PCNs datam dos anos 2000, e houve uma intensificação e diferentes mudanças nos últimos 15 anos. Mas para sustentar o discurso de que a educação com Base traria condições para o desenvolvimento social e econômico, a mudança nos currículos não estaria em primeira instância dentre a problemática que envolve o sistema escolar brasileiro.

Desse modo, embora o discurso seja enfático quanto ao papel da escola no auxílio dos projetos de vida, é um discurso que pode aprofundar ainda mais as desigualdades sociais. Uma vez que os sujeitos sociais que têm acesso aos bens culturais e não precisam se preocupar com as necessidades básicas como alimentação e moradia conseguirão elaborar seus projetos de vida considerando alternativas e possibilidades. Enquanto aqueles que não conseguem acessar determinados bens culturais e não possuem condições básicas para a manutenção da vida, dificilmente vislumbrarão oportunidades de crescimento, tal qual como prescreve o discurso da BNCC:

papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro (Brasil, 2018, p. 473 grifos nossos).

Se considerarmos as discussões aqui apresentadas e o cenário concreto da realidade educacional brasileira como a falta de investimento na educação, a falta de infraestrutura nas escolas, a falta de investimento nos profissionais de educação, além da falta de professores para atenderem a demanda educacional, o auxílio escolar para o desenvolvimento das *potencialidades e concretização do projeto de vida* é uma falácia que se apresenta num discurso oficial e regulamentador de maneira exemplar, mas que na prática é esvaziado de sentido executável que empreenderia reais mudanças sociais. Isso tudo reforça ainda mais nossa argumentação de que há em curso um projeto de educação deliberadamente voltado para produzir força de trabalho para o mercado, onde a formação mercadológica prevalece sobre a formação integral dos indivíduos. E que essa exigência de mudança no currículo,

inclusive por organizações compostas por diferentes setores sociais²⁴ é um índice incisivo de confirmação da nossa tese.

Essa voz institucional apresenta um discurso que reconhece os indivíduos inseridos nas práticas do Ensino Médio, reconhece suas potencialidades e determina que o espaço escolar seja propício ao desenvolvimento pessoal, colaborando para que os indivíduos desenvolvam suas identidades e se tornem autônomos para atuarem dentro dos processos sociais dos quais participarão enquanto sujeitos sociais. Para a realização dessa proposta, conforme discurso da BNCC, as práticas na esfera educacional devem estar embasadas na perspectiva dialógica da linguagem com a mediação, a intervenção e a valorização das diversidades.

Desse modo, as práticas educacionais que se referem à área do conhecimento denominada Linguagens e suas Tecnologias estarão nos próximos parágrafos revisadas sob a luz da Análise do Discurso, de tal modo que seja possível examinar de que forma o discurso para essa área, no que tange ao ensino de LP no Ensino Médio, prevê o currículo e os métodos de ensino nesse ciclo. Portanto,

no Ensino Médio, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias (Brasil, 2018, p. 471 grifos nossos)

O enunciado acima compõe o enunciado BNCC, aparece na seção de introdução da etapa do Ensino Médio, apresentando a área de Linguagens e suas Tecnologias como ampliação dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. Novamente, o que marca o discurso sobre o Ensino Médio para os sujeitos inseridos é o reaparecimento na redação do enunciado *autonomia*, *protagonismo* e *autoria*. Isso significa que as práticas que envolvem Linguagens e suas Tecnologias devem ser pensadas com procedimentos pedagógicos que convergem para uma educação em que os sujeitos que se reconheçam autônomos, protagonistas e autores, fornecendo-lhes ferramentas para compreenderem e questionarem a realidade social por meio da linguagem.

²⁴ As duas organizações que mais influenciaram e pressionaram para que a Base fosse aprovada são os movimentos: Todos pela Educação e Movimento pela Base. Ambos possuem páginas na internet e podem ser acessadas pelos endereços: <https://todospelaeducacao.org.br/> e <https://movimentopelabase.org.br/>. Acessos em 03 de maio de 2024

O enunciado também reconhece que há inter-relações que podem ser observadas via compreensão linguística. Nesse ínterim, o entendimento dos diferentes usos da linguagem possibilita uma efetiva construção do conhecimento, a percepção dos embates sociais presentes nos enunciados materializados e a criticidade para compreender jogos de interesses e disputas sociais por intermédio da linguagem. Esse discurso revela uma proposta de educação linguística que visa o empoderamento dos sujeitos que seriam capazes de questionar suas realidades.

Desse modo, o discurso sobre a proposta educacional para o Ensino Médio na BNCC atualiza os discursos contidos no enunciado PCN e embora não apresente explicitamente a teoria dialógica bakhtiniana como modelo da proposta educacional, é mais evidente que os estudos discursivos de vertente bakhtiniana exercem influência preponderante no discurso normatizador, inclusive com as escolhas lexicais. Em Ferreira e Dias (2021), as autoras apresentam uma discussão sobre a política linguística na BNCC, apontando que

sobre as práticas de linguagem, o que tem sido colocado como uma inovação da BNCC em relação aos outros documentos oficiais são os campos de experiências, os campos de atuação e os campos de atuação social, os quais correspondem às três diferentes etapas da Educação Básica. A primeira etapa, a Educação Infantil, é estruturada por cinco campos da experiência: 1) O eu, o outro e o nós; 2) Corpo, gestos e movimentos; 3) Traços, sons, cores e formas; 4) Escuta, fala, pensamento e imaginação; e 5) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Segundo a BNCC, esses “campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural”. (BRASIL, 2018, p. 40). Trata-se, assim, de um processo de instituição de um lugar de práticas de linguagem, de saberes, do dia a dia no espaço escolar, delimitando, ao mesmo tempo, um campo disciplinar para o que supostamente advém da vida cotidiana.

Embora a análise que as autoras conduzem se refira à Educação Infantil, o discurso que perpassa todas as etapas da educação básica está estruturado em esferas de atuação social, conforme figura 18, os quais devem contextualizar as práticas de Linguagem no Ensino Médio na disciplina de LP (Brasil, 2018). Ao longo do progresso entre as etapas de ensino, algumas esferas vão sendo incorporados e/ou modificados.

Figura 18 - Campos de Atuação

ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO
ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	
Campo da vida cotidiana		Campo da vida pessoal
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático	Campo jornalístico-midiático
	Campo de atuação na vida pública	Campo de atuação na vida pública

Fonte: Brasil, 2018, p. 501.

Nos parece que a escolha lexical para compor o enunciado de um documento normatizador coaduna com os estudos discursivos propostos pelo Círculo de Bakhtin, uma vez que os gêneros do discurso, para o Círculo, efetivam e possibilitam a interação que acontece porque “enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referida esfera não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2016 p. 11-12). Portanto, conforme discussão apresentada na parte II deste trabalho, a estruturação e o sentido de um enunciado estão ancorados no contexto de onde ele deriva.

Por isso, trazer esse discurso para um documento regulamentador da educação é valorado positivamente, uma vez que compreende que a linguagem não existe fora da interação e da situação contextual concreta na qual os sujeitos estão inseridos. Por conseguinte, a proposta educacional de ensino de LP no Ensino Médio deve ser ancorada nesses postulados.

Mas, por outro lado, para que essa compreensão de linguagem promova a autonomia dos sujeitos e os possibilite criticar e argumentar os sistemas em que estão inseridos, aqueles que fazem parte da formação, especialmente os professores que atuam diretamente na concretização das propostas curriculares, precisam primeiramente apreender essa compreensão da linguagem enquanto dialógica para obterem ferramentas que possam ser utilizadas em sala de aula.

Nesse prisma, embora a BNCC faça alguma menção a mudanças nos sistemas de formação profissionais e avaliações em grande escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), não há nenhum documento ainda que regulamente ou configure a formação dos docentes brasileiros de acordo com essa vertente da linguagem proposta no discurso para o ensino de LP.

Discursos e Perspectivas contemporâneas para o Ensino de Linguagens no Ensino Médio

Se nos capítulos anteriores abordamos a etapa do Ensino Médio e a caracterização que a BNCC traz para esse ciclo, neste capítulo analisamos a área de aprendizagem denominada de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Sob essa ótica, a BNCC traz as noções de conhecimento divididas em quatro grandes áreas e substitui a nomenclatura *disciplina* por *componentes curriculares*, e apresenta a área de Linguagens e suas Tecnologias composta por Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa. De acordo com os objetivos dessa pesquisa, o nosso recorte recai sobre o componente LP, mas há menções ao longo das análises dos demais componentes que fazem parte dessa área.

A introdução da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias apresenta a linguagem nessa etapa como conteúdo de consolidação e ampliação das aprendizagens dessa área, reconhecendo que há uma diversidade linguística e cultural no Brasil: “observada a garantia dos direitos linguísticos aos diferentes povos e grupos sociais brasileiros” (Brasil, 2018, p. 481), e considerando a relevância das pesquisas acadêmicas para a área de linguagens e os currículos já instituídos (Brasil, 2018, p. 481).

A compreensão da BNCC acerca da diversidade linguística e cultural do Brasil significa que ela reconhece a existência de diferentes povos e grupos sociais com suas próprias línguas, dialetos e formas de expressão. Essa compreensão encontra resposta ativa no projeto de lei n.º 489 de fevereiro de 2019, o qual dispõe sobre os direitos linguísticos dos brasileiros e ainda segue em tramitação na Comissão de Educação, em 2024. Esse enunciado da esfera política se constitui como um enunciado-resposta valorado positivamente por linguistas, pois está em consonância com a proposta de educação linguística voltada para o reconhecimento da pluralidade e diversidade existentes em nosso país.

Isso acontece de modo que esse enunciado da esfera política, o qual surgiu tempos depois da homologação do enunciado BNCC, pode ser considerado como um enunciado ativo responsivo prático que responde à proposta educacional ancorada no reconhecimento da

diversidade, inclusive linguística. Assim, dentre as competências linguísticas específicas para o EM, apontadas pelo documento, a primeira apresenta o seguinte pressuposto:

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo (Brasil, 2018, p. 490 grifos nossos).

Portanto, a primeira competência específica da área de Linguagens e suas Tecnologias do Ensino Médio reconhece a importância e afirma que há diferentes linguagens e diferentes práticas culturais, além de compreender que a linguagem se manifesta de maneira artística, corporal e verbal. Logo, o discurso que emana do enunciado BNCC sobre a área de Linguagens e Tecnologias é de que há complexidade e multiplicidade nas formas de expressão da representação da realidade, e que

a área tem a responsabilidade de propiciar oportunidades para **a consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens** – artísticas, corporais e verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) –, que são objeto de seus diferentes componentes (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa) (Brasil, 2018, p. 482 grifos em negrito do autor).

Essa responsabilidade que a BNCC apresenta como categoria para consolidar a ampliação das habilidades de uso e reflexão sobre as linguagens nos conduz a pensar sobre quais as práticas pedagógicas e curriculares viabilizarão esse projeto de educação, visto que tornarão possível a formação crítica e participativa em sociedade dos sujeitos inseridos nas práticas linguísticas do Ensino Médio.

As inter-relações verbais, as quais estamos investigando, nos possibilitou, até agora, concluir que há uma estreita relação do enunciado BNCC com enunciados oriundos da esfera econômica, os quais revelam discursos de interesse ativo na realização da educação no país. Compreender de que maneira essa educação linguística acontecerá efetivamente nos parece essencial para possibilitar, especialmente aos sujeitos que se circunscrevem na posição social de formadores, reflexões sobre os caminhos e resistências que podem surgir a partir de tais postulados.

Se, conforme discussão apresentada nos capítulos anteriores, o discurso de urgência da criação de uma Base para a educação se embasava na necessidade de mudanças no currículo,

no que se refere ao currículo da área de linguagens, há uma contradição dessa necessidade quando o próprio enunciado BNCC diz que

considera os fundamentos básicos de ensino e aprendizagem das Linguagens, que, ao longo de mais de três décadas, têm se comprometido com uma formação voltada a **possibilitar uma participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens** (Brasil, 2018, p. 481 – grifos nossos, em negrito do autor).

Ou seja, mais uma vez esse discurso de necessidade urgente da criação de uma Base não se sustenta, uma vez que o próprio discurso do enunciado BNCC afirma que a aprendizagem das Linguagens já se realiza em âmbito nacional, e o sentido do signo *comprometido* designa que há um compromisso educacional já em vigor ancorado na participação mais plena dos jovens nas práticas que envolvem o uso da linguagem, inclusive sendo demarcado esteticamente em negrito na realização verbalizada do enunciado escrito.

Portanto, se o ensino básico, no que tange à área de Linguagens, já há mais de três décadas pensa a linguagem dentro do escopo de diferentes práticas socioculturais, o que efetivamente está sendo proposto de novo no que se refere às práticas relacionadas ao ensino de LP no Ensino Médio que propiciará um ensino mais participativo e crítico e não apenas uma adequação de currículo que seja favorável aos interesses de uma economia neoliberal e de um determinado projeto de sociedade?

Nessa ordem, há vozes sociais que entram em embate na construção do enunciado BNCC. Se de um lado há um discurso de outras esferas sociais a partir de diferentes setores da sociedade que argumentava sobre mudanças essenciais que a Base promoveria, a própria Base se conflita ao afirmar que essa proposta de educação linguística já está em curso há tempos. Novamente, somos conduzidos por uma rede de inter-relações verbais que revelam a não aleatoriedade dos enunciados e de como eles se completam e se complementam, considerando os aspectos da situação de comunicação dentro das esferas de atividade e os processos históricos e sociais dos quais eles partem, o que significa considerar o momento histórico pelo qual passava o Brasil e principalmente a pressão que houve para que a Base fosse aprovada e homologada. Então, pode-se considerar que a Base é uma resposta favorável a um projeto de sociedade respaldado em um determinado modelo econômico.

Se tomarmos as palavras que aparecem em negrito reafirmando a *participação mais plena dos jovens*, os sentidos da palavra *plena* podem estar associados à realização, à liberdade e à autonomia. E, se essa participação já está em curso, a reafirmação incisiva dela

ao longo da caracterização do Ensino Médio na BNCC, principalmente marcada na área de Linguagens e suas tecnologias, revela o quanto esse discurso complementa os discursos de autonomia propostos, por exemplo, pelo Movimento todos pela Base, que atuou fortemente para que houvesse a aprovação, conforme podemos observar na figura:

Figura 19 - Movimento pela Base



Fonte: <https://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 03 de maio de 2024

A figura acima foi retirada do site denominado Movimento pela Base, ele atuou, conforme explicitado na página inicial, na implementação da Base e atua para que seja implementado o Novo Ensino Médio, o qual, embora não seja objeto direto desta pesquisa, tem sido pauta de discussões e embates entre variados setores sociais a respeito das “mudanças” propostas. Desse modo, o que aparece em destaque na página inicial é o enunciado “jovens querem poder de escolha”. O discurso que reverbera desse enunciado complementa ativamente o discurso da BNCC de garantir a participação plena dos jovens nas diferentes práticas culturais.

Assim, *participação plena* entra em similitude discursiva com *poder de escolha* e colaboram contundentemente para que esse discurso seja aceito favoravelmente por aqueles que estão inseridos nas práticas educacionais do Ensino Médio sem resistência, embate ou questionamentos a respeito dessa proposta de educação. E a força do discurso se apresenta de maneira tão regular que, tal como está posto, é facilmente aderido e confirmado sem qualquer refutação.

Isso ocorre porque esse discurso parte de enunciados de outras esferas e culmina na esfera educacional sem uma análise correta dos elementos interiores e exteriores que provocaram seu surgimento na sociedade, sem que haja um aprofundamento reflexivo das relações sociais, econômicas, políticas e históricas que permeiam as disputas. E, ao ser compreendido apenas de modo superficial, corrobora para a construção de uma valoração positiva que induz à ideia de que o compromisso com uma formação participativa dos sujeitos será garantido, o que, obviamente, é valorado positivamente para a construção de uma educação emancipatória.

No entanto, a partir das análises já apresentadas, que revelam discursos semelhantes, oriundos de enunciados da esfera econômica, consideramos que a proposta linguística para o ciclo do Ensino Médio, embora esteja discursivamente carregada de princípios progressistas, ainda se revela como uma educação que atenderá a interesses específicos da economia e do mercado. Outro fator que nos leva a considerar isso são os grupos sociais que compõem esse movimento pela Base, conforme pode ser observado na figura.

Figura 20 - Grupos Sociais do Movimento pela Base

CONSELHO DELIBERATIVO



DOADORES



Fonte: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/#rede>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Em acordo com o que pode ser observado na figura 20, os grupos que fazem parte do conselho deliberativo do Movimento pela Base são fundações que mantêm relação direta com instituições privadas do país, ou seja, com o setor privado da sociedade. Desse modo, as decisões e atividades realizadas pelo Movimento estão sempre ancoradas nos posicionamentos e interesses desses grupos que representam vozes sociais que compõem o próprio movimento. Isso posto, evidenciamos que os discursos de autonomia e protagonismo

que reverberam fortemente marcados em toda a caracterização da etapa do Ensino Médio ressoa como um eco discursivo dos interesses educacionais que as vozes sociais dos setores privados da economia apresentam. Sendo assim, a observação das efetivas práticas propostas no enunciado BNCC para o Ensino Médio revelará que tipo de mudanças de fato ocorrerá.

Outro fator que contribui para a compreensão de que há um embate ideológico em curso entre o que propõe a Base e sua efetiva implementação são os enunciados que emergem da esfera política, eles contribuem contundentemente para um conflito que impossibilitará a realização efetiva de uma educação que respeite a diversidade e esteja voltada à criticidade, à reflexão e que seja, de fato, democrática.

Em 2015, o mesmo ano em que se iniciaram as discussões sobre a implementação da BNCC, o projeto de lei 867²⁵, que discorre sobre a inclusão do Programa Escola sem Partido nas diretrizes e bases da educação, foi proposto na Câmara dos Deputados. Embora esse programa exista desde 2004, quando foi criado pela sociedade civil organizada, e tenha uma página na internet explicando seus objetivos, somente em 2015 ele passou a ser discutido no âmbito da esfera política

Figura 21 - Página de Abertura do Site Escola Sem Partido



Fonte: <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 03 de maio de 2024

O que nos conduz a considerar esse enunciado da esfera política conflitante com os discursos apresentados no enunciado BNCC é que em meio às “discussões” da BNCC, em 2016, e pelos acontecimentos históricos dentro da esfera política que ocorreram nesse mesmo ano, esse projeto passou a ser considerado no Senado Federal sob o projeto de lei n.º 193, de

²⁵ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em 03 de maio de 2024.

2016²⁶. E, além disso, concomitantemente às análises desta pesquisa, esse projeto de lei segue em tramitação com embates e discussões sobre a inconstitucionalidade da proposta e a adesão de uma parte sociedade civil, dado o momento histórico de divergências políticas e ideológicas acirradas em todo território brasileiro.

A proposta de inclusão do Programa Escola sem Partido em um enunciado que tem como principal intuito determinar execuções práticas em sociedade, sabendo que as diretrizes e bases da educação fazem parte da esfera jurídica e se materializam em sociedade sob a forma de lei, objetiva, portanto, regular o comportamento dos sujeitos para atuarem de acordo com o que é expresso no conteúdo daquela determinada norma. Essa propositura nos chama atenção e abre um alerta para os sentidos prático que ela pode provocar, caso seja promulgada e entre em vigor.

Esse alerta surge a partir da relação que inferimos dos variados discursos que têm se apresentado nas diversas esferas sociais brasileiras já há alguns anos, marcados pela presença constante de conflitos e extremismos em relação a variados assuntos. Ou seja, o momento histórico pelo qual o país atravessa se revela na intolerância que se apresenta nos variados discursos²⁷. Dessa maneira, o discurso que reverbera do enunciado Programa Escola sem Partido, a nosso ver, pode intensificar ainda mais disputas e tensões existentes, bem como os movimentos extremistas.

Em Levitsky e Ziblatt (2018), quando discorrem sobre os processos que são utilizados para desmontar uma sociedade democrática, dizem que há uma subversão do próprio processo que leva os governantes democráticos ao poder (p. 15). Logo, “muitos esforços do governo

²⁶<chromeextension://efaidnbmnfnkcehdnncjkgblpghjkglpjdjlkcfndmkaj/https://legis.senado.leg.br/sdleggeter/documento?dm=3410752&disposition=inline>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

²⁷ Esse momento histórico teve início com o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2015, um evento que desencadeou uma onda de manifestações populares nas grandes capitais brasileiras, expressando tanto apoio quanto repúdio ao processo. As eleições de 2018, marcadas pela acirrada disputa entre os presidentiáveis Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), aprofundaram a polarização da sociedade brasileira. A campanha eleitoral foi dominada por discursos de ódio, ataques pessoais e uma retórica agressiva que incentivou a eliminação simbólica dos rivais políticos. Com a vitória de Bolsonaro, essa polarização se intensificou durante seu mandato, especialmente com o advento da pandemia de COVID-19 em 2020. O governo adotou uma postura negacionista em relação à gravidade da pandemia, desconsiderando as orientações científicas e promovendo tratamentos sem eficácia comprovada, o que agravou ainda mais a divisão social. O discurso de negação da ciência, propagado por Bolsonaro e seus apoiadores, não só deslegitimou os esforços de controle da pandemia, mas também aprofundou a desconfiança em relação às instituições públicas e científicas.

Até o momento de finalização desta tese, o Brasil continuava profundamente dividido entre direita e esquerda, com extremismos em ambos os lados do espectro político. A tensão social, alimentada por uma retórica polarizadora, mantém o país em um estado de conflito constante, refletido em quase todos os aspectos da vida pública e privada.

para subverter a democracia são “legais”, no sentido de que são aprovados pelo Legislativo ou aceitos pelos tribunais (p. 18). Então, essa suposta legalidade nas ações conduz boa parte da sociedade a aceitar passivamente as mudanças sem questioná-las.

A partir da proposição desses autores, essa técnica se configura como uma estratégia para que governos autoritários se mantenham no poder sem que haja conflito ou revolta da população. Ao analisar o enunciado do projeto de lei do Programa Escola sem Partido, podemos inferir que a proposta do Programa busca utilizar dessa mesma técnica para implementar na educação brasileira um determinado modelo educacional que retire dos sujeitos a capacidade crítica de questionar o modelo de sociedade no qual estão inseridos, inclusive instituindo legalmente a incapacidade de se organizarem em movimentos sociais.

Por isso, utilizam o discurso de perseguição à doutrinação ideológica como motriz para efetivar a aprovação e convencer a sociedade civil de que esse é um projeto isento de ideologia. Ainda, utilizam o discurso de combate à doutrinação ideológica, que seria realizada pelos professores nas práticas escolares de sala de aula, para convencer a sociedade civil que esse seria o maior problema dos sistemas escolares e universitários, colocando os professores como os vilões que devem ser desmascarados, uma vez que, de acordo com a justificativa do projeto de lei,

é fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. (Brasil, 2019, n.p.)

Portanto, com a justificativa utilizada para encabeçar esse projeto de lei, se apropriam da afirmação de que professores e livros didáticos utilizam do processo de ensino para impor aos estudantes inseridos nessas práticas determinadas correntes políticas e ideológicas. Essa acusação parece apontar que há uma contradição entre o trabalho desenvolvido pelos professores, no âmbito escolar, em conflito com a conduta moral e determinados padrões dos pais ou responsáveis. Evidencia-se, dessa forma, que há diferentes vozes que influenciam na formação dos jovens.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que os jovens estão em formação nesse período, especialmente no Ensino Médio, e seriam, dessa maneira, influenciados por professores e livros didáticos a ponto de os discursos proferidos pelos sujeitos educadores serem capazes de moldar a consciência crítica dos estudantes para que sejam adeptos de determinada esfera política, o próprio projeto evidencia que os sujeitos nesse período em formação podem ser

facilmente manipulados, o que entra em total contradição com o discurso de protagonismo que permeia a caracterização da etapa do Ensino Médio. Se esse projeto considera que os sujeitos nesse período não têm a capacidade de refletir sobre os diferentes discursos dos variados contextos em que interagem, como eles podem ser protagonistas e ter autonomia? Dessa maneira, a Base aponta que

essa estrutura adota a **flexibilidade** como princípio de **organização curricular**, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do **protagonismo juvenil** e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida (Brasil, 2018, p. 468, grifos em negrito do autor)

Evidenciamos que o discurso que emerge do enunciado projeto de lei Programa Escola sem Partido entra em conflito com o discurso que representa a caracterização do Ensino Médio. Além da acusação sobre a falta de responsabilidade ética dos professores e livros didáticos quanto à neutralidade do conteúdo que deve ser ensinado, destacamos que a redação do projeto, ao apontar que os valores morais devem ser considerados na educação dos jovens, já revela a ideologia que o projeto implantaria na educação caso seja aprovado. Além do mais, como estimular o exercício do protagonismo juvenil se o projeto considera que os jovens são destituídos da capacidade de análise crítica dos enunciados que partem tanto da esfera educacional quanto da esfera familiar?

Concluimos que o discurso de culpabilização e de perseguição aos professores nesse projeto de lei é uma resposta ativa à propagação dos enunciados que defendiam a Escola sem Partido em 2004 e, aos poucos, adquiriu força discursiva e adesão social. Os enunciados que compõem a figura a seguir demonstram claramente as técnicas de convencimento utilizadas por esse grupo para promover essa adesão.

Figura 22 - Tela do Site Escola Sem Partido



Fonte: <http://www.escolasempartido.org/> Acesso em: 03 de maio de 2024.

A figura é mais uma tela do site Escola sem Partido em que apresenta variados artigos escritos pelo fundador dessa página e também o precursor das ideias que permeiam esse projeto. Quando observamos os artigos que aparecem em destaque, na página, compreendemos que o enunciado responde ativamente discursos que reverberam da proposta educacional do educador Paulo Freire, autor renomado que propõe uma educação calcada na conscientização e é, também, um nome constantemente criticado por determinada parcela da sociedade, especialmente pelos grupos sociais que se enquadram ideologicamente na esfera política denominada direita.

Diante do que é o gênero discursivo como o apresentado na figura, que se insere numa materialidade interativa de navegação rápida que conduz à abertura de abas sequenciais a partir de um texto, de outro, e que esse outro pode levar a outro e assim por diante, podemos observar que há em evidência nos tópicos desse enunciado apresentado um recorte em que aparecem, nessa figura, escolhas lexicais como *caos*, *pesadelo* e *doutrinação* que tendem a provocar sentidos negativos, dado o sentido já instaurado por essas palavras que sugerem confusão, situação difícil, o que influencia de forma persuasiva e sistemática a adoção de determinada ideia ou posicionamento.

A arquitetura do site é elaborada e construída de modo a reforçar veemente que há uma doutrinação em curso nas escolas e universidades brasileiras que precisa ser combatida energeticamente. A construção discursiva que utiliza esses signos de maneira enfática e proposital intenta, além de buscar adeptos das ideias contidas nele, colocar o projeto de lei que institui o Programa Escola sem Partido como uma proposta para a solução desse

problema. Ou seja, à medida que o discurso de doutrinação se intensifica e tem grande adesão da sociedade civil, esse projeto entra como o antídoto para combater essa “doutrinação” por ser uma proposta que se caracteriza como não ideológica.

O próprio programa se contradiz discursivamente ao dizer ser isento de qualquer posicionamento ideológico, sendo que ele revela em toda a propositura ideias que estão ancoradas em uma determinada esfera ideológica. Embora não seja objetivo desta pesquisa analisar todo o conteúdo temático desse projeto lei, quando colocamos os discursos em inter-relação verbal, o enunciado BNCC, da área de Linguagens, códigos e suas tecnologias, com os discursos do enunciado projeto de lei Escola sem Partido revela que há um conflito evidente e que é alarmante um projeto desse teor estar em trâmite no congresso e parte da sociedade civil ser favorável aos discursos que ele propõe.

Inclusive, quando inter-relacionamos o enunciado BNCC sobre a área de Linguagens, o discurso que se apresenta é o de que, por exemplo, “a Arte, enquanto área do conhecimento humano, contribui para o desenvolvimento da autonomia reflexiva, criativa e expressiva dos estudantes (Brasil, 2018, p. 482 grifos nossos), ou ainda, que “possibilita a constituição de um espaço em que as pessoas sejam respeitadas em seus modos de ser e pertencer culturalmente, e estimuladas a compreender e acolher as diferenças e a pluralidade de formas de existência (Brasil, 2018, p. 482 grifos nossos).

Dessa maneira, os discursos que ecoam dos postulados da BNCC reconhecem a partir dos sentidos de *autonomia reflexiva e expressiva e compreender e acolher as diferenças e a pluralidade das formas de existência* a compreensão de uma educação inclusiva e pluralista, a qual deve promover o respeito pelas diferenças culturais e modos de existência. Além dessa posição ser contra a exclusão e a uniformização cultural, ela contrasta com propostas educacionais homogêneas e autoritárias como as do Programa Escola sem Partido, tais como:

o projeto reconhece também o direito dos estudantes e dos pais de gravar as aulas, caso a escola não o faça ou não disponibilize as gravações. Trata-se de direito que decorre do art. 206, VII, da Constituição – que assegura, entre os princípios com base nos quais o ensino será ministrado, a “garantia de padrão de qualidade” – o que implica necessariamente, para os pais, o direito de conhecer e avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas escolas –, e do art. 53, parágrafo único, do ECA, que reconhece aos pais o direito de ter ciência do processo pedagógico vivenciado por seus filhos. (Brasil, 2019, n.p.)

O enunciado acima extraído do projeto de lei Programa Escola sem Partido, caso entre na esfera educacional, promoverá uma constante vigilância, monitoramento e supervisão da forma como os conteúdos serão ensinados com o discurso de transparência e qualidade do ensino. Mas que na prática produzirá uma tensão entre educadores, estudantes e responsáveis,

uma vez que retirará a autonomia dos professores no contexto de sala de aula, bem como garantirá que os estudantes gravem sem autorização todo e qualquer conteúdo verbalizado ou escrito pelos professores. Isso tudo, somado à tecnologia atual e à excessiva quantidade de *fake news*²⁸, que são construídas utilizando recursos linguístico-visuais com uma regularidade estrutural que permite simular a verdade, torna-se ainda mais complexo. Nesse sentido, uma *fake news* constrói uma realidade a partir da criação de um efeito de verdade. Quando essas notícias são propagadas diariamente, elas podem influenciar os estudantes, que, inclusive, podem retirar enunciados de contexto, modificá-los e realizar outras manipulações que a alta tecnologia hoje permite.

A partir do exposto, a proposta desse enunciado da esfera política que se materializa no gênero discursivo projeto de lei contradiz o que a Base propõe:

no decorrer desses processos, os estudantes podem também relacionar, de forma crítica e problematizadora, os modos como as manifestações artísticas e culturais se apresentam na contemporaneidade, estabelecendo relações entre arte, mídia, política, mercado e consumo (Brasil, 2018, p. 482-483).

A Base garante uma educação crítica e reflexiva que proporcione aos sujeitos estudantes uma análise das dinâmicas culturais e sociais da contemporaneidade. Destarte, a Base também reconhece a pluralidade das formas de existência e o respeito às diferenças. Se o discurso da Base é ancorado nesses postulados, eis que há uma divergência no que propõe o enunciado projeto de lei Programa Escola sem Partido ao buscar incorporar, nas leis educacionais, concepções que conflituam com esse enunciado.

Enquanto a educação linguística proposta pela Base sugere a problematização de ideologias dominantes e o questionamento das estruturas de poder, o projeto de lei afirma que não existe ideologia. Ora, se somos uma sociedade marcadamente dividida em classes sociais, as ideias que permeiam cada classe não são as mesmas. E se as classes sociais estão marcadamente divididas a partir de diferenças econômicas, os posicionamentos ideológicos de cada classe serão diferentes e as ideias da classe dominante, ou seja, da classe com maior poderio econômico, serão predominantes como verdadeiras. Logo, essa proposição de que

²⁸ De acordo com Sustain (2017) Fake News são informações falseadas ou manipuladas que se apresentam como se fossem verdadeiras, muitas vezes para promover agendas políticas, ideológico ou financeira. Elas podem ser criadas deliberadamente para enganar as pessoas ou podem surgir de erros não intencionais que se espalham sem verificação. As Fake News têm vários propósitos e podem causar desinformação, manipular opiniões públicas, influenciar eleições, criar pânico, ou prejudicar indivíduos, organizações ou países. Sunstein, Cass R. "#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media." 2017.

possa existir uma educação baseada numa neutralidade ideológica é impossível de se materializar na concretude das práticas educacionais. E esse projeto é só mais uma acusação aos sujeitos educadores de não terem compromisso ético com a educação, se manifestando também como uma tentativa de promover um outro tipo de ideologia na educação.

De acordo com nossas análises, esse enunciado da esfera política, caso o projeto seja aprovado, entrará na esfera educacional, propiciará uma educação ideológica que dificultará a multiplicidade de pensamentos. Ao se propor como não ideológico, na verdade somente propõe uma retirada da capacidade crítica dos sujeitos inseridos nas práticas educacionais desse ciclo de refletir sobre as estruturas nas quais a sociedade está organizada e de identificar injustiça e opressão que porventura estejam estabelecidas socialmente em favorecimento de grupos econômicos que possuem grande interesse na educação, especialmente na educação da juventude.

E para conseguir realizar esse projeto de educação, o discurso de protagonismo marcado fortemente em toda a parte que caracteriza a etapa do Ensino Médio pode ser considerado um recurso estratégico para estimular, especialmente, nos sujeitos inseridos nessa prática, a aceitação positiva das mudanças educacionais:

é fundamental que os estudantes possam assumir o papel de protagonistas como apreciadores e como artistas, criadores e curadores, de modo consciente, ético, crítico e autônomo, em saraus, performances, intervenções, *happenings*, produções em videoarte, animações, *web* arte e outras manifestações e/ou eventos artísticos e culturais, a ser realizados na escola e em outros locais (Brasil, 2018, p. 483 grifo nosso).

Portanto, o enunciado BNCC revela um discurso educacional que reconhece a importância da autonomia, da ética e da crítica e sugere abordagens pedagógicas que empoderem os estudantes e os preparem para serem reflexivos e ativos nas interações culturais e sociais. Essa formação de indivíduos conscientes e críticos só é possível de ser materializada no ensino dialógico e a forma como o enunciado projeto de lei Escola sem Partido se apresenta não contribuirá para a efetivação de uma educação crítica. Pelo contrário, ela contribuirá para mascarar as ideologias dominantes, dificultando a tomada de consciência desses processos e promovendo uma formação acrítica e de vigilância.

Para a análise da proposta de educação linguística mencionada no enunciado BNCC para o Ensino Médio, precisamos observar alguns pontos que estabelecem relação com a referida proposta. Dentre os componentes que fazem parte da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias está a Língua Inglesa que assim é determinada no enunciado BNCC:

a Língua Inglesa, cujo estudo é obrigatório no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A, § 4º), continua a ser compreendida como língua de caráter global – pela multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções na contemporaneidade – (Brasil, 2018, p. 484 grifo nosso).

O discurso desse enunciado evidencia a obrigatoriedade do estudo de Língua Inglesa no Ensino Médio e se respalda no enunciado LDB para ressaltar essa obrigatoriedade, ou seja, a BNCC ecoa o que a LDB já designava enquanto lei. Alguns apontamentos nos chamam atenção para esse discurso de obrigatoriedade do ensino da Língua Inglesa. Essa obrigatoriedade é justificada pelo discurso de importância na formação dos estudantes, devido aos contextos sociais e econômicos que valorizam o conhecimento dessa língua. Desse modo, o inglês é compreendido na BNCC como uma língua global, afirmando que

a relevância da língua inglesa na mediação de práticas sociais e interculturais, individuais e de grupo, orientou o início de sua aprendizagem, focalizando o processo de construção de repertórios linguísticos dos estudantes (Brasil, 2018, p. 484 grifo nosso).

Para além desse discurso de obrigatoriedade ser um reflexo da hegemonia cultural e econômica dos países de Língua Inglesa, especialmente dos Estados Unidos, acreditamos que a obrigatoriedade apenas dessa Língua pode refletir uma resposta ativa positiva que responde aos anseios da esfera econômica.

Se observarmos, por exemplo, o movimento Todos pela Educação, que é uma organização da sociedade civil e que participou ativamente na elaboração e aprovação da BNCC, é possível dimensionar que ela apresenta no enunciado em que discorre sobre a implementação de políticas educacionais o termo *advocacy*, que em tradução literal seria *advocacia*, e designa a defesa dos direitos, conforme a figura a seguir:

Figura 23 - Movimento Todos pela Educação

< QUEM SOMOS > < O QUE FAZEMOS > < EDUCAÇÃO JÁ > < INICIATIVAS > < NOTÍCIAS > < BIBLIOTECA > < IMPRENSA > < FALE COM O TODOS >

ADVOCACY PELA EDUCAÇÃO

Sabe aquela sensação de que as coisas no mundo não vão bem, seja a respeito da desigualdade social, da paz, da justiça, da saúde ou da preservação do meio ambiente? Quando a insatisfação passa para a ação, torna-se advocacy! Assim, o termo advocacy significa agir em favor de uma causa, agir por mudanças. Em outras palavras, quando uma pessoa ou organização atua para que o poder público promova melhorias na Educação Pública, por exemplo, dizemos que está fazendo advocacy pela Educação. É exatamente isso que o Todos Pela Educação faz!

Como funciona?

Há várias maneiras de fazer advocacy por uma causa, especialmente pela Educação, cujos desafios são muitos. Nossa estratégia está organizada em 4 eixos complementares que são organizados e dependem do tempo e do

Preferências de Cookies

Fonte: <https://todospelaeducacao.org.br/o-que-fazemos/#a-educacao-que-defendemos>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

Em acordo com o enunciado, *advocacy* “é agir em favor de uma causa, agir por mudanças”. Nesse contexto, seria agir para que mudanças na educação aconteçam. Nessa perspectiva, o enunciado apresenta uma estratégia organizada em 4 eixos sobre as mudanças que desejam promover na educação. Dentre os eixos, há o de monitoramento sistemático e público do que está acontecendo na educação sob o discurso de avaliar a qualidade do ensino e que concorda dialogicamente com o discurso do enunciado projeto de lei Programa Escola sem Partido.

Acreditamos que isso corrobora para sustentar nossa tese, a de que há um projeto de educação em curso garantido pela realização ativa que a BNCC tem na forma de enunciado normativo. Isso corrobora com o projeto de educação que visa coagir educadores e destituir os sujeitos inseridos na educação formal da capacidade crítica e reflexiva de se posicionar perante uma sociedade desigual, e de realizar uma avaliação dos atravessamentos que os assujeitam.

É necessário mencionar aqui como essa organização Todos pela Educação atuou na aprovação da Base, relacionando-se com enunciados do campo econômico como o Banco Mundial e a relação com as avaliações internacionais, e de como tudo isso colabora para uma educação voltada aos interesses econômicos.

Reis (2023) analisa em sua tese as ideologias da linguagem que envolvem as políticas linguísticas que definiram a obrigatoriedade da Língua Inglesa e a retirada da Língua Espanhola do currículo. O autor conclui que a resistência no âmbito político da realocação da Língua Espanhola como obrigatória está relacionada com os interesses empresariais pela reforma educacional e de como o discurso da esfera econômica centraliza a Língua Inglesa como global, sendo a língua do mercado e dos negócios.

Por assim ser, a Língua Inglesa é justificada no enunciado BNCC da seguinte maneira:

Trata-se, portanto, de expandir os repertórios linguísticos, multissemióticos e culturais dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de maior consciência e reflexão críticas das funções e usos do inglês na sociedade contemporânea – permitindo, por exemplo, problematizar com maior criticidade os motivos pelos quais ela se tornou uma língua de uso global. Nas situações de aprendizagem do inglês, os estudantes podem reconhecer o caráter fluido, dinâmico e particular dessa língua, como também as marcas identitárias e de singularidade de seus usuários, de modo a ampliar suas vivências com outras formas de organizar, dizer e valorizar o mundo e de construir identidades. Aspectos como precisão, padronização, erro, imitação e nível de proficiência ou domínio da língua são substituídos por noções mais abrangentes e relacionadas ao universo discursivo nas práticas situadas dentro dos campos de atuação, como inteligibilidade, singularidade, variedade, criatividade/invenção e repertório. Trata-se também de possibilitar aos estudantes cooperar e compartilhar informações e conhecimentos por meio da língua inglesa, como também agir e posicionar-se criticamente na sociedade, em âmbito local e global (Brasil, 2018, p. 485).

Essa justificativa apresentada no enunciado juntamente com os fatos mencionados na pesquisa de Reis (2023) corroboram a confirmação da nossa tese de que a manutenção da obrigatoriedade do Inglês no currículo e a retirada do Espanhol, bem como a flexibilização do currículo e a obrigatoriedade dos itinerários formativos, são discursos que partem da esfera econômica para atender a interesses empresariais, ganham força na esfera política e se materializam na esfera educacional no enunciado BNCC, que determina práticas educacionais em vigor, ainda que o discurso esteja carregado de signos que remetem a uma educação progressista.

O discurso que permeia o enunciado BNCC no que tange à caracterização da etapa do Ensino Médio, especialmente o da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, é que as mudanças que ocorrerão a partir da BNCC estão em “sintonia” com as necessidades e interesses dos sujeitos que se inserem nessa etapa. Esse discurso sob o signo *sintonia* evidencia a ideia de harmonia, ajuste e compatibilidade com os interesses desses sujeitos. Desse modo, a área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias é analisada aqui em sua efetividade prática e a relação com os enunciados que já foram apresentados anteriormente.

Nesse sentido, a área propõe em relação ao componente LP

que os estudantes possam **vivenciar experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias** (impressa, digital, analógica), situadas em **campos de atuação social** diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos (Brasil, 2018, p. 485, grifos em negrito do autor).

Portanto, o discurso que o enunciado BNCC revela em relação ao componente LP está direcionado para uma educação dialógica em que reconhece que as práticas sociais acontecem dentro de diversas esferas sociais nos quais a linguagem é significada. As ideias dessa educação estão ancoradas nos postulados dos estudos apontados pelo círculo de Bakhtin. Embora não haja menção direta à teoria bakhtiniana, conforme discussão apresentada anteriormente, o fato de a noção de esfera social estar inserida em um documento normativo é o resultado discursivo de enunciados teóricos da Análise do Discurso e das pesquisas desse campo teórico que entendem que a linguagem somente adquire sentido nas variadas práticas sociais nas diversas esferas, ou seja, apenas na interação efetivada pelo diálogo que a linguagem adquire sentido.

Dito de outra forma, o documento reconhece a complexidade das relações e que, portanto, a educação linguística deve ser pensada de maneira que possibilite aos sujeitos estudantes reconhecerem as dinâmicas sociais que só se realizam na e pela a linguagem. Sob essa ótica, acreditamos que o discurso da BNCC demonstra que a educação linguística deve ser dialógica por expressar que

é fundamental que sejam garantidas aos estudantes oportunidades de experienciar fazeres cada vez mais próximos das práticas da vida acadêmica, profissional, pública, cultural e pessoal e situações que demandem a articulação de conhecimentos, o planejamento de ações, a auto-organização e a negociação em relação a metas. Tais oportunidades também devem ser orientadas para a criação e o encontro com o inusitado, com vistas a ampliar os horizontes éticos e estéticos dos estudantes (Brasil, 2018, p. 486 grifos nossos).

Desse modo, podemos observar que o discurso instituído pelo enunciado BNCC propõe um trabalho com a linguagem como prática social, determinando ainda as esferas sociais acadêmica, profissional, pública, cultural e pessoal como importantes para a materialização das práticas de ensino que envolvam a linguagem. Dessa maneira, a compreensão de que a linguagem perpassa todas práticas dentro dessas esferas discursivas significa considerar que a linguagem é dialógica por natureza conforme postula Bakhtin (2016) ao dizer que “a compreensão é sempre dialógica” (p. 83)

Embora esse discurso apresentado sobre as propostas do enunciado BNCC para o ensino de LP no Ensino Médio apenas ecoe como repetição do enunciado PCN que o antecede, acreditamos que esse discurso expresso em um documento normativo dialogue positivamente com as demandas contemporâneas e com a complexidade das relações sociais. Ao mesmo tempo, entender as relações e conflitos que permeiam a organização da sociedade quando os discursos se materializam nos enunciados é necessário para que de fato uma educação consciente e crítica possibilite aos estudantes uma participação mais plena em sociedade.

E apesar de o discurso de abordagens pedagógicas sugerir que os educadores devem criar possibilidades de compreensão e investigação das práticas que constituem os sujeitos, bem como a participação ativa nessas práticas por meio da compreensão de como a linguagem é multifacetada, a escolha lexical de *articulação de conhecimentos, o planejamento de ações, a auto-organização e a negociação em relação a metas* demonstra um ensino voltado à autonomia, mas que também dialoga com os discursos da esfera econômica, dado que esses signos são frequentemente encontrados nessa esfera.

Em vista disso, a caracterização da linguagem está presente no enunciado BNCC:

considerando que uma semiótica é um sistema de signos em sua organização própria, é importante que os jovens, ao explorarem as possibilidades expressivas das diversas linguagens, possam realizar reflexões que envolvam o exercício de **análise de elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados nas diferentes semióticas** – visuais (imagens estáticas e em movimento), sonoras (música, ruídos, sonoridades), verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) e corporais (gestuais, cênicas, dança). Afinal, muito por efeito das novas tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC), os textos e discursos atuais organizam-se de maneira híbrida e multisemiótica, incorporando diferentes sistemas de signos em sua constituição (Brasil, 2018, p. 486 – grifos em negrito do autor).

A observação do destaque em negrito nos possibilita compreender que o ensino de LP no Ensino Médio está respaldado discursivamente nas propostas dialógicas do círculo de Bakhtin, propondo um ensino que propicie a reflexão dos elementos discursivos, composicionais e formais dos enunciados que se materializam nas diversas esferas sociais em que os sujeitos se inserem. Dessa forma, há uma crítica ao ensino de LP que apenas intenta transmitir conhecimentos sem, de fato, conduzir a uma análise crítica do sistema linguístico e dos sentidos que os enunciados produzem ao serem materializados em sociedade.

Ou seja, o enunciado normativo reconhece que a comunicação humana é complexa e multifacetada, assim como a sociedade, e que não basta apenas reconhecer o sistema linguístico e reproduzir o que já está pronto. É necessário incentivar a análise crítica e

compreender as ideologias subjacentes aos discursos quando materializados nos enunciados verbais (orais ou escritos). Ademais, importante reconhecer que os enunciados não são isolados, mas que estabelecem relação com a arquitetura da esfera de onde emergem, com as relações históricas, sociais, econômicas e políticas. E, somente, um ensino de LP voltado à compreensão crítica, ética e estética da materialização linguística produzirá sujeitos reflexivos e ativos em sociedade.

Quanto a isso, Furtado Baú (2023), ao analisar a prática de Análise Linguística (AL) no Ensino Médio, concluiu que o trabalho com a linguagem que utiliza simultaneamente atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas, conforme proposto por Geraldi (1991), contribui de maneira significativa para a melhoria de leitura e produção dos estudantes nesse ciclo.

Esse estudo corrobora para confirmar que as propostas de prática do ensino de LP no Ensino Médio, ancoradas na ideia de que a linguagem perpassa as práticas sociais, já estava sendo sugerida nos documentos anteriores (PCN e PCN+), mas que não chegou efetivamente para os professores, de modo a capacitá-los para atuarem por meio de práticas educacionais que auxiliassem os sujeitos estudantes nesse percurso.

Dessa forma, concluímos que há evidentemente interesse da esfera econômica na realização da educação no país, pois não há nada inovador no discurso de realização da disciplina de LP no Ensino Médio, uma vez que os postulados que respaldam a proposta de educação linguística já estão evidenciados em documentos anteriores. Outro fator é que a partir de toda a discussão arrolada até o momento não há nada realmente sólido que justifique a necessidade da urgência com que foi proposta e homologada a BNCC, pois além das mudanças curriculares, os demais problemas que permeiam a educação brasileira não foram debatidos em suas complexidades e não houve proposições para, de fato, mitigar tais problemas.

Essa proposição das mudanças curriculares como solução única e imediata para resolver as dificuldades educacionais enfrentadas pelos sujeitos estudantes nos parece mais uma tentativa de mudanças para adequar o currículo a uma proposta de educação que proporcionará, apesar do discurso progressista contido em todo enunciado BNCC, uma oferta de educação voltada para interesses econômicos e favoráveis à agenda dos setores privados, especialmente os que estão relacionados diretamente com a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições (Bakhtin, 2016, p. 35).

Para Bakhtin, um dos pontos que caracteriza um enunciado é a sua relativa conclusibilidade, é sua relativa conclusão que possibilita que ele seja avaliado e respondido. A determinação dessa relativa conclusão se realiza a partir de tudo aquilo que o sujeito expressa em determinado momento, em específicas condições.

É considerando essa noção de conclusibilidade do enunciado criada por Bakhtin para a finalização desse gênero discursivo denominado tese de doutorado é que introduzimos, nesta parte final, as considerações finais que resumem nosso trabalho. Consideramos, ainda, que não há possibilidade de esgotamento de análise do objeto estudado e que ele pode ser analisado a partir de outras variadas vertentes, observando os objetivos propostos nesta investigação é que chegamos à conclusão relativa desta abordagem.

Nesta tese, analisamos a BNCC, considerando-a como um enunciado concreto que entra na cadeia discursiva da esfera educacional e normatiza as práticas dessa esfera. O nosso recorte recai sobre a análise das propostas das práticas da área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, especificamente das práticas do componente LP. Esse enunciado foi analisado em inter-relação com enunciados cotejados das esferas econômica e política que apresentaram, em seus conteúdos temáticos, estilo e estrutura composicional relacionados com a esfera educacional.

Desse modo, concebendo os objetivos desta pesquisa, respondemos sobre quais discursos e diálogos constituíram o enunciado BNCC sobre o ensino de LP no Ensino Médio. Se havia diálogo entre os discursos ideológicos das esferas econômica e política e os discursos do enunciado BNCC. De que modo os enunciados das esferas econômica e política estabelecem relações com o enunciado da BNCC, considerando o surgimento desse enunciado em um contexto social e histórico carregado de discursos que ora se complementam, ora divergem, revelando tensões e conflitos que foram expostos na materialização do enunciado da BNCC. Como o diálogo entre diferentes discursos, de distintas esferas, corrobora para a manutenção de uma determinada organização social.

Além disso, procuramos compreender quais atualizações das práticas do ensino de LP para o Ensino Médio justificam a aprovação e homologação rápida desse enunciado e de que modo as esferas econômica e política poderiam ter influenciado essa aprovação, dados os vários setores da iniciativa privada que fazem parte de movimentos educacionais e influenciaram fortemente na aprovação e homologação.

Nossa hipótese era de que os discursos de enunciados das esferas econômica e política que contribuíram contundentemente para o surgimento do enunciado BNCC na esfera educacional possuem ideologias e axiomas que conflitam com as propostas de educação apresentadas no referido documento. Após o cotejamento de enunciados dessas esferas em relação ao enunciado BNCC, confirmamos que há um conflito ideológico entre as práticas educacionais, e que ao longo do enunciado BNCC encontramos discursos que parecem responder a enunciados das esferas econômica e política.

Desse modo, concluímos que os discursos que constituem o enunciado BNCC sobre o ensino de LP no EM estabelecem diálogos evidentes com as esferas econômica e política. O discurso neoliberal encontrado em enunciados da esfera econômica apresenta ecos discursivos no enunciado BNCC, especificamente nos enunciados que referem à caracterização do ensino de LP no EM.

Para alcançar os objetivos de investigação, utilizamos das proposições do Círculo de Bakhtin, especificamente os postulados de Bakhtin (2010; 2011; 2016), Medviédev (2012) e Volóchinov (2013; 2018; 2019) para empreender um cotejamento de enunciados de diferentes esferas, colocá-los sob análise, observando a arquitetura de cada enunciado, a dialogia, as vozes sociais que emergiam de cada um e como se relacionavam de modo concordante ou conflitante.

Desse modo, para organizar o enunciado tese, apresentamos uma introdução apontando os objetivos e como seria realizada nossa pesquisa. Além disso, apresentamos uma primeira parte, discorrendo sobre a abordagem dialógica da linguagem, demonstrando a teoria e metodologia que respaldam esta investigação. Na segunda parte deste trabalho, apresentamos uma seção analítica que demonstrou a compreensão da BNCC como enunciado que entra no fio discursivo da sociedade e como ocorre sua materialização, apontando marcos histórico-sociais que possibilitaram seu surgimento.

Na terceira parte, utilizamos do escopo teórico-metodológico para analisar os discursos que reverberam do enunciado BNCC e o cotejamento a partir do levantamento do estado da arte nos possibilitou observar similitudes discursivas de enunciados das esferas

econômica e política. À medida que nos aprofundamos em nossas análises, notamos que alguns discursos contidos no enunciado BNCC respondem ativamente, inclusive com escolhas lexicais semelhantes a discursos que reverberam principalmente de enunciados que emergem da esfera econômica.

Confirmamos que essa esfera, dada a quantidade de setores da iniciativa privada, representados aqui, nesta tese, pelas empresas Fundação Itaú, Gerdau, Fundação Bradesco e Banco Mundial pelos enunciados acionados pelo cotejo realizado a partir do levantamento de trabalhos que já discorriam sobre a relação da BNCC com a área de Linguagens, que aderiram a movimentos que pressionaram para que a Base fosse aprovada e homologada, tem interesse evidente na esfera educacional, especialmente na forma como a educação dos jovens se realiza.

Assim, há alguns discursos na BNCC que respondem ativamente aos interesses de uma proposta educacional, que embora pareça solucionar problemas curriculares, na verdade responde aos anseios de uma educação bancária e acrítica. Além do mais, há discursos da esfera política que intentam fortalecer uma educação mecanista, constringendo os educadores a não se posicionarem diante de temas que revelam nitidamente como as estruturas sociais estão organizadas e como as classes dominantes se perpetuam no poder.

Em relação à educação linguística, as propostas práticas do ensino de LP para o Ensino Médio, além de incorporar no enunciado novas práticas da era tecnológica, se ancoram na compreensão da linguagem como prática para a superação das dificuldades linguísticas que os estudantes apresentam ao longo desse ciclo.

Embora haja um avanço na compreensão de como as práticas de ensino devem ocorrer, incluindo novos signos que respondem ativamente às mudanças sociais proporcionadas pela frequente atualização tecnológica, o documento, no que tange às práticas de ensino de LP no EM, repete muito do que já estava proposto nos enunciados normativos anteriores como o PCN+ e a LDB.

Isso se deve ao fato de que os estudos brasileiros que compreendem a linguagem como prática já teorizam e discorrem sobre isso há tempos. Geraldi (1991), ao abordar as atividades que devem ser realizadas para o ensino de LP, já apontava para as concepções que compreendem a linguagem como mediadora das interações que ocorrem nas diversas práticas sociais nas quais nos inserimos ao longo da vida.

Podemos evidenciar que o enunciado BNCC considera as pesquisas da esfera linguística na sua materialização quando entende, ao longo de todas as etapas do ensino

básico, que a linguagem se materializa dentro de esferas sociais. Conforme apontado em nossa pesquisa, mesmo não havendo menção direta aos postulados bakhtinianos, acreditamos que essa compreensão de educação linguística, a partir de um enunciado normativo, é positiva para a melhoria de aspectos educacionais.

Embora essas atualizações sejam importantes e positivas, acreditamos que a problemática que envolve o ensino nas escolas brasileiras não é apenas uma adequação curricular. Há ainda outros problemas, como infraestrutura e valorização dos profissionais da educação, que não foram e não são considerados quando se propõe mudanças na educação.

Desse modo, a nosso ver, as mudanças curriculares para o Ensino Médio, com a flexibilização do currículo e a obrigatoriedade dos itinerários formativos, representam um discurso que está alinhado aos interesses da esfera econômica. Conforme demonstramos nas análises, há variados fatores que corroboram para essa afirmativa.

Acreditamos que a educação linguística, especialmente das práticas do ensino de LP para o EM apresentam uma proposta em direção a uma educação de fato emancipatória. No entanto, para que essa proposta chegue até os educadores, especialmente os de LP que já atuam em sala de aula, é necessária a formação inicial e continuada desses profissionais. Até o momento de finalização desta pesquisa, o que foi encontrado foi um documento entregue ao CNE, em 2018, pela então ministra da educação que orientava as diretrizes dos cursos de pedagogia e licenciaturas ao alinhamento das propostas da BNCC²⁹. Contudo, não encontramos a forma como essas diretrizes estão sendo colocadas em prática.

Moura (2023) aponta, em sua tese, uma educação linguística que seja dialógica. Ao discorrer sobre as propostas de educação linguística, afirma que

a luta de educadores/as como Geraldi têm feito ecos em nossa sociedade, como forma de tornar mais democrática e crítica a educação linguística do português no Brasil. Tais esforços têm contribuído para a reformulação e criação de documentos, como é o caso dos PCN, que foram importantes para se pensar o ensino de Língua Portuguesa na década de 1990 e início dos anos 2000. Porém, a quantidade excessiva de conteúdos e a dificuldade de chegar aos professores e às professoras da Educação Básica demonstram que a empreitada não foi tão exitosa nesse sentido, favorecendo, sobretudo, a criação de um sistema de avaliação. Já com a BNCC, houve, de certa ótica, um retrocesso, pois esse documento retoma aspectos elitizados da educação, focando em um trabalho com gêneros discursivos, multiletramentos e cultura digital, distante da realidade de educandos/as periféricos/as que, em muitos casos, não têm o mínimo para ingressar e permanecer na escola; além de ser muito densa e descritiva, o que torna sua leitura e compreensão algo mais difícil ainda. Diante disso, percebemos que, embora já tenhamos avançado muito no âmbito educacional do ensino/aprendizagem de LP no Brasil, inclusive, discutindo sobre

²⁹ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/bncc-professores>

uma educação linguística mais crítica, democrática e política, documentos como a BNCC nos mostram que ainda temos um longo caminho a percorrer nas vicinias das salas de aula país afora (Moura, 2023, p. 216).

Portanto, de acordo com as análises desse autor, a densidade e descrição que o enunciado BNCC apresenta se voltam ao elitismo educacional, embora contenha em toda a redação um discurso de educação que englobe todos, que ative a participação de todos e todas que estão inseridos na educação formal do país. Isso corrobora para sustentar nossas análises de que não havia urgência na aprovação de um documento que apresenta um conteúdo tão complexo; além do mais, outras importantes questões relativas à educação não foram consideradas na proposição desse documento, o que novamente nos conduz ao raciocínio de que os discursos da Base favorecem os discursos da esfera econômica.

Dada a conclusibilidade relativa deste enunciado que permite que ele seja complementado, refutado e confrontado a partir de outros enunciados, concluímos, por ora, a partir dos postulados para o ensino dialógico da linguagem, que as práticas do ensino de LP ancoradas nesses pressupostos podem se apresentar como uma maneira de superação e uma efetiva utilização da linguagem como organizadora da compreensão crítica do mundo.

Mas que para que esse ensino seja executado, essa compreensão da linguagem precisa chegar até todos os educadores, principalmente aos sujeitos que se inscrevem socialmente como professores de LP. Somente a partir dessa compreensão da linguagem, como prática, os professores de LP estarão preparados teórico e metodologicamente para auxiliarem os sujeitos estudantes na compreensão crítica do mundo em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2004.

APPLE, M. W. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BAKHTIN, M.; DUVAKIN, V. *Mikhail Bakhtin em diálogo: Conversas em 1973 com Viktor Duvakin*. Tradução de Daniela Miotello Mondardo, a partir da edição italiana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 2010.

_____. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio, e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. *Questões de estilística no ensino da língua*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2013.

BALL, S. J. Globalização e Educação: Demonstrando a 'nova razão' do capitalismo. *Revista Educação e Pesquisa*, 2012. 38(1), 205-222.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 867, de 2015. Que dispõe sobre Incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> Acesso em: 05 de jan. de 2023.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 2434, de 2021. Que dispõe sobre a proibição de publicidade, por qualquer veículo de comunicação, que se refira à orientação sexual ou movimentos de diversidade sexual, que contém a participação de crianças e adolescentes, ou seja a elas direcionadas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2038856&filenome=PL+2434/2021> Acesso em: 05 de jan. de 2023.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 2434, de 2019. Que institui o Programa Escola Sem Partido. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcgclclefindmkaj/https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037 Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

_____. Portaria n.º 649, de 10 de julho de 2018. Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. Diário Oficial da União, Ministério da Educação. Edição: 132, seção: 1, página: 72.

CHAVES, Priscila Monteiro. Uma base para a semiformação socializada: a vulgarização da crítica como estratégia de produção do consenso. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v.37. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tcbSDFrrZgfXTbBwN6Gx7Yz/>> Acesso em: 05 de jan. de 2023.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Cláudia Fernandes; DIAS, Pereira. (2021). Sentidos de campo da vida cotidiana na BNCC: A política de uma língua. *Revista Linguagem & Ensino*, 24(3), 603-624, v. 24, n. 3 (2021). Disponível em: < <https://doi.org/10.15210/rle.v24i3.20058>> Acesso em: 03 de mar. de 2023.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. As categorias de pessoa, espaço e tempo. 2º ed. Editora Ática: São Paulo, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Paz e Terra, 1967.

FURTADO BAÚ, Maria de Fátima. *Análise linguística no Ensino Médio: caminhos e descaminhos da leitura e da escrita na escola pública [manuscrito]*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Letras: Linguística, Goiânia, 2023.

FRAGA, L. T. *Uma análise crítica da BNCC na área de Língua Portuguesa a partir das contribuições de Freire*. 2020. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2020.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; PIETRI, Émerson; SASSERON, Lúcia Helena. Modelos de professor e aluno sustentados em documentos oficiais: dos PCNs à BNCC. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TfShpFyDpxkCHyJ8hwwVBbQ/> Acesso em: 05 de jan. de 2023.

GERALDI, Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

JURACH, Ivanise; POSSANI, Taíse Neves. *Análise Discursiva da BNCC: Construção ou (Des)Construção da Educação Escolar Pública Brasileira?* Fólio – Revista de Letras. Vitória da Conquista, 2019. v. 11, n.1. p. 533-558.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo. Nogueira. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MOURA, Rodrigo Milhomem de. *Por uma Educação Linguística Dialógica: práticas, reflexões e narratividades*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

PERRENOUD, Philippe. *Construir a Competência Desde a Escola*. Artmed, 2000.

PINTO, Samilla Nayara dos Santos; MELO, Savana Diniz Gomes. Mudanças nas políticas curriculares do ensino médio no Brasil: repercussões da BNCCEM no currículo mineiro. *SciELO - Scientific Electronic Library Online*. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2348>>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

REIS, Jordana Avelino dos. *Ideologias de linguagem articuladas nos discursos sobre a reforma brasileira do ensino médio: por que sai espanhol e fica inglês?* Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito. *Base Nacional Comum E Docência: discursos e significações*. Joao Pessoa, 2019. 146. Tese (doutorado) UFPB/Educação.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*; organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein.--27. Bd.—São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUSA, N. O. *A pedagogia dos multiletramentos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um estudo da arquitetura bakhtiniana do componente Língua Portuguesa*. 2021. 156f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

SOUZA, Alice Moraes Rego de. *Base Nacional Comum para quê/quem?: uma cartografia de conflitos discursivos na produção de um currículo oficial*. Niterói, 2019. 361. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

STAFUZZA, Grenissa Bonvino. O Círculo de Bakhtin (Volóchinov e Medviédev) no Brasil: episteme, autoria e tradução em perspectiva dialógica. *Revista Heterotópica*. Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia - ILEEL/UFU. v. 1; n. 1, p. 66-82 jan. - jun. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/48519/26335>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

STAFUZZA, Grenissa Bonvino; PEREIRA, Maximiano Antonio. Sentidos do discurso coaching financeiro no enunciado vídeo publicitário “Meu nome é Bettina” e possibilidade de cotejo. *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 1685-1716, 2021.

Disponível em
file:///C:/Users/User/Downloads/Sentidos_do_discurso_coaching_financeiro_no_enunci%20(1).pdf . Acesso em 05 de jan. de 2023.

_____. Sentidos do enunciado verbovisual em pôsteres publicitários de Bastardos inglórios. *SCRIPTA*. Belo Horizonte, v. 22, n. 45, p. 137-150, 2º quadrimestre de 2018. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/17133/13828> > Acesso em: 05 de jan. de 2023.

VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. Ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

_____. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Org., Trad., Notas João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2018.